

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ANA ALVES NETA BARBOSA

**MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIÁRIDO NORTE- MINEIRO:
DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E GÊNERO NO PROJETO JAÍBA**

Porto Alegre

2013

ANA ALVES NETA BARBOSA

**MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIÁRIDO NORTE- MINEIRO:
DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E GÊNERO NO PROJETO JAÍBA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a Dra. Marta Julia Marques Lopes

Série PGDR/DINTER – Tese n.º 05

Porto Alegre

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Barbosa, Ana Alves Neta

Mulheres na agricultura familiar no semiárido norte-mineiro : divisão social do trabalho e gênero no projeto Jaíba / Ana Alves Neta Barbosa. -- 2013. 223 f.: il.

Orientadora: Marta Julia Marques Lopes.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Divisão social do trabalho. 2. Gênero. 3. Agricultura familiar. 4. Trabalho feminino. 5. Projeto Jaíba. I. Lopes, Marta Julia Marques, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

ANA ALVES NETA BARBOSA

**MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIÁRIDO NORTE MINEIRO:
DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E GÊNERO NO PROJETO JAÍBA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 18 de julho de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Marta Julia Marques Lopes
Presidente - PPGENF/UFRGS

Prof^a. Dra. Izabella Barison Matos
Membro - EENF/UFRGS

Prof^a. Dra. Marta Cocco da Costa
Membro – CESNORS/UFSM

Prof^a. Dra. Sandra Maria Cezar Leal
UNISINOS – PPG ENFERMAGEM

Dedico este trabalho a meus queridos pais, Manoel e Ercília, que sempre iluminaram a minha trajetória de vida, aos meus amores, Jancer e Léo, aos meus irmãos, Berto e Dora, meus sobrinhos, meus cunhados e minha sogra, enfim, à minha família, a quem eu espero poder fazer o mesmo: ser LUZ!

AGRADECIMENTOS

'Está tudo no coração'.

Agradecer é momento especial: agrega histórias, sonhos, expectativas e, sobretudo, conquistas.

Enfrentar os desafios da caminhada, acreditar que cada um que cruza nossas vidas tem algo a ensinar e a aprender, e que a tessitura da nossa história se traduz na confluência e na interseção das múltiplas histórias que se cruzam foram marcas presentes na construção desta tese.

Se os desafios, como acadêmica, profissional, mãe, mulher (e tantos mais) foram grandes, as motivações conseguiram ser maiores, ladeadas por generosidades que foram transformadoras da minha trajetória.

Apraz-me agradecer:

- A Deus, pelas bênçãos que sempre permearam a minha vida.

- Aos meus pais, Manoel e Ercília, por terem me dado sustentação e por sempre me ensinar a trilhar o melhor caminho.

- Aos meus amores, Jancer e Léo, que compreendem todas as minhas buscas. Obrigada pelo amor e por compartilhar tantas lutas. Concretizaremos muitos sonhos!

- Aos meus irmãos, Berto e Dora, pelo apoio e estímulo. Também aos meus queridos sobrinhos, cunhados e cunhadas, pela alegria da convivência e por depositar tanta confiança em mim. À Luzerte pela dedicação e à Dona Zeraide pelo carinho. Ao meu afilhado Daniel, os meus sinceros agradecimentos.

À minha orientadora, Profa Dra Marta Júlia Marques Lopes, pela sabedoria, dedicação, o respeito e o compromisso dispensados a mim. Muito obrigada por compartilhar tantos conhecimentos e por me conduzir com tanta competência humana.

Aos professores do PGDR da UFRGS.

Aos servidores do PGDR, especialmente à atenção e dedicação de Marlene e Marilene.

À Adriana, pelo compromisso.

Aos companheiros de doutorado: Cida, Kleber, Comini, João, Ronaldo, Vilson, Cláudio, Marilze, Valkennedy, Terezita, André e Alessandro.

A todos do IFNMG que acreditaram e torceram por mim e, em especial, à equipe da PROEN.

Aos funcionários do Hotel Jary que sempre nos receberam com muito carinho.

Às Instituições: CAPES, IFNMG e UFRGS.

Em especial, à minha amiga de tantos momentos difíceis, de labutas e de muitas reflexões, Cida Colares. “Está tudo no coração.”

Agradeço imensamente a todos os interlocutores que se disponibilizaram a compartilhar as suas experiências e de forma muito especial às mulheres do Projeto Jaíba.

Enfim, a todos que rezaram por mim e sempre acreditaram nessa minha conquista:

MUITO OBRIGADA!!!!!!!!!!

*Viver!
E não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz...*

Gonzaguinha

RESUMO

Este estudo aborda a situação de vida e trabalho das mulheres na agricultura familiar no semiárido norte-mineiro, com foco na divisão social do trabalho e gênero no Projeto Jaíba. Nesse contexto elegeu-se a Etapa I, na área A: NS1 e NS2 como locus desta tese desenvolvendo os seguintes objetivos: analisar dinâmicas de vida e de trabalho feminino e gênero na agricultura familiar no Projeto Jaíba; caracterizar e analisar a sociodemografia e o trabalho das mulheres do Perímetro do Projeto Jaíba; analisar trabalho e renda das mulheres na agricultura familiar do PJ, considerando os fatores de inclusão/exclusão vinculados ao gênero; analisar dinâmicas de gênero, divisão social e sexual do trabalho na família, na atividade agrícola e a situação de vida e trabalho das mulheres do PJ e, por fim; discutir políticas públicas e gênero na agricultura familiar do PJ, na perspectiva do empoderamento feminino e do desenvolvimento rural. O estudo, de cunho qualitativo, contou com a participação de mulheres agricultoras, agentes de mediação, membros da família e presidentes de associações. Foram totalizadas entrevistas com vinte e duas (22) mulheres da Área A, seis (6) agentes de mediação e seis (6) membros da família, tendo como eixo norteador um roteiro semiestruturado. Realizou-se uma discussão de grupo com outras dezesseis (16) mulheres membros da associação AMA. Além disso, complementaram-se os dados com informações documentais do Projeto, com a observação e o diário de campo. Os resultados evidenciaram que, no valor social atribuído ao trabalho das mulheres do PJ, reproduzem-se as desigualdades de gênero, inviabilizando uma melhor distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família e reforçando o paradigma da “naturalização” da divisão sexual do trabalho. A divisão social do trabalho se institui no centro da representação social, simbólica e cultural, condizente com a atuação esperada das mulheres e dos homens. Por um lado, ressalta-se que o espaço rural no Jaíba, de alguma forma e mesmo que ainda fragilmente, desestabiliza algumas barreiras e aos poucos ressignifica posturas e atitudes quando se consideram as relações assimétricas de gênero na agricultura familiar. A busca de poder no processo produtivo e público e o despertar para a cidadania das mulheres despontam como fatores que podem provocar transformações nas relações de gênero. No entanto, a percepção de aspectos favorecedores de exclusão social e de gênero no PJ é mais acentuada, como a limitada participação social das mulheres em espaços públicos e o reconhecimento do seu papel com equidade além das dificuldades referentes aos mecanismos para a operacionalização do crédito rural e, especificamente, o Pronaf-Mulher. Tais reflexões conduzem a percepção de que os entraves relativos à obtenção do crédito rural passam pelo acesso e acessibilidade aos meios, sustentados em pedagogias capazes de produzirem efeitos de saber-poder para as mulheres. Enfim, a situação de vida e trabalho das mulheres passa ainda por restritas mudanças nas dinâmicas de gênero, sociofamiliares e no contexto amplo do PJ.

Palavras-chave: Divisão social do trabalho. Gênero. Agricultura familiar. Trabalho feminino. Projeto Jaíba.

ABSTRACT

This work deals with the situation of women's life and work in family farming in the North of Minas Gerais semi-arid, focusing on the work social division and gender in the Jaíba Project. In this context the Step I was chosen in this project in the area A: NS1 and NS2 as the locus of this thesis including the following objectives: to analyze the dynamics of women's work and gender in family farming in the Jaíba Project (JP); to characterize and analyze the sociodemography and women's work in the Jaíba Project Perimeter, to analyze women's work and income in family farming in the project, considering the factors of inclusion/exclusion related to gender; to analyze gender dynamics, social and sexual division of work in the family, in the agricultural activity and women's life situation and work of the JP and finally, to discuss public policy and gender in family farming of the JP from the perspective of female empowerment and rural development. This qualitative study had the participation of women, mediators, family members and associations presidents. There were interviews with a semistructured guideline with twenty two (22) women of the area A, six (6) mediators and six (6) members of the family. There was also a group discussion with other sixteen (16) women members of AMA association. Furthermore, the data were complemented with document information data of the Project, with observation and the field diary. The results showed that the social value attributed to women's work of the JP show gender inequalities preventing better distribution of domestic tasks among family members reinforcing the paradigm of "naturalization" of work sexual division. The work social division is established in the center of the social, symbolic and cultural representation, consistent with the expected role of women and men. On the one hand, it is noteworthy that in the rural Jaíba somehow and although still weak, some barriers destabilize and gradually postures and attitudes acquire new meaning when considering asymmetric relations of gender. The search of power in the productive and public process and the awakening to women's citizenship emerge as factors that can cause changes in gender relations. However, the perception of favorable aspects of social exclusion and gender in the JP were more pronounced as the limited social participation of women in public spaces is an invisibility factor of female performance and recognition of their role with equity and the difficulties regarding the mechanism for the rural credit operation and specifically *Pronaf-Mulher*. These reflections lead to the perception that barriers for obtaining rural credit is related to access and accessibility to the media, sustained in pedagogies capable of producing effects of knowledge-power for women. Anyway, life and work situation of women also undergoes stringent changes in gender, social and family dynamics in the broader context of the JP.

Keywords: Work Social division. Gender. Family farming. Female work. Jaíba Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa - Localização do Município Jaíba no Estado de Minas Gerais.....	23
Figura 2	Mapa - Localização do Município de Jaíba no Norte de Minas Gerais.....	24
Figura 3	Imagem de um lote com plantação de limão no PJ.....	32
Figura 4	Imagem de um lote com plantação de atemóia no PJ.....	33
Figura 5	Diagrama do sistema de distribuição de água do Projeto Jaíba....	37
Figura 6	Imagem do Grupo de Discussão realizado com a AMA (Associação das Mulheres da Agricultura Familiar) do PJ.....	70
Figura 7	Mapa – Localização do Projeto Jaíba.....	74
Figura 8	Imagem de uma Agricultora do PJ.....	89
Figura 9	Imagem de uma residência no PJ.....	93
Figura 10	Imagem de uma residência no PJ.....	93
Figura 11	Imagem de um quintal no PJ.....	94
Figura 12	Imagem relativa a um quintal pertencente à moradia no PJ.....	94
Figura 13	Imagem da estrada ao redor do canal de irrigação, em frentes às residências no PJ.....	96
Figura 14	Vista panorâmica do PJ.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Descrição dos procedimentos de coleta e geração de dados.....	70
Quadro 2	População da Região do Projeto Jaíba (1991 e 2010).....	75
Quadro 3	Descrição das Glebas da Etapa I.....	76
Quadro 4	Organização Social no PJ.....	77
Quadro 5	Características sociodemográficas das mulheres entrevistadas	90
Quadro 6	Descrição das Atividades e Tempo Dispensado na Casa e na Roça.....	121
Quadro 7	Financiamento do Pronaf-Mulher na microrregião de Janaúba – MG, período: 2005 a 2011.....	174
Quadro 8	Elementos simbólicos referentes ao papel das mulheres na situação de vida e trabalho do PJ, que prevalecem no imaginário dos maridos, dos agentes de mediação e das próprias mulheres.....	185

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMA	– Associação das Mulheres da Agricultura Familiar
APAE	– Associação de Pais e Amigos de Excepcionais PETI SSV0 (Sociedade São Vicente de Paula)
ASLIM	– Associação dos Produtores de Limão do Jaíba
ASMUA	– Associação das Mulheres Unidas da Área A
ATER	– Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	– Banco do Brasil
BIRD	– Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BM	– Banco Mundial
BNB	– Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENTRALJAI	– Central de Associações do Projeto Jaíba
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CHESF	– Companhia Hidroelétrica de São Francisco
CI	– Colono Irrigante
CNPQ	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEVASF	– Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAB	– CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	– Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
DAIJ	– Distrito Agroindustrial do Jaíba
DAP	– Declaração de Aptidão de Produtor
DIJ	– Distrito de Irrigação do Jaíba
DINTER	– Doutorado Interinstitucional
DNOCS	– Departamento de Obras Contra as Secas .
DNTR/CUT	– Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
DST	– Divisão Sexual do Trabalho
EM	– EMATER
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
EMBRATER	– Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER –MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
FJP – Fundação João Pinheiro
GDE – Gênero e Desenvolvimento
GEIDA – Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrário
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFNMG – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIC – Instituto Nacional de Colonização e Irrigação
JK – Juscelino Kubitschek
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MI – Ministério da Integração Nacional
NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NS1 – Núcleo de Serviço 1
NS2 – Núcleo de Serviço 2
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PDRN – Plano de Desenvolvimento da Região Noroeste
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PIN – Programa de Integração Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PJ – Projeto Jaíba
PLANOROESTE – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste
PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNI – Política Nacional de Irrigação
PRODAIJ – Projeto de Irrigação do Distrito Agroindustrial do Jaíba
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
RURALMINAS – Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário

- SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
- SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
- SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- SSVO – Sociedade São Vicente de Paula
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	16
2 O PROBLEMA DE PESQUISA	20
2.1 O Projeto Jaíba: Concepções Políticas e Estruturais.....	20
2.2 A Agricultura Familiar no Jaíba: Organização, Trabalho e Gênero	35
2.3 Divisão Social e Sexual do Trabalho na Agricultura: Elementos para Análise dos Modos de Vida e Trabalho das Mulheres no Jaíba	40
2.3.1 Mulheres e Agricultura: Trabalho e Gênero	43
2.3.2 Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Subalternidade do Trabalho Feminino.....	51
2.4 Mulheres no Jaíba e Desenvolvimento: Articulando Olhares Analíticos de Gênero.....	56
3 OBJETIVOS	63
3.1 Geral	63
3.2 Específicos	63
4 O MÉTODO: DESENHO DO ESTUDO E PROCEDIMENTOS	64
4.1 Tipo de Estudo	64
4.2 População Local e Participantes da Pesquisa	64
4.3 Coleta e Geração de Dados	65
4.4 A Análise dos Dados	71
4.5 Considerações Éticas	73
5 CENÁRIOS DO JAÍBA: O TRABALHO DAS MULHERES NO PERÍMETRO DO PROJETO JAÍBA	74
5.1 O Empreendimento – Preenchendo Vazios.....	74
5.2 Mulheres Agricultoras no Brasil e Conquistas Sociais.....	78
5.3 Mulheres do Jaíba e Mulheres do Estudo.....	87
5.4 Atividades Econômicas Desenvolvidas no Jaíba, Condições de Trabalho e de Produção.....	98

6 DINÂMICAS DE TRABALHO DAS MULHERES E GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROJETO JAÍBA.....	109
6.1 Concepções de Trabalho: a Casa e a Roça.....	112
6.2 Condições de Trabalho: o Leve (das Mulheres) e o Pesado (dos Homens)	117
6.3 Divisão Sexual do Trabalho: Consciência de Gênero, Igualdade e Autonomia?	131
6.4 Trabalho e Renda: Diversificação e Crédito Rural para as Mulheres.....	136
7 INCLUSÃO E EXCLUSÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL NO FEMININO.....	148
7.1 Fatores de Inclusão Social e de Gênero no PJ – É Possível Pensar em Pedagogia de Empoderamento?.....	150
7.1.2 Fatores de Exclusão Social e de Gênero no PJ.....	157
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
REFERÊNCIAS.....	200
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista – Mulheres do Projeto Jaíba.....	214
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista – Agentes Mediadores – da EMATER-MG, do DIJ, da CODEVASF e Lideranças.....	216
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista – Agentes Mediadores – Agentes do Banco.....	217
APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista - Membro da Família.....	218
APÊNDICE E – Roteiro para a reunião do Grupo de Discussão – Mulheres da Associação AMA.....	219
APÊNDICE F – Autorização de Imagem.....	220
APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	221
APÊNDICE H – Folha Explicativa.....	222
ANEXO 1 – Cronograma de Atividades do DINTER e Planilhas Orçamentárias	223

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Esta tese foi desenvolvida no Doutorado Interinstitucional (Dinter) vinculado ao Edital da Capes/Setec, e teve como Instituição Promotora a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, através do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), e como Instituição Receptora o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG.

O interesse pelo tema relativo à participação das mulheres na agricultura familiar surgiu, a princípio, em decorrência de um projeto de pesquisa desenvolvido sobre as representações que as mulheres do Sertão norte-mineiro têm de si, no ambiente da agricultura familiar, e, ainda, as representações da sociedade sertaneja sobre as mulheres. A análise foi realizada com o intuito de compreender as representações correntes sobre o papel da mulher no Projeto Jaíba, na região Norte de Minas Gerais.

O Projeto Jaíba, situado no Norte de Minas Gerais, a aproximadamente 204 km da cidade de Montes Claros e uma distância de 622 km de Belo Horizonte e 950 de Brasília – DF, é caracterizado como o maior projeto de irrigação em área contínua da América Latina (SOARES, 1999). Originou-se da ação conjunta da União e do Governo de Minas Gerais, tendo como meta final da sua implantação a capacidade de irrigar uma área de 100.000 hectares. Tal empreendimento foi idealizado na perspectiva de se construir um grande projeto de irrigação que auxiliasse no desenvolvimento regional pautado pela redução das desigualdades sociais e regionais do Brasil (SANTOS; SILVA, 2009).

O fato de estar inserida em uma equipe de professores/pesquisadores, que atuam no projeto intitulado *Representações de gênero: mulheres na agricultura familiar e na reforma agrária do semiárido norte-mineiro*, do Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA, aprovado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, *Campus* de Januária, foi motivador para discutir os modos de vida das mulheres do semiárido norte- mineiro, mais especificamente no Projeto Jaíba.

Acredita-se que a participação das mulheres em diferentes espaços sociais, constitui-se em estratégia de empoderamento¹, pois amplia suas capacidades de tomada de decisão, de gerenciamento de suas vidas com autonomia e leva a uma transformação nas dinâmicas sociofamiliares de gênero e poder. Nesse sentido, constatou-se a inexistência de estudos acerca da participação das mulheres no contexto da agricultura familiar do Projeto Jaíba.

Assim, em uma imersão prévia *in loco*, constatou-se também a incipiência na implementação de políticas públicas de gênero² no âmbito desse Projeto. Tais fatores foram determinantes para a abordagem do tema da participação das mulheres na agricultura familiar. Assim, para este estudo, optou-se pelo campo relativo aos modos de vida e trabalho das mulheres do semiárido norte-mineiro como uma questão a ser construída e sistematizada na perspectiva das relações de gênero.

Nos últimos anos, ações significativas foram implementadas para a melhoria das condições de vida de homens e mulheres trabalhadores e trabalhadoras rurais. E, em se tratando especificamente de mulheres trabalhadoras no contexto da agricultura familiar, embora exista ainda um longo caminho para se conquistar a equidade social, políticas públicas têm sido implementadas no sentido de garantir o acesso das mulheres aos direitos já conquistados e, ainda estimular as transformações e atuação das mulheres como atores sociais e políticos. O questionamento que ora se focaliza é referente às dinâmicas de gênero na família, no âmbito do trabalho e da vida na agricultura, considerando a divisão sexual do trabalho – DST. Considera-se que as mulheres desempenhem papel relevante na agricultura, garantindo o sustento da propriedade e, ainda assim, é notória a invisibilidade de suas contribuições produtivas na agricultura, predomina a relação de “serviço” dedicado à família, resultando no não reconhecimento de seu protagonismo econômico ou mesmo de autoridade no meio familiar e comunitário.

¹ O termo empoderamento das mulheres está sendo tratado nesta tese no sentido do que Sen (2000) denomina de **condição de agente das mulheres** que considera a ideia de expansão das oportunidades para o exercício das liberdades e o aumento das oportunidades para o exercício das liberdades que implica o aumento da qualidade de vida do indivíduo.

² Políticas Públicas de Gênero – A centralidade dessas políticas está nas relações que são construídas socialmente entre homens e mulheres, perpetuadas no plano individual bem como no coletivo e envolvem a natureza dos conflitos e das negociações que são produzidas nas relações interpessoais entre homens e mulheres. Essas políticas não são neutras e apresentam impactos diferenciados entre homens e mulheres. (BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005, p. 184).

Partindo da concepção de que as políticas de promoção do desenvolvimento pautam-se em “proporcionar a melhoria das condições de vida da população” é que se tomou o contexto do Projeto Jaíba para uma análise, contemplando as condições e situações de vida e trabalho das mulheres. Buscou-se o entendimento de quais disputas estão presentes no âmbito da agricultura familiar na perspectiva do gênero e trabalho. Considerando que, na trajetória de implantação e consolidação do Projeto Jaíba, os aspectos culturais, sociais e políticos foram desconsiderados e que, especificamente, a agricultura familiar vivencia contradições e, por vezes, amargas decepções, é que se buscou refletir sobre a problemática específica do trabalho feminino na perspectiva do desenvolvimento regional e da redução das desigualdades sociais especificamente de gênero. Assim, emergiu a expectativa de discussão da participação das mulheres na agricultura familiar nesse contexto específico.

A relevância deste estudo constitui-se também pela necessidade de ampliação da discussão acerca do desenvolvimento rural e participação das mulheres na agricultura familiar na região. Considera-se que o estudo tem potencial de proporcionar fortalecimento e estímulo de implantação e implementação de grupos de pesquisa e de ensino com alcance multidisciplinar e, especificamente, na área de gênero e, ainda, da necessidade de implantação da Pós-Graduação no IFNMG, com o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, que apresentem um perfil multidisciplinar na produção de conhecimentos em áreas relativas ao desenvolvimento rural. Nesse sentido, a proposta de estudo insere-se no contexto regional do Norte de Minas Gerais.

Portanto, esta tese estruturou-se em sete capítulos. O primeiro capítulo contempla a introdução e justificativa, no segundo capítulo apresenta-se o problema de pesquisa a partir da constituição do tema em problema definindo alguns olhares teóricos. Na sequência, terceiro e quarto capítulos, apresentam-se os objetivos gerais e os objetivos específicos, a metodologia, os instrumentos de coleta, geração e análise de dados, bem como as considerações éticas. Por fim são apresentados os instrumentos que organizaram a aproximação com o campo e a análise.

No capítulo cinco apresenta-se o estudo descritivo sociodemográfico do trabalho das mulheres no Perímetro do Projeto Jaíba, com ênfase na contextualização do Jaíba. Posteriormente, são feitas algumas considerações sobre as mulheres agricultoras no Brasil e suas conquistas sociais e apresenta-se uma

breve caracterização do perfil das mulheres entrevistadas, ainda, contemplam-se, de forma geral, as atividades econômicas no âmbito do PJ, bem como as condições de trabalho e de produção.

O capítulo seis apresenta uma análise das dinâmicas das mulheres e gênero na agricultura e familiar no Projeto Jaíba. Portanto, abordam-se as concepções de trabalho, com ênfase na casa e na roça; as condições de trabalho contextualizando o trabalho leve e o trabalho pesado; ainda, aborda-se a divisão sexual do trabalho, centrada nos questionamentos de igualdade e autonomia e por fim consideram os aspectos de trabalho e renda.

No capítulo sete, discutem-se as perspectivas de empoderamento e desenvolvimento rural, considerando os fatores de inclusão/exclusão social e de gênero no PJ bem como as políticas públicas e gênero na agricultura familiar do Jaíba. E no capítulo 8 apresentam-se as considerações finais.

2 O PROBLEMA DE PESQUISA

A construção do objeto deste estudo inicia-se pela contextualização do Projeto Jaíba e sua inserção no norte do Estado de Minas Gerais. Inserção essa que apresenta as singularidades históricas, socioambientais, econômicas e populacionais em interação.

2.1 O Projeto Jaíba: Concepções Políticas e Estruturais

O Norte de Minas Gerais caracteriza-se pela grande diversidade física, social e econômica, apresentando clima semiárido, temperaturas elevadas, chuvas irregulares, com períodos secos e longos e ainda com chuvas concentradas em poucos meses do ano. Convém ressaltar que em meio a essas diversidades que a singulariza, a região possui baixos indicadores socioeconômicos. Em particular, ao semiárido mineiro, além de apresentar secas periódicas, somam-se também grandes problemas sociais e econômicos, a saber: pobreza, elevadas taxas de mortalidade infantil, analfabetismo, subnutrição, baixo dinamismo econômico, dependência de recursos governamentais e elevada concentração de renda e de terra (COSTA; PEREIRA; RUAS, 2010).

Para Pereira e Soares (2007):

Essa região tem como uma das suas características mais marcantes o fato de localizar-se numa área de transição, tanto do ponto de vista fisiográfico, quanto socioeconômico. Com seus ecossistemas de cerrado e caatinga, seu clima tendendo à semiaridez e as precárias condições de vida da maior parte da sua população, apresenta uma maior proximidade com a realidade nordestina. (PEREIRA; SOARES, 2007, p.2).

De acordo com o Ministério da Integração Nacional - MI (2010):

Sob a ótica do desenvolvimento regional, o semiárido constitui uma das sub-regiões que mais dependem de políticas públicas diversificadas, voltadas para a eliminação dos efeitos sociais e econômicos decorrentes das adversidades climáticas a que a área está submetida. (BRASIL, 2010, p. 26).

Dessa forma, o Norte de Minas Gerais sempre foi tido como uma região de “insustentabilidade” socioeconômica, que conta com baixos indicadores de desenvolvimento social e com condições de produção e de trabalho precárias.

Nesse contexto, destacam-se as políticas públicas, como fator de sustentabilidade, capazes de produzirem melhorias nos indicadores de desenvolvimento social. Em especial, apontam-se os projetos de desenvolvimento social relativos aos assentamentos rurais como possibilidades de construção de relações sociais e econômicas mais igualitárias, e sensíveis melhorias na qualidade de vida dos assentados, conforme apontam os estudos de Martins (2008) e Silva (2006).

Pensando nessa perspectiva, o maior projeto público de irrigação em área contínua da América Latina, o Projeto de Irrigação do Jaíba, é concebido, de acordo com Rodrigues (2001), como prenúncio de desenvolvimento regional para o sertão norte-mineiro, com a ampliação das possibilidades de aumento de renda dos pequenos e médios produtores e agricultores familiares, tendo na irrigação um fator indutor do desenvolvimento. O Projeto Jaíba foi concebido na década de 1970 em uma ação conjunta entre a União, representada pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, e o governo de Minas Gerais. (SOARES, 1999).

Apesar de o início do Projeto ter como referência 1970, de acordo com Gomes (1982), as primeiras colônias oficiais do Jaíba se formaram a partir de projetos de colonização do extinto Instituto Nacional de Colonização e Irrigação – INIC, já no início da década de 1950. Tais colônias tiveram seu desenvolvimento a partir do rio Verde Grande, à margem da estrada que fica entre os municípios de Janaúba e Manga e tiveram, inicialmente, um núcleo preparado para o assentamento de 200 famílias, em lotes de 20 a 30 hectares, totalizando 310 mil hectares de terras devolutas³ doadas pelo governo de Minas Gerais. (GOMES, 1982).

Para Soares (1999), as condições adversas do clima local, a falta de assistência técnica e o isolamento do núcleo em relação ao centro político-

³ As terras devolutas são terras públicas, sem nenhuma utilização específica. O fato de não haver registro da terra não caracteriza que sejam devolutas, devendo o poder público comprovar a existência e propriedade das mesmas. Compete ao Governo adotar medidas administrativas ou judiciais, visando promover a legitimação da propriedade particular ou a titulação da posse legítima sobre terra pública. (IDAF, 2012)

administrativo do Estado de Minas Gerais foram fatores dificultadores para que a primeira tentativa de colonização tivesse sucesso. Dessa forma, a autora evidencia a tentativa de implantação de forma alternativa voltada para a pecuária de corte como atividade econômica considerada tradicional nessa região de Minas Gerais. No entanto, não se alcançou sucesso em tal iniciativa pelo dimensionamento reduzido dos lotes e pela escassez de água superficial para o rebanho. Contudo, uma infraestrutura básica foi instalada na região de Jaíba, caracterizada como núcleo habitacional e administrativo da colônia, com estradas e campos de pouso, que possibilitaram o planejamento de ações mais concretas diretamente ligadas à referida região. (SOARES, 1999).

Na década de 60, estudos efetuados pelo *Bureau of Reclamation* – USA – sobre as potencialidades agrícolas da região denominada Mata da Jaíba resultaram na elaboração de um documento chamado – Reconhecimento dos Recursos Hídricos e de Solos da Bacia do São Francisco – o qual identificava uma área de 230.000 hectares para aproveitamento agropecuário. Esses estudos foram possíveis devido a um convênio firmado entre o Brasil (representado pela SUDENE, Comissão do Vale do São Francisco e CHESF) e os Estados Unidos. Não se pode afirmar que esses estudos tiveram uma relação direta com o desenvolvimento da infraestrutura do núcleo de colonização na região da Jaíba, mas as condições estruturais que lá existiam contribuíram positivamente para a implantação de projetos que visassem ao seu desenvolvimento social e econômico. (SOARES, 1999, p.8).

Ainda de acordo com Soares (1999), em 1966, foi criada a Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário – RURALMINAS - com a responsabilidade de fazer o planejamento, a reformulação e a ampliação do Núcleo de Colonização do rio Verde Grande e também a implantação de um projeto piloto de irrigação na região de Mocambinho, em uma área de 5.680 hectares. Acrescenta-se que, pelo fato de a mata da Jaíba estar inserida no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste – PLANOROESTE -, todas as ações foram facilitadas.

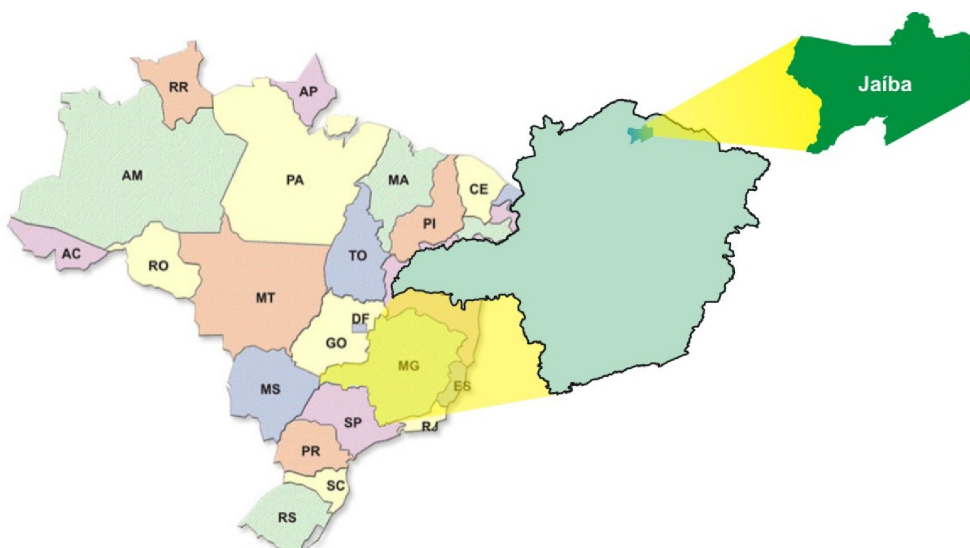
A RURALMINAS passou a coordenar e executar o 1º Plano de Desenvolvimento da Região Noroeste – PDRN - a partir de 1970, em função de um empréstimo do BID no valor de 29 milhões de dólares, tomado pelo governo de Minas. (GOMES, 1982).

Em 1972, iniciou-se a participação do Governo Federal na área do Projeto, com um empreendimento entre a União e o Governo de Minas. O denominado Distrito Agroindustrial do Jaíba – DAIJ foi constituído tendo em vista

uma área de 230.000 hectares tidos como aproveitáveis pelo *Bureau Reclamation*. Porém, foram selecionados 100.000 hectares para a implantação de um projeto de irrigação. Assim, teve início a elaboração do Projeto Executivo de Irrigação do Mocambinho, tendo como área irrigada prevista para 1.680 hectares. Nessa circunstância, criou-se em Belo Horizonte o PRODAIJ, para coordenar as ações desenvolvidas pela CODEVASF e RURALMINAS. Assim, em 1976, pelo cronograma oficial do PRODAIJ, estava prevista a realização de obras civis quanto à instalação das agroindústrias, com a participação de empresários e colonos. Dessa forma, em 1975, iniciaram-se as obras de infraestrutura de Mocambinho com recursos financiados parcialmente pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. (SOARES, 1999, p.8-9).

Conforme Santos e Silva (2009), o Projeto Jaíba está localizado em uma microrregião considerada como uma das mais pobres do Estado de Minas Gerais que fica no extremo Norte do Estado, na fronteira com a Bahia. Por causa da sua posição geográfica e, também, por ser cortada pelo rio São Francisco, esta região foi escolhida para sediar o referido projeto que deveria alargar a fronteira agrícola do país, integrando toda a região em um processo de desenvolvimento impulsionado pela agroindústria. De acordo com os seus idealizadores, a tecnologia de ponta a ser empregada na produção transformaria o árido sertão mineiro em um oásis da agricultura moderna. As ilustrações abaixo mostram a localização geográfica citada.

Figura 1 – Mapa - Localização do Município Jaíba no Estado de Minas Gerais



Fonte: Barbosa, Mendes e Santos (2010), Montes Claros-MG

Segundo Soares (1999), os municípios de Jaíba e Matias Cardoso pertencem à microrregião Sanfranciscana de Januária que abrange ainda os municípios de Manga, São Francisco, Januária, Itacarambi e Montalvânia, totalizando uma área de 33.828 quilômetros. Essa microrregião é considerada a maior de Minas Gerais em superfície, cerca de 27% de sua área total. (SOARES, 1999, p. 12).

De acordo com Santos e Silva (2009), a proposta foi dividida em quatro etapas que somam 100.000 hectares de área irrigada e mais 130.000 hectares de área de *sequeiro*. O Projeto foi desenvolvido com os objetivos de incorporar a região à economia, ampliar a fronteira agrícola, aumentar a renda média dos trabalhadores locais através da implantação de indústrias, agroindústrias e empreendimentos agropecuários, introduzir novas tecnologias na agricultura local e ainda criar um novo polo agropecuário para abastecer parte da região sudeste. (SANTOS; SILVA, 2009).

Portanto, o Projeto Jaíba é instituído e inspirado pelo Estado como agente indutor do desenvolvimento econômico regional com o objetivo de solucionar os problemas relativos ao subdesenvolvimento. Deflagraram-se, portanto, ações para a implantação de um perímetro de irrigação que fosse adotado como política pública suficiente e própria, capaz de alavancar o desenvolvimento local.

Para Rodrigues (1998), todas as ações de consolidação do PJ sustentaram-se em um modelo autoritário de planejamento, de base técnica e centralizadora. O perímetro irrigado do Jaíba, localizado na maior região do Semiárido de Minas Gerais, também foi idealizado e implantado atendendo essa lógica. Conforme a autora, o discurso político para sustentar os investimentos pesados de implantação e de continuidade do projeto à época e o discurso atual são bastante parecidos.

Em se tratando das justificativas para a implantação do Projeto Jaíba e para o contínuo investimento, a autora ressalta que, no início, além da argumentação de integrar a região no contexto socioeconômico do Estado e do Brasil, dois fatores mereceram destaques como indutores das ações de desenvolvimento do Projeto. O primeiro foi a necessidade de contenção de fluxos migratórios das regiões mais deprimidas do Estado, que geram tensões sociais e problemas de urbanização e saneamento nas grandes cidades. O segundo foi a necessidade sempre crescente de produção de alimentos para consumo interno e

eventual geração de excedentes para exportação. Com o passar do tempo, tal justificativa foi ressignificada. Atualmente, tem-se buscado a promoção da integração dessa grande área de produção agrícola à economia do Estado de Minas Gerais e do Brasil, criando-se um polo dinâmico de desenvolvimento com base tecnológica, centrada na irrigação e por meio de moderno modelo de agronegócio, contribuindo positivamente na elevação dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dessa região árida às margens do rio São Francisco. (Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI, 2003; RODRIGUES, 1998).

Pode-se dizer do Projeto Jaíba e da pretensão estatal que se consumiu até o final da década passada, aproximadamente, meio bilhão de *dólares* na construção de infraestrutura para irrigar 100 mil hectares de terras e, no entanto, assentaram-se menos de duas mil famílias, e venderam-se lotes para algumas dezenas de empresários. (CODEVASF, 1994).

Para Rodrigues (1998), aceitas as justificativas e implantadas as ações posteriores de consolidação do projeto, buscou-se assentar produtores rurais familiares em propriedades concebidas como um fator produtivo para geração de renda e, como consequência, gerar melhorias sociais e o desenvolvimento rural em um espaço considerado não desenvolvido.

Foram assentadas aproximadamente 1.800 famílias e, segundo a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, a escolha do colono se deu via análise de cadastro, realizado com pretendentes de todo o país, tendo como exigência mínima “alguma” experiência em agricultura⁴. Como pode ser observado, os critérios não se referem a elementos que contemplem especificidades loco-regionais e de gênero, por exemplo.

Conforme Araújo, Godrim e Souza (2007), as primeiras frentes de assentamento para a agricultura irrigada foram implantadas em 1988, em Mocaminho (Área D da Figura 5). Nesse sentido, os autores ressaltam:

Esta área se caracteriza por estar mais próxima do manancial hídrico e pelo fato de priorizar o assentamento dos habitantes nativos da região. Anteriormente, as famílias cultivavam suas lavouras no sequeiro, utilizando-se da vazante do rio São Francisco. Os assentamentos seguintes foram os das áreas F (1990); C3 (1992), B (1996), C2 (destinada à produção empresarial, concluída em 1996) e A (iniciada em 1997, ainda com áreas a serem ocupadas por novos assentados). As famílias foram assentadas pela CODEVASF.

⁴ Grifo da autora.

Primeiramente foi realizado um cadastro no qual puderam se inscrever pessoas de todo o país, com experiência na agricultura. Posteriormente, essas famílias passaram por entrevistas, apresentaram documentos para comprovar as informações prestadas do cadastro e, de acordo com alguns critérios socioeconômicos estabelecidos por aquela empresa, as famílias eram assentadas conforme as frentes de assentamento iam sendo implantadas. Suas origens são as mais diversas, tanto no que se refere a território, como em atividades profissionais. Mas na sua grande maioria, são oriundas do norte de Minas e eram agricultores, proprietários e trabalhadores rurais (ARAÚJO; GODRIM; SOUZA, 2007, p.3,4).

De acordo com a CODEVASF (2008), atualmente, entre os perímetros irrigados em Minas Gerais, o Projeto Jaíba destaca-se como um dos maiores produtores de alimento na região. Ademais, “a grandeza do projeto totalmente concluído”, conforme afirma a CODEVASF, é demonstrada pelos números, a saber: uma área bruta de mais de 157 mil ha, com área líquida irrigada de 66 mil ha, a produção de alimentos é de 2,3 milhões de toneladas/ano, atingido a marca de R\$ 522 milhões/ano. A estimativa de investimento para implantar uma lavoura na região é de cerca de R\$ 15,5 mil/ha. A infraestrutura garante a produtividade: 530 km de canais de irrigação, estação de bombeamento com capacidade de 80m³/seg, 660 km de estradas de circulação dentro do perímetro. No Jaíba, somente em 2006, foram produzidas mais de 24 mil toneladas de banana, em 1.191 ha. Outros cultivos como uva, maracujá, manga, goiaba, acerola, pinha, além de sementes e hortaliças, também se sobressaem.

O local também é destaque como o projeto de irrigação com a maior área de preservação ambiental: 90.078 ha. Em novembro de 2007, a CODEVASF assinou as escrituras públicas de compra e venda de 122 lotes agrícolas, localizados na gleba C-2. No tocante aos pequenos irrigantes, nas demais glebas (B, C3, D e F), o assentamento foi concluído. Assim, a partir de 2005, passou-se a ocupar a gleba A, e mais recentemente as glebas A3 e A4 com dois grupos de irrigantes: um com 212, oriundo do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público Federal, e o outro com 246 produtores, do processo de seleção efetuado em 2005. Nas duas glebas, encontram-se 444 famílias assentadas, sendo 209 do primeiro grupo e 235 do segundo. Para o grupo de 212, a CODEVASF realizou as seguintes ações: forneceu treinamento básico, um centro social, células habitacionais de alvenaria, cestas básicas por seis meses, desmatamento e preparo de um hectare, insumos, assistência técnica integral, mediante convênio com a EMATER - MG,

quatro tratores com implementos e uma área de 5,6 ha para práticas agrícolas comuns. Para o grupo dos 246, foram fornecidos os mesmos benefícios, à exceção do centro social, tratores e área para práticas agrícolas comuns. (CODEVASF, 2008).

Autores como Rodrigues (2001) reconhecem a importância de programas de irrigação como o Jaíba, no sentido de aumentar a produção de alimentos e matérias-primas para as indústrias, reduzir os impactos das adversidades climáticas e ainda possibilitar o aumento das oportunidades de emprego e renda, o que constitui um conjunto técnico-econômico. No entanto, ressalta-se que na concepção e implantação do Projeto não foram considerados os aspectos culturais, sociais e políticos. Tal fato gerou graves problemas como a desorganização social e ainda a baixa participação dos agricultores em situações de gestão social, o que produz efeitos negativos na comercialização e no acesso ao crédito, nas dimensões econômica e política, na construção de uma identidade e na autonomia. Apesar de todas as potencialidades, infraestrutura produtiva, avanços sociais e econômicos do Projeto Jaíba, muitas dificuldades ainda são enfrentadas conforme afirmam Araújo, Godrim e Souza (2007).

Nesse sentido, Santos e Silva (2009) argumentam que a mudança da lógica de produção de subsistência para a lógica da produção de mercado ocasionou um conjunto de problemas sociais, econômicos e mesmo culturais no Projeto Jaíba. Sua criação inicial orientou-se para a produção agroindustrial e, posteriormente, com a incorporação de agricultores tradicionais da região norte-mineira, transformou-se em um empreendimento de colonização. No entanto, pressionados pelas exigências das relações capitalistas, os produtores assentados mudaram sua forma de produzir, de se relacionar e, conseqüentemente, transformaram-se suas formas de viver.

Em síntese, na perspectiva do desenvolvimento regional pautado pela redução das desigualdades sociais e regionais no Brasil é que o Projeto Jaíba foi idealizado. Inicialmente a implantação de tal projeto se deu tendo como base as grandes empresas agrícolas, ainda no Regime Militar. Posteriormente, passando pelos primeiros governos civis, houve a tentativa de implantação de um modelo de desenvolvimento rural com base nos agricultores tipo "*farmer estadunidenses*" e, desde o final dos anos 1990, existe uma tentativa frustrada de transferência total da gestão do Projeto para os irrigantes. Cumpre ressaltar que para reduzir

as desigualdades sociais e regionais no Brasil, no governo JK - Juscelino Kubitschek (de 1956 a 1960), criou-se a SUDENE a partir da concepção de Celso Furtado⁵ e num contexto de projeto mais amplo de desenvolvimento do Nordeste. Assim, a SUDENE consolidou-se como uma agência de desenvolvimento regional com a responsabilidade de planejar e coordenar os programas socioeconômicos de interesse do Nordeste, sendo-lhe conferido o poder de atuar como órgão centralizador dos investimentos federais na região. Então, a partir da implantação da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – que abrange a região do Norte de Minas, também denominada Região Mineira do Nordeste por fazer parte da região do semiárido do país, o Norte de Minas, uma das regiões mais pobres do estado, teve assim uma expressiva melhoria nos seus indicadores socioeconômicos. (SANTOS; SILVA, 2009).

Pode-se afirmar que a presença ativa do Estado possibilitou o crescimento econômico da região, pois entre os anos de 1985 e 1995, o PIB do Norte de Minas apresentou taxa de crescimento superior à da economia brasileira e de Minas Gerais. (RODRIGUES, 1998). Nesse sentido, evidencia-se que a incorporação da região à área de atuação da SUDENE demonstra que o Estado foi e continua sendo o principal fator de desenvolvimento da região, e que os indicadores socioeconômicos do Norte de Minas podem ser divididos em antes e depois da SUDENE. A partir de meados da década de 1970, o histórico quadro de estagnação socioeconômica da região é rompido. (SANTOS; SILVA, 2009).

O investimento do Estado foi determinante também para a transformação nas relações sociais na região, uma vez que polos urbano-industriais foram criados,

⁵ Celso Furtado - como Diretor da Divisão de Desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (1949-57), contribuiu de forma decisiva, ao lado do economista argentino Raúl Prebisch, para a formulação do enfoque estruturalista da realidade socioeconômica da América Latina; Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) (1958-59); No Governo de Juscelino Kubitschek, elaborou o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, que deu lugar à criação da SUDENE, órgão que dirigiu por cinco anos (1959-64); No Governo João Goulart, foi o primeiro titular do Ministério do Planejamento (1962-63); Com o golpe militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados por dez anos, dedicando-se então à pesquisa e ao ensino da Economia do Desenvolvimento e da Economia da América Latina em diversas universidades como as de Yale (EUA, 1964-65), Sorbonne (França, 1965-85), American University (EUA, 1972), Cambridge ("Cátedra Simon Bolívar"-Inglaterra, 1973-74), Columbia (EUA, 1976-77); Com a redemocratização, foi embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia (1985-86), em Bruxelas, e Ministro da Cultura do Governo Sarney (1986-88), quando elaborou a primeira legislação de incentivos fiscais e fez a defesa da identidade cultural brasileira; está entre os grandes economistas do mundo que estudaram, no pós-guerra, e de forma pioneira, os problemas do desenvolvimento econômico relacionando-os com problemas históricos, como Gunnar Myrdal, Raúl Prebisch, Ragnar Nurkse, Hans Singer e outros (Academia Brasileira de Letras - Celso Furtado – Biografia).

ocorreu uma grande migração campo-cidade e ainda evidenciaram-se grandes mudanças nas relações sociais no meio rural. (CARNEIRO, 1992).

Ainda, na discussão de Santos e Silva (2009), o Projeto Jaíba, por ser um complexo empreendimento, causa significativas polêmicas e críticas. Em se tratando dos aspectos positivos, os referidos autores apontam a importância de se ter implantado um polo de fruticultura na região do semiárido; de conseguir fixar os homens e mulheres no campo incorporando-os a processos produtivos modernos; promover o desenvolvimento regional conseguindo melhorar alguns indicadores socioeconômicos na região; melhorou também a renda familiar e elevou a qualidade de vida de parte significativa dos irrigantes, de suas famílias e, conseqüentemente, também de milhares de pessoas da região. Nessa perspectiva, os autores argumentam, também, que é um projeto irreversível, que necessita ser aprimorado, uma vez que muitas pessoas estão envolvidas, uma complexa estrutura foi montada e ainda muitos recursos públicos foram investidos. Em relação aos aspectos desfavoráveis ao Projeto Jaíba, ressaltam que tal empreendimento, como mais um dos “projetos faraônicos” gestados pelo Regime Militar durante o *milagre econômico*, consumiu volumosos recursos por gestões incompetentes e corruptas; teve atraso de dez anos na sua implantação; acentuou a diferença entre pequenos e grandes produtores; não executou uma política eficaz de educação dos colonos; não viabilizou o escoamento da produção; não conseguiu criar o polo industrial planejado; abandonou os pequenos irrigantes em precárias condições sociais; apresentou dificuldades na captação de água, pela falta de planejamento ambiental, além da vasta dimensão do Projeto gerar um desastre ecológico; e por fim salientam a questão da viabilidade econômica do Projeto que não conseguiu sua autossustentação.

Diante das justificativas apresentadas acima, em se tratando de aspectos negativos concernente à implantação do PJ, citam-se algumas ponderações feitas por Martins (2008) que evidencia a dificuldade na implementação de um projeto de irrigação nos moldes do PJ. Nessa perspectiva a autora ressalta:

Constatou-se que o Projeto Jaíba foi implementado por organizações de naturezas distintas, que têm grandes responsabilidades em áreas diferenciadas e com objetivos diversos; que as instituições estiveram expostas a um ambiente político instável; e que influências políticas interferiram nos seus processos decisórios, exigindo dessas organizações adaptações na estrutura administrativa para conviver

com a falta de autonomia e de recursos, o que culminou em atrasos para o Projeto Jaíba. (MARTINS, 2008, p. 184).

Nesse contexto de discussão e considerando todo o investimento feito no PJ e a sua irreversibilidade, com foco nas possibilidades de viabilização social e econômica é que se tentou compreender a dinâmica de tal empreendimento.

Em relação aos assentados, foi realizada uma visita⁶ ao Projeto e pôde-se comprovar a diversidade de origens dos mesmos, bem como foi possível observar, dentro dessa área, lotes abandonados, arrendados ou alugados. As áreas abandonadas, segundo informações da CODEVASF, se dão por falta de aptidão de alguns colonos para a agricultura. Na Etapa I, cada agricultor recebeu um lote com área de cinco hectares e ainda foi orientado para a produção voltada ao agronegócio. Ademais, a visita evidenciou que o Projeto Jaíba se transformou em um empreendimento de colonização com a incorporação de agricultores tradicionais da região e de todo o país que, como os Colonos do Norte de Minas, foram pressionados pela nova orientação produtiva, e mudaram sua forma de produzir. Tais agricultores, Colonos do Norte de Minas, se viram impelidos a aderirem a uma tendência para a monocultura, principalmente a fruticultura, com a utilização de agrotóxicos, adubos químicos e irrigação, implicando, assim, uma visão de mercado para atendimento às metrópoles nacionais e ou ao mercado internacional. (BARBOSA, MENDES; SANTOS, 2010).

A Figura 3 apresenta um lote com plantação de limão que constitui na atualidade uma tendência de investimento dos produtores, uma vez que muitas entrevistadas enfatizaram tal produção em seus lotes.

⁶ Visita para a elaboração de um artigo sobre Sistemas Agrários, como exigência da disciplina Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários, no quadro do Dinter (2011),

Figura 3 – Imagem de um lote com plantação de limão no PJ



Fonte: Barbosa (2012), Jaíba-MG.

Ainda, nesse contexto, também há a presença do capital privado, representado pelos grandes produtores rurais e agroindustriais. Pôde-se constatar, à primeira vista, que o empreendimento localiza-se sobre os melhores solos. Dessa forma, infere-se que os médios e pequenos empresários 'pegaram carona' no projeto ao invés de tornarem-se os beneficiários diretos. Indo ao encontro dessa perspectiva, Rodrigues (1998) assevera estar explicito a intenção do estado em dirigir a atenção para o assentamento do colono, quando o real interesse era ter uma justificativa social para aprovação do empreendimento. (BARBOSA, MENDES; SANTOS, 2010).

Figura 4 – Imagem de um lote com plantação de atemoia no PJ



Fonte: Barbosa (2012), Jaíba, MG.

A Figura 4 apresenta uma plantação de atemoia em um lote do PJ, caracterizando o empreendimento na inserção da agricultura familiar.

De acordo com Barbosa, Mendes e Santos (2010), outro fator identificado na visita de campo e em entrevista com os técnicos da EMATER, foi a presença das grandes empresas rurais como a Brasnica Frutas Tropicais e a SADA Bio Energia e Agricultura. Tais empresas ocupam grandes extensões de terra com mais de 600 hectares, onde produzem frutas para as grandes metrópoles e para o mercado exterior, derivados da cana-de-açúcar, sementes para o meio rural e o mercado externo. Essas adotam técnicas modernas de produção e gestão – maquinaria pesada, agrotóxicos e adubos químicos. Pode-se afirmar que nos empreendimentos dessa natureza, aflora a figura do grande produtor rural e do trabalhador na atividade rural assalariada. Nesse sentido, evidencia-se que o setor empresarial encontra-se amplamente integrado ao complexo agroindustrial e integrado à chamada modernização da agricultura brasileira. Nessa perspectiva, o sistema agrário sociotécnico em seu lado empresarial rompe com a atividade econômica historicamente predominante no Norte de Minas Gerais – que é a pecuária extensiva e de corte⁷.

⁷ Desenvolvida em todos os Estados e ecossistemas do País, a pecuária de corte brasileira apresenta uma ampla gama de sistemas de produção. Estes variam desde uma pecuária extensiva, suportada por pastagens nativas e cultivadas de baixa produtividade e pouco uso de insumos, até uma pecuária dita intensiva, com pastagens de alta produtividade, suplementação alimentar em pasto e confinamento. (EMBRAPA, 2012).

Nesse novo contexto, surgem novas categorias sociais representadas pelos grandes produtores rurais, agroindustriais e ainda os agricultores assalariados que passam a compor um cenário de industrialização da agricultura.

Por conseguinte, pode-se afirmar que a análise do contexto no qual estão inseridas as mulheres, tema de discussão desta tese, permite um olhar que favorece uma leitura ampla e complexa da realidade que permeia a “trajetória” (no sentido que atribuem Mazoyer e Roudart, 2009) de um determinado espaço geográfico. Nesse entendimento, abrem-se indagações e discussões sobre a realidade e suas múltiplas dimensões: econômica, social, cultural, política e ambiental, que são contribuições do espaço ocupado. As formas de vida e trabalho são as expressões desse “espaço-território” de contradições.

Para Mazoyer e Roudart (2009), citados por Barbosa, Mendes e Santos (2010), ao descrever a trajetória e a dinâmica de um espaço geográfico, as variáveis como o meio cultivado; os instrumentos de produção; o modo de artificialização do meio; a divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria, os excedentes agrícolas e as relações de troca com outros atores sociais; as relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção e dos bens de consumo; impelem o descritor a análise curiosa de diversas situações problemas ou fatores dificultadores e ou facilitadores da decadência e estabelecimento do novo.

Assim, considerando essas bases conceituais de análise, prevalecem questionamentos em relação à contribuição do Projeto Jaíba no desenvolvimento da região do semiárido mineiro e ainda indagações mais gerais de quais as influências nas condições de vida dos agricultores e agricultoras.

Sendo tributários a todas essas questões, Santos e Silva (2009), enfatizam:

Com a recriação da SUDENE, coloca-se um grande dilema. Recriada a SUDENE, qual modelo será implantado de fato? Será a SUDENE dos grandes empreendimentos privados, da preocupação com a reprodução do capital ou a SUDENE defendida por Celso Furtado, do desenvolvimento econômico e social visando combater os desequilíbrios regionais no Brasil? É possível reconstruir a parte dos irrigantes visando, de fato, melhorar suas condições de vida na perspectiva de atenuar as diferenças sociais e regionais como era originariamente o projeto da SUDENE? (SANTOS; SILVA, 2009, p.22).

O maior projeto público de irrigação em área contínua da América Latina é concebido com prenúncio de melhoria das condições de vida do sertanejo mineiro e de garantia de desenvolvimento regional.

Segundo Rodrigues (2001):

O principal fator explicativo do subdesenvolvimento do Nordeste (e Norte de Minas) com relação ao Centro-Sul do País era, até final dos anos cinquenta, a condição climática adversa (seca). Desde essa data, Furtado (1998) vem apresentando diagnóstico distinto, chamando atenção para a importância do desenvolvimento de ações que busquem conviver com as estiagens prolongadas. Para ele, a causa principal do subdesenvolvimento da região está na organização social, que gera impacto maior, em períodos de estiagem prolongada, nos produtores de alimentos. Por isso, considerava importante o desenvolvimento da agricultura irrigada, para estimular a produção de alimentos, manter a regularidade da oferta de forma a atenuar os efeitos da seca e a criação de uma classe de agricultores regantes, organizados em unidades familiares. (RODRIGUES, 2001, p.207).

Assim, diante do exposto, tem-se a materialização do Projeto Jaíba com as suas concepções políticas e estruturais e as múltiplas disputas que evidenciam a sua trajetória de implantação. Na perspectiva de aprofundar reflexões sobre a organização social e do trabalho nesse âmbito, buscam-se, na sequência, elementos que auxiliem essa compreensão.

2.2 A Agricultura Familiar no Jaíba: Organização, Trabalho e Gênero

O Perímetro de Irrigação Jaíba foi implementado em quatro etapas. Para esta pesquisa considerou-se a Etapa I, na Área A: Núcleo de Serviço 1 (NS1) e Núcleo de Serviço 2 (NS2), uma vez que a Etapa I foi destinada aos agricultores familiares assentados, portanto o *locus* desta tese. Assim, de acordo com dados da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF 2008), 70% dos lotes possuem 5 ha e foram ocupados por agricultores familiares, o que representa a maior parcela da população do Perímetro Irrigado do Jaíba.

Segundo Soares (1999), em 1985, decidiu-se realizar a irrigação por aspersão convencional⁸ de 28.200 hectares. Nessa perspectiva, nasce a Etapa I do

⁸ O sistema de irrigação por aspersão convencional constitui-se tradicionalmente de um conjunto de condutos forçados formando a linha principal e as linhas laterais portáteis, que são deslocadas ao longo do campo, a fim de que toda a área seja irrigada. (MIRANDA; SANTOS; COELHO, 2011).

Projeto Jaíba, que é a primeira das quatro etapas implantadas. Assim, de acordo com a autora, tal etapa seria financiada pelo Banco Mundial desde que o projeto contasse com propósitos de cunho social.

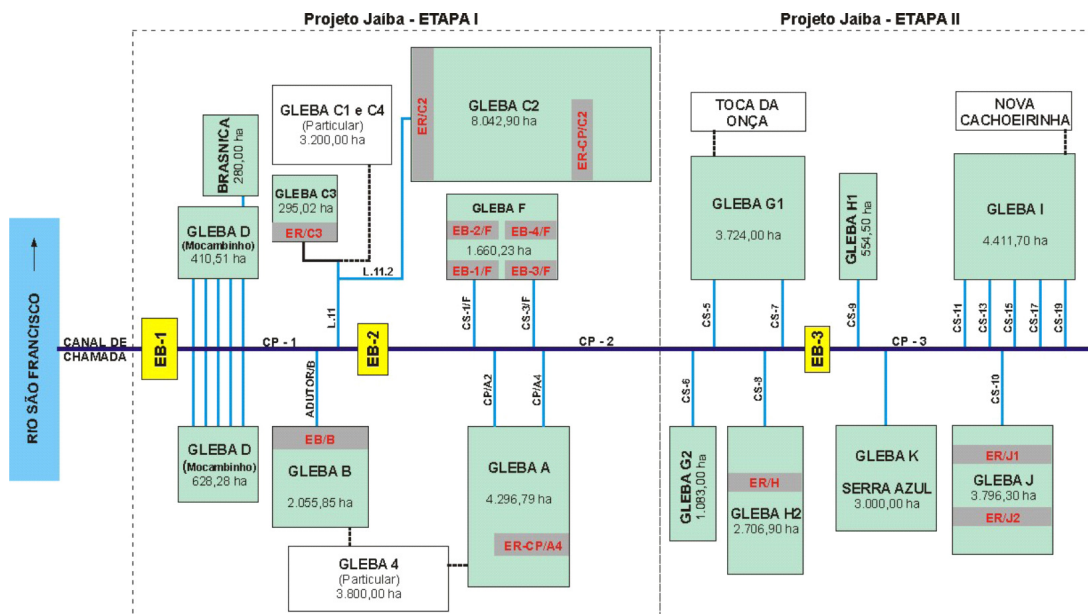
Em se tratando dos propósitos de cunho social na sua implantação, Santos e Silva (2009) evidenciam:

No caso do Jaíba, o Banco fez algumas exigências importantes. Em primeiro lugar, exigiu que houvesse uma contrapartida de investimentos do governo brasileiro e, em segundo, que se mudasse o caráter estratégico do Projeto. Ou seja, ele deveria adotar o princípio da fixação dos agricultores da região como pequenos irrigantes e não mais como boias-frias trabalhando para os empresários a serem instalados, como estava previsto originalmente. Rodrigues (1998) denominou essa mudança na estratégia de implantação do Jaíba *denotação social do Projeto*. (SANTOS; SILVA, 2009,p.12,13).

Assim, para Santos e Silva (2009), a denotação social do Projeto constituiu-se em acirrados debates envolvendo técnicos de diferentes órgãos. Uns defendiam que, para garantir o sucesso do empreendimento, a solução era trazer agricultores de outras regiões, que se dedicavam à agricultura de mercado, com vasta experiência e ainda justificavam que em se tratando de agricultores pobres da região, esses poderiam não conseguir se adaptar às exigências da agricultura irrigada. No entanto, foram assentados agricultores pobres do Norte de Minas, conforme as determinações do Banco.

A seguir, observa-se um diagrama que representa as glebas das Etapas I e II.

Figura 5 - Diagrama do sistema de distribuição de água do Projeto Jaíba



Fonte: DIJ (2008), Jaíba-MG.

Considerando essa Etapa I, Silva (2006) ressalta que foram assentadas 1.828 famílias de pequenos agricultores, nas glebas A, B, C3, D e F perfazendo a seguinte distribuição: 845 famílias na gleba A, 399 famílias na B, 57 famílias na C3, 201 famílias na D e 326 na gleba F. Cada uma das referidas glebas possui associação de produtores que representa os interesses dos agricultores familiares, o que constitui a interlocução das famílias com o poder público e atuação na organização para a obtenção de linhas de crédito, fomento de canais de comercialização e ainda muitas outras ações para viabilização da produção. Nesse sentido, enfatiza-se a importância da agricultura familiar no universo descrito acima.

O total de empregos gerados de forma direta e indiretamente dentro do Projeto Jaíba é na ordem de 12 mil, de acordo com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais SEAPA (2010). Em se tratando de projetos de crédito rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF - totalizou um montante de R\$ 3.430.870,00, com 185 projetos de crédito rural nas diversas linhas de créditos, segundo a EMATER-MG (2010).

Dados da EMATER-MG (2010) apontam que os produtores são tipificados pela produção agrícola nos seguintes sistemas produtivos: florestal, forrageiro,

fruticultura e olericultura. Entre o período de 2005 a 2010, o sistema de fruticultura é caracterizado como crescimento sustentado e o número de produtores com tal atividade passou de 898 em 2005 para 1220 em 2010. A atividade florestal também apresentou crescimento, já que em 2005 um (01) produtor explorava a referida atividade, e em 2010 já se identificam 37 produtores. Outras atividades sofreram variações no período descrito, tendo, em 2005, o número de 507 produtores trabalhando com forrageiras, 600 com olericulturas e 579 com grãos.

Ainda de acordo com a EMATER-MG (2011) (informação verbal)⁹, o número de mulheres acima de 18 anos no Projeto é de, aproximadamente, 1.200, com nível de escolaridade que vai de não alfabetizadas a algumas poucas pós-graduadas. No geral, essas mulheres são provenientes de cidades do Norte de Minas, a saber: Porteirinha, Janaúba, Januária, Espinosa, São João das Missões, Francisco Sá, Matias Cardoso, Itacarambi, Montes Claros, Varzelândia, Manga, Mato Verde, Verdelândia e ainda de outras cidades que não fazem parte do Norte de Minas: Uberlândia, Pedra azul, Uberaba, Belo Horizonte e Paracatu. Destacam-se também a proveniência de outros Estados: Piauí, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Ceará e Alagoas. Em se tratando das atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito do Projeto, pode-se citar a pluriatividade: agricultura, artesanato, agroindústria, higiene e beleza, atividades domésticas, magistério, comerciantes, funcionalismo na área da saúde, educação, costura, dentre outras.

Não existem informações disponíveis, neste momento, que permitam uma visão mais detalhada sobre essa realidade feminina. Esta tese buscou informações sobre o trabalho agrícola e outros que incorporam mulheres, que sustentam nossas análises.

De 1991 a 2010, o município de Jaíba teve um crescimento populacional de 17.896 para 33.587 habitantes, ou seja, 87,68%. Em relação aos municípios limítrofes, os dados demonstram que esses tiveram crescimento que variam de 4,03% a 66,29%, excetuando dois municípios que apresentaram decréscimo de população. Nesse período, o Índice de Desenvolvimento Humano apresentou resultados satisfatórios em todos os municípios da região, sendo o município de Jaíba considerado o segundo mais satisfatório com um índice de 0,527 em 1991; já

⁹ Informações provenientes da Unidade Projeto Jaíba, EMATER-MG (2011).

em 2010 com um índice de 0,602, apresentando uma variação satisfatória de 23,72%. Para os municípios limítrofes com Jaíba, a variação satisfatória foi de 10,64% a 24,73% (EMATER, 2010).

Em se tratando de política pública de crédito rural, verificou-se a incipiência na implementação do Pronaf-Mulher¹⁰ no PJ, uma vez que, segundo informações obtidas na Superintendência do Banco do Nordeste em Montes Claros – MG (2012), no município de Jaíba, mas não no PJ, somente três mulheres conseguiram até agora obter a titularidade do acesso ao crédito Pronaf-Mulher, totalizando recursos na ordem de R\$ 21.246,98. E, em pesquisa direta feita na Superintendência do Banco do Brasil em Belo Horizonte-MG, de 2006 a 2009, onze mulheres obtiveram acesso ao Pronaf-Mulher no município de Jaíba. (BNB, 2012; BB, 2011) (informação verbal). .

Em uma análise dos fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares à política de crédito rural, Copetti (2008) ressalta que as linhas especiais de crédito que são pensadas como alternativas para segmentos como as mulheres e os jovens, específicos das populações rurais, apresentam muitas dificuldades estruturais que comprometem o acesso aos recursos. A autora apresenta também um estudo realizado pelo MDA/NEAD (2005) que lista inúmeros fatores de restrição ao acesso das mulheres rurais ao crédito, são eles:

[...] a falta de documentação pessoal básica e de título de propriedade da terra entre as mulheres; o endividamento do marido; que por muitas vezes é desconhecido pelas esposas e as impossibilita de acessar o crédito; a falta de conhecimento dos profissionais que trabalham com o crédito em relação a essas linhas específicas; os projetos elaborados pelos técnicos limitam-se muitas vezes às atividades primárias da agricultura familiar; a rede de assistência técnica disponível não apresenta formação para realizar trabalhos visando à inclusão positiva das mulheres; o esgotamento da capacidade de endividamento da família quando da solicitação de um projeto de crédito e principalmente a falta de autonomia econômica das mulheres para decidirem contrair o empréstimo junto aos bancos. (COPETTI, 2008, p.93).

Dessa forma, Copetti (2008) analisa todos os fatores listados como limitações das mulheres ao acesso aos recursos do Pronaf-Mulher, fato que compromete a eficácia e o alcance das linhas de crédito especiais.

¹⁰ Mais adiante, detalha-se essa política de crédito agrícola.

Nessa ótica, questiona-se a acessibilidade às políticas de gênero, ou seja, especificamente ao Pronaf-Mulher o que se constitui em privação em relação à liberdade das mulheres. Nessa linha de raciocínio, ao longo do desenvolvimento desta tese, trazem-se elementos sobre as políticas públicas, sua inserção e implementação no espaço do Jaíba e influência na vida prática dos agricultores e agricultoras.

2.3 Divisão Social e Sexual do Trabalho na Agricultura: Elementos para Análise dos Modos de Vida e Trabalho das Mulheres no Jaíba

Pode-se pensar em um “destino de gênero” inexorável, proveniente das relações “hegemônicas” de gênero, socialmente construídas e em especial na esfera da divisão sexual do trabalho, que articula toda a dinâmica familiar, com base na figura masculina. No entanto, admitindo-se essa base essencialista e sua imutabilidade, fica difícil pensar iniquidades socioculturais.

Entende-se que, como Osório Hernández (2009), considerar uma política pública voltada para a agricultura familiar implica também ter como relevante a participação das mulheres nesse tipo de agricultura. Tal participação está relacionada às relações de gênero construídas socialmente, tendo como base a divisão sexual do trabalho constitutiva da dinâmica familiar.

Mesmo reconhecendo, otimisticamente, o potencial discutido por vários autores, e embora as mulheres tenham participação significativa na agricultura familiar, ainda assim o trabalho realizado por elas não é levado em consideração em sua titularidade e singularidade pelas estatísticas oficiais. No interior do contexto doméstico também não se reconhece a sua contribuição à economia, persistindo dessa maneira a invisibilidade das suas contribuições aos coletivos aos quais se incorpora.

Assim, considerando a perspectiva de Scott (1995), entende-se gênero como um elemento constitutivo de relações sociais, considerado como um primeiro modo capaz de dar significado às relações de poder. Dessa maneira, tal concepção pautada numa construção social, evidencia uma negação na concepção biológica determinística que entende as diferenças entre o comportamento masculino e feminino como provenientes de uma constituição natural do ser humano.

Tal autora, historiadora e teórica inglesa, entende que o gênero é uma categoria de análise que afirma a historicidade das distinções sociais entre os sexos, sendo um conceito relacional que impede analisar homens e mulheres separadamente. Símbolos culturais, conceitos normativos expressos e as identidades subjetivas de homens e mulheres forjadas em suas relações com as instituições e organizações sociais devem ser situados historicamente. Assim, a divisão social do trabalho entre os sexos, que vincula as mulheres à esfera privada de reprodução e os homens à esfera pública de produção, é fruto de processo histórico que utiliza a diferença biológica como justificativa para uma divisão arbitrária do trabalho (SCOTT, 1995).

Assim, entender gênero é entender um conjunto de relações, como relações de poder, que definem funções sociais com base no sexo-gênero (CAVALCANTI, 1999). Entende-se uma construção social, na esfera das relações, o que lhe confere capacidade de mudança. A autora entende que igualdade de gênero implica mulheres e homens com iguais condições para exercer todos os seus direitos e potenciais para contribuir para o desenvolvimento nacional, nos âmbitos político, econômico, social e cultural, podendo receber os benefícios de seus resultados.

Dessa maneira, Cavalcanti (1999) evidencia que uma política ou prática sensível a gênero resulta numa interação proativa e em intervenções que possam transformar as coisas para melhor e nunca em uma imagem instantânea dos atuais papéis e relações. Assim, torna-se necessário reconhecer que as implicações de gênero explicitadas na vida prática ou em “determinações simbólicas” não são de responsabilidade exclusiva das mulheres.

Nesse contexto de discussão, considerando as relações de gênero e o empoderamento feminino, entendem-se necessárias as reflexões sobre políticas públicas de crédito rural no contexto de vida e trabalho das mulheres envolvidas na agricultura familiar. E, mais especificamente, situando-as histórica e geograficamente no Projeto Jaíba, no sentido de que é preciso considerar em que condições de materialidade socioambiental e sociotécnicas se dão e são implementadas essas políticas. Considera-se que as possibilidades de autonomia das mulheres no contexto da agricultura familiar refletem-se no seu reconhecimento como atores sociais, com direito à participação nos espaços públicos, contextos de identificação e construção das próprias necessidades sociais. Dessa forma, acredita-

se que se está caminhando para o alargamento das possibilidades de autonomia das mulheres no contexto da agricultura familiar. Trata-se ainda de uma “zona de desbravamentos” considerando que os movimentos rurais vão aos poucos ganhando visibilidade no contexto nacional e cada vez mais as organizações de mulheres avançam refletindo-se, por sua vez, na implementação de políticas que atendem às necessidades da agricultura familiar, sobretudo na perspectiva do gênero. Crê-se em efeitos positivos do crédito rural capazes de romper com as desigualdades sociais e especificamente com as desigualdades de gênero, consolidadas no poder de agência das mulheres na agricultura familiar, proporcionando o que Sen (2000) chama de “desenvolvimento com liberdade”. O crédito rural é um fator de empoderamento potencial.

Assim, salienta-se a situação de vida e trabalho das mulheres no Jaíba como fator central nesta discussão, uma vez que se acredita que as novas concepções de trabalho feminino e de políticas públicas de gênero podem ser capazes de provocar mudanças¹¹ na reconfiguração da divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, no processo produtivo das unidades agrícolas, representando liberdade de escolha, liberdade econômico-financeira, poder pessoal e político das mulheres em relação à família e à comunidade.

Dessa forma, entende-se que obter o acesso ao crédito agrícola e poder gerenciar a utilização desse recurso, ou seja, desenvolver o seu próprio projeto produtivo e fazer parte da gestão da propriedade familiar representa avanços em sua autonomia econômica e empoderamento, impacta nas relações de gênero, mostra o grande potencial de políticas públicas de gênero e gera mudança nas dinâmicas familiares e pessoais, nos modos de vida das mulheres agricultoras.

As políticas públicas no Brasil, segundo Bandeira (2004), geralmente, quando são elaboradas e direcionadas às mulheres nem sempre conseguem atender a perspectiva de gênero, uma vez que não se leva em consideração que “políticas públicas de gênero” não implicam simplesmente políticas públicas para as mulheres ou não se reduzem ao atendimento às mulheres. Na concepção da autora, políticas públicas de gênero levam em conta a diversidade dos processos de socialização para homens e mulheres, enquanto que as políticas públicas para as mulheres centralizam-se no feminino, partindo da reprodução social, ou seja, considera a centralidade na mulher-família como forma de reafirmar a concepção

¹¹ Grifo da autora.

essencialista que considera a reprodução e a sexualidade causadoras das diferenças de gênero de forma inevitável. Assim, para serem “de gênero”,

as políticas públicas de gênero consideram a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas consequências se fazem presente, ao longo da vida, nas relações individuais e coletivas [...]. Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Esta centralidade posta na mulher-família reafirma a visão essencialista de que a reprodução e a sexualidade causam a diferença de gênero de modo simples e inevitável. Configura-se, portanto, em uma política pública que enfatiza a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, entre outras necessidades que garantam a manutenção e permanência da família e não necessariamente seu empoderamento e autonomia [...] As políticas públicas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero, embora tenham uma perspectiva restrita, pontualizada, de menor abrangência, atendendo a demandas das mulheres, mas sem instaurar uma possibilidade de ruptura com as visões tradicionais do feminino. (BANDEIRA; BITTENCOURT, 2005,p.185).

Partindo desse entendimento, esta tese está sustentada nas teorias sociológicas que consideram o gênero como categoria analítica e centralizam a perspectiva da Divisão Sexual do Trabalho (DST) como foco. Considera também a noção de desenvolvimento relacionado a formas de liberdade, empoderamento, “poder de agência” conforme Sen (2000) e equidade. Nesse caso, o aumento das liberdades potencialmente proporcionado às mulheres pelas políticas públicas de gênero se configura em uma perspectiva para a análise situacional do trabalho feminino no Jaíba.

2.3.1 Mulheres e Agricultura – Trabalho e Gênero

Entende-se como relevante trazer a discussão concernente ao significado social do trabalho feminino e a participação das mulheres nas atividades produtivas na agricultura familiar no Brasil. Assim, busca-se situar e desenvolver discussões no sentido da participação das mulheres nas estratégias de desenvolvimento, considerando a perspectiva de gênero.

Ademais, é sabido que todo o processo relativo ao trabalho gera e institui espaços de gênero que são definidos como trabalhos específicos de homens e de mulheres.

Para Woortmann e Woortmann (1997), a noção de trabalho, como categoria subjetiva, e o processo de trabalho marcam distinções de gênero. Sendo que, geralmente, no meio rural, no contexto da agricultura, a categoria trabalho só se aplica ao homem. Argumenta-se, nesse sentido, uma certa “titularidade”, legitimidade masculina do trabalho produtivo na agricultura ao qual é atribuído valor mercantil e a “relação de serviço” como característica do trabalho feminino, sem valor de troca e invisibilizado na condição de “a serviço da família” (LOPES, 1996).

Trabalho assalariado ou produto de valor de troca implica necessariamente poder de decisão. Acredita-se que esse poder ainda é restrito em relação à atuação das mulheres no âmbito da agricultura familiar e é consequência da dominação de gênero expressa na divisão social e sexual do trabalho e na hierarquização nesse âmbito. Tal poder de decisão no âmbito da sociedade e das comunidades rurais, em particular, pode resultar em maior autonomia das mulheres, “poder de agência” como diria Sen (2000).

Em um trabalho com agricultores do reino Unido, a autora Ruth Gasson (1973) destacou a existência de quatro categorias que afetam o processo de decisão, a saber: instrumental, social, expressiva e intrínseca. Em relação à categoria instrumental, evidenciou-se que o seu processo decisório está relacionado às ações propiciadoras em se ganhar dinheiro/maximizar o benefício, à obtenção de um retorno mínimo, à expansão da propriedade rural, ou seja, é um processo decisório intimamente ligado às questões referentes à própria segurança e à garantia de melhores condições de trabalho. Em se tratando de categoria social, a autora mostra que existe a necessidade de manutenção da tradição familiar, busca-se o reconhecimento ou o sentimento de estar inserido na comunidade rural ou na própria família como parte da associação rural local e que as atividades ocorrem por interesses interpessoais e por vontade em trabalhar com outros membros da família. Já a categoria expressiva, evidencia a satisfação pessoal relacionada à própria atividade agrícola, a competência em planejar, saber fazer as atividades rurais, atingir as metas e ter a propriedade rural, proporcionando ao agricultor convicções relativas à criatividade e plena realização dos seus objetivos. E, por fim, a autora destaca a orientação intrínseca que provoca no agricultor familiar a valorização da agricultura com uma atividade em si mesma. Assim, tal categoria tende a favorecer uma postura no agricultor de valorização do trabalho duro; independência nas decisões e aceitação e controle de situações de risco.

Cabe ressaltar que, apesar de o trabalho de Gasson (1973) ser um estudo de mais de 30 anos, ainda é bastante atual e está intimamente relacionado à realidade da agricultura familiar contemporânea. Pode-se relacionar a discussão acerca do poder de agência de Sen (2000) com os estudos de orientação de Gasson (1973) que afetam o poder de decisão do agricultor familiar, e em especial da agricultora familiar.

Essas questões iniciais configuram-se em demandas já clássicas e comuns entre os agricultores, identificadas por Schneider (2003), por exemplo. O autor, sem se preocupar com demandas de gênero, mostra que se constituem fatores influentes nas decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico as condições materiais e o ambiente social e econômico nos contextos das unidades produtivas familiares, que funcionam predominantemente com base na utilização da força de trabalho dos membros da família e nas quais a natureza familiar das unidades agrícolas está assentada nas relações de parentesco e de herança existentes entre seus membros. O autor ressalta, ainda, que na busca da sua continuidade e reprodução social, econômica e cultural como resultado do processo de intermediação entre os indivíduos e sua família, ambos interagindo com o ambiente e espaço em que estão inseridos, o bem-estar, o progresso da sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos são também fatores que influenciam as decisões nas unidades familiares. (SCHNEIDER, 2003).

Nesse sentido, em uma análise das relações de gênero e sistemas de produção na agricultura familiar, as autoras Aguiar e Rosa (2008) salientam a diversidade de situações ao afirmarem que:

As jovens rurais lidam e vivenciam questões e problemas semelhantes, mas a forma como essas questões e problemas se apresentam ou mesmo a maneira como essas jovens se colocam frente a eles será tão diversa quanto for a diversidade de situações encontradas no espaço rural. (AGUIAR; ROSA, 2008, p. 2).

Portanto, a diversidade de situações encontradas no espaço rural é denominada pelas autoras de situação de ruralidade e, nessa concepção, discutem-se as relações de gênero que emergem da condição de ser do jovem rural, no seu sentido genérico. Considerando os vários aspectos que constituem a “situação de ruralidade” da jovem rural, as autoras abordaram aqueles que dizem respeito à

condição da agricultura e a maneira como ela reflete sobre a condição da jovem na unidade familiar.

A discussão sugere que o sistema de produção relacionado ao trabalho familiar determina uma maior ou menor desigualdade nas relações de gênero e geração que se estabelecem entre os membros da família, pois se tratavam de mulheres jovens. Assim, destacam-se alguns aspectos relacionados à condição da jovem na unidade familiar, como: falta de autonomia e liberdade, não participação nas tomadas de decisão e inacessibilidade à renda.

Na análise apresentada por Aguiar e Rosa (2008) e, em se tratando de falta de autonomia, consideram-se vários aspectos. Inicialmente, remetem ao fato de que a jovem não consegue executar os seus projetos na propriedade por falta de apoio da família. Assim, ocorre a não participação das jovens nas tomadas de decisão na unidade familiar. Tal fato é ocasionado pela forma “natural” como é processada a divisão sexual do trabalho que atribui ao homem o trabalho produtivo e à mulher o trabalho reprodutivo. Dessa forma, as mulheres são mantidas e se mantêm fora do espaço de gestão da propriedade. Essa definição “primordial” parece arcaica, mas não o é. Faz parte das permanências que obstaculizam a autonomia das mulheres nesse meio ainda hoje.

Em se tratando dessa falta de autonomia das mulheres no contexto da agricultura familiar, as autoras mostram que:

Um outro aspecto relacionado à “falta de autonomia” é a dependência financeira das filhas em relação aos pais e a utilização dessa condição como mecanismo de controle dos pais sobre elas. Também é possível falar de uma dependência “moral” ou “simbólica”, que, muitas vezes, subordina os seus desejos à vontade dos pais, pela legitimação da autoridade paterna, impedindo-as de tomar suas próprias decisões e agir conforme o seu discernimento. Além disso, para as moças é menor ou mesmo inexistente a possibilidade de acesso a alguma renda na agricultura. Para acessar algum recurso elas precisam trabalhar fora da unidade familiar, pois se mantendo nesse espaço a possibilidade de acesso à renda é, em última instância, determinada pelas condições financeiras e pelo consentimento do pai. Normalmente, as filhas precisam pedir dinheiro ao pai quando assim necessitam, de modo que o suprimento de suas necessidades passa pelo crivo paterno. (AGUIAR; ROSA, 2008, p.3).

Essa situação espelha a falta de liberdade e autonomia do controle que os pais procuram exercer sobre as jovens rurais, revelando ainda o preconceito e a falta

de espaço da mulher agricultora familiar nos processos de decisão no âmbito da família e da produção no meio rural.

Complementando, Aguiar e Rosa (2008) evidenciam:

As moças não são chamadas a compartilhar as decisões que são tomadas na unidade familiar, os seus espaços de lazer são restritos, tem pouca mobilidade, lhes é destinado o espaço doméstico e vivem uma situação de sujeição e dependência em relação aos pais. A coerção social exercida sobre a educação da moça revela um forte componente cultural numa estrutura social onde o homem é mais livre, tem mais liberdade e pode fazer mais coisas do que a mulher. O julgamento que se faz sobre o comportamento da moça é revestido de um forte teor moral. Portanto, a reivindicação por autonomia aqui tem um sentido que escapa aos limites da unidade de produção familiar. (AGUIAR; ROSA, 2008, p.3-4).

Na perspectiva de relações de gênero e sistemas de produção na agricultura familiar, as autoras ressaltam que os mesmos podem favorecer mais ou menos a maior ou menor participação das jovens mulheres nos processos de decisão e provocar alterações na maneira de se fazer a gestão da propriedade. Tal situação está intimamente relacionada ao grau de participação das filhas nos processos de tomadas de decisão, sendo maior, menor ou nulo de acordo com a sua maior, menor ou não participação em atividades que são denominadas produtivas para a unidade familiar. Dessa forma, as autoras concluem:

Os sistemas de produção que combinam duas, três ou mais explorações (grãos, hortícolas, leite ou suínos, aves e leite p.ex.) tendem a estimular um processo de gestão menos centralizado e mais participativo, do que sistemas de produção baseados num único tipo de exploração (grãos, por exemplo). Isso porque unidades produtivas que põem em funcionamento um conjunto de atividades variadas necessitam, geralmente, da contribuição permanente do trabalho de todos os membros da família, de modo que qualquer investimento que se pretenda realizar precisa do acordo dos filhos (as) que trabalham na referida unidade, pois a sua força de trabalho é decisiva na execução das atividades. Os sistemas de produção diversificados, como aqueles baseados na agroecologia, por exemplo, favorecem, ainda, o acesso do (a) jovem à renda. Podemos perceber isso especialmente quando nas atividades desenvolvidas encontrava-se a produção de leite ou de hortifrutigranjeiros para comercialização em feiras. Através dessas atividades é possível a jovem obter uma renda mensal e semanal, respectivamente. É importante ressaltar ainda que as atividades ligadas à produção do leite, a horta ou enfim as chamadas “miudezas”, atividades tradicionalmente relacionadas ao trabalho feminino, na medida em que vão crescendo em importância econômica, vão inserindo o

trabalho das mulheres no espaço dito “produtivo”. (AGUIAR; ROSA, 2008, p.4).

Pelo exposto, evidencia-se que os sistemas de produção diversificados favorecem uma maior participação da mulher na gestão da propriedade e nas tomadas de decisão e favorecem também sua autonomia. Já as atividades relativas aos sistemas de produção mantidos por métodos próprios do modelo da agricultura convencional perpetuam situações favoráveis ao afastamento das mulheres das decisões relacionadas à gestão da propriedade e à reprodução do modelo de gestão sob o domínio masculino.

Ainda, na discussão acerca da diversidade das atividades produtivas, Aguiar e Rosa (2008) mostram que tais atividades (“as miúdezas”) promovem o envolvimento de todos os membros da família, resultando em maior autonomia das mulheres (e das jovens em particular) e participação de todos nas decisões e gestão da propriedade.

E, finalmente, outra perspectiva de análise da participação da mulher nos processos decisórios e gestão das unidades de produção agropecuária pode inferir que as relações familiares são basicamente mais participativas e promotoras de maior igualdade de gênero quando os sistemas de produção são diversificados. Portanto, uma maior participação das mulheres no processo produtivo traz consequências pessoais e coletivas como: participação em outros espaços, renda para si e para a família; presença atuante no espaço familiar e, conseqüentemente, outras conquistas decorrentes do processo de cidadanização provocado pela autonomia.

Em se tratando de gênero e no universo da agricultura familiar em estudo, observa-se uma certa permanência da invisibilidade do trabalho feminino nas atividades produtivas, ou seja, as atividades realizadas pelas mulheres nem sempre são consideradas como trabalho. Tal situação remete à conclusão de que o homem é o principal responsável por todos os recursos originados da atividade agropecuária.

O contexto de falta de participação da mulher nos processos decisórios na agricultura familiar é proveniente de determinadas barreiras culturais de gênero, que se assentam em naturalizações, como a que cabe à mulher as atividades domésticas e ao homem o papel de chefe de família, portanto capaz de gerenciar e tomar as decisões familiares em diferentes âmbitos e no produtivo em particular.

Para Vieira et al. (2008) as relações de gênero, no Brasil, ainda são pouco estudadas no meio rural. Assim, evidencia-se uma fraca consideração do papel da mulher nos sistemas produtivos.

Em um estudo, dos poucos existentes, acerca do papel de homens e mulheres agricultores familiares, em atividades relacionadas a sistemas agroflorestais, bem como de questões de acesso e controle aos recursos da unidade familiar, em Igarapé-Açu, Pará, Vieira et al. (2008) destacaram que existem assimetrias nas relações de gênero em atividades agroflorestais na unidade familiar da área de estudo. Evidenciaram que a mulher tem controle sobre as atividades reprodutivas, e as atividades produtivas, bem como a tomada de decisão está sob a responsabilidade dos homens. E, embora as mulheres contribuam com o orçamento familiar e com a força de trabalho, nos processos de tomada de decisão e no controle dos recursos gerados na unidade familiar, ainda, tem pouca participação.

Dessa forma, alguns estudos mostram que as tomadas de decisão sobre o uso da terra, da produção de atividades agropecuárias, da comercialização dos produtos, das questões fundiárias e das atividades organizacionais ficam sob a tutela dos homens. No entanto, estudos que centralizam o gênero como categoria de análise ressaltam que, ultimamente, a participação das mulheres nos processos decisórios e na gestão da unidade de produção agrícola tem se tornado um pouco mais acentuada devido aos movimentos sociais que impulsionam as mulheres para a participação em organizações comunitárias e outras atividades fora da unidade familiar.

Em se tratando de desenvolvimento rural e agricultura familiar, aponta-se para uma nova organização das atividades familiares que pressupõe a participação mais efetiva das mulheres no trabalho produtivo, tanto no cotidiano da unidade de produção familiar, quanto em outras formas organizadas de trabalho.

Na discussão de Baptistella e Francisco (2005), ficam evidentes as peculiaridades do trabalho feminino, pois é um trabalho polivalente e seu tempo pode ser ajustado segundo as necessidades do momento, podendo ultrapassar até mesmo a barreira da tradicional divisão sexual do trabalho (DST). Nesse sentido, e na prática essas fronteiras da DST são mais móveis e “se pode fazer de tudo um pouco”. O que permanece, pode-se talvez argumentar, é a base simbólica do poder masculino definindo posições na família e no processo produtivo. (LOPES, 1996; BOURDIEU, 2009).

Em um trabalho de pesquisa realizado no Projeto Jaíba acerca das representações que as mulheres do sertão norte-mineiro, no ambiente da agricultura familiar, têm de si, bem como as representações que a sociedade sertaneja tem das mulheres nesse ambiente, Souza e Martins (2009) mostram que, para os agricultores familiares, a terra e os serviços prestados para outras pessoas constituem-se nas principais fontes de sustento da família. E o plantio de hortícolas e culturas como milho, feijão, mamona e limão estão entre as atividades produtivas da comunidade. Os autores ressaltaram as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no Projeto Jaíba em relação à falta de assistência técnica, o valor excessivo das tarifas de energia elétrica e água e ainda os entraves relativos à documentação para o acesso às linhas de crédito.

Em se tratando das representações relativas às mulheres agricultoras, mesmo que persistam estereótipos e “exclusão” do “mundo produtivo”, para Souza e Martins (2009) na prática essas mulheres participam ativamente das atividades produtivas familiares, atuam tanto em seus lotes quanto em lotes de produtores vizinhos que necessitam de mão de obra, ocupam-se ainda de funções de destaque na associação de produtores e são vistas como as únicas responsáveis pelas tarefas domésticas.

Assim, fica evidente que a sobrevivência da família rural torna necessária uma nova organização das atividades familiares. Tal reorganização considera a participação mais efetiva da mulher no trabalho produtivo, ou seja, o protagonismo da mulher que é caracterizado pelo “poder de agência”, tanto no cotidiano da unidade de produção familiar, quanto em outras formas de trabalho. Nesse sentido, busca-se questionar a existência desta “reorganização familiar” no âmbito do Jaíba e suas implicações na participação efetiva do trabalho feminino produtivo no sentido de propiciar empoderamento e transformações nas dinâmicas de gênero na família e comunidade.

Portanto, as reflexões nos levam a tentar compreender se existe uma “reorganização do trabalho” com mudança efetiva, inclusive simbólica, ou ocorre simplesmente a atribuição de valor mercantil ao trabalho que as mulheres já produziam de forma invisível como no caso do trabalho doméstico. Para essa compreensão faz-se necessário buscar elementos teóricos que permitam olhares sobre essa realidade de trabalho e gênero. Esses elementos são discutidos na sequência.

2.3.2 Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Subalternidade do Trabalho Feminino

Para a compreensão das práticas de trabalho sustentadas na divisão sexual do trabalho e imbricadas nas dinâmicas de gênero é preciso argumentar no sentido da constituição das hierarquias de poder decorrentes dessas dinâmicas.

Segundo Kergoat (2003):

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas antes de tudo construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2003, p.1).

Hirata e Kergoat (2007) preocupam-se em estudar a divisão sexual do trabalho sob o prisma da análise da origem das desigualdades, ou seja, a natureza do sistema das desigualdades entre homens e mulheres, justamente com o intuito de desconstrução do paradoxo de que em matéria de divisão sexual do trabalho em nossa sociedade a constatação é que tudo muda, mas nada muda. De acordo com as autoras:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Assim, Hirata e Kergoat (2007) propõem distinguir os princípios da divisão sexual do trabalho e suas modalidades, apresentando os dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho, a saber: o princípio da separação que concebe trabalho de homem diferente de trabalho de mulher e o princípio hierárquico que toma o trabalho do homem como de maior valor. Tais princípios reforçam e legitimam a ideologia naturalista que “rebaixa o gênero ao sexo biológico,

reduzem as práticas sociais a 'papéis sociais' sexuados que remetem ao destino natural da espécie". (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Assim, pode-se refletir sobre como na agricultura, em particular, as práticas sociais de trabalho são naturalizadas como papéis de gênero e dessa forma hierarquizadas.

Para Kergoat (1992), relações sociais de sexo (ou gênero) e divisão sexual do trabalho são proposições indissociáveis de um mesmo sistema. Dessa maneira, a autora faz uma reflexão no sentido de ressaltar que, em termos de relações sociais de sexo, esta é, ao mesmo tempo, anterior e posterior à reflexão existente em relação à divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, os dois conceitos são inseparáveis e, portanto, Kergoat (1992) destaca que é principalmente pela análise em termos de divisão sexual do trabalho que se demonstra a existência de uma relação social específica entre os grupos de sexo. Acrescenta, ainda, que a divisão sexual do trabalho está no centro do poder que, em geral, é exercido pelos homens sobre as mulheres e a divisão sexual do trabalho entre os sexos é ponto fundamental nas relações de sexo.

Corroborando com Hirata e Kergoat (2007) pode-se destacar toda a complexidade inerente à divisão sexual do trabalho, uma vez que ela centra-se na base social da opressão e desigualdades, sustentadas em dominação e poder. Mas, essa não é imutável, é histórica. As suas modalidades vão sendo modificadas e os seus princípios permanecem. Nesse sentido, as autoras remetem ao questionamento da permanência das desigualdades entre homens e mulheres. E, portanto, as argumentações para a divisão sexual do trabalho estão justamente na forma "natural" ou naturalizada com que se define trabalho feminino e trabalho masculino, transmutando as construções sociais das práticas de homens e mulheres como "destino biológico". Compreender as hierarquias e dinâmicas que se estabelecem sob essas bases a partir das relações estabelecidas pelo trabalho e no trabalho é base essencial para entender as desigualdades que sustentam os modos de vida e de produção das famílias, em especial das famílias envolvidas no processo produtivo da agricultura familiar.

Dessa forma, a história traz entendimentos de como a divisão sexual do trabalho é fator determinante para as dinâmicas atuais que se dão na perspectiva de gênero. Bourdieu (2009), sociólogo francês que dedicou reflexão ao estudo da materialidade e ao caráter simbólico da dominação masculina, enfatiza:

[...] é preciso *reconstruir a história do trabalho histórico de des-historicização*, ou, se assim preferirem, a história da (re)criação continuada das estruturas objetivas da dominação masculina, que se realiza permanentemente, desde que existem homens e mulheres, e através da qual a ordem masculina se vê continuamente reproduzida através dos tempos. Em outros termos, uma `` história das mulheres``, que faz aparecer, mesmo à sua revelia, uma grande parte de constância, de permanência, se quiser ser conseqüente, tem que dar lugar, e sem dúvida o primeiro lugar, à história dos agentes e das instituições que concorrem permanentemente para garantir essas permanências, ou seja, Igreja, Estado, Escola, etc., cujo peso relativo e funções podem ser diferentes, nas diferentes épocas. Tal história não pode se contentar com registrar, por exemplo, a exclusão das mulheres de tal ou qual profissão, de tal ou qual carreira, de tal ou qual disciplina; ela também tem que assinalar e levar em conta a reprodução e as hierarquias (profissionais, disciplinares etc.), bem como as predisposições hierárquicas que elas favorecem e que levam as mulheres a contribuir para a sua própria exclusão dos lugares de que elas são sistematicamente excluídas. (BOURDIEU, 2009, p.100-101).

Nesse sentido, o autor coloca em pauta a sustentação dada pelas instâncias como a Família, a Igreja e a Escola para a perpetuação de uma certa “ordem dos gêneros”, ou seja, a reprodução da dominação masculina. Das três instâncias, sempre coube à família (poderíamos falar hoje de um tipo particular de concepção de família) a função de garantir a manutenção da divisão sexual do trabalho e é sabido que tal fenômeno vai se estruturando de acordo com a sociedade na qual está inserido. Portanto, se a estrutura do Estado, da Família, da Igreja e de outras instituições é de perpetuação da distribuição dos papéis diferenciados para homens e mulheres, não se pode negar que é a partir da divisão sexual do trabalho que a posição de homens e mulheres é definida na sociedade, fato que expressa uma hierarquia de gênero e, por sua vez, a desqualificação do trabalho da mulher e a sua conseqüente subordinação. Essa subordinação está expressa na chamada “relação de ajuda” que caracteriza e, muitas vezes, define o trabalho feminino (LOPES, 1996). Para a autora quando as mulheres afirmam que “ajudam” o marido na agricultura, estão assumindo a sua posição subalterna nesse trabalho. Ressalta-se que “relação de ajuda e disponibilidade permanente” (CHABAUD-RYCHTER, 1985) são situações que se apresentam no cotidiano das mulheres agricultoras.

Articulando essas ideias com a de desenvolvimento social, sustentada pelo economista Amartya Sen (2000), que se considera o aumento das

oportunidades para o exercício das liberdades como um aumento da qualidade de vida das pessoas. Vale ressaltar que a base conceitual dessa forma de pensar a abordagem das capacitações fundamenta-se em três elementos: os funcionamentos, a capacidade e as liberdades. Para Sen (2000), a abordagem das capacitações é baseada naquilo que as pessoas são capazes de ser e fazer. Assim, a ideia de expansão das oportunidades para o exercício das liberdades e o aumento das oportunidades para o exercício das liberdades implica o aumento da qualidade de vida do indivíduo.

Na *Abordagem das Capacitações*, Sen (2000) propõe uma maneira diferenciada para se analisar bem-estar. Ele trabalha com uma perspectiva baseada na forma de vida que a pessoa efetivamente leva e sugere a necessidade de observação da avaliação que o próprio indivíduo faz de sua condição. Tal abordagem considera aspectos como heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas e outras. Convém ressaltar que Sen faz uma distinção entre agência, bem-estar pessoal e padrão de vida. Padrão de vida é o bem-estar relacionado à própria vida das pessoas. Bem-estar pessoal é tido, por exemplo, com uma satisfação obtida em ajudar outra pessoa, e a noção de agência pode se dizer que são ações em prol de um objetivo que congrega valores maiores.

Acredita-se que as oportunidades proporcionadas às mulheres do Projeto Jaíba em se tratando da obtenção do crédito, por exemplo, podem estar diretamente ligadas à autonomia e “condição de agente”, conforme fundamenta o autor citado.

Segundo as afirmações de Kuhn (2008), a Abordagem das Capacitações, analisada pelo indiano Amartya Sen, evidencia que os processos de desenvolvimento representam formas de expansão e aumento da possibilidade de escolha dos indivíduos em se tratando da vida que esses valorizam e que gostariam de possuir. Assim, cada indivíduo deve ter a oportunidade de ser capacitado a tomar as decisões de acordo com aqueles valores socioculturais identificados no seu ambiente de convivência.

As discussões que ora são consideradas remetem à significativa questão da divisão sexual do trabalho e da subalternidade do trabalho feminino que passam necessariamente pela análise da condição de agente das mulheres em situação de vida e trabalho, neste caso, no meio rural. De acordo com Sen (2000), reconhecer o poder feminino, ou seja, independência econômica e emancipação social, pode

ganhar grandes projeções nas divisões na família e na sociedade e podem influenciar, o que é implicitamente aceito como “intitamentos” das mulheres. Intitamentos são, nesse sentido, o que se assume como próprio.

Busca-se, portanto, pensar esse potencial e evidências desses “intitamentos” na realidade empírica eleita para esta tese.

Na perspectiva de desenvolvimento regional pautado pela redução das desigualdades sociais e regionais é que emerge a expectativa de discussão acerca da participação das mulheres no contexto da agricultura familiar do Projeto Jaíba. Assim, considerando as dinâmicas de gênero, verifica-se a necessidade de investigar quais são as condições de existência das mulheres na dinâmica da agricultura familiar do Projeto, além das potenciais mudanças nas dinâmicas de gênero familiares e na comunidade de convívio.

Tais questionamentos são frutos das constatações da falta de reconhecimento adequado da participação efetiva das mulheres rurais nos processos produtivos e na prevalência da estrutura social cujo foco está centrado numa perspectiva essencialmente masculina que delimita papéis sexuais e sociais.

Acredita-se no protagonismo emergente das mulheres, no seu poder de agência no espaço rural e que a efetiva participação dessas nos processos produtivos na agricultura familiar é condição para o seu empoderamento.

Talvez seja na possibilidade de suscitar inquietudes e indagações que se revele o grande mérito da análise, responsivo dos modos de vida e trabalho das mulheres agricultoras familiares do semiárido norte-mineiro e, portanto, vê-se a necessidade de propiciar a discussão acerca das contribuições do Projeto Jaíba no processo de desenvolvimento da região e a influência nas situações de vida de homens e mulheres do sertão mineiro. Portanto, é de se questionar desenvolvimento rural em uma perspectiva de gênero no PJ.

Enumeram-se vários argumentos favoráveis à implantação de uma política pública de irrigação em uma região de extrema carência como o Norte de Minas Gerais. No entanto, é preciso refletir acerca do desenvolvimento esperado e entendido. Mediante inúmeros questionamentos sobre o impacto nas condições de vida dos agricultores e agricultoras do semiárido mineiro, necessário se faz também discutir o modelo de desenvolvimento concebido para o projeto e o tipo de influência que exerce na materialização de políticas públicas, uma vez que o desenvolvimento até então gestado não favorece aspectos sociais, ambientais e culturais.

Assim, a perspectiva de desenvolvimento, nesta tese, centra-se nos aspectos da equidade, liberdade e bem-estar humano e particularizam um olhar de gênero. Esta discussão acerca do desenvolvimento e relações de gênero refere-se a uma expansão das liberdades, a expansão das “capacidades”, conforme Sen (2000). De acordo com o autor, ter mais liberdade implica melhorar o potencial das pessoas e, no caso das mulheres, significa gerar a sua condição de agente.

2.4 Mulheres no Jaíba e Desenvolvimento: Articulando Olhares Analíticos de Gênero

No Projeto Jaíba, assim como na maioria das comunidades rurais brasileiras, tem-se a família constituída de pai, mãe e filhos, e às vezes avós e netos, como a base para ocuparem-se dos cultivos e da produção na agricultura. Assim, a hegemonia dos homens mais velhos prevalece e lhes cabe o papel de provedores da família e às mulheres cabe a posição tradicional de esposa e mãe. Mesmo que as mulheres tenham uma atuação significativa, capaz de dar conta de sustentar a propriedade agrícola, ainda assim as suas contribuições produtivas na agricultura são menos valorizadas.

Nesse sentido, a situação das mulheres no ambiente da agricultura familiar não se diferencia de tantas outras consolidadas pela divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, fortalecida pela cultura dominante de gênero, que atribui “naturalmente” às mulheres a posição de “auxiliares” do marido nas atividades produtivas que vão desde a preparação do plantio até a colheita e comercialização. Assim, a jornada de trabalho das agricultoras é ampliada, pois trabalham no âmbito produtivo e doméstico, sem no entanto terem reconhecida sua contribuição à economia. É de se destacar que a situação das mulheres é resultado e reforça permanentemente os estereótipos da divisão sexual do trabalho, em que a mulher se “institui” na esfera reprodutiva e o homem na produtiva perpetuando material e simbolicamente a valorização social diferenciada dessas esferas. No entanto, essa dicotomia sustentada ideologicamente, ou como diz Bourdieu (2009) na “dominação simbólica”, traduz parcialmente a situação de vida e trabalho de mulheres e homens. Outros elementos necessitam ser agregados às discussões.

Assim, as discussões tratadas aqui remetem a sintetizar a problemática da participação da agricultora familiar nos processos decisórios da vida social e familiar, contextualizada no Projeto Jaíba. Busca-se primeiro conhecer e reconhecer o feminino nesse espaço de vida e trabalho, ou seja, saber quem são as mulheres do Projeto Jaíba e quais situações relativas a conformações familiares se materializam no referido Projeto. Nesse sentido, busca-se investigar se existe independência econômica e se essa é promotora da emancipação social e interfere nas dinâmicas familiares e na sociedade próxima e como influenciam o que é implicitamente aceito como “intitamentos”, papéis sociais das mulheres, conforme Sen (2000).

Em síntese, infere-se que as mulheres não têm controle sobre as atividades produtivas, e que, geralmente, a tomada de decisão está sob a responsabilidade dos homens. Embora as mulheres contribuam com o orçamento familiar com o trabalho dentro e fora do espaço doméstico, nos processos de tomada de decisão e no controle dos recursos gerados na unidade familiar, ainda, tem pouca participação na esfera da decisão.

No entanto, acredita-se que se está frente a desafios quando se pensa na participação feminina na agricultora familiar, nos processos decisórios e na gestão da unidade agropecuária. Trata-se de entender, em particular, as diferentes formas em que se apresentam as desigualdades entre os sexos/gêneros.

Pesquisa como a de Osório Hernández (2009) de avaliação do Pronaf demonstra que o número de contratos, ou seja, de beneficiários, teve um aumento considerável em se tratando, tanto da cobertura, quanto da amplitude do programa. No entanto, tal situação não se aplica ao Pronaf-Mulher no âmbito do Projeto Jaíba. Nesse sentido, mesmo com a expressividade do programa em outras regiões, os entraves na forma de fomento e de operacionalização são inúmeros, o que pode caracterizar desfavorecimento e desestímulo para a efetivação do objetivo a que se propõe tal programa.

Baseada em informações das superintendências do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil BNB (2012); BB (2011) (informação verbal)¹², verifica-se o

¹² Informações fornecidas pela Superintendência do Banco do Nordeste, em Montes Claros –MG e pelo Banco do Brasil, em Belo-Horizonte.

limitado acesso das mulheres ao Pronaf-Mulher¹³ no município de Jaíba. Existe, dessa forma, uma distância extremamente expressiva entre o número de operações e de contratos que são concedidos a homens e a mulheres. A reflexão que se faz é se tal fato pode evidenciar a falta de inclusão das mulheres nos processos decisórios da propriedade agrícola bem como a falta de percepção dos agentes mediadores¹⁴ para políticas públicas com perspectiva de gênero, já que o Pronaf-Mulher ainda não pode ser considerado no PJ uma ação fundamental para o desenvolvimento de estratégias com o objetivo de proporcionar a inclusão das agricultoras e o seu consequente empoderamento, no âmbito da produção agrícola.

Acredita-se que existam muitos fatores dificultadores para o acesso das mulheres rurais ao crédito. Um fator que pode ser considerado entrave é justamente a lógica dominante da divisão sexual do trabalho na família e no espaço da produção, bem como se pode considerar a existência de uma lógica “implícita” nos

¹³ O Pronaf-Mulher tornou-se uma linha específica de investimento, destinada exclusivamente para as mulheres que se enquadravam nos grupos C, D e E do Pronaf. Considerada como uma linha especial que teve seu acesso facilitado mediante a garantia de uma operação a mais por família, que independe de já ter sido contratado pelo grupo familiar um outro crédito. No Plano Safra 2005-2006 por intermédio de inúmeros debates e propostas realizados pelo movimentos sociais acerca do programa, definiram-se as alterações nos seguintes aspectos: I- ampliação de uma operação do microcrédito rural Pronaf B no valor de até R\$ 1,000,00 (mil reais) por família, e em especial para as mulheres; II- definição de uma operação também de microcrédito rural Pronaf B no valor de até R\$ 1,000,00 (mil reais) para as mulheres assentadas da reforma agrária ou beneficiárias do crédito fundiário, além dos recursos emprestados pelo Pronaf A. São necessários os seguintes requisitos para receber o Pronaf-Mulher: a) Obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é responsável pela informação aos bancos de que a mulher pode acessar as linhas de crédito do Pronaf, individualmente ou de forma conjunta com sua família; b) realizar um projeto que seja tecnicamente viável, que necessitam do apoio de órgãos públicos, da Empresa de Assistência (EMATER), de Organizações não governamentais (ONGs) ou movimentos sociais de mulheres. Estes agentes deverão estar capacitados no sentido de contribuir para a construção da proposta, responder questões como quais os grupos de enquadramento, as condições de crédito, os prazos de pagamento, dentre outras; e ainda auxiliar na definição da forma como se deverá executar a assistência técnica, quando obtido o crédito. Assim, é necessária a apresentação do projeto aos bancos ou às cooperativas de crédito que operam com o Pronaf, uma vez que as mulheres podem ter acesso a qualquer linha de crédito Pronaf; c) O perfil das agricultoras para a linha de crédito Pronaf-Mulher é: ser produtora rural, agricultora familiar, assentada da reforma agrária inserida na unidade familiar de produção, constante nos grupos A, A/C, B, C, D ou E. A partir de 2008 foi publicada uma resolução que informa sobre algumas alterações referentes ao Pronaf, e especialmente ao Pronaf-Mulher. Tais alterações fizeram parte do Plano Safra 2008-2009 e tiveram como objetivo (BRASIL, 2008) a simplificação das normas para a obtenção do crédito rural que atenda às expectativas dos agricultores familiares e promova maior produção no meio rural brasileiro. (OSÓRIO HERNANDEZ, 2009). Para as condições do Pronaf - crédito rural - Plano de Safra 2013/2014 – especificamente na linha Pronaf-Mulher, MCR 10-9, o público a ser atendido é de mulheres agricultoras independente do estado civil, a modalidade é investimento com a finalidade de atender atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora. O crédito apresenta teto para os Grupos A, A/C e B de R\$2,5 mil com juros de 0,5% a.a e para o Grupo ‘V’ ou demais grupos (até 2 operações) de R\$10 mil e acima de R\$ 10 mil até R\$150 mil. (BRASIL, 2013).

¹⁴ Agentes Mediadores – responsáveis pelo processo de operacionalização do Pronaf: técnicos da EMATER-MG, presidentes de associações e de sindicatos, agentes dos bancos.

critérios de oferta do crédito que é perpetuada e perpetuadora da dominação de gênero.

Assim, uma questão antiga, mas ainda latente, é a invisibilidade e o não reconhecimento do trabalho das mulheres com base na divisão sexual do trabalho hegemônica (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Nessa perspectiva, para Woortmann e Woortmann (1997) o processo de trabalho é constituído de dimensões simbólicas capazes de construir não somente espaços de produção e distribuição de riquezas, desigualdades sociais, mas é capaz também de gerar espaços e conflitos sociais de gênero.

Nesse sentido, acredita-se que a lógica da divisão sexual do trabalho no contexto da agricultura familiar no Projeto Jaíba reproduz os traços fundamentais do modo de produção capitalista, uma vez que há uma naturalização da divisão do trabalho e, nessa, se reconhecem e reproduzem as desigualdades de gênero. Por um lado, verifica-se um protagonismo emergente das mulheres trabalhadoras rurais no processo produtivo de uma forma geral, e, por outro lado, tal inserção ainda não elimina a invisibilidade das práticas das mulheres nessa realidade.

No tocante à implementação de políticas públicas e, em particular do Pronaf-Mulher, a consolidação com sucesso de tal política ocorre não somente pelo acesso ao crédito ou pela sua aplicação (OSÓRIO HERNANDEZ, 2009), mas principalmente pela forma de atuação dos agentes mediadores do crédito que vai das informações, articulações, elaboração do projeto, condução do processo e das interações entre técnicos da EMATER-MG, agentes dos bancos, presidentes de sindicatos e de associações e ainda das dinâmicas existentes no âmbito familiar e na comunidade. No PJ, não se pode falar de identificar sucesso ou insucesso do Pronaf-Mulher. Os questionamentos são sobre as condições de viabilidade/inviabilidade “de gênero” na implementação de políticas de crédito agrícola.

Acredita-se que no Projeto Jaíba, a obtenção do crédito rural é justamente garantia maior de participação nas tomadas de decisão, de autonomia no gerenciamento dos recursos, bem como aumento de renda para a família, o que gera qualidade de vida ou bem-estar.

Considera-se, e alguns (poucos) estudos como, por exemplo, o de Osório Hernández (2009), apontam que a implantação de políticas públicas que reconhecem as mulheres como atores sociais tem provocado mudanças

substanciais que culminam em estratégias de empoderamento, contribuem para fortalecer as mulheres no âmbito da família e da representatividade social. No entanto, nada se sabe sobre a experiência das agricultoras do PJ. De uma forma geral, muitas ações já são consideradas conquistas substanciais na vida de agricultoras quando essas podem obter o registro/posse da terra, acessar algum tipo de financiamento como o Crediamigo¹⁵ negociar produtos como doces, comprar e vender roupas como “sacoleiras” e outros.

Mesmo assim, no mundo rural é bastante perceptível a manutenção do valor do trabalho das mulheres no plano simbólico, como um trabalho que complementa o trabalho “para o lar”, e que é visto como extensão das atividades de dona de casa, de mãe e de esposa. Ou seja, a trabalhadora rural não tem valor mercantil atribuído ao seu trabalho na forma de remuneração, por exemplo, não tendo assim poder de decisão nos processos produtivos e rendimentos auferidos. O que está “previsto” na criação da linha de crédito do Pronaf-Mulher é contribuir para uma transformação nas relações sociais que culminem em maior participação pública e política das agricultoras, ou seja, contribuir para a superação das desigualdades de gênero no âmbito da agricultura familiar.

Neste estudo, esses e outros elementos conjugam-se para promover uma análise que considera a problemática de gênero e o desenvolvimento rural, buscando compreender os fatores que vulnerabilizam a situação de vida e de trabalho das mulheres. Acredita-se que a lógica tradicional e hierárquica da divisão sexual do trabalho na família persiste e constitui-se em fator que dificulta a participação das mulheres em atividades produtivas e a sua visibilidade e empoderamento; e, a cultura local, os costumes, os tabus e a supremacia masculina, expressas simbólica e materialmente na retribuição econômica e propriedade de bens, mantendo assim a subordinação das mulheres no espaço rural. Por outro lado, acredita-se que as

¹⁵ O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia (microempresas, enquadradas como Microempreendedor Individual, Empresário Individual, Autônomo ou Sociedade Empresária). O Crediamigo faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal - uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre. O Programa atua de maneira rápida e sem burocracia na concessão de créditos em grupo solidário ou individual. Grupo solidário consiste na união voluntária e espontânea de pessoas interessadas em obter o crédito, assumindo a responsabilidade conjunta no pagamento das prestações. A metodologia do aval solidário consolidou o Crediamigo como o maior programa de microcrédito do país, possibilitando o acesso ao crédito a empreendedores que não tinham acesso ao sistema financeiro. Os valores iniciais variam de R\$ 100,00 a 6.000,00, de acordo com a necessidade e o porte do negócio. (BNB, 2011).

políticas públicas de crédito rural constituem-se em instrumentos capazes de potencializar ações transformadoras dos modos de vida e situações de trabalho das mulheres no contexto particular do Jaíba e, conseqüentemente, podem transformar as relações de gênero na esfera da família. O acesso ao Pronaf-Mulher, por exemplo, pode contribuir de forma decisiva para a superação das desigualdades de gênero e valorização do trabalho rural feminino.

A partir desse caminho reflexivo, ressalta-se a importância de um exercício investigativo que implica olhares teóricos múltiplos, no âmbito do Projeto Jaíba, na perspectiva dos modos de vida dos agricultores e agricultoras.

Constatou-se também que a oferta de crédito às mulheres do Jaíba é incipiente e, nesse sentido, como falar de empoderamento, considerando a situação local? Pode-se pensar que a superação das desigualdades está ainda em situação de “vulnerabilidade” quando se consideram linhas de crédito agrícola e o Pronaf-Mulher como possibilidades de empoderamento? Ainda, quais as razões da não implementação de tal política no referido contexto?

Retomando, pensa-se que o acesso ao Pronaf-Mulher, por exemplo, pode contribuir de forma decisiva para a superação das desigualdades de gênero e valorização do trabalho feminino no meio rural. Nesse sentido, o que se propõe, nesse caso, é saber se as políticas públicas de crédito rural, como instrumento fundamental para a agricultura familiar, transformam os modos de vida e situação de trabalho das agricultoras do PJ? Tais políticas configuram-se em mudanças visíveis para as mulheres ou são restritivas, inadequadas e têm critérios distributivos ainda masculinizados? E quais são os entraves que, na perspectiva de gênero, dificultam o alcance do crédito rural pelas agricultoras?

Como se confrontam cidadania, direito e gênero na efetivação do crédito? O acesso ao crédito atesta (des)valorização das mulheres e do trabalho feminino na agricultura familiar? Existem efetivamente transformações nas relações de poder na família e na sociedade decorrentes do acesso a formas de crédito? Essas transformações podem ser evidenciadas simbólica e materialmente?

Tendo em vista as várias reflexões e os aportes teóricos já descritos para a tese, questionam-se, em sentido mais amplo às políticas públicas: Quais são os fatores dificultadores do acesso às políticas públicas na perspectiva de gênero? Existem fatores explícitos de exclusão vinculados ao gênero? Como se constituem esses fatores e como influenciam dinâmicas de gênero (poder e modos de vida) no

contexto do Projeto? Os critérios de concessão de crédito agrícola são sustentados nas “assimetrias” de gênero e reconhecem que para as mulheres há que se pensar diferente? Ou, ao contrário, reproduzem situações de dominação e invisibilidade do trabalho feminino?

Em síntese: as mulheres que fazem parte do universo do Projeto Jaíba, participantes desta tese, ainda enfrentam grandes obstáculos para alcançar o papel ativo da condição de agentes de sua própria história como trabalhadoras e cidadãs. Tal percepção é sustentada, a priori, em variáveis básicas como: desvalorização e naturalização da DST; falta de renda independente e não participação nos processos decisórios.

As dinâmicas de trabalho dessas mulheres mostram que atuam nas atividades domésticas, executando todo o trabalho operacional do “lar” e, paralelo a esse, executam também, ao lado do marido, o trabalho da “roça”. Algumas trabalham fora de casa em empresas agrícolas instaladas na região tanto no plantio como na colheita, ou seja, são trabalhadoras na atividade rural assalariada, ou têm atividades como doceiras, biscoiteiras e “sacoleiras”.

Nessa linha reflexiva e, considerando a riqueza e complexidade da análise teórica proposta, são traçados os objetivos desta tese.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Analisar dinâmicas de vida e de trabalho feminino e gênero na agricultura familiar no Projeto Jaíba.

3.2 Específicos

- Caracterizar e analisar a sociodemografia e o trabalho das mulheres do Perímetro do Projeto Jaíba.
- Analisar trabalho e renda das mulheres na agricultura familiar do PJ, considerando fatores de inclusão/exclusão vinculados ao gênero.
- Analisar dinâmicas de gênero, divisão social e sexual do trabalho na família, na atividade agrícola e a situação de vida e trabalho das mulheres do PJ.
- Discutir políticas públicas e gênero na agricultura familiar do PJ, na perspectiva do empoderamento feminino e do desenvolvimento rural.

4 O MÉTODO: DESENHO DO ESTUDO E PROCEDIMENTOS

4.1 Tipo de Estudo

O estudo desenvolvido é de abordagem qualitativa uma vez que julga-se apropriado para a compreensão do fenômeno social em questão. Considerando Lakatos e Marconi (2007) adotou-se a abordagem qualitativa na preocupação de analisar e interpretar aspectos mais profundos, que descrevem a complexidade do comportamento humano das relações, que, portanto, fornecem análises mais detalhadas da investigação.

Ainda, para Minayo e Sanches (1993), a natureza qualitativa da pesquisa possibilita o acesso à realidade social e a critérios que são capazes de estabelecer os procedimentos e as regras interpretativas, adequados para a representação dos processos de construção do senso dos atores sociais.

Além do desenho qualitativo na aproximação com o empírico, foram necessárias algumas quantificações ilustrativas e pesquisa documental sobre o contexto, além da caracterização sociodemográfica e de trabalho das mulheres participantes. Portanto, elaborou-se um estudo exploratório descritivo de base, que focalizou as condições/situações de vida e de trabalho das mulheres agricultoras do Projeto Jaíba.

4.2 População Local e Participantes da Pesquisa

Para o trabalho empírico elegeu-se o Perímetro de Irrigação do Jaíba, Etapa I do Projeto, com base inicialmente em um estudo exploratório documental no referido contexto. A efetivação das entrevistas seguiu-se com mulheres do PJ, bem como com os agentes de mediação, a saber: técnicos da EMATER-MG, presidentes de associações e lideranças de sindicato. E, ainda, contou-se com membros das famílias das agricultoras que foram determinantes para a compreensão da realidade e da dinâmica social, familiar e produtiva.

Para as entrevistas (APÊNDICE A, B, C, D), os informantes foram escolhidos aleatoriamente dentro da Etapa I, na área A: NS1 e NS2. Em cada núcleo foram entrevistadas 11 mulheres e três (3) membros da família. Previu-se o desenvolvimento de grupos focais, sendo consideradas as associações tanto do

NS2 - ASMUA (Associação das Mulheres Unidas da Área A) quanto do NS1 - AMA (Associação das Mulheres da Agricultura Familiar), no entanto, pela logística de organização dos encontros nas associações, considerando toda a dinâmica do espaço rural, realizou-se somente uma Discussão de Grupo com a Associação das Mulheres da Agricultura Familiar.

Portanto, os grupos de participantes da pesquisa foram constituídos de 22 mulheres, em um universo de aproximadamente 180 mulheres, seis (6) membros das famílias e 16 mulheres da AMA (Associação das Mulheres da Agricultura Familiar). A escolha das mulheres deu-se por amostra qualificada, priorizando as mulheres de maior permanência no PJ e ainda em diferentes faixas etárias e que aceitaram participar. Integraram-se ainda ao grupo de participantes seis (6) agentes de mediação. Cumpre ressaltar que, de acordo com a necessidade, outras entrevistas foram incorporadas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

Apresenta-se, no capítulo 5, uma caracterização das participantes da pesquisa que incluirão aspectos como: faixa etária, sexo, nível de escolaridade, estado civil, naturalidade, tempo de permanência no PJ, atividades de atuação (ocupação), tempo (por hora) despendido nas atividades produtivas e nas atividades domésticas, número de filhos e faixa etária dos filhos.

4.3 Coleta e Geração de Dados

Inspirada em Lakatos e Marconi (2007), define-se entrevista semiestruturada como uma técnica que auxilia o entrevistador por meio de um roteiro previamente elaborado. Tem-se na entrevista uma forma de interação social, portanto, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar ou gerar informações. A relevância das entrevistas, para esta tese, insere-se na justificativa de Cortes (1998) e está na possibilidade de uma maior interação entre pesquisador e pesquisado, capaz de estabelecer relações propícias à compreensão do universo em questão, bem como de favorecer um melhor entendimento das questões relativas ao problema de pesquisa.

Ressalta-se que, anteriormente à pesquisa exploratória, foram necessários que se efetivassem alguns contatos com lideranças locais, tais como: mulheres presidentes de associações, técnicos da EMATER do PJ, agentes da CODEVASF e do DIJ. Assim, com o intuito de buscar impressões e percepções do

universo tratado, esta pesquisadora participou de um evento sobre “A mulher comprometida com o desenvolvimento rural sustentável”, em 26 de outubro de 2011, que caracterizou o II Encontro: Mulheres e Agricultura Familiar, realizado pela EMATER do Projeto Jaíba. Tal participação permitiu estabelecer um contato com as mulheres das associações AMA (Associação das Mulheres da Agricultura Familiar) e ASMUA (Associação das Mulheres Unidas da Área A), bem como com algumas lideranças locais.

Todo o processo de trabalho empírico possibilitou a construção de uma relação de confiança e ainda uma relação dialógica em que vários aspectos da dinâmica da própria agricultura familiar do Projeto Jaíba foram evidenciados. E, pensando justamente na dinâmica da agricultura familiar, no contexto de vida e de trabalho das mulheres, optou-se pela realização de encontros aos domingos, visto que não implicariam alterações no cotidiano das tarefas domésticas dessas mulheres.

Assim, no primeiro momento, as visitas ocorreram nas casas das mulheres presidentes de associações e com as mulheres líderes de um determinado grupo de vizinhos e, posteriormente, essas se mobilizaram para a concretização de outras reuniões com grupos de mulheres, de acordo com a localização de moradia. Como no espaço rural o meio de divulgação e socialização às vezes é mais complexo, a opção foi realizar vários encontros em diferentes domicílios para possibilitar uma participação sem prejuízo de tempo para as mulheres e principalmente sem custo com transporte para as mesmas. Normalmente, as reuniões aconteciam no quintal com aproximadamente quatro a seis participantes e essas sempre vinham acompanhadas pelos filhos pequenos ou pelos netos. O momento inicial das reuniões às vezes tornava-se um pouco tenso porque algumas delas, equivocadamente, criaram expectativas em torno de solução para os problemas imediatos locais, como: solicitar a interferência junto ao poder público municipal no sentido de concretizar ações para a coletividade como a organização de feiras livres para a comercialização dos produtos; a limpeza dos canais de irrigação e até o encaminhamento de palestras junto às agências financeiras e informações relativas à operacionalização de crédito rural.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que foram necessários vários momentos de esclarecimentos e de demonstração e explicação dos objetivos do estudo proposto. Alguns fatores podem ser citados como dificultadores no primeiro

momento para o andamento das entrevistas: uma certa timidez das mulheres rurais que, por vezes, ocasionou uma falta de fluidez nas entrevistas; o receio de estabelecer uma relação com quem é desconhecido pelo fato de, no PJ, as relações serem caracterizadas por um sentido de “distanciamento” de um agricultor do outro até pela diversidade de origens. Tal fato é ocasionado pela própria forma de constituição do assentamento, ou seja, os moradores do Projeto, em sua grande maioria, são provenientes de várias regiões do Norte de Minas e do Brasil, fato que produz um certo estranhamento ou que descaracteriza um pouco a identificação dos moradores com o local e que, por sua vez, traduz-se em um grau de desconfiança em relação ao diferente, ao novo ou ao desconhecido. Outro fator que contribui para o aumento do distanciamento, em se tratando dos agricultores familiares do PJ, é a existência de inúmeros entraves no fator de comercialização dos produtos, ou seja, a venda da produção que passa necessariamente pelos atravessadores, o que causa muitas perdas para o agricultor e até um sentimento de injustiça. Esse sentimento de injustiça é descrito quando os agricultores mencionam o fato de necessitarem dos atravessadores para a venda dos produtos e por dependerem unicamente desse agente sendo impossibilitados de determinarem o preço dos produtos, ficando reféns da forma e do valor que são por eles definidos.

Assim, passado o momento de expectativas em relação à resolução de problemas imediatos locais, as mulheres entenderam o processo e os encaminhamentos da pesquisa e aceitavam participar das entrevistas. Portanto, as notas de campo (Diário de Campo) foram fundamentais para se extrair a descrição do contexto físico e social e ainda a percepção da espontaneidade e expressividade da vida e do trabalho dessas mulheres.

Em se tratando da abordagem realizada com os agentes de mediação, principalmente das Instituições como CODEVASF, EMATER, RURALMINAS, percebeu-se boa vontade e muita disponibilidade em efetivar as entrevistas e um grande compromisso em contribuir com as informações que couberam às instituições. Em relação às instituições como os bancos, o processo foi bem diferenciado. Os agentes dos bancos eram procurados e depois da explicação dos objetivos do projeto da tese e da leitura da carta de consentimento, esses agentes demonstravam interesse em contribuir, mas deixavam claro que não estavam autorizados a gravar entrevista.

Dessa forma, foram totalizadas entrevistas com vinte (22) mulheres da Área A, seis (6) agentes de mediação e seis (6) membros das famílias, tendo como eixo norteador um roteiro semiestruturado (APÊNDICE A, B e C) que explorou as condições/situações de vida e de trabalho das mulheres que incluiu: perfil das mulheres agricultoras familiares, dinâmicas da produção familiar e condições de vida e trabalho feminino.

A proposta era entrevistar mulheres com maior permanência no PJ e de diferentes faixas etárias, como, ao longo das entrevistas, foram aparecendo muitas redundâncias nas informações, limitou-se em 22 mulheres. Portanto, o critério escolhido para delimitar o grupo foi o critério de amostragem por saturação que, conforme Minayo (1996), quando se admite a representatividade é possível a utilização da amostra por saturação na pesquisa social. Para a referida autora, o sujeito transmite pela fala as representações de determinado grupo, pois esse representa a sociedade na medida em que os modelos culturais expressos nas entrevistas são o reflexo do caráter histórico e específico das relações sociais. Ainda, em estudo qualitativo, o mais importante é a qualidade das informações extraídas e a maneira como se concebe a representatividade dos elementos (FONTANELLA, 2008).

Além das entrevistas semiestruturadas, complementaram-se os dados com informações documentais do Projeto, com a observação e o diário de campo que, por sua vez, possibilitaram o registro das observações, reflexões e impressões das agricultoras e dos agentes inseridos nos contextos de vida e trabalho. Fundamentaram-se essas ferramentas de coleta e geração de informações em Gil (1991), para quem a observação constitui-se elemento de extrema relevância para a pesquisa, que vai desde a formulação do problema, construção de hipóteses, coleta e análise até a interpretação dos dados.

Diante da necessidade de traçar uma caracterização sociodemográfica e de trabalho das mulheres do Projeto e de analisar dinâmicas de gênero na família, no trabalho agrícola, é que se pensou inicialmente em trabalhar com a técnica denominada de grupo focal.

Cabe sublinhar que a escolha da técnica grupo focal deveu-se à necessidade de interação com as agricultoras e pelo fato de propiciar um debate que permitiria a fluidez natural de vários assuntos referentes aos modos de vida e trabalho das mulheres e da família. No entanto, pelas condições operacionais do “tempo” das

mulheres e pela logística do PJ, após três tentativas frustradas a realização do Grupo Focal não se efetivou. Assim, foi feita uma (1) sessão com participantes da AMA da Área A do PJ, que ficou caracterizada como uma “discussão de grupo” que na perspectiva de Minayo (1996, p. 129) “deve ser valorizada como abordagem qualitativa, seja em si mesma seja como técnica complementar”. Para a autora, as opiniões, relevâncias e valores dos entrevistados constituem o específico do grupo de discussão.

Portanto, no total geral foram entrevistadas 22 mulheres e além dessas participaram da “discussão de grupo” outras 16 mulheres da associação AMA. Para a efetivação de tal grupo, foi necessário o contato inicial com as presidentes das associações tanto da ASMUA quanto da AMA. Houve muita receptividade por parte das mulheres presidentes das associações e essas demonstraram interesse e entendimento da relevância do trabalho. A realização da reunião com a associação ASMUA não se efetivou, uma vez que no primeiro agendamento ocorreu um imprevisto que impossibilitou a participação das mulheres. No segundo agendamento, ocorreu o esvaziamento por conta do falecimento de um membro da comunidade e, no terceiro, as mulheres tiveram que participar de uma viagem imprevista. Dessa forma, somente foi possível a realização do grupo de discussão com a associação AMA. Para tanto, fez-se o contato com a presidente e essa agendou a reunião em uma escola estadual pelo fato de tal associação não possuir uma sede. Em um domingo, no período da tarde, compareceram 16 mulheres, algumas acompanhadas de filhos, outras de netos. Para iniciar a discussão de grupo, primeiro ocorreu a apresentação de todas as participantes e na sequência explicou-se o objetivo da reunião bem como os procedimentos que seriam adotados no decorrer do processo. Em determinados momentos, a reunião foi tumultuada pela presença das crianças, posteriormente, o ambiente foi sendo amenizado por conta das discussões e da necessidade de se ouvir a fala de cada mulher e pelo interesse imediato das equipes participantes no tema abordado: autonomia, poder e gestão da propriedade.

A seguir, a Figura 6, que mostra a realização da discussão de grupo.

Figura 6 – Imagem do Grupo de Discussão realizado com a AMA (Associação das Mulheres da Agricultura Familiar) do PJ.



Fonte:Barbosa (2012), Jaíba-MG

Segue o quadro descritivo dos procedimentos de coleta e geração de dados, dos quantitativos, dos participantes envolvidos e do perfil.

Quadro 1 – Descrição dos procedimentos de coleta e geração de dados

Procedimento de Coleta	Participantes	Identificação/Qualificação
Entrevista Semiestruturada	- 11 mulheres do NS1 - 11 mulheres do NS2	Agricultoras de maior permanência na Área A: NS1 e NS2
Entrevista Semiestruturada	-6 agentes de mediação: 2 técnicos da EMATER-MG, 2 mulheres presidentes de associação, 1 agente da CODEVASF, 1 agente do DIJ.	Técnicos da EMATER-MG, presidentes de associações e lideranças.
Discussão de Grupo	- 16 mulheres da AMA	Mulheres da associação: AMA
Entrevista Semiestruturada	- 3 membros da família do NS1 -3 membros da família do NS2	Maridos e filhos

Fonte: Barbosa (2012), Montes Claros-MG.

A coleta de dados apoiou-se, também, com pesquisa documental que favoreceu o diagnóstico dos contextos social, econômico e ambiental, relativos ao local da pesquisa, que incluiu infraestrutura, situação organizacional, caracterização das mulheres, quantitativo populacional, recursos naturais, formas de produção, entre outros.

Portanto, a justificativa metodológica partiu da perspectiva de construção descritiva e análise das experiências das mulheres, das situações de vida e de trabalho, das dinâmicas de gênero, dos vínculos com os agentes mediadores e de outros elementos relevantes e responsáveis pelas condições de acesso ao crédito.

4.4 A Análise dos Dados

Optou-se pela análise de conteúdo como tentativa de impor um corte entre as intuições e as hipóteses que permitiram encaminhar interpretações mais definitivas. (MINAYO, 1996).

Concretizando essa forma de análise, Bardin (1979) afirma que são necessários os procedimentos de explicitação, sistematização e expressão de conteúdo de mensagens para se estabelecer deduções lógicas e justificadas acerca dessas mensagens.

Após a geração das informações das entrevistas, foram feitas as transcrições, a sistematização e a análise de conteúdo por meio do software NVivo 9.0. Conforme Guizzo et al. (2003), esse software é um programa que permite fazer a análise dos dados qualitativos, com a operacionalização e o agrupamento de uma diversidade de dados levantados. Assim, os procedimentos de codificação, categorização, associação e cruzamento dos dados obtidos a partir da coleta de informações relativas às mulheres foram efetuados. Nessa ótica, foram introduzidos no programa todos os documentos necessários à análise. As entrevistas foram transcritas e importadas para a base de dados constante em um documento que incluiu “os atributos”, características como: faixa etária, sexo, nível de escolaridade, estado civil, naturalidade, tempo de permanência no PJ, atividades de atuação (ocupação), tempo de atuação (por hora) nas atividades produtivas e nas atividades domésticas, número de filhos e faixa etária dos filhos.

Nesse sentido, Fleury (2008), citando Moscovici (1978) e Santos (2001), salienta que a importância da codificação se dá essencialmente pelo fato de auxiliar na definição do vocabulário que exprime o problema em análise e ainda por isolar e generalizar os discursos. Assim, a proposta do programa NVivo é nesse sentido de favorecer essa codificação. Segundo Tavares dos Santos (2001), o NVivo favorece um ambiente informacional com as possibilidades de criação, gerenciamento e exploração de ideias e de categorias, que podem minimizar as rotinas de trabalho e,

por outro lado, maximizar a flexibilidade da análise que favorece a descoberta e o desenvolvimento de novas ideias. Ressalta-se que o desenvolvimento do programa ocorre por intermédio de investigação de documentos, criação de categorias, codificação de textos e, ainda; com o gerenciamento e exploração de ideias sobre as informações possibilitando a importação e exportação de dados capazes de ligar programas estatísticos e planilhas.

Para a análise das dinâmicas de trabalho e gênero - divisão social e sexual do trabalho – e das perspectivas de empoderamento e desenvolvimento rural foram consideradas as categorias: trabalho, renda, fatores de inclusão, fatores de exclusão, processo decisório, família e relações comunitárias com as suas respectivas subcategorias, conforme descrição abaixo.

I Dinâmicas de Trabalho e Gênero: Divisão Social e Sexual do Trabalho;

a) Trabalho: concepções, condições, divisão sexual do trabalho, atividades (ocupações), processos, qualificação, relações de ajuda, relações de trabalho, trabalho doméstico/ trabalho agrícola e valor social do trabalho.

b) Renda: custos, envolvimento na geração e uso da renda familiar (por sexo), gastos, produção, qualidade de vida, receita e venda.

c) Fatores de Inclusão Social e de Gênero no Projeto: acesso à escola, acesso ao crédito, acesso à saúde, assistência técnica, associativismo, condições materiais (bens de consumo), lazer, participação, valorização e segurança.

d) Fatores de Exclusão Social e de Gênero no Projeto: analfabetismo, falta de acesso ao crédito, falta de acesso à saúde, falta de assistência técnica, não ter associativismo, poucas condições materiais (bens de consumo), falta de lazer, falta de participação, não valorização, ausência de interação e mediação.

e) Processo Decisório: em relação à família e renda, empreendedorismo, autonomia, construção individual/coletiva, decisões individuais/coletivas, encaminhamentos individuais/ coletivos.

f) Família: unidade familiar, espaços de gênero, poder e autonomia.

g) Relações comunitárias no âmbito do projeto: representatividade, envolvimento, tipo de atuação.

II Perspectivas de Empoderamento e Desenvolvimento Rural

a) Marcas Estáveis: (padrão, modelos tácitos na sociedade, dinâmicas de gênero)

b) Marcas de Ruptura: (mudanças, avanços, quebra de paradigmas).

Portanto, foram realizados procedimentos capazes de sistematizar os dados obtidos pelas técnicas de coleta e geração de dados já especificados, os quais possibilitaram a percepção e análise complexa dos fenômenos investigados.

4.5 Considerações Éticas

Tratando-se de pesquisa com seres humanos, para a coleta e geração de dados desta tese, foram respeitadas as normas éticas de pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde, sendo considerados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, uma Folha Explicativa, a Autorização de Imagem e as autorizações institucionais no âmbito das instituições acadêmicas e do Projeto Jaíba.

Ressalta-se que todos os participantes deste estudo foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE G), bem como foi assinada a Autorização de Imagem (APÊNDICE F). Em relação às 22 mulheres entrevistadas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi substituído por “uma Folha Explicativa”, na qual constaram dados do projeto, instituição de origem, forma de contato, para garantir aos sujeitos a livre participação, conforme (APÊNDICE H). A Folha explicativa foi lida para o grupo de mulheres e entregue para cada participante no início do encontro, antes de se iniciarem as entrevistas. Ressalta-se que a opção pela substituição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pela Folha Explicativa se deu pela necessidade de esclarecimentos e maiores informações para as mulheres, frente o contexto pesquisado e a sua participação sem implicações institucionais ou “represálias”.

Assim, este projeto foi submetido ao Comitê de Pesquisa da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS (PARECER 22927) e, posteriormente, foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da mesma Universidade, que obteve aprovação para os encaminhamentos necessários à realização da pesquisa de campo. Para as análises institucionais foram solicitadas autorizações documentadas.

5 CENÁRIOS DO JAÍBA: O TRABALHO DAS MULHERES NO PERÍMETRO DO PROJETO JAÍBA

Neste capítulo, desenvolvem-se o estudo descritivo sociodemográfico e a contextualização do município de Jaíba para que, a partir dos aspectos socioeconômicos e produtivos, possa-se compreender a inserção das mulheres. Assim, são abordados aspectos como trabalho, características naturais da região, condições socioeconômicas e ainda a situação de vida e de trabalho das mulheres no contexto brasileiro, na comparação com a caracterização das mulheres entrevistadas, levando em conta a estrutura e a composição familiar, o grau de escolaridade, o número de filhos, a proveniência, o tempo de permanência no PJ, entre outros.

5.1 O Empreendimento – Preenchendo Vazios

O Projeto Jaíba é um empreendimento liderado pelo poder público, cuja justificativa se norteia pelas necessidades do preenchimento do vazio econômico e demográfico do extremo norte de Minas Gerais (SEAPA, 2005).

Situado na região Sudeste do Brasil, à margem direita do rio São Francisco, compreendendo os municípios de Jaíba e Matias Cardoso, está o Projeto Jaíba, que fica a 614 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte, e a 950 quilômetros da capital federal, Brasília – DF.

Figura 7 - Mapa – Localização do Projeto Jaíba



Fonte: SEAPA-MG (2005-2010)

O Quadro 2 mostra a população por municípios da região caracterizando-a como de municipalidades de pequeno porte em se tratando de habitantes. E evidencia-se que, em relação ao crescimento populacional, o município de Jaíba apresenta de 1991 a 2010 um crescimento em número de habitantes com 87,68% de elevado crescimento em comparação aos outros municípios constantes na área. Dessa forma, o aumento do crescimento populacional demonstra a importância e o impacto da implantação do Projeto Jaíba para o município e região.

Quadro 2 – População da Região do Projeto Jaíba (1991 e 2010)

Município	População (Habitantes)		
	1991	2010	Diferença (%)
Pai Pedro	5.425	5.934	9,38
Jaíba	17.896	33.587	87,68
Matias Cardoso	12.377	9.977	-19,39
Catuti	5.101	5.102	0,02
Varzelândia	17.037	19.126	12,26
Verdelândia	6.522	8.350	28,03
Gameleiras	4.940	5.139	4,03
São João das Missões	7.045	11.715	66,29
Itacarambi	14.730	17.739	20,43
Monte Azul	24.221	22.000	-9,17
Manga	19.609	19.846	1,21

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP)/Censo Demográfico 2010

No início da década de 1970, o Projeto foi concebido pela Fundação Rural Mineira – RURALMINAS, período de implementação do Plano de Desenvolvimento do Noroeste Mineiro, com a previsão de execução do Projeto Mocambinho, compreendendo uma área irrigada de 1680 hectares. Dessa maneira, tendo o apoio do governo federal e de grupos empresariais, o Projeto Jaíba ampliou-se com o intuito de atender uma área de 100.000 ha, previsto para quatro fases: Etapas I, II, III e IV. Então, no ano de 1972, instituiu-se em Belo Horizonte, com uma equipe multidisciplinar, o PRODAJ – Projeto de Irrigação do Distrito Agroindustrial do Jaíba, com a finalidade de coordenar as ações conjuntas do governo federal e estadual. Em 1975, o referido empreendimento passa a ganhar maior notoriedade uma vez que a agricultura irrigada foi identificada como a única atividade capaz de levar o desenvolvimento sustentável para a vasta região onde está inserido tal Projeto. Assim, Martins (2008) ressalta que as diretrizes que orientavam a concepção do empreendimento privilegiavam os grupos empresariais, como Polo de Produção

Agroindustrial. Para a autora,

em 1975, o governo de Minas firmou o primeiro convênio com o governo federal, que, por intermédio da CODEVASF, se tornou o seu principal parceiro. A partir de esforços conjuntos dos governos federal e estadual, a evolução dos trabalhos do Projeto e a execução de obras alcançaram os anos de 1980. (MARTINS, 2008, p.5,6).

Ocorreu uma inversão do público que deveria ser beneficiado prioritariamente pelo Projeto, passando a ter um cunho social. O foco social ocorreu a partir de 1984, quando foi regulamentada a Lei 6.629/79 que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação. Assim, o Projeto Jaíba passa a ser redefinido de uma ótica empresarial para uma ótica social, em sintonia com a referida Política. Tal redefinição possibilitou o atendimento às solicitações dos financiadores, com exigência da prevalência do caráter social em detrimento do modelo de desenvolvimento econômico com apoio de grupos empresariais, de forma estabelecida anteriormente. (SEAPA, 2005).

O Quadro 3 é um descritivo das glebas da Etapa I em áreas bruta e irrigável e o quantitativo de lotes em cada área. Especificamente na área A, *locus* desta tese, a área bruta é de 6.038,21, com 4.296,79 de área irrigável em um universo de 845 lotes.

Quadro 3 – Descrição das Glebas da Etapa I

Gleba	Áreas (ha)		Nº de Lotes
	Bruta	Irrigável	
A	6.038,21	4.296,79	845
B	2.829,26	2.055,85	399
C2	9.557,20	8.042,90	325
C3	488,63	295,02	57
D	2.669,87	1.038,79	201
F	2.336,16	1.660,23	326
Subtotal	23.919,33	17.389,58	2.153

Fonte: DIJ (2012), Jaíba-MG.

Para a SEPLAN (1995), apesar de prevalecer o caráter social na Etapa I, o governo de Minas Gerais, na implementação da Etapa II, voltou a privilegiar os grupos empresariais, ainda na década de 1990. Dessa forma, o projeto é tido pelo governo de Minas como um arrojado e moderno Programa de Desenvolvimento Regional com base na agricultura irrigada para viabilizar a produção de frutas, hortaliças e grãos em um complexo agroindustrial capaz de alavancar o crescimento regional (SEPLAN, 1995).

Ocorreu no final da década de 1980 e início da década de 1990 a incorporação da iniciativa privada ao Projeto com a criação do DIJ – Distrito de Irrigação de Jaíba. O DIJ é uma entidade privada, gerida pelos irrigantes, sem fins lucrativos, que tem a finalidade de administrar toda a estrutura construída. Assim, no PJ atuam os três poderes executivos da esfera pública, com a ativa participação da iniciativa privada, de maneira sincronizada e complementar. (DIJ, 2012).

Ainda no contexto do processo de implementação do Projeto Jaíba, Martins (2008) ressalta

Em 2004, o Projeto foi considerado estruturador pela Secretaria de estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo de Minas, o que perdurou até 2007, tendo como objetivo assegurar o assentamento de pequenos produtores e agricultores empresariais, reestruturar e revitalizar seus processos produtivos. Atualmente, apesar de ainda estar em processo de implementação, com o Projeto Jaíba busca-se promover o desenvolvimento sustentável da agricultura do norte do estado, visando consolidar o polo agroindustrial, aumentando a participação da região no mercado interno e externo de frutas. (MARTINS, 2008, p. 6).

Cabe ressaltar que o PJ, em contínuo movimento de interação e em processo inacabado, vem se configurando com diversas potencialidades, avanços sociais e econômicos, mas também enfrenta muitas dificuldade em seu processo de implementação. Nesse contexto, é que se encontra a organização social de tal empreendimento.

Quadro 4 – Organização Social no PJ

Descrição	Quantidade
Núcleo Administrativo	01
Núcleos habitacionais e de serviços	10
Núcleo de processamento de produção	01
Escolas Estaduais de 1ª a 8ª série	04
Escola Estadual de 1ª a 8ª série e 2º Grau	02
Escolas Municipais de 1ª a 4ª série	03
Postos de Saúde	04
Associações de produtores	35
Central de Associações de produtores	01
Descrição	Quantidade
Associações de Jovens	02
Associações de Mulheres	03
Centro Sociocultural com auditório para 200 pessoas	01
Associação Cultural e Ambiental do Projeto Jaíba	01
Habitantes	20.000

Fonte: DIJ (2012), Jaíba-MG

O Quadro 4 apresenta a organização social no PJ, que conta com 20.000 mil habitantes e com 10 núcleos habitacionais e de serviços (NHS), no entanto somente 2 núcleos fazem parte do *locus* desta tese, NH1 e NH2. Cumpre ressaltar que para o universo populacional do Projeto existem 09 escolas, sendo 06 da rede estadual e 02 da rede municipal. Dessas somente 2 ofertam o ensino médio.

Portanto, ressalta-se que, sendo tal Projeto um empreendimento liderado pelo poder público, cuja justificativa centra-se no atendimento de necessidades do preenchimento do vazio econômico e demográfico do extremo norte de Minas Gerais, há de se considerar ainda um vasto caminho para que a organização social do Projeto atenda as necessidades específicas do mundo rural. Nesse sentido, relaciona-se a análise de Martins (2008) em torno da tomada de decisão sobre investimento como o Projeto Jaíba que objetiva contribuir para o desenvolvimento regional. Dessa forma, a autora enfatiza que a tomada de decisão para melhor implementação de um Projeto desse porte deve priorizar indicadores de rentabilidade, mas avaliados no contexto geral, tais como: a abrangência do projeto com base no aumento da produção, a necessidade de se introduzir novos conhecimentos e técnicas, o estabelecimento de relação com os outros setores por meio do desenvolvimento de agroindústrias, estabelecimentos comerciais, serviços; a potencialização de geração de oportunidades de trabalho e garantia de qualidade delas; a melhoria no equipamento social e na infraestrutura de apoio econômico, como transporte, armazéns; a necessidade de fortalecimento da mobilidade social; o aumento das receitas públicas e, sobretudo, possibilitar o fortalecimento das organizações sociais do campo.

5.2 Mulheres Agricultoras no Brasil e Conquistas Sociais

Ao longo da história brasileira foram travadas inúmeras lutas para o alcance da melhoria da qualidade de vida e das condições de atuação dos trabalhadores (as) rurais. Tais lutas e os debates que se seguiram influenciaram a construção de políticas públicas com compromisso de atender as múltiplas realidades do mundo rural e, conseqüentemente, a implementação de políticas públicas voltadas para a justiça social e equidade. Nesse sentido, ressalta-se a importância das políticas públicas na indução de processos sociais de melhoria da qualidade de vida e trabalho na especificidade do rural na realidade brasileira e salienta-se sua implementação nas especificidades do Projeto Jaíba.

De acordo com Martins (2008):

No processo de implantação da política Nacional de Irrigação, particularmente do Projeto Jaíba, percebeu-se que foi instituída cooperação entre Governo Federal e Estadual, estabelecendo uma parceria entre os seus órgãos executores, Codevasf e Ruralminas respectivamente, para desenvolvimento das atividades que visam colocar a política em ação. Nessa relação, a Codevasf assumiu a responsabilidade pelo fornecimento do capital e, ainda, manteve uma relação de permanência com o governo do Estado de Minas Gerais [...] Já a Fundação Rural Mineira foi credenciada como agente, pois no período de 1984 a 1993 se manteve com a responsabilidade de gerenciar os recursos. Em 1988, foi criado o Distrito de Irrigação Jaíba – DIJ, que também passou a responsabilizar-se com a implantação do Projeto Jaíba, pelo gerenciamento de recursos, atuando como agente neste processo. (MARTINS, 2008, p.119).

Martins (2008) ressalta que a implantação da política pública voltada para o Perímetro Irrigado Jaíba foi considerada como um projeto de cunho social, mas com objetivo primordial de obter elevada produtividade agrícola. Assim, a autora aponta uma dualidade nos objetivos propostos, a saber: em atendimento à Lei de Irrigação e de acordo com o Banco Mundial, o objetivo está no âmbito social, assim privilegia-se o assentamento de pessoas carentes e excluídos do mercado de trabalho que estejam na absoluta condição de pobreza; no entanto não se pode desmerecer o objetivo econômico que estabelece uma economia de mercado, com o intuito de garantir a sustentabilidade do Perímetro e ainda o preparo para a emancipação.

Nesse sentido, pode-se questionar o impacto da implantação da política pública para a agricultura familiar, nesse Projeto, considerando toda a complexidade da implantação do Perímetro. Dessa forma, Martins (2008) chama atenção para a necessidade de se fazer uma reflexão que leve em consideração as opiniões dos assentados, cujo objetivo benefício é a ampliação e renovação do olhar para o Projeto que identifique as perspectivas dos irrigantes em relação ao Perímetro de Irrigação Jaíba.

E é justamente nessa perspectiva de atuação dos homens e mulheres da agricultura familiar do Jaíba que começam a se delinear os entraves para a efetivação de políticas públicas que estejam em consonância com uma visão de desenvolvimento mais ampla.

Observa-se que existe uma grande contradição entre o que a política pública, em sentido amplo, propõe para o Projeto Jaíba e a realidade enfrentada

pelos agricultores e agricultoras familiares. Tal evidência está presente, por exemplo, no perfil dos assentados do projeto. Como mostra Martins (2008), os irrigantes foram selecionados com base na sua condição de pobreza, e tal fato traz complicações no sentido de se conseguir produzir em uma área de agricultura irrigada com toda a exigência de tecnologias. E, por outro lado, os agricultores não possuem o título de posse da terra, estão em situação de endividamento, com dificuldades de acesso ao crédito agrícola, falta-lhes a capacidade empreendedora e agrícola e até capacidade de assimilar novas tecnologias, uma vez que são assentados com baixa escolaridade.

No sentido da Política Nacional de Irrigação, Martins (2008) ressalta:

Ações para execução do projeto Jaíba tiveram início na década de 1970, num período anterior à formulação da Política Nacional de Irrigação, em regime político, econômico e constitucional diferente do atual, marcado por governos fortes, centralizadores e autoritários, período favorável para a promoção de grandes projetos industriais. Nessa ótica, em Minas Gerais, no auge da implementação do Planoroeste, que objetiva a ocupação do vazio econômico e demográfico representado pela região Nordeste e, ainda, a ampliação da fronteira agrícola, o Projeto Jaíba foi concebido segundo um modelo em que o setor público realiza imersões em capital fixo, representadas pela infraestrutura geral social e infraestrutura de irrigação, cabendo ao empresariado a execução das atividades diretamente produtivas, com utilização dos fatores de produção. (MARTINS, 2008, p.182).

Dessa forma, Martins (2008) salienta que a Política Nacional de Irrigação, em quase 30 anos de existência, ainda tem um cunho normatizador de assuntos de irrigação no país, mas faltaram e faltam ações e políticas complementares capazes de dar suporte à concretização de projetos públicos na referida área. Acrescenta, ainda, que o Projeto de Irrigação do Jaíba foi redefinido em 1984, passando a assumir um cunho social em detrimento do modelo que se adotou anteriormente no sentido de ser apoiado em grandes empresas, alinhando-se à Política Nacional de Irrigação.

Atualmente, na percepção do Estado, de acordo com o MDA (2010), ao contrário do que se imaginava, a agricultura familiar é considerada um setor extremamente produtivo: gera muitos empregos além de produzir alimentos mais saudáveis para a população brasileira. Ela é 89% mais produtiva e responde por 10% do PIB brasileiro (MDA, 2010). Nesse sentido, com o intuito de apoiar a

agricultura familiar, o Governo Federal construiu uma rede de políticas públicas permanentes e de forma simultânea que inclui crédito, assistência técnica, seguro agrícola, política de preços e de compras governamentais. A luta e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais impulsionaram as novas políticas públicas de desenvolvimento rural. (Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, 2003-2010).

Ainda, de acordo com o discurso do Estado, o conjunto de políticas públicas permanentes de desenvolvimento rural potencializou o protagonismo da agricultura familiar. Nessa perspectiva, todo o conjunto de políticas que vem sendo desenvolvido desde 2003 demonstra que as ações no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA vão além de estímulo à produção, sendo estas direcionadas, acima de tudo, para a inclusão social e a promoção da cidadania. Entre 2002 e 2009, o orçamento do MDA subiu de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 6,3 bilhões. Dessa forma, o Pronaf¹⁶ aumentou mais de 500% o seu volume de crédito ofertado. Os agricultores familiares tornaram-se clientes preferenciais da rede bancária para as linhas de crédito Pronaf, totalizando mais de dois milhões de contratos por ano. (Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, 2003-2010).

Apesar do “sucesso” evidenciado em relação ao conjunto de políticas públicas para potencializar a agricultura familiar, é de se questionar até que ponto a realidade no Projeto Jaíba condiz com as perspectivas do MDA, uma vez que se evidenciam muitos fatores dificultadores para o acesso ao crédito rural para a agricultura familiar e em especial para as agricultoras.

Nessa perspectiva, pensar a realidade dos homens e das mulheres que vivem, lutam e trabalham no semiárido norte-mineiro requer um olhar ampliado sobre práticas cotidianas e acerca das políticas públicas implementadas no âmbito do Perímetro Irrigado Jaíba. Nesse contexto, tais práticas e políticas públicas serão descritas e analisadas ao longo do desenvolvimento desta tese.

A situação das mulheres agricultoras no Brasil e suas conquistas sociais estão relacionadas ao debate da invisibilidade do trabalho feminino. Nesse sentido, Melo de Di Sabbato (2006) afirmam que há muitas décadas que a problemática da

¹⁶ Uma das políticas públicas reforçadas a partir de 2003 é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os recursos para custeio e investimento oferecidos por meio do Pronaf cresceram de R\$ 2,4 bilhões na safra 2002 – 03 para R\$ 16 bilhões na safra 2010 – 11. Nesse período o número de contratos avançou de 890 mil para mais de 2 milhões - ano safra. O financiamento médio subiu de R\$ 2.400,00 para R\$ 7.478,00 por família (BRASIL, MDA, 2003-2010: 22).

invisibilidade do trabalho feminino está inserida na agenda política do movimento feminista, no entanto o processo de politização apresenta-se significativamente lento. Em particular as atividades domésticas “a serviço da família” (LOPES, 1996) permanecem excluídas como elemento constitutivo da (re) produção.

[...] da antiga consigna feminista dos anos 1970 de que “*o privado é político*” que alertava para o conflito entre as esferas doméstica e pública e o véu que escondia a realidade da vida feminina o novo ainda não está constituído plenamente. Permanece certa insensibilidade dos serviços estatísticos internacionais e também do nacional para mudar a metodologia da coleta de informações que dêem conta da realidade do trabalho realizado pelas mulheres para reproduzir os seres humanos. Só recentemente, em 2001, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) introduziu numa de suas principais pesquisas amostrais (PNAD) um item relativo aos afazeres domésticos, talvez um sinal de novos tempos. (MELO e DI SABBATO, 2006, p. 10).

Assim, os autores enfatizam a insuficiência de abordagens e que a discussão da invisibilidade do trabalho feminino no cerne do debate sobre a agricultura familiar tem sido privilegiada ainda de forma incipiente por intermédio do Programa da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, no âmbito das políticas desenvolvidas pelo MDA. E, em uma análise das características e das diferenças no Brasil rural e urbano, os autores evidenciam que o Brasil já era um país urbano no início dos anos 1990 e esta tendência vem sendo acentuada consideravelmente.

A população rural que em 1993 representava cerca de 21,6% do total da população residente brasileira caiu em 1995 para 18%, subiu um pouco em 1998 para 20,4%; em 2001 volta a cair e chega a 16% da população residente nacional, neste patamar (16%) permanece em 2004 com 16,9% da população nacional e em 2006 fica em 16,7%, isto é manteve a mesma taxa de participação do início do século XXI. Talvez este ligeiro crescimento em 2004, expresse apenas a incorporação nos dados da PNAD da zona rural da região Norte. Todavia, ainda temos uma população rural em patamares superiores a encontrada para os países desenvolvidos, mas é significativa a queda de participação, foram cerca de 5% pontos percentuais em treze anos. (MELO e DI SABBATO, 2006, p.13).

Nas justificativas de Melo e Di Sabbato (2006), ocorreu um processo estrutural da economia brasileira com a produção agropecuária mecanizada e com o aprofundamento da concentração de terras no país. Nesse sentido, evidenciou-se que tal processo causou significativo impacto na migração do campo para a cidade,

a partir dos anos setenta do século XX, com continuidade nos anos noventa com uma atenuação depois de 2001. Cabe ressaltar que nas análises dos autores é principalmente para o sexo feminino que o processo de transferência da população rural para as cidades torna-se muito expressivo, fato que evidencia a masculinização do mundo rural.

Nessa perspectiva, para contextualizar a inserção das mulheres na atividade agropecuária, é necessário apresentar alguns aspectos da situação das mulheres rurais no contexto brasileiro considerando a população feminina e masculina na área rural e urbana do Brasil e em Minas Gerais. Assim, observa-se, conforme o Censo 2010, que o total da população de Minas Gerais corresponde a 19.595.309 habitantes, sendo 49,19% correspondente a homens e 50,81% correspondente a mulheres. Já em relação à população residente em zona urbana no estado é referente a 85,29% e a zona rural apresenta um percentual de 14,71% da população residente. De acordo com o Censo 2010, o município de Jaíba apresentava no ano de 2000 um quantitativo de 27.287 habitantes. Já em 2010, esse quantitativo apresenta-se com 33.587, sendo que no total da população urbana é de 52,5% e da população rural é de 47,5%. No referido município, o correspondente ao total de homens é de 51,63% e o total de mulheres é de 48,37%. No PJ a população total é de aproximadamente 20.000 habitantes e um terço, aproximadamente, corresponde à população feminina.

Melo e Di Sabatto (2006) ressaltam que em 2004 a população rural brasileira representava 17% da população nacional, ou seja, há uma presença mais significativa do sexo masculino na zona rural. E ainda evidenciou-se a migração de meninas, adolescentes e jovens do sexo feminino do campo para a cidade. Já no tocante às mulheres com 60 anos e mais, observa-se o envelhecimento da população na área rural, uma vez que há um percentual de mulheres nessa faixa etária que aí permanecem. Os mesmos autores mostram que o analfabetismo tem uma relevância maior entre as mulheres rurais e essas apresentam um número significativo de baixa escolaridade.

Tanto em se tratando da migração de jovens, com a permanência de uma faixa etária acima de 55 na zona rural, quanto em relação ao analfabetismo, o que se evidenciou nas entrevistas no Projeto Jaíba foi exatamente tal retrato. Os filhos mais novos tendem a sair de casa em busca de novas alternativas, ou para estudar ou para arrumar emprego que seja “menos sofrido”, principalmente em se tratando

das mulheres. As mães sempre mencionam a necessidade de as filhas terem um nível de escolaridade maior para não necessitarem de “lidar com o trabalho pesado da roça”. E mesmo as filhas já casadas, migram do campo para a cidade deixando os filhos com os avós. As mulheres que apresentam um nível de escolaridade mais baixo e até analfabetismo estão na faixa acima de 55 anos. Isso atesta as dificuldades de gerações envelhecidas de mulheres de acesso à escola quando mais jovens. As escolas eram raras e a prioridade das famílias era o trabalho na roça ou a escolaridade dos filhos homens.

Em relação à renda no setor agropecuário, normalmente, apresenta-se como precária e desigual. Nesse sentido, os autores Melo e Di Sabatto (2006) salientam que tal fato pode ocorrer pela alta concentração da propriedade da terra e pelo intenso processo de mecanização proveniente do agronegócio que normalmente retira os homens do campo e quando as mulheres possuem alguma renda no setor agropecuário, essas ganham 56,4% do rendimento médio pago para o sexo masculino. Agora, em relação à produção para autoconsumo, os autores ressaltam que a participação das mulheres é significativa nas atividades em que há a predominância do trabalho feminino não remunerado como a lavoura e a pecuária, numa situação provável em que se considera o trabalho da mulher como coadjuvante.

A tabela a seguir exemplifica e expressa para o país a relevante participação das mulheres em atividades avícolas e de pequenos animais, assim como em atividades como horticultura e floricultura em que as mulheres são provedoras da alimentação familiar e o trabalho é na produção para autoconsumo.

Tabela 1- Pessoal ocupado na agropecuária por atividade segundo o Sexo (5) - Brasil, 2004

Atividade	Homem % s- total	Mulher % s- total	Homem % na atividade	Mulher % na atividade
Lavouras	61,2	48	73,1	26,9
Pecuária	19,5	6,9	85,7	14,3
Aves e pequenos animais	2,6	25,1	18	82
Horticultura-Floricultura	8,2	15,2	53,4	46,6
Pesca- Aquicultura	2,9	1	86,2	13,8
Silvicultura- Exploração florestal	1,9	2,3	63,8	36,2
Apicultura-Sericicultura	0,2	0	88,2	11,8
Atividade não especificada-Serviços	3,6	1,4	84	16
Total	100	100	68	32

Fonte: PNAD-IBGE, 2004 (MELO; DI SABATTO, 2006).

Essa relevante participação, no entanto, não se reveste de visibilidade estatística específica no que diz respeito às contribuições femininas para o processo produtivo rural no Brasil.

As reflexões sobre gênero na agricultura familiar ou nos contextos rurais foram mais determinantes e visíveis a partir de 1980, no Brasil. Nos anos 1960 e 1970 o feminismo acirrou um debate acerca do conceito de gênero e tal conceito foi-se integrando nos estudos da área social e humana. De acordo com Scott e Cordeiro (2006), a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e sobre o trabalho das mulheres na área rural; os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; as pesquisas etnográficas sobre campesinato, ribeirinhos, populações indígenas etc., foram contribuições significativas para o desenvolvimento substancial da discussão acerca do gênero.

No início dos anos 1980, na discussão feita por Scott e Cordeiro (2006), fica evidente que uma das conquistas e novidades do cenário político brasileiro foi a ação coletiva das mulheres agricultoras, que, com o objetivo de discutir sobre as suas vidas e sobre o trabalho, pequenos grupos de mulheres passaram a se reunir e dar maior significação às ações coletivas. Como resultado dessa ação coletiva das mulheres, destacam-se quatro eixos que alcançaram visibilidade política: lutas pelo direito à terra e pela reforma agrária, reconhecimento do trabalho na agricultura e nos sistemas agroextrativistas; acesso aos benefícios da Previdência Social e incluindo também a participação das mulheres na estrutura sindical. Assim, os autores ressaltam que as trabalhadoras rurais articuladas com o movimento sindical

rural e com o movimento de mulheres participaram das mobilizações para a inclusão de suas reivindicações na nova Constituição. E, nesta perspectiva, destacam-se, ainda, três conquistas alcançadas que atingiram diretamente as mulheres rurais: direito à terra, a extensão dos direitos trabalhistas para homens e mulheres trabalhadores/as rurais e o acesso aos benefícios da Previdência Social. No final de 1980, as mulheres passaram a lutar em prol da regulamentação dos direitos conquistados e pela implementação de políticas públicas relativas à promoção da igualdade de gênero. (SCOTT E CORDEIRO, 2006).

Os autores ressaltam que as ações coletivas das mulheres foram além do cogitado para a época, uma vez que além das questões agrárias, trabalhistas e previdenciárias, as mulheres realizam encontros, seminários e oficinas sobre violência, saúde, geração de renda, meio ambiente, direitos sexuais e reprodutivos, principalmente no Norte e Nordeste, contemplando, assim, uma agenda bastante ampla das mulheres, nos contextos rurais.

Entre as várias conquistas alcançadas pelo segmento feminino brasileiro pode se destacar a promulgação da Constituição de 1988 que assegurou a universalização dos direitos humanos, sem fazer distinção entre os sexos. A Constituição também reconhece a igualdade entre homens e mulheres na família, a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título de domínio ou de concessão de uso de terras para fins de reforma agrária (BARSTED, 2002), e dá às trabalhadoras rurais os mesmos direitos previdenciários que os trabalhadores rurais do sexo masculino (DELGADO & CARDOSO, 2000; DEERE & LEON, 2002).

Em 1996, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e vinculado, atualmente, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é outro avanço extremamente substancial em termos de política agrícola. Tal programa tem como objetivo propiciar condições de melhoria da capacidade produtiva, de geração de emprego e de renda dos agricultores familiares e de suas famílias (BARSTED, 2002).

Segundo Stropasolas (2004), existe uma repercussão nos projetos de vida dos membros da agricultura familiar, capaz de redefinir padrões e noções do que deva vir a ser uma família, de toda a influência proveniente da luta e conquista de direitos por parte dos movimentos de mulheres na sociedade contemporânea. Acrescenta-se que essa influência expande-se e vai adquirindo especificidades no

espaço rural com a organização dos movimentos de mulheres agricultoras e ainda por conta de fatores restritivos na dimensão econômica.

Se, antigamente, a norma a ser seguida era a constituição de famílias numerosas – simbolizadas particularmente nos retratos encontrados nas paredes ou no imaginário das antigas gerações de descendentes de italiano –, recentemente, a partir de estratégias e iniciativas ‘rebeldes’ das próprias mulheres, elaboram-se novos conceitos limitando a prole à sustentabilidade da família, cujos indicadores são construídos com a participação decisiva da mãe. A delimitação de diferentes papéis entre os membros do grupo doméstico camponês e particularmente as representações formuladoras do lugar ocupado pela mulher, na família e no casamento, eram construídas e reproduzidas socialmente a partir de referenciais culturais que legitimavam a ingerência paterna na definição desse processo decisório. Assim, o patrimônio fundiário, a família e o sistema de valores culturais, ao reproduzirem desigualdades e hierarquias entre os gêneros e as gerações, representavam uma unidade indissolúvel no processo de reprodução social do campesinato (STROPASOLAS, 2004, p. 254).

Os aspectos abordados acima constituem elementos substanciais para a análise da inserção das mulheres nas atividades agropecuárias e para entender o perfil especificamente das mulheres entrevistadas, conforme é abordado a seguir.

5.3 Mulheres do Jaíba e Mulheres do Estudo

Em se tratando da caracterização geral das mulheres, de acordo com o IBGE Censo (2010) no município de Jaíba são 16.243 mulheres em um total de 33.587 habitantes, ou seja, correspondente a 48,37%. Em relação a pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por sexo, no caso dos homens são 10.196 pessoas e no caso das mulheres são 7.831 pessoas. Já em relação ao valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento por sexo para os homens é de 814,63 reais e para as mulheres é de 548,56 reais. No que se refere à ocupação são 8.938 homens com rendimento por trabalho e no caso das mulheres com ocupação, rendimento de trabalho são 4.870 mulheres. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes na zona rural é de 266,67 reais e na zona urbana é de 340,00 reais. Já no caso do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio –

rural é de R\$ 1.275,41 e na situação urbana é de R\$ 1.575,11. No município de Jaíba a população residente alfabetizada é de 24.891 pessoas (IBGE- CENSO, 2010). O analfabetismo está presente em 8.696 habitantes, 25,8% do total da população. Tais dados demonstram que ainda é alto o índice de analfabetismo na região, principalmente quando se considera a expansão ocorrida na educação no Brasil nos últimos anos.

Pelo exposto, observa-se, conforme indicam os dados do IBGE (2010), que as mulheres ocupam sempre um lugar de desvantagem em relação aos homens, uma vez que o rendimento do homem é em média bem mais alto que o rendimento da mulher. Mesmo tendo observado o crescente dinamismo das mulheres no Projeto, ainda assim os homens estão em média de 50% a mais do que as mulheres nos trabalhos com rendimento.

Tais números indicam a posição subordinada das mulheres e o reflexo de uma sociedade paternalista e, nessa perspectiva, pode-se corroborar com estudos de Brumer (2004) que faz uma discussão sobre as diferenças nas atividades desenvolvidas por homens e mulheres, evidenciando que a divisão de trabalho estabelecida entre homens e mulheres rurais pode ser explicada, primeiro, pelo fato da unidade familiar de produção ser caracterizada por reunir esforços de todos os membros da família, considerando o benefício para todos e proporcionando uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo; e, segundo, pelo fato de vivermos em uma sociedade paternalista machista, em que ao homem é atribuído o papel de responsável pelo provimento da família.

A Figura 8 mostra uma agricultora do PJ, trabalhando como diarista em um processo de poda de plantação de atemoia.

Figura 8 – Imagem de uma Agricultora do PJ



Fonte: Barbosa (2012), Jaíba-MG.

De um modo geral, as mulheres entrevistadas são provenientes de cidades circunvizinhas do Norte de Minas Gerais: apenas duas mulheres são originárias de São Paulo e uma de Santa Catarina. As cidades de origem das mulheres entrevistadas são: Janaúba, Mato Verde, Monte Azul, Porteirinha, Riacho dos Machados, Manga, Matias Cardoso e Almenara.

A composição da família passa predominantemente pela estrutura familiar nuclear com pai, mãe e filhos. Mas um aspecto bastante natural na composição das famílias residentes no Projeto Jaíba é a criação dos netos pelos avós. Pelo fato dos filhos mais velhos não permanecerem nos lotes, ou seja, a grande maioria dos filhos vai para os grandes centros à procura de empregos mais imediatos¹⁷, os netos ficam sendo criados pelos avós, mas sempre com a expectativa dos filhos retornarem para cuidar do lote e prosseguir com o trabalho dos pais. Outra característica é a constituição de família ampliada, ou seja, os filhos casados permanecem trabalhando no mesmo lote dos pais, mas com residência distinta. Entende-se como Melo et al. (2008), que Família Nuclear – conjugal – é aquela composta do homem, da mulher, dos filhos, dos agregados crianças e adolescentes. E como Família

¹⁷ O termo empregado pelas entrevistadas “empregos mais imediatos” é referente ao trabalho temporário, ou seja, o serviço prestado a uma determinada empresa para atendimento a uma necessidade de pouca duração que pode ser permanente ou motivado pelo crescimento do número de serviços. Foi criado pela Lei 6.019/74 e regulamentado pelo Decreto 73.841/74. (BRASIL, MTE, 2012).

Ampliada tem-se a família composta por mulher, por homem, pelos filhos casados e por outros membros adultos da família.

Em se tratando do estado civil dessas mulheres, ao entrevistá-las, uma resposta que apareceu em relação a essa condição era “amigada”, principalmente das mulheres mais jovens, de 26 a 28 anos. Ou seja, a mulher tem o cônjuge, mas não existe o casamento “de papel passado”, formal. Das 22 mulheres entrevistadas, 1 é solteira e mora com os pais e 21 são casadas ou com união estável. Essas mulheres apresentam idades que oscilam entre 26 e 61 anos, conforme o quadro 5.

Quadro 5- Características sociodemográficas das mulheres entrevistadas

Agricultora	Idade	Escolaridade	Número Filhos	Proveniência	Tempo Permanência PJ
01	39 anos	Fundamental Completo – Cursando Telecurso	01	Janaúba	07 anos
02	51 anos	Fundamental Incompleto – 4ª série	02	Mato Verde	12 anos
03	48 anos	Fundamental Incompleto – 4ª série	03	Monte Azul	15 anos
04	34 anos	Fundamental Incompleto – 5ª série	03	Porteirinha	24 anos
05	30 anos	Médio Completo	02	Porteirinha	23 anos
06	56 anos	Analfabeta	08	Riacho dos Machados	15 anos
07	32 anos	Médio Completo	02	Manga	05 anos
08	26 anos	Fundamental Incompleto – 7ª série	03	Jaíba	12 anos
09	26 anos	Médio Completo	03	Janaúba	04 anos
10	60 anos	Analfabeta	04	Mato Verde	15 anos
11	55 anos	Fundamental Incompleto – 4ª série	04	Porteirinha	22 anos
12	28 anos	Fundamental Incompleto – 7ª série	03	Janaúba	10 anos
13	58 anos	Analfabeta	03	Matias Cardoso	09 anos
14	23 anos	Fundamental Completo	01	Mato Verde	06 anos
15	61 anos	Analfabeta	07	Gado Bravo - Jaíba	12 anos
16	37 anos	Fundamental Completo	02	São Paulo	22 anos
17	36 anos	Fundamental Incompleto- 4ª série	02	Porteirinha	19 anos
18	35 anos	Fundamental Incompleto – 4ª série	03	Monte Azul	12 anos
19	28 anos	Fundamental Incompleto – 5ª série	02	Matias Cardoso	08 anos
20	56 anos	Fundamental Incompleto – 4ª série	04	Santa Catarina	12 anos
21	58 anos	Fundamental Incompleto – 5ª série	04	Almenara	15 anos
22	30 anos	Fundamental Incompleto – 4ª série	03	Espinosa	13 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo, realizada em 2012. Barbosa (2012) Montes Claros – MG.

Conforme mostra o quadro 5, em se tratando do nível de escolaridade, observa-se que, no geral, as mulheres entrevistadas têm o ensino fundamental incompleto, ou seja, a grande maioria apresenta entre quatro e cinco anos de estudos. Das 22 mulheres entrevistadas, 2 possuem o ensino médio completo, 4 possuem o ensino fundamental completo, 12 possuem o ensino fundamental incompleto, sendo 7 com 4 anos de escolaridade, 3 mulheres com 5 anos e 2 com 7 anos de escolaridade. As analfabetas são 4, mas essas fizeram questão de dizer que sabiam “riscar” o nome. Um aspecto que chamou bastante atenção foi a necessidade de justificativa por parte das mulheres quanto ao nível de escolaridade, principalmente as que disseram que sabiam “somente riscar o nome”. Dentre as justificativas de não ter estudado, ressaltam-se: o fato de estarem inseridas no meio rural e na época o acesso à escola era extremamente precário; dificuldades de ordem econômica; acesso à escola, somente para os filhos mais velhos e do sexo masculino; falta de tempo das famílias, uma vez que a dedicação deveria ser para as atividades domésticas e da roça, ou seja, para garantir o sustento da família. Abaixo, uma fala que ilustra essa análise:

Eu estudei até a 5a série. Eu sou da região de Porteirinha. Eu estudei pouco porque, assim, os três mais velhos estudaram pouco e os outros fizeram até o terceiro ano (ensino médio), né. Não podia ir para a escola porque eu tinha que ir para a roça e tinha que trabalhar em casa também. Aquele dia de repor aula, não podia ir porque tinha que trabalhar. Aí eu não estudei, não. Era tudo difícil, morava na roça e tudo longe. Por causa disso. (Mas ainda pode estudar), pois é. Só que eu estou com os meninos pequenos (risos)... Não tem cabeça ainda pra isso não. Na hora que eles tiverem mais velhos, né. (mulher, entrevista 4).

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que, pelo fato das mulheres entrevistadas terem vivenciado tempos difíceis em relação ao acesso à educação (poucas escolas) e ainda a continuidade dos estudos não ser um aspecto relevante para as famílias, principalmente no tocante às mulheres, essas atualmente apresentam uma expressiva vontade de garantir o estudo para os filhos e demonstraram preocupação com o futuro. Almejam o aumento do nível de escolaridade e uma formação que garanta autonomia e sobrevivência dos filhos, em uma perspectiva diferenciada da vivenciada pelos pais, conforme narrativa a seguir:

Tenho uma filha de 14 anos e ela trabalha em casa. Eu não quero não, né, que ela trabalhe na roça, não. Ah, porque além de ela ser assim, a roça acaba mais cedo com a pessoa, a roça. E outra: a roça não dá futuro. A roça só dá pra gente manter, né. Porque igual no meu caso, eu só estudei até o primário e hoje a gente luta e vai até o fim nessa luta aí para criar os filhos da gente. Porém eu tenho o meu filho mais velho, né, dezessete anos. Ele estuda aí à tarde. Ele nos ajuda, mas quando ele fizer dezoito anos, ele quer arrumar emprego. Então a menina é o mesmo caminho, né. E tem o mais novo que vai ser do mesmo jeito. Aí a gente vai... não tem como, meu esposo aqui tem sessenta e três anos. Vai fazer sessenta e três anos dia vinte e nove desse. Ele está até aí na roça tirando feijão. Olha lá ele, juntando feijão. Então é assim a luta. Já está com... nem é 12 anos que a gente está aqui. Já vai fazer 14 anos que a gente está aqui. Quando eu vim... nós viemos de Monte Azul. (mulher, entrevista 18).

Destaca-se aqui que na constituição da família rural no PJ a tradição patriarcal ainda persiste embora algumas transformações já aconteçam com a existência de mulheres que chefiam os lares. Mas é preciso ressaltar que essa situação no Projeto se dá, normalmente, por algumas condições adversas como o abandono pelo marido (companheiro), ou situações de viuvez, como foi constatado no grupo de discussão.

Em relação à infraestrutura no PJ, o assentamento foi sendo implantado inicialmente com precárias moradias e sem saneamento básico. Posteriormente, as residências mais antigas e muito precárias foram sendo reformadas para atender as necessidades da família e, conseqüentemente, as demandas advindas do seu crescimento. No geral, as casas de tijolos são simples, de aproximadamente 50 m² de área construída, cercadas por arames comuns de (5) cinco fios com raras exceções de residências muradas ou com alambrados. A marca dessa realidade é a criação de diversas espécies animais como cães, galinhas, porcos, patos, dentre outros e a horta presente em todas as suas casas, que enriquece a alimentação dos moradores e ainda serve para a comercialização. Apesar de modestas, as residências, em sua maioria, apresentam os móveis básicos como mobílias e equipamentos eletrodomésticos, em grande parte, por vezes, até modernos, denotando a facilidade com o crediário. Tal situação foi evidenciada na fala das mulheres como ponto favorável às condições de bem-estar e qualidade de vida da família. Conforme os relatos, novas residências foram edificadas, por intermédio de um projeto de melhoria habitacional, em uma ação da CODEVASF. São construções bem pequenas contendo quarto, cozinha e banheiro.

As Figuras 9 e 10 apresentam algumas moradias no PJ. Uma casa mais antiga que contempla toda a funcionalidade da família, basicamente com fogão a lenha, forno, cozinha sem revestimento, pia com instalações muito simples. Algumas já possuem banheiro interno, mas, na grande maioria, os banheiros são instalados no quintal.

Figura 9 – Imagem de uma residência no PJ



Fonte: Barbosa (2012), Jaíba-MG.

Figura 10 – Imagem de uma residência no PJ



Fonte: Barbosa (2012), Jaíba-MG.

No descritivo dos lotes, destaca-se a existência de uma residência muito modesta, com um quintal normalmente contendo o básico das necessidades diárias para a labuta no meio rural, com galinheiro, chiqueiro e paiol. Existem muitas árvores frutíferas, sempre há uma horta ou plantações que resultam em produtos para o autoconsumo e uma característica bastante peculiar é a existência de porcos, galinhas, cachorros soltos pelo quintal convivendo harmonicamente, conforme se observam nas Figuras 11 e 12 abaixo.

Figura 11 – Imagem de um quintal no PJ



Fonte:Barbosa (2012), Jaíba-MG

Figura 12 – Imagem relativa a um quintal pertencente à moradia no PJ



Fonte: Barbosa (2012), Jaíba-MG.

Em se tratando das atividades femininas no PJ, observou-se que as mulheres desempenham todas as atividades inerentes ao fazer da vida doméstica e ainda exercem a grande maioria das funções necessárias ao processo produtivo nos lotes, como limpar o terreno, preparar a terra, abrir as covas, plantar, roçar, irrigar, podar, fazer a colheita, separar a produção, carregar as caixas com a produção, dentre outras atividades que vão surgindo na vida diária da agricultura familiar. A presença de mulheres nas atividades agrícolas no Projeto é bastante significativa, chegando a terem atividades específicas a elas destinadas, em alguns lotes e também em algumas empresas. Tal situação é justificada pelas mulheres, por um lado, pela saída dos maridos para o trabalho em outras atividades ou mesmo em outras regiões e, por outro, pela agilidade e delicadeza das mulheres no trato com determinados produtos como na fruticultura.

Evidenciou-se que a motocicleta é um transporte básico para as mulheres no Projeto e também um instrumento necessário no âmbito da agricultura familiar atualmente. Ainda se utilizam as charretes e as bicicletas ou mesmo o cavalo como meio de transporte, mas a prevalência é da motocicleta. Cabe ressaltar que a aquisição da moto para as entrevistadas é fator de autonomia e resultante em maior poder nas relações de trabalho e renda e, conseqüentemente, nas relações de gênero.

A organização da unidade familiar agrícola se dá pelo processo das características de família ampliada que se constitui de arranjos que perpassam pela comunhão uns com os outros em relação ao compartilhamento, tanto da moradia e atuação no mesmo lote, quanto aos aspectos de gastos com a produção. A fala abaixo ilustra essas situações:

Eu moro no lote dele, no lote do meu pai e tenho minha casa do lado. Só eu, meu pai e minha mãe que moramos no lote, pois meu marido trabalha fora e quem cuida de tudo é minha mãe, eu e meu pai. Aí a gente vê: teve tanto de gasto, né. Aí, quem custeou esse gasto foi meu pai ou foi meu marido e, nesse caso, no caso do feijão, foi meu pai porque eu não tinha financeiramente porque ele falou: eu arco com o gasto e depois que eu vender o produto, né, aí tira aquele gasto e o lucro nós vamos dividir para nós dois, fica mais fácil assim. (mulher, entrevista 7).

Minha mãe que é a proprietária da terra. Eu moro com ela. Lá em casa nós morávamos em cinco, mas três filhos casaram e foram embora. Aí ficaram dois filhos ainda com minha mãe. E moramos tudo juntos. Meu pai trabalha fora e nós duas com os maridos moramos com minha mãe. (mulher, entrevista 22).

Figura 13 – Imagem da estrada ao redor do canal de irrigação, em frentes às residências no PJ



Fonte: Barbosa (2012), Jaíba-MG.

A Figura 13 mostra o aspecto das estradas que ladeiam o canal de irrigação nas proximidades das residências e das agrovilas do PJ. Cabe ressaltar que as entrevistadas demonstraram a necessidade de melhores condições de estradas, uma vez que estas são precárias e, sobretudo, ressaltaram as más condições de limpeza dos canais de irrigação, conforme é apresentado na Figura 14.

Figura 14 – Vista panorâmica do PJ



Fonte: Barbosa (2012), Jaíba-MG.

Conforme as entrevistas, a constituição da família ocorre, em sua grande maioria, em torno de um lote que abriga pai, mãe e filhos. E os filhos, por sua vez, constituem uma nova família que também permanecem residentes e irrigantes no lote, resultando, dessa forma, na unidade agrícola familiar. O que é descrito a seguir.

Meu pai e minha sogra têm lotes aqui. Eu trabalho no lote da minha sogra. Para trabalhar aqui sou eu, o marido meu e meu filho. Dois filhos que eu tenho: a menina vai fazer vinte anos e o menino dezesseis. A menina não trabalha na roça não. Ela fica na casa. Igual agora, ela está trabalhando na política, mas ela já trabalhou em supermercado, em loja. Ela sempre trabalha fora nesses lugares assim. Ela estuda e não trabalha mais por causa dos estudos. Ela chega meia noite, né. Ela estuda aqui mesmo. O menino trabalha na roça e estuda. (mulher, entrevista 16).

Eu tenho 58 anos Já aposentei, mas não consigo ficar parada não. Tenho 3 filhos. Meus filhos são dois (2) homens e uma (1) mulher. Um filho tem 23 anos, outro tem 37 anos. A menina tem 35 anos. Eu já tenho 7 netos e 2 bisnetos. Como os meus filhos são todos unidos, né, tudo que eu falo com os meus filhos eles todos me obedecem. E trabalhamos tudo unido. (mulher, entrevista 13).

Pelo perfil descritivo das mulheres participantes da pesquisa percebeu-se que o autoconsumo é uma estratégia que permanece nas unidades agrícolas, caracterizando-se como substancial para a reprodução social na agricultura familiar e ainda como um modo de vida. Atividades concernentes ao quintal, a criação de aves e de pequenos animais e ainda as de horticultura permanecem no âmbito da labuta feminina, mas com acréscimo das outras atividades da casa e ainda as da produção do lote. Observou-se a presença das mulheres na atividade agrícola na mesma proporção que os homens ou até maior. A maioria das mulheres já possuía experiência na agricultura familiar antes de residirem no Projeto uma vez que são provenientes de famílias agricultoras. O aprendizado para o “fazer doméstico”, se deu ao longo da sua trajetória de mulher, como filha, ajudante da casa dos pais; depois como mãe, esposa, dona de sua própria casa e, em se tratando do “fazer na produção agrícola”, a aprendizagem ocorreu na mesma proporção, ou seja, na trajetória de filha de agricultor tanto para as mulheres mais velhas quanto para as mais novas. O diferencial é que para lidar com um projeto de irrigação algumas técnicas vão sendo assimiladas e isso, como ficou evidente nas falas das mulheres, deu-se por intermédio de algumas orientações de técnicos da EMATER-MG, de

associações, de participações em dias de campo e reuniões no âmbito do PJ. Mas, em sua grande maioria, as mulheres demonstraram que o aprendizado com a roça ocorreu no dia a dia com a experiência, com os pais e marido, até porque a maioria das capacitações ou treinamentos sempre foi destinada aos homens.

Assim, a caracterização descritiva possibilita um olhar analítico dos modos de vida e de trabalho das mulheres na agricultura familiar no PJ para possíveis evidências das capacidades substantivas dessas mulheres.

5.4 Atividades Econômicas Desenvolvidas no Jaíba, Condições de Trabalho e de Produção

Neste item, apresentam-se, em contexto geral, as atividades econômicas, as condições de trabalho e de produção circundantes no âmbito do Projeto, que direta ou indiretamente refletem na situação de vida e de trabalho das mulheres.

Cumprе ressaltar que os órgãos como a EMATER-MG, a CODEVASF, o DIJ e a RURALMINAS foram destacados como importantes no processo de implantação, organização, encaminhamentos, assessorias técnicas e implementação do Projeto. Assim, de acordo com Martins (2008), no Projeto Jaíba há um significativo acompanhamento da produção feito pela empresa de assistência técnica e tais informações são repassadas para a CODEVASF, como: o que está sendo cultivado; quais são os cultivos erradicados; como está a previsão para a colheita; qual a produção estimada; qual o tipo de comercialização; valor do produto; o tipo de solo e o nível tecnológico.

A atual rede de ATER¹⁸ no Projeto Jaíba compõe-se de 9 extensionistas bem estar social, 13 extensionistas agropecuários, 4 administrativos, 2 serviços gerais e 1 gerente regional, totalizando 29 profissionais na unidade. Na perspectiva da universalização e da qualificação dos serviços de ATER, o trabalho do extensionista se faz pela Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável, de acordo com Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Dentre as atividades desenvolvidas com os agricultores familiares, citam-se: o associativismo/cooperativismo, a segurança alimentar, o saneamento ambiental, a comercialização, as políticas públicas (PRONAF, CONAB, MSF, PAA, etc), a juventude rural, o artesanato, a agroindústria, as produções agrícolas (atividades agropecuárias irrigadas), o crédito rural (PRONAF e FNE), a saúde, a educação informal, o lazer e a

¹⁸ Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

cultura. A área de abrangência de atuação da EMATER-MG no Projeto Jaíba dentro da Etapa I, refere-se as áreas A, B, C3, D e F, totalizando 1828 lotes de agricultores familiares. A área A possui 845 lotes de agricultores familiares, a área B 399 lotes, a área C3 com 57 lotes, a área D com 201 lotes e área F com 326 lotes. (EMATER, 2010, p. 07).

Em se tratando da produção agrícola, pecuária e florestal, de acordo com dados da EMATER (2010), tal produção no Projeto Jaíba ultrapassa mais de 70 espécies cultivadas, ou seja, apresenta-se como uma produção bastante diversificada, com ênfase para as atividades de fruticultura e olericultura que possuem resultados bastante satisfatórios para os agricultores.

Neste sentido e entendendo a importância no apoio à comercialização de frutas provenientes da agricultura familiar, junto aos municípios inseridos no entorno de Jaíba, uma parceria entre o Governo Federal, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e EMATER-MG proporcionou o aumento das áreas exploradas com frutas no município. Dessa ação resulta a expansão de mercado e de preço dos produtos, bem como condições favoráveis para o fortalecimento das cadeias produtivas ligadas ao cultivo de frutíferas em Minas Gerais. A pecuária, mesmo já despontando com alguns números satisfatórios, tanto na pecuária de leite como na mista, ainda é considerada uma atividade incipiente. Pode-se ainda ressaltar duas atividades que vêm crescendo no PJ: o melhoramento genético dos rebanhos, por meio da utilização da inseminação artificial em bovinos, e a exploração florestal com as atividades de plantio de eucalipto e mogno com uma área aproximada de 86 ha e 49 ha, respectivamente. (EMATER, 2010).

No tocante ao desenvolvimento de políticas públicas no Projeto Jaíba, dentre os programas desenvolvidos por intermédios de ações da EMATER, pode se citar o Programa Minas Sem Fome e o Programa de Aquisição de Alimentos – CONAB.

A EMATER (2010) enfatiza que o Programa Minas Sem Fome visa à melhoria da segurança alimentar e nutricional de seu público, com inúmeras entidades comunitárias organizadas, sendo que no total são 195 famílias beneficiadas, em um universo de 328 associações com a distribuição de 25 kg de milho sc; 189 associações que receberam 19 kg de sorgo sc e ainda 24 associações contempladas com 10 kg de arroz, no ano de 2010.

Segundo a EMATER (2010), o objetivo da Conab é a melhoria da renda familiar por meio da comercialização dos produtos, a segurança alimentar dos beneficiários e conseqüentemente a qualidade de vida dos envolvidos. Em relação ao público beneficiário do Programa Conab, ano de 2010, foram 20 projetos aprovados no valor de R\$ 1.765.110,48 e em andamento eram 6 projetos no valor de R\$ 854.882,44. (EMATER, 2010).

A CONAB faz parte de um programa maior que é o Programa Fome Zero que foi estruturado pela equipe de José Graziano da Silva no governo Lula, com um orçamento em 2003 de R\$ 1,8 bilhão. Esse programa tem como objetivo combinar políticas locais, a saber: restaurantes populares, cozinhas comunitárias, sacolões, bancos de alimentos, entre outros, com políticas específicas como cartão-alimentação, ampliação do programa de alimentação do trabalhador, estoques de segurança, ampliação da merenda escolar e ainda com as políticas estruturais, bem como a reforma agrária, o incentivo à agricultura familiar, o microcrédito, o cooperativismo, entre outras. Dessa forma, a Conab teve do Governo Federal a tarefa de executar diversas ações relativas ao Fome Zero, pelo fato de ser uma empresa pública responsável pelo abastecimento agroalimentar da população brasileira. (MARTINS, 2008).

Martins (2008), ao tratar dos programas da CONAB como alternativa de comercialização no Projeto Jaíba, evidencia que tal atuação não tem sido divergente da apresentada no cenário nacional uma vez que o projeto de doação simultânea da CONAB constitui uma alternativa de comercialização para os pequenos produtores e ainda tem se tornado garantia de alimentação saudável e equilibrada para os filhos desses, que frequentam creches e escolas do Projeto. Nessa perspectiva, a autora afirma que nem só os agricultores familiares são beneficiados com a doação de alimentos, bem como toda a comunidade e ainda outras instituições do município, além das escolas e creches, a saber: asilos, APAE (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais), PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), SSVO (Sociedade São Vicente de Paula), dentre outras. Assim, tal programa é apresentado pela autora como uma alternativa viável de comércio justo para os agricultores familiares, além de possibilitar a viabilidade da implantação do combate à desnutrição em escolas, creches e outras instituições.

Pela Lei n.º 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 7/5/2008, institui-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como

uma política pública de articulação entre produção, comercialização e consumo. Como principais inovações destacam-se os preços de referência para a agricultura familiar e a aquisição de produtos sem a necessidade de licitação. Dessa forma, agricultores familiares enquadrados no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), assentados da reforma agrária, acampados, agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, comunidades indígenas, entre outros, podem participar do PAA como fornecedores. Embora ainda seja inferior à elevação da demanda, é notório que o volume de recursos aplicados vem crescendo ano a ano. Tal programa proporciona acesso a uma alimentação diversificada para uma população em insegurança alimentar e nutricional (como crianças, idosos, portadores de necessidades especiais), valorizando a produção e a cultura alimentar e dinamizando a economia local, possibilitando repercussões sobre a autoestima tanto de fornecedores quanto de consumidores. (CONAB, 2009).

Para Delgado et al (2005) existem outros objetivos do PAA, tais como a distribuição de renda, a possibilidade de assegurar a circulação do dinheiro na economia local, a exploração racional do espaço rural, o incentivo à agrobiodiversidade e ainda a preservação da cultura alimentar regional. Os autores evidenciam ainda o apoio à produção para o autoconsumo, do excedente para comercialização e do subsídio ao consumo, além dos benefícios indiretos provenientes da recuperação dos preços que são recebidos pelos produtores. Assim, Delgado et al (2005) consideram também que o PAA vem contribuindo para a estruturação, organização e planejamento da oferta no segmento produtivo que alcança, uma vez que a compra dos alimentos não desobriga os vendedores do cumprimento das regras que são inerentes à comercialização de alimentos, bem como a classificação, o acondicionamento e as regras sanitárias e de higiene.

Considerando as experiências durante o percurso deste estudo com os agricultores familiares, com os agentes e, mais especificamente, com as mulheres agricultoras, todos inseridos no contexto do Projeto Jaíba, é de se ressaltar o papel preponderante da CONAB.

O único projeto que a associação trabalhou foi o da Conab. Oh... a Conab é muito importante porque é um valor de 4.500 pra cada produtor e aí é o banco de alimento que recolhe frutas e verduras, né. E aí você tem aquele valor X e eles passam toda semana e recolhem os produtos e vai direto para o banco de alimento. E do banco de alimento e que eles dão o itinerário dos produtos, que aí

vão para a creche, para o asilo, para o hospital. Existem as cidades vizinhas que têm a parceria com a prefeitura também que vem os caminhões de fora, que vão transportar para as outras cidades que tem parceria. Mas é muito importante a Conab aqui dentro do Projeto. As escolas também recebem os produtos. A EMATER dá o suporte, elabora o projeto e aí cada agricultor entra, dá a sua documentação individual e faz o seu, mas é pelo vínculo da associação. (mulher, entrevista 17).

Outra entrevista reforça:

Ah, melhorou demais a renda da gente porque é como se fosse uma poupança pra gente porque a gente entrega os produtos e (a gente) sabe que eles pagam melhor que os atravessadores e (a gente) não recebe ali na hora. Não é na hora que paga, mas sabe, né, que é tipo uma garantia que a gente tem. Está funcionando bem na associação nossa. É através da associação. É a CONAB pega pouca coisa, porque não é tudo que a gente produz não. É só uma parte do que a gente produz. Só que eles pagam melhor que os atravessadores e ajudam demais, assim nas despesas, né, nas despesas nos lotes. Hora que o dinheiro chega é um alívio!! A CONAB de quando começou já ajudou demais. (mulher, entrevista 5).

As falas demonstram a contribuição do PAA para os agricultores familiares do Projeto e, mais ainda, a sustentação que tal programa tem dado para as mulheres do Projeto no sentido de geração de renda e equilíbrio de preços dos produtos ofertados pelas famílias, propiciando a inserção do trabalho e do esforço das mulheres na economia local, favorecendo ainda a superação de preconceitos nas relações de produção agrícola e de comercialização no âmbito da agricultura familiar e da unidade agrícola. Tal fato é nítido nas entrevistas, por exemplo, quando as mulheres apresentam a integração do seu trabalho de doceira ou de biscoiteira com o trabalho produtivo agrícola e a valorização da renda proveniente dessas produções para a família como um todo.

Dentre as várias contribuições evidenciadas pelas mulheres entrevistadas pode-se destacar: a criação de alternativas de mercado, a valorização dos produtos agrícolas por parte do próprio agricultor familiar, a garantia de venda do que é produzido no contexto da agricultura familiar no PJ, a retirada parcial do atravessador, o estímulo para produzir e, portanto, para comercializar e gerar renda para a família. Também se salienta a possibilidade de agregar valor ao produto, a autonomia principalmente para as mulheres e o fortalecimento das associações. O aumento da renda da família gera a elevação da qualidade de vida e ainda a

possibilidade de utilização do recurso para investimento em infraestrutura das residências e na aquisição de vestuário para os filhos. Com o aumento da renda da família conseqüente diminuição do êxodo rural, evidenciando a promoção da inclusão social.

De acordo com dados da EMATER (2010), em relação ao crédito rural, no Plano Agrícola e Pecuário 2009-2010 e 2010-2011, considerando o ano civil de 2010, foram elaborados 185 projetos de crédito rural junto a instituições que são parceiras da EMATER aplicados no PJ através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com as seguintes linhas de crédito: Pronaf Mais Alimento, Pronaf Comum, Pronaf A, Pronaf A-C, Pronaf Semiárido, Pronaf-Mulher, Pronaf Jovem, Proger Rural, FNE Rural, totalizando em 3.340, 87 (valores expressos em 1000 reais). Na linha de crédito Pronaf-Mulher foram disponibilizados 24,53. O quantitativo de acesso em relação ao Pronaf-Mulher é baixo, principalmente quando se levam em consideração os recursos disponibilizados a grande necessidade de crédito para proporcionar melhores condições na agricultura familiar.

Ainda de acordo com os dados da EMATER (2010), no que se refere à comercialização, um dos grandes desafios no Projeto Jaíba para a agricultura familiar é garantir o acesso ao mercado consumidor.

Em uma pesquisa de doutorado desenvolvida por Santos (2013) sobre a heterogeneidade nas estratégias de sustento: a experiência da intervenção planejada na Etapa I do Projeto Jaíba, Minas Gerais, esse ressaltou que os colonos irrigantes apresentam estratégias diversificadas, tanto no que se refere à adequação de suas Unidades Familiares Rurais às novas formas de produção e comercialização quanto em reações no sentido de garantir seus recursos para a reprodução social de suas famílias no retorno de práticas de sustento anteriormente aplicadas. Dessa forma, de acordo com os relatos de alguns agricultores moradores no Projeto e tendo como base informações dos técnicos que atuam no Projeto, ao iniciar a trajetória de irrigantes, os agricultores sempre tomam como referência os plantios anuais que tinham costume de plantar no sequeiro, tais como: milho, feijão, algodão e algumas verduras e legumes. No entanto, aos poucos esses foram percebendo o contexto diferenciado e as possibilidades e perspectivas advindas da irrigação, portanto, foi ocorrendo o que Santos (2013) denomina de “processo de aprendizagem assistida”, uma vez que os colonos vão se adequando às novas metodologias para o plantio e conseqüentemente para todo o processo que envolve

a irrigação. Nesse contexto, desponta a fruticultura com evidência para a banana. No entanto, ocorreu a denominada “crise da banana”, momento em que quase todos os irrigantes investiram em banana e o processo de comercialização e escoamento do referido produto não correspondem às necessidades no sentido de não ter proporcionado quase que nenhum lucro e um enorme prejuízo para os irrigantes iniciantes no Projeto. Tal fato ocasionou uma grande inadimplência por parte dos agricultores e um contexto de crise, falta de credibilidade, tanto relacionado aos irrigantes com o modelo de investimento quanto por parte do mercado e da sociedade de um modo geral.

De acordo com Santos (2013) foram várias as consequências de um plantio em grande quantidade e por adesão de muitos agricultores, como, por exemplo, a crise econômica imposta pela não concretização da comercialização da produção que levou a reflexão sobre uma situação ainda não vivenciada pelos irrigantes, uma vez que, antes, a dificuldade era produzir e agora a situação difícil era comercializar. Outra consequência em relação ao plantio da banana foi o relacionamento com o sistema bancário, uma vez que o fato da não comercialização gerou para os agricultores muita inadimplência financeira e, portanto, limitações de concessão de crédito. Ressalta-se que a crise da banana que aconteceu há mais de dez anos está fixada na memória das famílias da unidade agrícola do Projeto, fato que se cristalizou e é evidenciado nas falas dos agricultores. Dessa forma, a crise da banana é fortemente estabelecida como um marco institucionalizado no tempo-espço. (SANTOS, 2013).

De acordo com relatos dos agricultores falta ainda uma organização de forma mais sistematizada que auxilie principalmente os pequenos produtores no processo de comercialização e falta uma rede de confiança entre os agricultores-produtores que dê sustentação para os processos de compra e venda. Existem os monocultores de limão que, de acordo com Santos (2013), se organizam de forma mais efetiva e possuem uma maneira diferenciada de agir no processo de produção-comercialização, uma vez que utilizam quase que exclusivamente a CENTRALJAI¹⁹ para efetivar a venda do produto, como forma de comercialização mais direta e oportunidade para abrir novos mercados em parceria posteriormente com a ASLIM²⁰.

¹⁹ Central de Associações do Projeto Jaíba – CENTRALJAI.

²⁰ A ASLIM é uma Associação dos Produtores de Limão do Jaíba que possui sede na Rodovia MG 633 KM 23, Projeto Jaíba/MG, com atividades comerciais desde agosto 2004.

Tal iniciativa dos monocultores de limão contribui para levar o produto a mercados mais distantes na perspectiva regional, nacional e até internacional, contando com todo o esforço direto dos próprios colonos irrigantes. Ainda outras estratégias são traduzidas para a venda diretamente no mercado local. A participação dos monocultores de limão na CENTRALJAI cria disputas internas no Projeto. Podem-se citar os monocultores de culturas de semente, também como especificidades internas desse mercado.

Uma atividade com destaque para as mulheres no Projeto Jaíba é o artesanato, com um projeto desenvolvido pela EMATER Dessa forma, ressalta-se que o artesanato no Projeto consolidou-se como uma atividade de inclusão social que é geradora de complementação familiar, lazer e terapia ocupacional para crianças, jovens e adultos. Merece destaque para o artesanato com fibra de bananeira que parte dos seguintes princípios: aproveitar o resíduo da bananicultura como fonte de matéria-prima natural que está disponível no Projeto e que possibilita a geração de emprego e renda e utilizar o resgate de técnicas artesanais que já são rotineiras pelas artesãs, permitindo viabilizar uma solução compatível com a prática cotidiana e o modo de vida local. (EMATER – MG, 2010).

Para Osório Hernandez (2009), a ação dos agentes envolvidos na assistência técnica e extensão rural constitui, muitas vezes, uma problemática quando tais profissionais não são sensibilizados para as especificidades de gênero e dessa forma possuem uma atuação mais fortemente vinculada à permanência do que na transformação das relações sociais. Nesse sentido, a autora ressalta que este fato constitui um aspecto fundamental, pois os agentes, como responsáveis pela elaboração dos projetos produtivos, representam um elo fundamental entre as comunidades locais e as instituições de crédito.

Durante as entrevistas com os agentes de mediação em se tratando de técnicos da EMATER, da CODEVASF e do DIJ que atuam no Projeto Jaíba, constatou-se que esses imprimem uma preocupação em poder oferecer um atendimento diferenciado às mulheres, considerando as relações de gênero. Quando se pergunta sobre o apoio às atividades específicas para as mulheres, a resposta é sempre no objetivo de tentar ofertar uma assistência específica para as mulheres no sentido de auxiliar na profissionalização dessas na cadeia de doces, de biscoitos e da agroindústria familiar como um todo. Os agentes demonstraram a necessidade de trabalhar a questão do bem-estar social na família entendendo que

o ator principal da família é sempre a esposa por já ser capaz de se posicionar na atividade produtiva, não só como colaboradora e sim como detentora da responsabilidade de gerenciamento do ambiente familiar como um todo e das atividades produtivas relacionadas à dinâmica agrícola. Salientam:

A gente percebe que algumas senhoras aqui do Jaíba, algumas esposas, elas já cuidam mais da atividade que o próprio esposo. O esposo está com alguma atividade paralela, e ela ali com a atividade definida, e outra, até mesmo pelo fato delas assumirem o lote, assumirem a atividade da cultura de banana e dá conta do recado. A cultura da pimenta, a cultura do limão, e têm diversas senhoras, diversas mulheres que já tomam conta. Algumas casadas, outras jovens, que se profissionalizam dentro da atividade, que a gente conhece e pode citar, que evoluiu nesse sentido de, sentir-se na capacidade de gerencia, de administrar toda a atividade e acabar gerando resultados muito interessantes nesse sentido. (agente - EM²¹, entrevista 23).

Ao questionar os agentes se as mulheres apresentam necessidades diferentes das necessidades dos homens, em relação às atividades produtivas esses responderam que, apesar de já haver um trabalho que considera o gênero, ainda há muito preconceito por parte principalmente dos esposos na unidade familiar.

A gente ainda percebe que lá dentro da unidade familiar, às vezes, algumas unidades, o esposo não aceita ainda aquela característica que a casa vai ser conduzida, dominada ou assessorada pela mulher, e mantém ainda uma distância, então com isso a gente procura ter um certo zelo, um certo cuidado, até na forma de intervir, de participar desse ambiente, de construir com essa família, de oferecer uma oportunidade para a mulher, mas também com certo cuidado naquele ambiente, né, que é delicado, pra que não fira também o sentimento e que respeite a família lá, mas a gente percebe que necessita de uma atenção maior, pelo fato dessas necessidades, específicas. (agente, EM- entrevista 23).

Em se tratando das vantagens ou desvantagens em relação ao fato das mulheres terem acesso ao crédito rural as incursões dos agentes referem-se sempre às questões de autonomia da mulher que, conseqüentemente, gera um retorno significativo para a família.

É, eu acredito assim, eu acredito na vantagem no sentido de realmente dar chance para ela introduzir, né, ela expressar o desejo

²¹ Agente de mediação – Técnicos da EMATER-MG (agente – EM)

empreendedor, que a maioria das vezes a gente percebe as culturas mais antigas que às vezes a mulher ela teve mais condição de alfabetização, ela está ali dentro do lar. Ela administra a casa dela. Ela gerencia os filhos. Resolve os assuntos na casa que praticamente estão na mão dela. O dono, ele acaba administrando o lote, as questões mais físicas, e a mulher as questões mais humanas, a questão da família. Isso a gente percebe, a maioria delas tem uma sensibilidade maior nesse sentido, de ver mais a questão humana, de ver mais as oportunidades que estão intrínsecas ali dentro da atividade, do entorno da atividade. O homem às vezes fecha e trabalha mais específico aquela cultura, potencializa e atende aquelas necessidades específicas. A família para ele, ele sabe que se ele cuidar da cultura ele vai ter retorno, e a família vai bem. A mulher não, ela quer primeira estar bem e gerar o retorno através da cultura, da atividade²². A gente percebe que existe essa relação. (agente, EM-entrevista 23).

Buscando compreender esse universo cita-se Schneider (2003), quando refere que o debate acerca da agricultura familiar ainda é muito recente no contexto brasileiro, e não possui contornos bem definidos. Na década de 1990, principalmente com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, tal debate ganhou visibilidade política e social. Assim, o termo agricultura familiar é utilizado com muita frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais, por diversos segmentos acadêmicos e principalmente pelos estudiosos das ciências sociais, que estudam sobre a agricultura e o mundo rural.

Ainda para Wanderley (1999), a agricultura familiar no Brasil, durante longos períodos, foi relegada ao segundo plano e pode se dizer até mesmo abandonada pelas políticas públicas. Dessa forma, evidencia-se que a agricultura familiar recebe diretamente consequências drásticas. Além da questão da desigualdade, outro fator considerado grave para a agricultura familiar é que, por muito tempo, essa foi percebida como sinônimo de pobreza e de subdesenvolvimento, e conseqüentemente, o agricultor familiar foi também considerado pouco inteligente e incapaz de agir de forma eficiente na gestão dos seus negócios. Assim, de acordo com a autora, a tradição dos agricultores familiares, no trabalho com a terra e em seu modo de vida, inclui certa autonomia e uma organização familiar que tem como destaques o trabalho em conjunto da família na propriedade; a produção de alimentos para a própria família, a produção para o mercado; e a integração centrada nas comunidades rurais.

²² Todas as entrevistas que apresentam grifo indicam trechos que são substanciais para a análise em questão.

Para Graziano da Silva (1999), no contexto do “novo rural”, as famílias pluriativas constituem-se o ator social privilegiado por combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, já que os seus membros têm vários tipos de inserção profissional, possibilitando assim a ampliação dos rendimentos, capaz de redimensionar o peso da atividade agrícola na reprodução social da família.

Percebe-se que há um interesse cada vez mais frequente e recente, no Brasil, acerca da agricultura familiar. O agricultor familiar, de acordo com definição de senso comum, reúne uma diversidade de formas de fazer a agricultura que se diferencia de acordo com o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem, tipos diferentes de famílias e outras. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 36).

Enfim, as atividades econômicas, as condições de trabalho e de produção circundantes no âmbito do Projeto ainda apresentam condições desfavoráveis concernente ao bom desempenho da agricultura familiar uma vez que não é somente a obtenção da irrigação e o acesso à terra que determinam o sucesso da unidade agrícola familiar irrigada. Para o bom desempenho da agricultura familiar no PJ aspectos como financiamento, condições de comercialização, acesso ao mercado, obtenção de sementes de qualidade, emprego de tecnologias, redução das tarifas de água e energia e condições de transporte e armazenamento foram alguns ressaltados nas entrevistas como determinantes.

Nessa perspectiva, pensar as atividades econômicas desenvolvidas no Jaíba, bem como as condições de trabalho e de produção, significa vislumbrar as várias formas de organização de trabalho da unidade agrícola que poderão possibilitar transformações das relações de gênero. Assim, encaminha-se para a análise das dinâmicas da atuação feminina no âmbito da agricultura familiar no PJ.

O próximo capítulo busca sistematizar velhos e novos olhares sobre as dinâmicas nesse universo, agregando elementos que centralizam o feminino nesse espaço de interações socioeconômico e culturais produtos de modos de vida.

6 DINÂMICAS DE TRABALHO DAS MULHERES E GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROJETO JAÍBA

Neste capítulo abordam-se aspectos da atuação feminina no PJ, considerando as dinâmicas de trabalho e gênero. Para tanto, foram analisadas as categorias trabalho e renda, respectivamente com as suas subcategorias. Para a categoria trabalho, o conteúdo analisado fez emergir subcategorias como: concepções, condições, divisão sexual do trabalho, atividades (ocupações), processos, qualificação, relações de ajuda, relações de trabalho, trabalho doméstico/trabalho agrícola e valor social do trabalho. Para a categoria renda, as subcategorias emergentes foram: custos, envolvimento na geração e uso da renda familiar (por sexo), gastos, produção, qualidade de vida, receita e comercialização.

A luta e a conquista de direitos das mulheres, por intermédio de movimentos sociais, possibilitaram ressignificação na condição social das mulheres no meio rural, redefinindo valores e perspectivas de vida. Tal situação permite a elaboração de estratégias que possibilitam às mulheres reflexões em torno de concepções antes cristalizadas pela sociedade e nas relações sociais desiguais como, por exemplo, em torno do casamento, da permanência na vida rural, do investimento na educação e nas relações sociais excludentes de gênero que permanecem no bojo da agricultura familiar.

Nesse sentido, cumpre ressaltar a tendência de uma desconstrução de visões de mundo do rural que, até certo ponto, eram consolidadas pelas famílias e mais especificamente pelas mulheres agricultoras. O que se percebe diante da realidade das mulheres do Projeto Jaíba é que naturalmente as famílias cultivavam os mesmos hábitos, atitudes e sistemas de valores culturais advindos de pais para filhos, tanto no processo de produção agrícola, nos afazeres domésticos, como na organização familiar. No entanto, com a própria estruturação de um projeto de irrigação, de um assentamento de famílias da agricultura familiar, que retomam as suas atividades agrícolas com perspectivas diferenciadas das costumeiras do “sequeiro” e que precisam delinear o seu modo de fazer, de comercializar e de ganhar a vida, isso por si só traz mudanças conceituais e atitudinais. Daí, surgem as mudanças nas dinâmicas de trabalho e gênero, ou seja, o contexto do Projeto Jaíba requer determinadas mudanças no processo produtivo que culminam e implicam

mudanças na estrutura familiar, bem como na organização social do trabalho, conforme é identificado na entrevista de um agente do Projeto, técnico da EMATER.

A gente preocupa no sentido da valorização do gênero, então respeitar todas as diferenças do gênero e potencializar esse sentido da mulher, e investir na mulher que está presente. [...] ela vem dando uma atenção específica para esse gênero, que por outra hora era esquecido, era colocado à margem, e o homem que era o ator principal, era quem tomava conta da responsabilidade, e a gente tem percebido com a evolução do tempo que não é mais essa realidade. Hoje a mulher ela tem caráter igual e às vezes até tem superado em algumas atividades. A gente respeita isso e potencializa essa expressão dos resultados. (agente, EM- entrevista 22).

Uma observação que se faz diante das posições principalmente dos agentes de mediação do PJ, é que quando se fala em gênero a referência é somente às mulheres, ou seja, gera um entendimento de que gênero é específico ao feminino, mas a categoria gênero, com características socialmente construídas, atribui aos homens e mulheres papéis diferentes e hierarquizadas por questões políticas, econômicas, culturais e sociais.

Em se tratando do trabalho doméstico, é notório que tal tema está atrelado às ações costumeiras da vida em família que concebe o trabalho produtivo, que resulta em geração de renda, vinculado sempre às ações do mundo masculino. Já para o trabalho reprodutivo, que inclui os afazeres da casa, acompanhamento dos filhos na escola e no dia a dia da vida familiar, esse vem sempre atrelado como uma ação própria das mulheres. Para as autoras Bruschini e Ricoldi (2008) somente nas últimas décadas, os membros pertencentes à família começam a identificar como algo indispensável para o bem-estar dos indivíduos todo o conjunto de atividades que são tidas como óbvias e sem muito valor e sempre caracterizadas como atributo essencial das mulheres, ou seja, as atividades domésticas.

Então, a universalidade e a persistência de uma divisão sexual do trabalho vêm sendo mostradas por muitos estudos, atribuindo aos homens as atividades de cunho produtivo que são geradoras de renda e desenvolvidas no espaço público e as tarefas reprodutivas às mulheres, incluindo os cuidados com o bem-estar físico e emocional dos membros da família, bem como alimentação, limpeza, vestuário, higiene pessoal e saúde física e mental e, ainda, os cuidados com a criação e educação dos filhos e com a própria moradia. (BRUSCHINI; RICOLDI, 2008).

Assim, mesmo que ambivalente, verifica-se a existência de uma percepção por parte da unidade familiar no sentido de valorização dos afazeres domésticos como ponto essencial para imprimir qualidade de vida. Nas relações sociais de gênero as atenções começam a se voltar para uma articulação entre produção e reprodução que antes era omitida ou até negada. E tal situação é observada nas relações sociais de gênero do PJ.

Nesse sentido, para a discussão de dinâmicas sociais na agricultura familiar considerou-se como referência a categoria trabalho na perspectiva de gênero. Para a análise em questão tornou-se essencial saber qual concepção de trabalho está arraigada e/ou em transição no contexto do Projeto Jaíba, tanto para as próprias mulheres quanto para os homens, e para a unidade familiar em geral. Assim questionam-se as condições de trabalho das mulheres agricultoras tanto em relação ao trabalho nas atividades agrícolas como domésticas. Conhecer as formas de trabalho, bem como os processos em que se materializa esse trabalho, e ainda, se existe qualificação para o trabalho das mulheres em especial no processo de produção do Jaíba e na unidade familiar, constituem como elementos necessários para subsidiar os questionamentos que ora emergem. Conhecer como se dá a divisão sexual do trabalho, quais as consequências dessa divisão e em que medida ela acontece também é fator preponderante. Assim foi imprescindível conhecer como se dão as relações de trabalho e, mais especificamente, como acontecem as “relações de ajuda” entre os familiares na produção agrícola, bem como o que é considerado trabalho doméstico e trabalho produtivo por oposição, e qual o valor social dessas práticas. Outra informação relevante para a análise tratou de conhecer o volume de trabalho dispensado na unidade familiar, tanto para as atividades produtivas quanto para as reprodutivas. Portanto, foi nesse sentido que as entrevistas, bem como todo o conhecimento do contexto de vida e de trabalho das mulheres no âmbito do Projeto Jaíba, foram analisadas.

De acordo com as entrevistas das mulheres, e ainda na percepção dos membros da família e dos agentes de mediação, apesar de a concepção predominante de trabalho que perpassa as dinâmicas de gênero no PJ estar relacionada aos papéis sociais clássicos que homens e mulheres assumem na sociedade, no sentido da separação e da hierarquia em uma concepção clara de desqualificação para o trabalho da mulher ou de caracterização de um trabalho feminino que fica em segundo plano, o trabalho feminino vem aos poucos

assumindo concepções diferenciadas. As mulheres vêm assumindo a gerência do lote, a gestão da produção, ficando mais a cargo do “chefe da família” o trabalho produtivo fora da unidade familiar e, ainda, assumem a condução de muitos “trabalhos pesados” que, anteriormente, ficava somente a cargo do homem. Essa diversidade de concepções, na perspectiva de “trabalho leve e trabalho pesado”, por exemplo, pode ser percebida nas falas analisadas na sequência.

6.1 Concepções de Trabalho: A Casa e a Roça

A subcategoria concepções de trabalho em um ângulo de análise baseou-se na perspectiva da divisão social e sexual. Pode-se dizer que as relações de produção, relações sociais e de poder passam pela conformação da concepção que se tem de “trabalho”. Nesse aspecto, entender as concepções de trabalho concernente ao espaço da casa e da roça é primordial uma vez que é pelo trabalho que se dá a sobrevivência, bem como as constantes transformações já que se trata de um espaço de domínio do que se denomina “produção”.

Nas falas das e dos entrevistados são perceptíveis as concepções de trabalho de homens e de mulheres.

Eu acho que está sendo quase comum, né, tanto mulher e homem. Quando a mulher quer trabalhar é a mesma coisa de homem. Não tem diferença mais de trabalho de homem e de mulher mais não. Eu, por exemplo, eu tomo conta da roça. (mulher, entrevista 1).

Pode-se observar nas falas dos agentes que as concepções de trabalho apresentam novos contornos, mesmo por vezes ambivalentes, que vão de encontro ao anteriormente determinado pela tradicional divisão sexual do trabalho.

O que acontece é que o olhar da mulher é mais abrangente, pois se percebe que ela busca sua independência familiar e com visão e foco no futuro próximo. (agente, EM - entrevista 24).

No entanto, a transição de concepções convive com paradoxos. Geralmente, na visão do marido, a postura da mulher contribui significativamente para o aumento da qualidade de vida da família, apesar de ainda existir muito preconceito em relação à atuação feminina no mundo do trabalho. Esse preconceito

é evidenciado pela secundarização do papel das mulheres nas relações familiares e nas relações de trabalho, quando à mulher cabe a posição de ajudante da família e em especial do marido. Na entrevista a seguir, a entrevistada diz que ela faz mais é *ajudar o pai na roça para sustentar o serviço*. Portanto, é serviço e não trabalho e significa “ajuda” o que corresponde à sustentação da mão de obra na unidade familiar, mas que não tem por parte da família, e da própria mulher, a concepção clara de “trabalho”, com legitimidade e valor merecidos.

Eu diria que, com certeza, pelo fato e apesar de haver muito trabalho nesse sentido, ainda há aquele preconceito que o homem é que assume a responsabilidade da casa (no sentido financeiro), ainda existe. (agente, EM - entrevista 23).

Desde que meus pais trabalham na agricultura eu ajudo, eu ajudo eles. Ele planta e eu simplesmente só ajudo meu pai, entendeu... É assim. É tipo o que ela falou aí, igual nós lá no terreno, no lote eu faço mais é ajudar o meu pai, entendeu, para poder sustentar o serviço lá. (mulher, entrevista 8).

Sabe-se de todo enfrentamento social e histórico pelo qual passa a imagem social do trabalho das mulheres, considerado como “relação de ajuda”. (LOPES, 1996). Não obstante, mesmo existindo uma nova dinamização no Jaíba em que muitas mulheres respondem por atividades tanto na esfera doméstica quanto no trabalho produtivo, chegando até ao gerenciamento deste, que poderia pressupor rearranjos na divisão do trabalho, ainda assim constatou-se que as mulheres se percebem como coadjuvantes na roça, tendo como concepção que a casa é “dever” da mulher e a roça é “dever” do homem. Portanto, a concepção de trabalho é o da roça e o “não trabalho” é o da casa, como analisa. (LOPES, 1996).

Eu acho que sim porque depende da mão de obra e nem todos a mulheres conseguem ir adiante, sozinha, né. Precisa ter ajuda do homem ali pra estar levando a diante. Você ajuda na roça, mas quando chega em casa, limpar a casa, lavar a louça, sobra só pra mulher... o homem não quer ter esse direito nunca,... (risos). Por mais que já tem muitos que ajudam, né, não são todos iguais, mas ainda tem esse machismo ainda, no geral. O esposo sai pra trabalhar, chega, sai de manhã, chega à noite e a mulher por mais que trabalha fora, mas ela está mais ali por dentro de tudo assim...da escola, numa reunião numa escola, por exemplo, é sempre a mãe...(mulher, entrevista 17).

Quando se considera a participação das mulheres na agricultura familiar, nos processos decisórios e na gestão da unidade agrícola, constata-se ainda fortemente o sentimento de “não titularidade” para algumas, em que predomina a relação de ajuda. As desigualdades entre os sexos, o não reconhecimento do trabalho feminino com base na divisão sexual do trabalho são situações que se apresentam em todas as falas, tanto das mulheres como dos próprios maridos. Cabe ressaltar que os termos “relação de ajuda e disponibilidade permanente” estão sendo empregados tomando como base Chabaud-Rychter (1985).

Para as entrevistadas, ocorre que as atividades da roça são voltadas para a família e as atividades domésticas estão sob a responsabilidade exclusiva da mulher. Nesse caso, pode se pensar a respeito da identidade da mulher como “titular do serviço doméstico” e a não identidade como mulher-agricultora. Dessa forma, observa-se que as práticas na unidade doméstica permitem reproduzir as desigualdades de gênero e, portanto, a não emancipação da mulher pelo trabalho e pela sua atuação na atividade dita produtiva.

A mulher aqui pega no pesado também. É a mesma coisa do homem, não tem divisão (mulher, entrevista 11).

Não, os homens não ajudam não em casa, só eu mesmo. Mas não tem quem ajuda e divide o serviço de casa não (mulher, entrevista 13).

Oh, meu pai, geralmente ele trabalha fora, mas quando ele está aí, ele ajuda na roça. Dentro de casa ele não ajuda não. Assim devido, porque, assim, a coisa também aqui não é fácil. Tudo é no sacrifício, né. Minha mãe mesmo, minha mãe trabalha demais, sabe. Meu pai fica fora e ela trabalha demais. Ah, tem dia que ela não está muito assim, sabe, porque só trabalha (mulher, entrevista 22).

Nesse sentido, o valor social do trabalho feminino no contexto das mulheres entrevistadas ainda passa pela questão histórica de intensificação de desigualdades, conforme é explicitado nas entrevistas.

Eles não ajudam em serviço doméstico. Normalmente eles, os maridos, não ajudam. Nem a comida do menino meu ele não coloca no prato. Se eu não puser, ele fica sem comer. Fica o dia todo sem comer. (mulher, entrevista 16).

Eu trabalho nas atividades domésticas e na roça e meu marido trabalha só na roça, só na roça. (mulher, entrevista 2).

Essa constatação de que a mulher é a “servidora” do marido e, conseqüentemente, está a “serviço da família” é uma referência comum entre as mulheres entrevistadas, fato que reforça a existência de elementos simbólicos (SCOTT, 1995) relacionados ao papel da mulher prevalentes no imaginário das próprias famílias que permitem uma certa legitimidade, circunscrita em um contexto histórico. Portanto, passa a ser “natural” a concepção de “mulher-servidora”. Observa-se que prevalece em todos os depoimentos a situação da mulher detentora da responsabilidade no âmbito da casa e do homem no contexto da roça, fato que reproduz as desigualdades de gênero instituindo a família como instituição reprodutora de tais desigualdades. Assim, pode-se comprovar a permanência do *habitus* de gênero em que a dominação masculina permanece e hierarquiza posições de poder na família. (BOURDIEU, 2009).

Na sequência, são várias as identificações da concepção e de pertencimento do trabalho da casa à mulher e do trabalho da roça à família.

Na parte da cozinha só se não tiver jeito, se ela tiver doente eu vou pra cozinha. Ela deixa a cozinha dela para ir me ajudar lá. As vezes a gente fala: - Ah, o homem não quer ajudar, é machista. Eu acho mesmo que existem muitos homens machistas. Acha que a cozinha não é para ele, mas na verdade a gente precisa de ajudar. (marido, entrevista 26).

É nós mesmos. Oh, eu não aguento fazer isso, então eu vou fazer aquilo que está mais adequado para mim e aí o que cabe a ele (meu pai ou meu marido) aí ele vai e faz. Igual, bater veneno, eu não aguento! Igual, se é uma coisa que eu não aguento, ele vai lá no dia de folga e me ajuda porque aí vai e vai saindo, fazendo aos pouquinho, né. Do jeito da gente. Os filhos de hoje já estão diferentes, eles já participam. Eu já estou colocando meu filho pra ajudar nas atividades domésticas e na roça também. Tem sempre uma coisinha que o filho já pode fazer. Mas pelo pai e pelo marido, não. A mulher não é ajudada. (mulher, entrevista 7).

Segundo Melo (2005), a inserção crescente das mulheres na força de trabalho constituiu-se um dos fatos mais marcantes na sociedade brasileira nos últimos cinquenta anos. Dessa forma, a autora ressalta que a explicação para um contínuo crescimento da participação feminina se dá por uma combinação de fatores econômicos e culturais.

Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização, a queda das taxas de fecundidade proporcionaram um aumento das possibilidades

das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Segundo, a rebelião feminina do final dos anos 1960, nos Estados Unidos e Europa, como uma onda chegou nas nossas terras, em plenos anos de chumbo; apesar disso, produziu o ressurgimento do movimento feminista nacional fazendo crescer a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira. (MELO, 2005, p.4).

Nesse contexto de discussão, Melo (2005) ressalta que o tema referente à invisibilidade é o mais antigo das reivindicações feministas, caracterizando-se como tentativa de uma nova interpretação do trabalho doméstico em um debate com a Economia Política. Assim, tal autora apresenta uma discussão suscitada pela ocorrência de uma redefinição de papéis femininos que proporcionou a elevação da taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política, em todas as classes sociais.

É preciso assinalar que esta *nova* mulher mantém uma interdependência entre vida familiar e vida do trabalho, que se fundem numa mesma dinâmica para o sexo feminino. Esta evidência remete à denúncia pelo movimento de mulheres da invisibilidade do trabalho feminino e as desigualdades que qualificam sua inserção produtiva (rendimentos inferiores, direitos previdenciários negados, obstáculos aos planos de ascensão a cargos e chefia. (MELO, 2005, p. 4).

Então, afirma-se que ao caracterizar os afazeres domésticos como “trabalho complementar, trabalho acessório ou de ajuda”, neste caso, no plano simbólico o invisível é desvendado. É justamente pelo paradigma da forma “natural” como é vista a divisão sexual do trabalho, que cabe às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico, “*com um ônus alto pelo conjunto das funções reprodutivas*”. Ainda que aumente a participação das mulheres no mercado de trabalho, tal fato não tem levado a uma maior distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família e não tem gerado uma ruptura total na estrutura patriarcal da família. (MELO, 2005, p.4).

Portanto, pode-se dizer que o trabalho doméstico tem sido visto pelas famílias entrevistadas como uma atividade que deve ser exclusiva às mulheres e caracterizado como menos “nobre”. Tal fato dificulta a inserção das mulheres no mundo do trabalho de forma justa, conforme é percebido nas entrevistas.

Aí eu tenho que tirar nota fiscal e tudo mais. Eu entrego, no caso, uma semana eu entrego bolo, na outra semana eu entrego rosca, na outra eu entrego pão. Na atividade da roça é todo mundo que

participa, nas da casa, nas domésticas é só as mulheres que participam. (mulher, entrevista 7).

Nessa perspectiva, constatou-se que as concepções de trabalho no contexto do Projeto estão diretamente relacionadas ao entendimento de que a roça é atribuição da família, incluindo o trabalho de “ajudante” da mulher, e a casa é de responsabilidade somente da mulher, cuja atividade é tida como “não trabalho”. Essas concepções implicam a invisibilidade da atuação das mulheres e, ainda, as concepções e organização do trabalho priorizam o trabalho masculino nas práticas na propriedade – valorização e titularidade. Portanto, a divisão social e sexual do trabalho tradicional “casa-roça” é um fator limitador para as condições de empoderamento feminino no PJ e, dessa forma, não se pode falar de trabalho na roça como fator de emancipação das mulheres. Corroborando com Heredia (1984) e Tedeschi (2012) pode-se afirmar que ainda que tenham ocorrido avanços, em se tratando das representações no espaço rural, a permanência da divisão sexual do trabalho é favorecida pela separação entre a casa e a roça e o valor social atribuído às práticas de trabalho executadas nos referidos espaços.

6.2 Condições de Trabalho: o Leve (das Mulheres) e o Pesado (dos Homens)

A convivência no cotidiano das famílias do Jaíba permitiu evidenciar que, no imaginário social, ainda persiste a secundarização do papel feminino nas relações dentro das unidades familiares de produção e em todo o contexto de trabalho das mulheres. Tal fato traduz-se em efeito negativo para as suas condições de trabalho, conforme se observa nas entrevistas. Enquanto por um lado se vê a diversificação nas atividades que vão das tarefas da casa até a gestão do lote, por outro lado, para melhorar as condições de trabalho também se constata que algumas mulheres e jovens, em particular, tentam se profissionalizar buscando algum tipo de qualificação dentro da cadeia produtiva do leite ou do doce. Normalmente as mulheres atuam nos seus próprios lotes e trabalham como diaristas em outros lotes como forma alternativa de agregar mais recursos para a sobrevivência e garantir maior renda para a família. Portanto, as condições de trabalho das mulheres estão intimamente ligadas ao desempenho de múltiplas

atividades que perpassam da preparação para o plantio, à colheita, à comercialização, ao trabalho em outros lotes, no artesanato ou em empresas locais.

Para a discussão relativa às condições de trabalho e contextualizando a situação das mulheres rurais no Brasil cita-se Heredia e Cintrão (2006) que ressaltam que as desigualdades de gênero na zona rural brasileira fazem parte de um conjunto de outras desigualdades sociais, principalmente considerando o histórico quando se compara população rural e população urbana e ainda as diferentes regiões do país.

Assim, a análise das desigualdades e das condições de vida das mulheres rurais deve levar em conta as péssimas condições de vida e de acesso a políticas públicas nas zonas rurais, especialmente nas regiões mais pobres do país, que afetam sobremaneira as mulheres rurais, aprofundando ainda mais as desigualdades específicas de gênero. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 2).

De acordo com Neves (2004) inúmeros estudos e pesquisas já evidenciam que as relações entre homens e mulheres atravessam a sociedade numa articulação com o conjunto das relações sociais que implicam por sua vez antagonismo e conflitos que apresentam relações de dominação e opressão, podendo sofrer historicamente modificações.

Nessa direção reflexiva, a expressão “sobra tudo para mim” foi muito utilizada pelas mulheres nas entrevistas. Destaca-se com isso que as mulheres apresentam uma sensação de falta de companheirismo, por um lado; no entanto, por outro lado, constata-se uma aceitação e resignação por parte delas próprias, resultado das relações de dominação de gênero que se estabelecem no interior das famílias e, principalmente, no âmbito rural.

Trabalho em casa e trabalho para os outros. Trabalho e ganho por dia. É manual, nós utilizamos aqui é só trator, né, que é para roçar o limão. E meu esposo também me ajuda, ele me ajuda na colheita o dia que ele está aqui, ele me ajuda na colheita. Quando minha filha estava aqui a casa era ela que tomava conta: de quintal, roupa, casa, fazer comida e tudo. Eu chegava e só tinha o almoço pra eu almoçar. Agora que ela saiu “sobrou tudo pra mim”. (mulher, entrevista 1).

Os movimentos sociais têm contribuído sobremaneira para a promoção da participação das mulheres em organizações comunitárias, associações e outras

atividades que não estejam centradas somente na unidade familiar e tal situação contribui para uma melhoria nas condições de trabalho das mulheres, mas, apesar disso, o panorama identificado no PJ continua sendo o da mulher “ajudante” do marido nas atividades produtivas e gestora “titular” da casa e do lar. Pode-se falar em uma nova organização nas tarefas das unidades familiares que define uma participação maior das mulheres em todas as atividades produtivas. As condições de trabalho das mulheres do Projeto Jaíba refletem para elas próprias a dona de casa; mãe cuidadosa que encaminha os filhos para a escola; mulher forte que gerencia as atividades produtivas, enquanto o marido trabalha em outras propriedades rurais ou em outras empresas; agricultora que limpa o lote, prepara a terra para o plantio, planta, atua na colheita, gerencia os lucros da colheita e ainda é empreendedora no sentido de batalhar novas formas e possibilidades de agregar o seu trabalho à renda para a família como, por exemplo, atuar em associações para estar inserida em projetos como o da CONAB. Essa definição de trabalho ampliado fica evidente nas entrevistas:

Atualmente eu faço tudo, eu estou cuidando, eu estou plantando e estou cuidando da roça e da casa. Agora na roça mulher costuma fazer de um tudo. Normalmente só não bate veneno²³. Mas mulher ajuda muito na roça. É o sol quente e é tudo muito complicado, não é fácil não. A gente faz porque precisa, tem as horas que a gente tem que ir para mudar as redes de lugar e esse trabalho normalmente quem faz é a mulher e tem que fazer à noite também. Tem que marcar para a gente trocar a rede e aí a gente vai e troca a rede. Isso, mas o que mata mesmo é o sol quente porque irrigar é fácil. Troca daqui, troca dali. Corre pra lá e pra cá, o ruim mesmo é que tem que ficar o dia todo trocando rede, né. Pra lá e pra cá com aqueles canos pesados, né, quente, mas vai e acostuma, né, num instante acostuma. A gente não fica sem trabalhar um dia, não. Ou está trabalhando pra nós ou está trabalhando para os outros para ajudar a pagar as despesas. Então eu só vou começar a plantar agora nas outras áreas depois que colocar a rede fixa. Essa rede fixa²⁴ é aquele investimento que nós do projeto ganhamos agora e é muito bom pra não ficar mudando de lugar a irrigação toda hora. É bem melhor porque não precisa ficar trocando toda hora, como é que fala... trocar toda hora a rede...é fixa, é só ligar e beleza! Melhor pra gente, dá menos trabalho (risos...). Trabalhar na roça eu disse: eu não aguento não!!! Porque na correria de lá e aí eu falei assim: eu não vou aguentar trabalhar na roça...ave Maria, nesse sol quente...meu Deus do céu!!! (mulher, entrevista 7).

²³ A expressão “bater veneno” aparece inúmeras vezes na fala das entrevistadas e significa a aplicação de defensivos agrícolas, ou seja, a pulverização.

²⁴ A rede fixa é o novo modelo de irrigação que consiste na substituição do modelo convencional por um sistema fixo automatizado, que opera no horário de tarifa reduzida entre 21h30 e 6h, representando uma economia de até 70% no consumo de energia e água e ainda aumenta a produção e a produtividade dos agricultores. (EMATER, 2011).

Os depoimentos ilustram a situação das mulheres, na perspectiva da relação de ajuda e disponibilidade permanente²⁵ (atemporal) a serviço da família. Quando a entrevistada diz “*mas mulher ajuda muito na roça*” há uma identidade relacionada aos papéis de ser mulher e homem no campo. Ou seja, ocorre que os grupos sociais se atribuem símbolos, comportamentos e discursos em uma definição identitária, compreendida com um símbolo que comporta significado. Nesse aspecto, é perceptível nas falas das mulheres a representação acerca de seu valor, conforme evidencia Tedeschi (2012).

Eu trabalho fora. Como diária, na diária. Como diarista em outros lotes. Meu marido mesmo trabalha demais. Trabalha de mototáxi. Trabalha no lote nosso, no lote dos outros e ele de mototáxi também. Às vezes quando é serviço a mais que não dá conta, a gente contrata sim. Mas no mais é só nós mesmos, junta todo mundo e faz. Um faz isso, outro faz aquilo... (Os homens) Vão e fazem um serviço na roça e já chegam, entram reclamando, já chega morto, já chega “esparramando, esparramando o corpo”. E a mulher, não. A mulher cuida dos filhos e de tudo. (mulher, entrevista 8).

Fica evidenciado na expressão “(o homem) já chega esparramando o corpo e a mulher, não, a mulher cuida dos filhos e de tudo” identificando o papel da mulher trabalhadora rural e dona de casa. Na casa é a disponibilidade permanente que institui o espaço, não como de descanso, mas sim de continuidade daquilo que por ser “naturalmente feminino” não é considerado excesso e está “sempre alerta”.

Meu marido trabalha na empresa SADA. Eu não trabalho fora de diarista não. Eu geralmente ajudo na roça, né. Quando meu pai vai mexer lá, eu ajudo meu pai em tudo. Mas trabalhar assim direto na roça, não tem como eu trabalhar porque eu quem cuido das crianças. Eu ajudo na colheita. Para molhar também. O serviço mais pesado fica para os homens, mas tem mulher aqui que faz o serviço mais pesado também. Em algumas famílias não tem essa divisão porque mulher aguenta até mais que homem, né. A mulher é mais determinada, tem gente que eu fico besta, tem mulher de idade aí que pega pesado na roça mesmo. (mulher, entrevista 9).

²⁵ O termo “Disponibilidade Permanente” é empregado de acordo com “relação de ajuda e disponibilidade permanente” da CHABAUD-RYCHTER D., FOUGEYROLLAS-SCWEBEL D, SONTOHONAX F., Espace te temps du travail domestique. Paris, Librairie des Meridiens, 1985.

Relativamente às condições de trabalho ao tempo, mais especificamente, das mulheres agricultoras do PJ, de exercerem suas atividades é descrito no Quadro 6 tanto para as domésticas quanto para as atividades produtivas.

Quadro 6 - Descrição das Atividades e Tempo Dispensado na Casa e na Roça

Atividades de ocupação	Tempo de atuação nas atividades domésticas em média por dia	Tempo de atuação nas atividades produtivas em média por dia
1- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
2- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
3- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
4- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
5- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
6- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
7- Biscoiteira, doméstica, agricultora.	9 horas	5 horas
8- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
9- Doméstica, agricultora	9 horas	5 horas
10- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
11- Doméstica, agricultora	9 horas	5 horas
12- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
13- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
14- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
15- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
16- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
17- Biscoiteira, doméstica, agricultora	8 horas	5 horas
18- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
19- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
20- Doceira, doméstica, agricultora.	9 horas	5 horas
21- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas
22- Doméstica, agricultora	6 horas	8 horas

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de campo, realizada em 2012. Barbosa (2012) Montes Claros-MG..

O quadro 6 é, portanto, um descritivo do quantitativo de horas das atividades femininas, em média, no PJ. Pelo relato das entrevistas, constatou-se que o número de horas em atividades exercidas, tanto nas atividades inerentes ao trabalho da roça, quanto à execução das atividades da casa é excessivo, são 14 horas diárias. Na descrição das mulheres muitas vezes o trabalho exercido em casa não é contabilizado e pode até ultrapassar o que foi citado. Assim, no referido descritivo consta em média para as atividades da casa 6 (seis) horas e para as

atividades da roça em média 8 (oito) horas. Quando a mulher tem a ocupação com os filhos pequenos, o trabalho da roça é reduzido ou também no mesmo caso quando a mulher tem outra ocupação como biscoiteira e doceira, o tempo para a atividade produtiva da roça é menor. Esse “menor” não é significativo, apenas redistribuído entre uma tarefa e outra. Observa-se que é a roça que ocupa uma jornada cheia de 8 horas em média, mesmo as mulheres não sendo consideradas como agricultoras mas ajudantes na maioria das vezes.

Quando eu trabalhava para os outros eu fazia a minha comida 4 horas da manhã, ia trabalhar para os outros, aí eu chegava, chegava quatro e meia porque eu saio da roça quatro horas. Eu chegava e varria a casa, lavava as vasilhas e pegava e lavava roupa de noite também, e depois 4 horas da manhã eu saía e na roça do mesmo jeito. Até hoje, pois eu aposentei mas eu trabalho, de noite eu lavo as vasilhas e tudo, cuido da janta e de manhã bem cedinho eu varro a casa. Eu não limpo casa todo dia também não. (mulher, entrevista 13)

Quase que é somente nós para trabalhar. Todo mundo faz tudo porque não tem jeito. Um tem que fazer a atividade para o outro. Tem que fazer, uai. Eu planto, eu colho, faz tudo...tudo. É tudo manual. É o mesmo trabalho, cada um faz, não tem problema. Faz tudo, plantar, colher. Tem meu neto que é especial e a gente tem que doar uma parte do serviço, às vezes, porque precisa do tempo pra olhar ele, e a mãe tem que sair pra trabalhar também e para poder manter o mínimo, a gente tem que olhar. E quando chega uma certa altura do dia eu vou para a roça e ela vai olhar, cuidar da criança, olhar ele pra eu ir pra roça. (mulher, entrevista 11).

Parte das atividades “em casa ou da casa” estão alicerçadas na necessidade de reproduzir o trabalho produtivo no dia seguinte, como lavar vasilhas, adiantar o almoço, entre outros.

Nas condições de trabalho incluem-se também, além das atividades no âmbito da roça e dos afazeres domésticos, as demandas da mulher- mãe e avó. Cuidar dos netos para que a filha possa trabalhar na roça ou revezar com a filha o trabalho da casa e da roça foram aspectos que se apresentaram nas entrevistas. Outro fato identificado em relação ao trabalho leve e trabalho pesado é que “bater veneno” se caracterizou como um trabalho pesado e que, apesar da maioria das entrevistadas terem afirmado que é um trabalho executado normalmente por homens, ainda assim duas delas informaram que também executam a tarefa de “bater veneno”. Assim, tem-se o trabalho da mulher diarista que é adicional ao

desenvolvido no próprio lote e ainda o trabalho em condições insalubre como característica.

Eu já trabalhei muito em outros lotes. Mas da roça tudo eu faço até veneno eu já bati. Ela mesma já me viu batendo veneno lá na roça. Ela mesma achava ruim comigo porque eu era doente, ela falava, falava... Tudo, tudo quanto é serviço de roça que depender eu sei fazer tudo. Graças a Deus de roça, eu entendo tudo. Eu ganhava na diária 25 reais e trabalhava até os sábados. (mulher, entrevista 13).

Além das horas trabalhadas que vão desde as exercidas nas atividades produtivas até aquelas destinadas às tarefas domésticas, outro aspecto que merece destaque é em relação ao volume de atividades exercidas pelas mulheres, que restringem o horário de descanso em comparação ao uso do tempo dos homens.

O homem trabalha na roça e a mulher também, mas tem uns homens que não ajudam em casa não... (risos). Tem uns que não ajudam, não. É assim na vida de roça, mesmo! Eu vou falar a verdade pra senhora: a mulher trabalha mais que o homem, muito mais! Porque a mulher trabalha na roça e na hora que ela chega dentro de casa, ela tem que fazer as coisas tudo dentro de casa. Lavar vasilha, limpar casa, lavar roupa, é... é... cuidar de menino, né, e fazer comida e o homem não. Na hora que ele chega da roça, ele toma um banhozinho, ele deita ali oh...se tiver sofá deita, se num tiver deita ali no chão e fica aí bem na boa oh... já chega cansado. E a mulher não cansa não. Só eles que cansam... (risos), ahhh, ah...E, e a gente trabalha mais do que o homem. Eu já falei isso lá em casa: a gente trabalha mais que o homem. Agora está melhor, né porque eles inventaram um negócio aí de bater veneno na roça para matar o mato e as mulheres não trabalham mais de enxada na roça, né. (mulher, entrevista 15).

A expressão da entrevistada “o homem fica aí na boa” denota o sentimento que as mulheres possuem em relação aos direitos e deveres construídos pelas culturas de gênero para homens e mulheres. Com isso, constata-se que, embora tenham ocorrido transformações nas relações de gênero, ainda persistem as mesmas ações cristalizadas atribuídas às mulheres, cuja performance de trabalho é o da sobrecarga. Outro aspecto identificado nas falas das entrevistadas é relativo à qualificação para o trabalho doméstico que perpassa pela concepção do “público” e do “privado” como se o trabalho da casa e as múltiplas atividades não necessitassem de qualificação específica como, por exemplo, à higienização, preparação das refeições, dentre outros. A percepção que se tem é de que no

âmbito doméstico, espaço privado, portanto contexto feminino, a atuação da mulher não é concebida como trabalho, ou seja, fazer almoço, por exemplo, não é visto como trabalho, é simplesmente um dever (serviço) da mulher para o qual a socialização feminina dá conta e, assim, não necessita de aprendizado, qualificação formal. Dessa forma, tal fato desmerece a força de trabalho das mulheres e reforça a persistência do desvalor e da invisibilidade da atuação feminina, configurada em dupla ou tripla jornada e na sobrecarga. Toda essa situação é retratada quando a entrevistada diz “*eu venho para casa fazer almoço e eles ficam na roça trabalhando*”, ou seja, somente a tarefa produtiva – da roça - é concebida como trabalho. E, ainda, quando se fala “*o homem toma banho e vai para o boteco e a mulher vai cuidar da casa*” denota situação naturalizada e aceita nas relações de gênero quanto ao dever da mulher de ficar em casa, disponível para a família e para o cuidado do lar bem como o direito do homem de estabelecer as relações de sociabilidade com os amigos.

Oh... eu trabalho com a enxada, com foice, facão...o que for, menos... eu só não bato veneno. E nem trabalho com animal. Trabalho na roça direto. Uso máquina costal, de pôr nas costas. Já usei uma vez um trator, mas nós não achamos muito bom não. Come muito dinheiro e (os insetos) fica pior do que na bomba. Nós vamos para a roça todo mundo junto, aí quando é nove, nove e meia eu venho pra casa pra fazer o almoço e eles ficam na roça trabalhando. Aí quando é onze horas, eles vêm almoçar...quando volta, volta todo mundo de novo: eu e eles. Aí só vem a tarde e aí à tarde a gente se vira com o resto do serviço. O menino toma banho e vai pra escola. O homem toma banho e vai para o boteco. O homem vai bater papo e a mulher vai cuidar da casa. (mulher, entrevista 16).

Cabe observar também a diversificação de instrumentos utilizados pelas mulheres, ou seja, entre as ferramentas para o trabalho feminino incluem-se enxada, foice, facão, máquina costal, trator, dentre outras que são próprias para a execução do trabalho “pesado”. Ressalta-se que a caracterização de trabalho leve ou trabalho pesado da atividade é relativa e culturalmente definida, já que a mulher executa tanto atividades leves quanto pesadas, sendo constituídas e diferentemente valorizadas socialmente. Enfim, o trabalho é definido como “leve” e a remuneração é baixa, tal fato ocorre pela posição ocupada na hierarquia familiar (PAULILO, 1987).

Essa persistência da hierarquia e valorização social diferenciada é analisada por Heredia e Cintrão (2006) que salientam que, embora ainda reste um

acentuado caminho para que se atinja a equidade social entre homens e mulheres e entre campo e cidade, verifica-se que nos últimos 10 anos várias medidas significativas foram providenciadas pelos gestores das políticas públicas para que se melhorassem as condições de vida das trabalhadoras rurais.

De fato pode se dizer que as mulheres trabalhadoras rurais do PJ têm consciência da importância de sua participação na condução da vida produtiva. A família também reconhece o significado do desempenho das tarefas femininas que geram um impacto positivo para a família como um todo. Mas é propício ressaltar que, algumas falas nas entrevistas traduzam o reconhecimento do trabalho das mulheres, ainda assim a forma de conduzir a vida em família e as condições de trabalho e de convivência na propriedade rural e no mundo do trabalho é a mesma de muitos anos atrás. Assim, muito pouco se transformou em relação às concepções do mundo do trabalho em que o homem trabalha e naturalmente tem o “direito” ao descanso e à mulher, além do trabalho na roça do qual não desfruta de titularidade lhe cabe todas as atividades relativas à organização da casa (do lar) em que se relativiza também a noção de tempo destinado. Tais concepções e posturas práticas são ainda justificáveis pela cultura predominante, pelas desigualdades e hierarquias na divisão social e sexual do trabalho. Fica evidenciada em todas as falas das mulheres a exaustão pelo trabalho pesado, o cansaço, as dificuldades, a insalubridade e ter que suportar o sol quente, enfim, as tarefas duras da vida rural. O sentimento de desvalia está sempre marcando a subjetividade e atesta a invisibilidade tanto da permanente atuação das mulheres quanto da ausência de autonomia na condução da sua própria existência.

Ela (a mulher) faz tudo. Até tratorista ela agora é. A parte que ela falou que os homens têm que fazer, ela também faz: carregar, dirigir trator, né, mãe. (filho, entrevista 28).

[...]

Quando não tem homem para fazer o serviço aí eu faço. Chegou quatro horas, os homem vão para o boteco, a mulher tem que ficar em casa, elas têm que lavar roupa, têm que já aprontar comida para o outro dia, porque no outro dia, ou está trabalhando na roça dela, ou está trabalhando de diarista de cá e de lá. Nossa vizinha, o marido dela está lá pra Goiás e ainda pede pra mandar dinheiro que diz que ela trabalha aqui. Ele é tratorista lá e não tem serviço de tratorista. Às vezes pede pra mandar dinheiro. Ela sustenta quantas crianças?! E vem trabalhar aqui. Agora está montando irrigação no lote dela,

trabalha no lote dela. Ela faz tudo, e o marido só quer o dinheiro. E normalmente as atividades, na atividade produtiva, voltada toda pra família todo mundo da casa trabalha. Mas na atividade doméstica, é somente a mulher. Normalmente é assim. Olha, eu não sei assim, ali, nas vizinhas que eu sei aqui, tipo assim, a mulher trabalha o dia inteiro, volta pra casa e vai aprontar a marmita pro marido. Aqui o que a gente chama mais atenção é que os homens não se servem na mesa, né. A mulher tem que dar o prato pronto pra ele, muita gente vem trabalhar aqui é assim. (mulher, entrevista 19).

Fica evidenciada nas falas a permanência de hierarquias nas relações de gênero que perpetuam desigualdades de poder “quem manda e quem obedece”, que passam, por vezes, por violência doméstica.

Ainda em relação às condições de trabalho das mulheres, outro fato muito evidenciado é a diversidade de atividades desenvolvidas no âmbito de todo o trabalho agrícola. Constata-se que a grande maioria das agriculturas desempenha todas as atividades da roça exceto atividades relativas a “bater veneno” que, na maioria das vezes, fica a cargo do marido, do filho mais velho ou de um serviço terceirizado. Quanto às melhorias, foi frequentemente manifestado as melhores condições de trabalho proporcionadas pelo investimento proveniente de uma parceria entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), o Distrito de Irrigação do Projeto Jaíba (DIJ) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) na aquisição de redes de irrigação que são fixas. As redes fixas liberam as mulheres do trabalho cansativo e exaustivo de ficar trocando as redes de posição, principalmente no período noturno. Tal aquisição foi apontada por todas as entrevistadas como um significativo investimento na melhoria das condições de trabalho por ser um trabalho dispendioso e que sempre coube à mulher desempenhar. Além de sobrar mais tempo para desempenhar outras atividades, a comodidade e a agilidade sempre foram apontadas como pontos positivos.

Oh, lá em casa, por agora assim, nós plantamos a roça, aí nós batemos o veneno, porque lá meu pai é assim, ele bate o veneno e eu mais minha irmã vamos irrigar com mãe. Porque a atividade é assim: uma fica na casa, fazendo o serviço da casa, né, e outra vai pra roça mais minha mãe pra fazer irrigação, essas coisas. Mas como meu pai não está aí agora, aí vão minha mãe e minha irmã. Tem hora que minha irmã trabalha fora, aí nós temos que pagar uma pessoa pra bater o veneno pra ela. Que você sabe que mulher não

bate veneno. Então nós temos que ficar de noite para irrigar a roça. Porque antigamente nós tínhamos que trocar umas redes direto, aí nós compramos a rede também pra instalar lá, aí ficou bom. (mulher, entrevista 21).

O fato de “não bater veneno” está justificado nas influências insalubres ao sistema reprodutivo, trata-se de “proteger a reprodução” e não necessariamente a trabalhadora. Nesse sentido, o uso do “veneno” é tarefa masculina o que significa apenas uma alternativa que não altera os efeitos nocivos ao organismo humano que é frequente no trabalho rural.

O projeto de adequação do sistema de irrigação dos agricultores familiares do PJ, ou seja, “rede fixa” conforme pronunciado pelas mulheres, é, na verdade, o sistema de irrigação automatizada. Segundo a EMATER-MG (2011), tal sistema está sendo implantado gradativamente desde 2008 e visa promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região Norte do Estado. Muitas famílias já foram beneficiadas pelo referido sistema e, de acordo com as mulheres entrevistadas, o equipamento é programado para irrigar no período noturno até o início da manhã, não necessitando de trocar as redes a cada duas horas, como se fazia com o antigo equipamento de irrigação manual. Isso implica que o sono seja interrompido a cada 2 horas para tal procedimento. Essa tarefa é ainda executada pelas mulheres que ainda não foram beneficiadas, mas estão aguardando o referido investimento. Ainda conforme a visão dos entrevistados, tal procedimento contribui sistematicamente para uma economia no consumo de energia e água, favorecendo melhoria na qualidade de vida das famílias e nas condições de trabalho.

Em se tratando de atividades (ocupações), processos e qualificação para o trabalho, evidencia-se a discussão de Maia (2004) que diz que as estratégias de reprodução social são acionadas pela reciprocidade do grupo doméstico, com base em um jogo de obrigações mútuas de seus membros que assegura a reprodução tanto do grupo quanto como grupo. Assim, os princípios de hierarquia e de gênero, definidores do processo de trabalho na unidade de produção e consumo e a ação de cada um de seus membros, orientam as relações internas do grupo doméstico. Tal autora retrata:

A unidade básica de reprodução social camponesa é o grupo doméstico, inserido numa parentela e vizinhança, sobre o qual

pesam laços de solidariedade e ajuda mútua. Ele é entendido como um sistema de relações internas e externas, baseado num princípio de residência. O grupo doméstico compreende a família nuclear, mas pode agregar outros membros, como sobrinhos, tios, irmãos, mãe, pai, sogro e sogra. A intensidade do trabalho na unidade de produção tem como teto limite o número de trabalhadores diretos existentes na unidade de consumo. (MAIA, 2004, p. 1).

Nesse sentido, reconhece-se que os processos e formas de trabalho apresentados pelas famílias entrevistadas são organizados de acordo com a dinâmica social e as necessidades provenientes do grupo doméstico. As entrevistas atestam a diversidade de envolvimento.

A outra atividade que nós desenvolvemos aqui é que meu marido é motorista. Tanto eu trabalho na roça e também dentro de casa. E ainda trabalho fora, né, a dona aí... ela mesmo sabe. Eu trabalho fora na roça para os outros catando limão. Tem um vizinho aqui que colhe quiabo, eu vou lá e colho, quando não tem serviço aqui. Trabalho aqui também no peixe do japonês, toda quarta-feira eu trabalho lá. Ali na esquina, ali. Num criatório de peixe, de peixe tilápia. Eu tiro filé. Eu ajudo no plantio de outras pessoas, no plantio também, como diarista. É para ajudar a pagar as contas. (mulher, entrevista 1).

Ué, a forma de trabalhar é dos dois tipos porque para plantar um milho quando vai quebrar tem que quebrar de mão e depois é que vai bater com o trator, né. O feijão tem que tirar de mão também. Depois é que você vai bater. Aí é os dois tipos. (mulher, entrevista. 4).

Ele é frentista. Trabalha no posto de gasolina. Faço todo tipo de biscoito e entrego para a escola. Entrego um monte de coisa. (mulher, entrevista 7).

Normalmente as mulheres afirmam que, no processo de trabalho da agricultura familiar, elas fazem de tudo um pouco, como ajudar a preparar a terra, plantar e colher. Para a forma de exploração agrícola, anteriormente, quase não se usava máquina, mas a tendência atual é contratar por algumas horas o trabalho de tratorista e um profissional para “bater o veneno”. As atividades de trabalho de quase todas as mulheres entrevistadas é bem parecida: atuam em seus lotes, quase sempre intitulando-se como “ajudantes” do marido ou do pai, também trabalham como diaristas em lotes vizinhos, enquanto o marido trabalha em algumas firmas, ou como mototaxista ou como motorista. A justificativa para a diversificação no processo e nas atividades de trabalho das famílias que sobrevivem da agricultura familiar no Projeto Jaíba é justamente a maior parte dessas não fazer uso de outras formas de

financiamento e contar com os recursos que são frutos da mão de obra do conjunto da família e da renda proveniente do lote.

Como eu tenho que “ajudar” ele na feira e nas despesas, nas coisas assim... aí eu tenho que trabalhar para os outros, por dia. Qualquer atividade a gente faz: planta, colhe, carrega caminhão. Não existe diferença de atividade pra mulher e pra homem, não. Num existe isso não. O que o homem faz, a mulher faz também aqui. É colheita de cebola, de feijão, de arroz. É de enxada, carpir, carregando caminhão... tudo, a mulher faz tudo. Eu trabalho pra empresa, é no viveiro, mexendo com as mudas. (mulher, entrevista 14).

A “labuta” descrita pelas mulheres consta de uma jornada que vai das cinco e meia da manhã até o período noturno, quando todos da família já estão dormindo, conforme especifica a entrevista abaixo.

E normalmente eu levanto cinco e meia da madrugada e... põe menino para ir para a escola, aí os meninos vão pra escola, aí hora que os moleques vão pra escola seis e meia, a gente já organiza e vai pra roça. Seis e meia, vinte para as sete a gente já está na roça. O almoço já fez ontem para quando chegar lá na hora do almoço, onze e meia, é só esquentar. Se não, não dá tempo pra voltar, entendeu? Deixa a janta pronta, faz ontem a comida para hoje. Amanhã, o dia já amanhece igual hoje e aí já não dá tempo de chegar lá e fazer as coisas, fazer a comida, não! Quando chega lá na casa, só esquenta, almoça, volta e na roça de novo... agarra aqui até quatro ou quatro e pouco, cinco horas. (mulher, entrevista 18).

Em relação à qualificação para o trabalho foi muito citado pelas entrevistadas a atuação da EMATER e das associações para a organização de eventos e de cursos de capacitação para as mulheres da agricultura familiar, principalmente para a atuação na produção de doces caseiros, de biscoitos e de artesanatos. A irrigação necessita de tecnologias complexas, portanto, a falta de preparação das famílias para a agricultura irrigada constituiu e, por vezes, constitui entraves para o bom encaminhamento e sucesso dos irrigantes, uma vez que são práticas inovadoras, diferentes das aplicadas na agricultura de subsistência anteriormente. O uso intensivo de insumos, a capitalização necessária do produtor para implementar a produção, dentre outros, são fatores que demandam qualificação. Para as mulheres, existem parcerias entre EMBRAPA, EMATER-MG, Banco do Nordeste e CEMIG no sentido de viabilizar trabalhos de assistência técnica para os agricultores quanto à eficiência na utilização da água, mais

especificamente para os homens. Entretanto, concernente à capacitação para as mulheres lidarem com a produção agrícola irrigada, a aprendizagem deu-se por intermédio das práticas com o marido ou com o pai ou, em algumas vezes, através de orientações por técnicos da EMATER. Não se destinam capacitação para as mulheres, caracterizando esse espaço de práticas como um espaço de sexo-gênero.

Sabe-se que as condições de trabalho são subsídios para o desenvolvimento das atividades do dia a dia, para o “fazer da casa e o fazer da roça”. Assim, é importante identificar em quais circunstâncias esse trabalho ocorre, em que condições materiais e imateriais os afazeres são realizados, as intempéries, o esforço físico, os equipamentos necessários, os insumos utilizados, a dupla e tripla jornada das mulheres. As condições materiais estão relacionadas ao processo de trabalho e, nesse sentido, as mulheres do Jaíba apresentam necessidades em obtenção de subsídios que passam pela aquisição de equipamentos, de insumos e pela capacitação. As condições imateriais estão relacionadas à valorização do trabalho feminino, circunscritas às relações de poder e de gênero e às concepções da disponibilidade permanente do trabalho das mulheres, ao serviço da família. Assim, verificou-se que a presença do trabalho dito produtivo feminino (em senso estrito) no PJ é substancialmente significativa, ou seja, a presença das mulheres nos lotes e nas empresas, principalmente em áreas como da produção de fruticultura, chega a ser maior que a presença de homens. E o trabalho feminino na produção agrícola passa por todas as etapas como, por exemplo, limpar o lote, preparar o solo, plantar, irrigar, podar, colher, transportar, dentre outros. É claro que foram mais ressaltadas pelas entrevistadas as ações como irrigar, podar e fazer a colheita. Além dos afazeres relativos ao lote, ou seja, à produção, existem ainda as atividades circundantes ao quintal, como cuidar das aves, dos porcos, dos cachorros e ainda as atividades inerentes ao lar, como cozinhar, lavar, passar, arrumar, cuidar dos filhos, dentre outras. Dessa forma, tais condições apresentam uma enorme complexidade e diversidade sendo exigentes e desgastantes, física e emocionalmente.

As condições de trabalho no PJ, na perspectiva do “trabalho leve das mulheres e do trabalho pesado dos homens”, podem ser analisadas à luz da permanência das desigualdades e hierarquias entre os gêneros. As condições de vida e trabalho, nessa perspectiva, são promotoras do afastamento das mulheres dos processos de decisão na propriedade rural e, sobretudo, impossibilitam a autonomia e liberdade feminina. Portanto, percebe-se que, por um lado, ocorre a

exploração do trabalho “leve” das mulheres, fator que dificulta a divisão equitativa das atividades domésticas entre homens e mulheres e, por outro, ocorre a permanência do modelo patriarcal que sustenta a “disponibilidade permanente” das mulheres para o trabalho doméstico, perpetuando a relação de serviço à família.

Nesse sentido, considerando essa conformação, discute-se na sequência quais caminhos apontam ou não para igualdade e autonomia feminina no PJ.

6.3 Divisão Sexual do Trabalho: Consciência de Gênero, Igualdade e Autonomia?

A divisão sexual do trabalho foi um aspecto central analisado nesta pesquisa uma vez que se trata da cultura, dos costumes, das ações, do jeito de ser e de agir de homens, mulheres e filhos em todo o contexto familiar no PJ. Sobretudo, trata das formas de encaminhar as tarefas e de conduzir o processo de produção nas unidades agrícolas familiares e da labuta diária do mundo doméstico e de como esse processo afeta a vida da pessoa e o desenvolvimento local. As formas de gerenciar as atividades, sejam elas rurais ou domésticas, refletem o perfil das famílias do Projeto Jaíba. Nesse aspecto, entender como se dá a divisão sexual do trabalho com as suas consequências e em que medida ela se processa foi essencial para fazer emergir as circunstâncias de vida e de trabalho dessas mulheres e de suas famílias.

Nas entrevistas que se seguem verifica-se a existência de uma divisão do trabalho doméstico de forma bastante assimétrica, repercutindo na esfera privada do trabalho, ou seja, nas atividades inerentes à organização da casa, instituindo uma naturalização invisibilizadora das “atividades” concebidas como papéis femininos.

*Algumas (atividades) são exclusivas a homens. Algumas de maior peso, né, são atribuídas mais ao serviço masculino, mas em termos de colheita, processamento, poda, é igualitário. A atividade doméstica fica exclusivamente ao feminino. (marido, entrevista 28).
[...]*

Nas atividades da roça é assim, cada um faz um pouco. Mas quem faz mais mesmo sou eu e meu esposo, pois é só nós dois, então nós fazemos, quer dizer, a minha ajuda é de menos, mas não deixa de estar ajudando também, plantar, colher. Agora ele (o marido) é de fora a fora, (ele trabalha na roça em tudo). Nas atividades domésticas, da casa, eu faço sozinha. As mulheres que eu conheço tanto trabalham na roça e também em casa, sim. Trabalha em casa e trabalha na roça também ajudando os esposos. Não existe

discriminação no serviço por ser mulher ou por ser homem. Não, não existe. (mulher, entrevista 3).

Pode-se perceber pela fala da entrevistada uma desvalorização do trabalho feminino fruto da naturalização da atuação feminina quando a mulher expressa em “*não existir discriminação no serviço por ser mulher ou por ser homem*” e afirma que faz as atividades da casa sozinha e ajuda o esposo na roça. Assim, evidencia-se que as próprias mulheres não reconhecem o seu trabalho e ainda justificam a “não ajuda” dos homens nas atividades do lar, contribuindo para a permanência das relações assimétricas de gênero, manifestadas nas práticas de uns e outros. A discriminação para o exercício do trabalho (tarefas domésticas) é que existe, e se faz por “decreto” de gênero. No entanto não é percebida como tal.

Em relação às atividades da casa, não, o meu marido não ajuda dentro de casa porque não sobra tempo, mas meu menino que tem treze anos ele ajuda na roça e ajuda dentro de casa, né. (mulher, entrevista 4).

Essa entrevista mostra alguns paradoxos, pois em alguns momentos afirmam que o tempo dos homens “sobra sim”, mas para “o boteco ou o sofá”.

Para Osório Hernandez (2009), dificilmente ocorrerá uma transformação nas relações de gênero, no tocante à divisão sexual do trabalho, enquanto as próprias mulheres tendem a preservar os espaços “femininos”. Obter aquilo que Hirata (2004) denomina de um espaço próprio para a mulher, um tempo destinado “para si” e ainda poder acessar a sua criatividade para o exercício da sua autonomia requer ainda uma trajetória de mudanças de atitudes e de concepções por parte da própria mulher e da família.

Observa-se que ainda é extremamente recorrente a categorização da participação da mulher no sentido de “ajudante”, “coadjuvante” na esfera produtiva, apesar de reconhecerem a sobrecarga de trabalho e a falta de uma melhor distribuição das atividades domésticas. Mas cumpre ressaltar que, se por um lado as mulheres demonstram a importância da sua efetiva participação no âmbito produtivo e doméstico, por outro lado persiste a determinação da posição de cada membro da família e uma aceitação naturalizada dos papéis definidos para homens e mulheres. (SCOTT, 1995; BOURDIEU, 2009).

Para as atividades, na casa, sou eu. Sou eu e as meninas, que quando chegam da escola elas que me ajudam. É só as mulheres. Eu ajudo a plantar e tudo, mas na casa sou eu. Meu marido, ele resolve assim para vender tudo. Mas nas tarefas da casa é sempre a mulher. (mulher, entrevista 6).

O trabalho dentro de casa não é dividido não, é só o da mulher mesmo. Na roça é tudo dividido, mas em casa é só da mulher. (risos)... As atividades domésticas, da casa, são todas da mulher. A gente planta e participa da colheita. Só não faz trabalho assim que é muito pesado, né. Se é para bater veneno, meu marido bate, quando ele está de folga. Na roça tem uma divisão daquele trabalho que é considerado um pouco mais leve, ele é destinado à mulher. Normalmente é assim, apesar de ter mulher que faz de tudo. Somos nós mesmos. Oh, eu não aguento fazer isso, então eu vou fazer aquilo que está mais adequado para mim e aí o que cabe a ele (meu pai ou meu marido) aí ele vai e faz. Igual, bater veneno, eu não aguento. Igual, se é uma coisa que eu não aguento, ele vai lá no dia de folga e me ajuda porque aí vai e vai saindo, fazendo aos pouquinho, né. Do jeito da gente. Homem, oh... não quer nem saber. Já vai chegando em casa e dizendo que está cansado (risos...). (mulher, entrevista 7).

É sempre perceptível na fala das mulheres a importância da sua força de trabalho, tanto em se tratando do trabalho no lote quanto dos afazeres da casa. Em todas as entrevistas, quando se tratou da divisão do trabalho doméstico, as posturas das mulheres eram sempre muito parecidas, pois eram seguidas de risos, como se fosse engraçado o fato de o homem exercer alguma atividade concernente ao lar e como se fosse “natural” o fato de somente a mulher executar o trabalho da casa. Tal situação afirma a reprodução e manutenção do poder simbólico conforme Bourdieu (2005). Esse poder cristaliza práticas e aumenta a participação “invisível” das mulheres aos sistemas produtivo e reprodutivo.

O horário, às vezes, eu trabalhava o dia todo lá e à tarde fazia as coisas: lavava as louças, fazia comida e no final de semana ia lavar roupa e cuidar dos serviços de casa. Cuidar da casa. Em casa, em casa... (risos) muito pouco. O marido em casa não ajuda em quase nada!!! (risos)... Eu nunca tirei leite, mas eu separo a vaca, separo os bezerros, coloco água, pego e ponho de uma manga para outra no pasto, sabe. Ajudo. Agora, tirar leite, não. Nunca tirei. (mulher, entrevista 10).

As conversas com as mulheres mostram as concepções de “dever de mulher” e “dever de homem”. Assim, é socialmente construído o dever da mulher para com o trabalho na esfera privada (dentro) e o dever do homem para com o

trabalho na esfera pública (fora). Portanto, “*limpar a casa, lavar a louça sobra sempre para a mulher. O homem não quer ter esse direito (dever) nunca*”. Ou seja, o homem não quer ter o dever de cuidar da casa, pois é “dever” das mulheres. Enfim, argumenta-se que não é uma questão de direito e sim de “dever”, pois o direito seria a divisão com equidade das tarefas produtivas e domésticas.

Você ajuda na roça, mas quando chega em casa, limpar a casa, lavar a louça , sobra só pra mulher... O homem não quer ter esse direito nunca (dever),... (risos) Por mais que já tem muitos que ajudam, né, não é todos iguais, mas ainda tem esse machismo ainda...no geral. (mulher, entrevista 17).

Embora a maioria das mulheres apresente uma postura de “naturalização” da divisão sexual do trabalho, é visível também certo questionamento dessas em relação à falta de valorização da “ajuda” das mulheres na esfera produtiva, no espaço da roça.

Eu acho muito pouco, muito pouco os homens que ajudam em casa. É, eles falam que a cozinha é da mulher, a casa é da mulher, o homem tem que trabalhar na roça para trazer o que comer pra dentro de casa. E muitos não dão o tipo de valor necessário que é preciso mesmo é, é, ter com a gente na roça, né? Valorizar a mulher. Que assim, deu o horário... Hoje mesmo veio uma menina aqui: - Não, eu não posso demorar, porque eu tenho que chegar lá que eu tenho que fazer o café do homem porque ele está chegando da roça agora. Se ele chegar e não tiver com o café já pronto, ele fica bravo. Então assim: a gente ajuda, eles ajudam, mas não é... tão assim o quanto a gente ajuda. As mulheres ajudam mais na roça hoje, do que eles poderiam ajudar em casa, né. (mulher, entrevista 20).

Um fator recorrente que aponta para uma perspectiva ainda incipiente de transformação nas relações de gênero é o fato de que os filhos homens já atuam em algumas atividades na casa. Observa-se nas entrevistas que algumas mães demonstram naturalidade com a ajuda do filho nos trabalhos domésticos, embora seja simbolicamente persistente a ideia do homem ter como dever e mérito ser provedor.

Retomando a metáfora do leve e do pesado, Paulilo (1987) argumenta que em diversas áreas do Brasil ocorre a separação do trabalho leve, específico para a mulher, e trabalho pesado, próprio para o homem. Nesse sentido, para as mulheres da agricultura familiar no Projeto Jaíba, inicialmente, diz-se que

desempenham as atividades domésticas e atuam nas atividades da roça consideradas mais leves. No entanto, a labuta, a necessidade e a falta de mão de obra masculina fazem, muitas vezes, o trabalho da mulher ser o mesmo desempenhado pelo homem, ou seja, cabe também às mulheres a utilização da força física no trabalho. Assim, mesmo que as mulheres desenvolvam as mesmas atividades agrícolas dos homens, os maridos não desempenham as atividades domésticas. Portanto, além do aumento da jornada diária de trabalho da mulher, evidencia-se aqui o esforço e as dificuldades ressaltadas pelas mulheres em relação ao mundo do trabalho agrícola. Nas conversas, as mulheres sempre demonstraram que o trabalho da roça é sofrido e feito com muitas dificuldades como pegar muito peso, a exposição ao sol, a jornada de trabalho extensa, a continuidade do trabalho doméstico e as preocupações com a organização da família e o cuidado dos filhos.

“Amanhã, o dia já amanhece igual hoje”...dizem elas, dessa forma, constatou-se que as mulheres tendem sempre a ter uma maior diversidade e volume de trabalho do que os homens.

Mas sempre quem trabalha mais é eu. Aí eu tenho que tirar tempo pra cuidar dele (do filho) e tempo para ajudar, então...fica muito difícil trabalhar. Qualquer atividade, planta, colhe, carrega caminhão, .não existe diferença de atividade pra mulher e pra homem, não. Num existe isso não. O que o homem faz, a mulher faz também aqui. Aliás, hoje a mulher faz mais. O serviço que eu faço é melhor do que de muitos homens. A mulher trabalha mais. (mulher, entrevista 14).

Hirata (2004) em suas reflexões sobre assimetrias entre trabalho masculino e trabalho feminino sugere que:

Mudar a divisão sexual do trabalho doméstico é, enfim, uma pré-condição para concretizar essa cidadania mundial através de uma efetiva igualdade social e sexual. Enquanto a divisão do trabalho doméstico for assimétrica, a igualdade será uma utopia. Se o papel das políticas públicas em favor da igualdade entre homens e mulheres pode ter consequências positivas, apenas a mudança da correlação de forças no interior da esfera dita "privada" poderá contribuir para uma melhor distribuição do trabalho invisível, do trabalho de compaixão e de dedicação, de altruísmo, de disponibilidade permanente, tornando abordável às mulheres - e não apenas virtualmente aos homens e a um punhado de "mulheres excepcionais" - um espaço próprio, um tempo "para si", e o acesso à criatividade, que é possível apenas a partir de uma afirmação de si enquanto sujeito autônomo. (HIRATA, 2004, p. 20).

Assim, considerando a divisão sexual do trabalho na perspectiva da igualdade e da autonomia é possível afirmar, com base nos relatos analisados, que a divisão sexual do trabalho ainda tem sido concebida no PJ pela designação das mulheres ao trabalho doméstico, na esfera da reprodução e do privado (dentro), cuja base está inserida em um conjunto de relações sociais mais ou menos permanentes, mais ou menos fixas. As mulheres demonstraram que desenvolvem suas atividades produtivas em várias esferas da agricultura familiar, mas essas atividades ainda são consideradas como acessórias e complementares, mesmo sendo geradoras de renda para a família. Assim, conforme Tedeschi (2012), o valor social do trabalho ocorre não necessariamente pela natureza do trabalho em si, mas de acordo com quem o executa, ou seja, a divisão social do trabalho se dá a partir da representação social do ser mulher e do ser homem.

6.4 Trabalho e Renda – Diversificação e Crédito Rural para as Mulheres

Em relação à renda das famílias das mulheres entrevistadas que vivem da agricultura familiar, ressalta-se que alguns aspectos foram considerados substanciais para a análise, tais como: os custos da produção, o envolvimento por sexo na geração e uso da renda familiar, os gastos, bem como toda a movimentação da unidade familiar para o levantamento de receita para o sustento da família e dos encaminhamentos necessários à produção agrícola e, conseqüentemente, à culminância de todo esse processo que reflete-se na qualidade de vida.

A partir das interações e incursão no PJ, verificou-se que a produção das famílias entrevistadas é proveniente predominantemente da plantação de feijão, milho, mandioca e melancia. Evidencia-se também o plantio de arroz e legumes como quiabo e muitos informaram a plantação do limão, caracterizando-o como uma tendência de mercado. Algumas famílias ainda plantam banana, apesar dessa produção no passado ter sido, na maioria dos casos, uma experiência, pode se dizer, “frustrante” para os primeiros produtores do PJ. Inclui-se na produção também a plantação de abóbora, para fornecimento de sementes às empresas. A maioria das mulheres afirmou que criam aves e porcos e algumas têm criação de gado leiteiro para o consumo do leite e para fazer queijo, que é comercializado entre os próprios agricultores, além da costumeira horta. Há ainda casos de plantação de atemoia e

de tangerina. A comercialização ocorre, normalmente, por intermédio de relações próximas, ou seja, em cadeias curtas²⁶.

Plantamos mais é quiabo , agora plantamos também feijão, milho e abóbora. É um projeto que se ele fosse maior o valor, seria melhor pra nós, né. Porque pra fechar os quatro mil e quinhentos, a gente fecha rápido, entendeu? Tipo assim... para o milho verde... o milho verde é dois reais o quilo, no Conab, entendeu? O quilo do milho pra você vender no mercado seria... ah..., no mercado é um real quatro espigas. Sai pela metade do preço e ainda pra você levar lá no mercado. E aí você entrega aqui a dois reais o quilo. E assim por diante. O preço disso aqui mesmo, do quiabo, é ótimo. É ótimo! Também no Conab. Hoje não que o preço dele também não está bom no mercado. A gente está vendendo aqui a dezoito, uma caixinha dessa aqui a dezoito reais. Só que tem época que vende a caixinha dele aqui por cinco reais. Então a gente não faz nada, porque dá muito trabalho, né. Essa é a primeira colheita de quando recebeu, né. Que vai colher agora é feijão, esse quiabo também é da primeira colheita da irrigação nova, né. (mulher, entrevista 18).

Eu estava pretendendo plantar banana, mas não tem recurso, né. Mas a renda para eu falar assim: vivo disso aqui! não dá pra pagar as contas. Não dá. Porque a água e energia são muito caras, né! O investimento é na própria roça, na agricultura porque nem dá direito, né. Nem dá quase pra investir. (mulher, entrevista 1).

Concernente aos gastos com a produção e aos custos de se tocar a unidade agrícola, principalmente, no contexto da produção agrícola com irrigação, deve-se considerar os altos custos de energia e de água, além dos outros custos como adubo, “veneno”, mão de obra e a própria semente. Nesse sentido, é preciso levar em conta todo o conjunto de fatores que são, por vezes, dificultadores para alcançar o lucro esperado para a família continuar no processo produtivo ou até para a sua sobrevivência. Os subsídios agrícolas não contemplam de forma suficiente as necessidades dos agricultores e o papel das cooperativas encontra-se fracamente atuante nas relações de produção e comercialização, portanto são aspectos que merecem maior importância na organização social do PJ. As mulheres enfatizaram a necessidade de uma organização mais sistematizada que auxilie principalmente os pequenos produtores no processo de comercialização e afirmam que falta uma rede de confiança que dê sustentação para os processos de compra e venda.

Existem três mulheres presidentes de associações. Tais associações são determinantes para os encaminhamentos de projetos como os do Programa de

²⁶ A forma de comercialização em cadeias curtas ocorre quando o produto sai direto da produção para o consumo, ou seja, entregando o produto direto ao varejista.

Aquisição de Alimentos (PAA), que foram apontados como facilitadores nos processos de comercialização, que, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, possibilita ao governo federal comprar os produtos provenientes da agricultura familiar. Também foi citada como fator relevante nas relações de comercialização no interior do Projeto a atuação da Central de Associações do Projeto Jaíba – CENTRALJAI que tem o objetivo de realizar atividades inerentes ao beneficiamento de determinados produtos e de proporcionar agilidade na comercialização. No entanto, evidenciou-se que não existem cooperativas para atender as especificidades da produção fruto do trabalho feminino. Dessa forma, os cultivos próprios das mulheres são comercializados, em sua grande maioria, por intermédio de atravessadores, ou em feiras livres em cidades circunvizinhas ou em projetos da CONAB. Portanto, observou-se que, pelo fato das mulheres não serem detentoras de espaços de gestão e de comercialização de sua própria produção, ficam comprometidas as suas possibilidades de gestão dos recursos oriundos das suas atividades e também comprometida a sua autonomia econômica.

Aqui (por causa da irrigação) fica mais caro. Se não gradear a terra ela não produz mesmo, se não adubar bem não produz. Tem que ter despesa, a gente tem que investir. Tem necessidade de tratores, de muito herbicida, muito veneno, muito adubo, não é? A gente compra o adubo é no dólar, mas só que vende a mercadoria da gente é com preço lá embaixo. O mais complicado é porque assim, você não pode plantar uma roça com aquela certeza assim que você vai ter lucro e ela vai sair logo e de que vai ter um retorno. A gente tem que plantar uma coisa que o mercado está pedindo. (marido, entrevista 26).

A renda aqui é voltada para o próprio consumo de casa, né, pra sobrevivência mesmo. A produção é custeada pelo trabalho nosso e eu já peguei o Pronaf B²⁷. Eu conheço o Pronaf B, conheço. Aqui é assim: um ano tem preço, outro ano, já não pega preço nenhum. Já o ano passado mesmo nós não conseguimos preço nenhum para o

²⁷ Pronaf B – “Criado em 1999 no âmbito do Pronaf para combater a pobreza rural, o Microcrédito Rural (também conhecido como Grupo B do Pronaf) é estratégico para os agricultores familiares pobres, pois valoriza o potencial produtivo deste público e permite estruturar e diversificar a unidade produtiva. Pode financiar atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda. São atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural. Elas devem ter renda bruta anual familiar de até R\$ 6 mil, sendo que até 70% da renda podem ser provenientes de outras atividades além daquelas desenvolvidas no estabelecimento rural. A operacionalização do Microcrédito Rural é feita com recursos do Tesouro Nacional e dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Oferece bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até a data de seu vencimento. Além de ser ofertado com taxa de juros de 0,5% ao ano e ter prazo de reembolso de até dois anos para cada financiamento. (MDA, 2010).

feijão, aí no final a gente teve que vender de 50 reais o saco e aí não teve jeito de nem pagar as contas direito. (mulher, entrevista 2).

Outro fator muito citado pelas famílias é a instabilidade referente às condições econômicas, climáticas e de mercado, ou seja, os riscos e as incertezas inerentes à própria atividade agrícola, que geram uma insegurança no agricultor e tem dificultado a própria organização da unidade familiar, o planejamento e às vezes a tomada de decisão em relação ao crédito, conforme é ilustrado na fala abaixo.

A gente não tem nem uma noção assim de renda porque mexe até com muita coisa, bastante coisa, mas aí agora tira para poder gastar com água, adubo, energia, veneno, essas coisas e aí não dá para saber o tanto que sobra não. Ué não pegava crédito não, mas de uns tempos pra cá já pegamos. Pegamos uma vez no... no crediavag, (parece que é) um banco que está tendo aqui agora. É uma cooperativa. Mas a atividade agrícola é custeada mesmo na maioria das vezes é do trabalho, é do esforço, não é de nenhum crédito agrícola, (só esse que nós pegamos uma vez) não, não... é do esforço. (mulher, entrevista 4).

[...]

Quando se questionou sobre os lucros com a produção, foram comuns respostas como as que apontaram não terem ideia do lucro por conta do processo da agricultura familiar. Dizem ser por época porque elas plantam, por exemplo, a mandioca e daí três meses ou mais é que ocorrerá a colheita, informando que no início é somente gasto. Daí, surge necessidade da família agrupar todos os itens que são possibilidades de obtenção de lucros para garantir a sustentação da produção do lote e da sobrevivência da família. Citam-se o trabalho de diarista, os lucros com o doce, com os biscoitos, com os projetos da CONAB, dentre outros, conforme entrevista a seguir:

Mas aí a gente junta tudo e paga aqui, paga ali. Paga as despesas de feira, de água e luz e o que vai ganhando dos biscoitos, da roça vai juntando tudo e vai ajudando. É o dinheiro do meu pai e do meu marido. A gente pega o dinheirinho ali e pega e joga na roça. Compra o material todo, né. Igual, tem os custos de plantio, né. Tem que trabalhar a terra para plantar, tem os custos do veneno... tem o adubo, né... tudo é custo do trabalho mesmo. Se for custear tudo, se for pagar... acaba sendo caro e não compensa, depois o lucro vai embora... se torna pouco, né, por isso tem que trabalhar todo mundo junto. É cem reais a hora de trator. É muito caro para nós, mas tem que contratar. No caso, paga uma hora, os custos são muito altos, demais!! Veneno é muito caro. Ainda mais hoje que tem muita praga, né. Mas tem que usar. Tem gasto demais. Tem adubo. Bom, é tipo

assim: se fosse pagar os outros para trabalhar, não dava conta. (mulher, entrevista 7).

As falas identificam o alto custo em insumos, mas também o esforço e trabalho árduo do conjunto da família.

Quando nós começamos a plantar mesmo aqui no Projeto era no cheque. Era custeado tudo por um cheque. O amigo que era bom de bolso emprestava por noventa dias o cheque para a gente. E a gente trabalhou com cheque por três vezes, mas aí a gente equilibrou mais das pernas e agora não está mais pegando cheque de ninguém não. Agora a gente economiza, né, e cuida por conta própria. O recurso é pra tudo, tudo, tudo, tudo. Tudo tem que sair da roça. (mulher, entrevista 16).

Para economizar com os gastos de água e energia os irrigantes alteram o horário de irrigação. Assim, as mulheres executam a atividade de irrigar no período noturno, como estratégia para conseguir custear a produção. Esse trabalho “extra” se soma às atribuições femininas. Configura-se em “extra” e se desenvolve no período do “não trabalho”, ou seja, a cada 2 horas durante a noite tem-se que trocar a rede. Pode-se comparar essa atividade ao trabalho doméstico, “não tem hora, não tem preço”.

Não, a gente planta é com recurso nosso mesmo. É, por causa disso. Porque você sabe que tem que pagar a água, pagar a energia, pagar isso, e o que a gente ganha, eu e ela, lá na roça não dá pra fazer a feira, e isso e aquilo e quando é pra irrigar, assim, porque nós irrigamos de noite, porque se a gente irrigar de dia, a água e a energia acaba ficando muito caro, e não dá conta de pagar. Aí nos irrigamos de noite. (mulher, entrevista 21).

Para a sobrevivência no mundo rural, a exemplo das famílias do PJ, várias estratégias são utilizadas como complementares para a fonte de renda e, nesse sentido, incluem-se a aposentadoria dos pais, o serviço de diarista em outros lotes, de mototaxista, de motorista, de arrendamento do lote, de doceira, de biscoiteira, e ainda o Programa Bolsa Família.

Meu marido trabalha fora para ajudar. A gente planta feijão, e só daqui a três mês é que vamos ver. E esses três meses, vai comer o que... aí, você tem que trabalhar fora porque se for depender totalmente da roça... e se der algum lucro e se não der...é muito arriscado também e a gente tem que contar com os imprevistos que são próprios da roça, da agricultura... Então, tem que ter uma renda

extra. Uma renda fora por que senão, não dá mesmo! (mulher, entrevista 7).

Quando se fala em agricultura familiar e, melhor dizendo, quando se pensa em custear a produção na agricultura familiar, a primeira preocupação recai nos gastos e, então, a expectativa advém do que se tem como a melhor alternativa para solucionar tal situação que é o PRONAF. Nesse contexto, entende-se o PRONAF verdadeiramente como uma política de crédito para o fortalecimento da agricultura familiar. Cumpre ressaltar que a partir das falas das entrevistadas, constatou-se que ainda é bastante restrito o acesso ao crédito agrícola para a maioria. Existiam uma expectativa e uma perspectiva de que a agricultura familiar no PJ fosse substancialmente atendida pelas políticas de crédito rural e o que se pôde constatar foi, de certa forma, uma resistência ou desânimo por parte dos entrevistados em utilizar o crédito ou tentar a operacionalização do crédito em razão das dificuldades dos trâmites burocráticos. Algumas (poucas) mulheres já tiveram acesso ao Pronaf B, mas todas reclamaram da falta de informações e da agilidade para que se consiga o crédito de forma que atenda aos anseios da família e da agricultura familiar no sentido amplo.

Nesse contexto de discussão sobre a operacionalização de crédito para a agricultura familiar, e especificamente para as mulheres, verificou-se que as mulheres entrevistadas não tinham conhecimento acerca do Pronaf-Mulher e poucas tiveram acesso ao crédito Pronaf B, conforme situação descrita a seguir.

Eu já peguei um crédito, um empréstimo, em 2007 para comprar gado, né. Aí foi quando nós pensamos na siladeira para movimentar, mas aí o laticínio fechou e nos tivemos que vender as vacas. Eu vendi as vacas e comprei o outro lote no vizinho ali. E plantei mais limão ali. Eu peguei o investimento no banco, né, que foi dez mil. Eu vendi as vacas e eu estou pagando a conta no banco com o dinheiro do marido que é duas vezes por ano, né, quer dizer que é de seis em seis meses. Então eu não tive dificuldade para acessar o Pronaf B. Eu investi pra comprar o gado e depois vendi e comprei o lote. Teve retorno porque desses dez mil que eu peguei eu vendi o gado que deu quase vinte mil, né. Dos dez mil eu peguei pra comprar as vacas. Eu comprei as vacas que deu os bezerras e tudo e eu já vendi que deu quinze mil e pouco, né, uns dezoito, né. Aí eu comprei esse lote aqui que eu estou falando, do vizinho que foi vinte e cinco mil. Hoje se eu for vender esse lote, se eu pedir sessenta mil eu fico sem ele, entendeu. E olha que eu já plantei duas hectares de limão nele. (mulher, entrevista 1).

Outras experiências não foram bem sucedidas:

Eu peguei o Pronaf B uma vez para comprar porco e os porcos adoeceram e com o dinheiro eu comprei remédio, gastei, comprei uns cinco sacos de milho porque na época não tinha o milho, né. Aí comprei o porco por conta do empréstimo, mas só escapou um leitão que eu vendi de vinte reais, os outros morreram todos. Não dá porque o que a gente arrecada acaba que não dá para pagar as despesas, não. Não dava não. Esse dinheiro é pra poder cobrir porque não pode deixar cortar a água e energia... mas da roça não, não dá não. (mulher, entrevista 13).

Em relação ao Pronaf-Mulher, Osório Hernandez (2009) analisa que o fato das mulheres terem conseguido um crédito especial é uma conquista significativa dos movimentos de mulheres. Entretanto, como o papel feminino se circunscreve no âmbito da família e é desse modo que é a percepção dos agentes mediadores das ações relativas às questões do Pronaf-Mulher, nessa perspectiva a participação das mulheres no processo de efetivação do crédito ocorre de forma mais complicada. Assim, evidencia-se que o programa ainda não foi suficiente para estabelecer e fortalecer os mecanismos necessários ao desenvolvimento de empreendimentos centrados em interesses reais das mulheres, mesmo sabendo do significado expressivo do referido programa tanto para as mulheres quanto para os agentes nele envolvidos.

Para a autora tem sido contraditória a forma de operacionalização do crédito Pronaf-Mulher, segundo a demanda dos movimentos de mulheres. A questão tratada por Osório Hernandez (2009) é justamente referente à falta de um processo prévio de sensibilização acerca das questões de gênero, que perpassasse pelos principais atores vinculados ao crédito uma vez que a justificativa é de que, mesmo que exista no discurso dos vários agentes um reconhecimento das habilidades e capacidades da mulher e da importância do seu papel na sociedade, ainda assim nas diferentes ações reproduzem-se as desigualdades.

Em se tratando de aspectos como envolvimento na geração e uso da renda familiar por sexo é bastante perceptível nas entrevistas todo o expressivo valor que o trabalho de cada membro da família tem que gerar, uma vez que na irrigação, por exemplo, os custos de energia e água são altos, contando ainda com todos os gastos de uma família. Por tal motivo a expressão que tanto se ouviu dos entrevistados é que “na irrigação não se pode brincar, tem que ter lucro. O lote tem

que pagar os seus gastos, se não, não dá". Por isso todos os membros da família normalmente trabalham no seu lote e atuam como diaristas em outros lotes e ainda com outras atividades em empresas no PJ. Tal situação garante o financiamento dos custos com a produção e traz uma "certa estabilidade" para a unidade familiar.

O contexto mencionado tende a corroborar com a argumentação de Wanderley (2009) ao afirmar que o estabelecimento agrícola é um lugar de trabalho da família e que pela sua própria natureza, a unidade de produção camponesa corresponde ao resultado do trabalho dos membros da família proprietária. A autora acrescenta que o campesinato tem seguido com uma longa tradição que é a de trabalhar alugado para terceiros e de empregar, ele mesmo, trabalhadores alugados em seu estabelecimento familiar, situação que intriga muitos estudiosos que consideram tal fato como resultado de processos sociais de decomposição do campesinato. Considerando a precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo, por sua vez, torna-se, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural, ou seja, a renda obtida é indispensável para a reprodução, não somente para a família, mas para todo o estabelecimento familiar. (Wanderley, 2009, p. 177, 178).

Assim, nas palavras de Wanderley (2009), tem-se a identificação das vivências das famílias agricultoras do PJ e, em particular, das mulheres participantes deste estudo:

Tendo que se adaptar às exigências da agricultura moderna, esta forma de agricultura guarda ainda muito dos seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que "enfrentar" os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças. (WANDERLEY, 2009, p. 180).

Nesse sentido, partindo da realidade das mulheres entrevistadas, essas sempre referiram "*ter que contar com suas próprias forças*", tanto ao modo de viver e ser das mulheres, como também com o modo de produzir das famílias provenientes da agricultura familiar. Isso diz respeito tanto às dificuldades com a operacionalização e acesso ao crédito, quanto com todos os fatores dificultadores do mundo rural.

Portanto, falar de envolvimento na geração e uso da renda familiar por sexo tem a ver com receita, com a comercialização e, conseqüentemente, com qualidade de vida das famílias. De acordo com a visão de um agente da EMATER-

MG, as mulheres se posicionam e têm um pouco mais de percepção das oportunidades que o mercado oferece. O homem, por sua vez, por entender que aquele mercado seja talvez uma coisa pouco expressiva, a curto prazo, e o recebimento é mais a longo prazo, ele não dá muita atenção. A mulher tem uma sensibilidade maior para a concepção de alguns projetos que são tidos como menores ou mais simples e que têm garantido pelas próprias mãos e credibilidade das mulheres um retorno considerável para a família em termos de geração de renda.

Aos poucos eles foram percebendo que acaba dando uma certa sustentabilidade, ou seja, o projeto Conab, que é hoje quatro mil e quinhentos por família. Quando o produtor vende para esse mercado institucional ele consegue ali pelo menos a sustentabilidade das contas básicas do lote, a água, a luz, assessorar, ajudar na feira ali da casa, então isso basicamente, a gente percebe que a mulher ela tem mais as sensibilidade. A gente vê a expressão já, de um certo número de mulheres que já faz sentido dela, na construção da renda. (agente, EM - entrevista 23).

Entre os elementos presentes no relato das mulheres, merecem destaque as questões relacionadas à comercialização, ou seja, o acesso e a oportunidade de mercado que tem sido um fator dificultador.

Se for custear tudo, acaba sendo caro e não compensa e depois o lucro vai embora; se torna pouco, né, por isso tem que trabalhar todo mundo junto. Nós mesmos é que fazemos a venda porque a gente vai para a feira. (mulher, entrevista, 7).

Eu mesma trabalhava para os outros, direto aqui para pagar as despesas. Toda vida trabalhei para os outros para pagar água e energia. (mulher, entrevista 13).

Eu ganho 500 reais pra trabalhar de segunda a sexta e tem vez até o sábado. Igual colheita de pepino mesmo é de segunda a segunda. Se trabalhar o mês todinho, recebe essa quantia. Por dia, tem lugar que eles pagam 22 e tem lugar que é 25 reais. Aí quando é carga assim muito pesada, enxada, eles dão por tarefa e a pessoa ganha..30 reais, paga 30 ou 32. (mulher, entrevista 14).

Conforme Tedeschi (2012), três pontos fundamentais têm caracterizado o modo de vida camponês, a saber: o acesso à terra, que constitui o principal instrumento da produção; as relações com o espaço público, que é o mercado; e o caráter familiar em que toda a mão de obra necessária é familiar e absorvida na

produção. Assim, os modos de vida e de trabalho das mulheres entrevistadas ainda evidenciam esses três aspectos, enfatizando o caráter familiar para a execução das atividades na unidade agrícola como forma de otimização para geração de renda para a família, uma vez que a mão de obra utilizada é constituída pelo marido, pela mulher e pelos filhos, raramente ocorrem contratos de serviço.

O que garante o sustento da família é a venda da atemóia, por enquanto. Agora que nem os dois filhos também, a gente é tudo junto aqui. Já com a tangerina, ele já está tirando o que ele colocou, então no ano que vem já deve começar sobrar um pouco. (mulher, entrevista 19).

Sempre eu te falo mesmo, o doce sempre garantiu lucro, o nosso sustento. Sempre vendia o doce, trazia o arroz, trazia o óleo, trazia açúcar pra fazer outro doce, voltava lá, tornava vender. Vendia doce terça e sexta, quando minha menina estava aqui, ela vendia doce nesses eventos, nessas feiras. Nós fazíamos muito doce. É eles vendiam em Itacarambi, vendia né, em Matias Cardoso, Janaúba, Jaíba. Ela foi até para Montes Claros e Januária. Ela pegava essas feiras todas aí com doce, muito doce e vendia mesmo. Chegava a gente já pagava as frutas, pagava o açúcar e já vinha trazendo essas coisinhas aí pra gente comer. Então sempre ajudou muito. (marido, entrevista 26).

Conforme explicitado, o que significa qualidade de vida para as entrevistadas é ter a garantia de comercialização, ou seja, de que os produtos sejam vendidos e que a família tenha renda, beneficie-se de alguma forma. Nesse sentido a Conab entra como um fator responsável por proporcionar qualidade de vida uma vez que traz para as mulheres a garantia de lucro certo, de ter já de forma bem definida quem receberá o produto e mesmo que “demore para receber”, de acordo com as falas, “o dinheiro é certo”. Ressalta-se que o fornecimento de produtos para a Conab é sempre feito por intermédio da atuação feminina, ou seja, tanto na fala dos maridos quanto na fala das entrevistadas, a Conab aparece como um elemento relacionado ao trabalho da mulher. Elas dizem:

Ah, melhorou demais a renda da gente porque é como se fosse uma poupança pra gente porque a gente entrega os produtos e a gente sabe que eles pagam melhor que os atravessadores, e a gente não recebe ali na hora, não é na hora que paga, mas a gente sabe, né que é tipo uma garantia que a gente tem. (mulher, entrevista 5).

Hora que o dinheiro chega é um alívio. A CONAB de quando começou já ajudou demais porque a gente vende mais é assim uma

verdura... Uma coisa que a gente mesmo cuida, entendeu. Aí ajuda demais. (mulher, entrevista 5).

A qualidade de vida, a possibilidade de elaborar projeto para a família, também está relacionada com as condições de trabalho como obter a “rede fixa” que favorece um processo mais tranquilo de irrigação, principalmente para o trabalho das mulheres, sem que essas precisem se deslocar de um ponto para outro para fazer a irrigação. Também foram citados, expressivamente, como garantia de qualidade de vida, a tranquilidade da vida da roça e a forma de criação dos filhos, no sentido de estarem todos juntos. A obtenção da água para a irrigação que proporciona a produção foi um item muito lembrado como garantias da qualidade de vida, apesar das críticas aos custos com energia e água.

Mas... a vida daqui é mais tranquila. A vida de São Paulo é muito agitada. Eu vim de São Paulo e já acostumei porque tem o lado bom, que é ter o lote, ter a água e a família reunida. E fora a tranquilidade da roça. Entre a correria de São Paulo e a tranquilidade daqui eu prefiro aqui. Você come o que você produz. Você sabe o que você está comendo. A qualidade do produto é bem melhor. Lá a gente comia o produto e nem sabe nem de onde vem e nem o que coloca nesse produto e aqui não. E aqui é bem mais sossegado que na cidade, é bem melhor (risos...) E a Conab ajuda muito. É um dinheiro certo que a gente pode contar. É diferente de plantar e não saber se vai vingar, se vai colher e depois se vai conseguir comprador bom, se vai ter lucro. (mulher, entrevista 7).

Essa irrigação foi ótima viu. Nós gostamos muito. Ajudou principalmente as mulheres que ficavam trocando as redes. Fiquei até de noite pra dar conta. Uma alegria!!! Mas aqui é bom. (mulher, entrevista 18).

Cabe ressaltar que o aspecto qualidade de vida na agricultura familiar está sendo construído com legitimidade observada nas falas e nas perspectivas de estudiosos como Wanderley (2009). Assim, diz a autora:

A sociedade brasileira parece ter hoje um olhar novo sobre o meio rural. Visto sempre como a fonte de problemas – desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais, etc. – surgem, aqui e ali, indícios de que o meio rural é percebido igualmente como portador de “soluções”. Esta percepção positiva crescente, real ou imaginária, encontra no meio rural alternativas para o problema do emprego (reivindicação pela terra, inclusive dos que dela haviam sido expulsos), para a melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos e intensos com a natureza, de forma intermitente (turismo rural) ou permanente (residência rural) e através do aprofundamento de

relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo. (WANDERLEY, 2009, p. 289).

Dessa forma, tal autora ressalta a importância do debate em torno da ruralidade, do desenvolvimento rural e do desenvolvimento local no Brasil moderno na comunidade acadêmica, entre militantes de movimentos e organizações sociais e entre responsáveis pelas políticas públicas voltadas para a agricultura e o meio rural.

Nesse sentido de oportunidades “renovadas” e, por vezes, ancoradas em políticas públicas, em relação ao trabalho e renda das mulheres no PJ no contexto relativo a custos, envolvimento na geração e uso da renda familiar (por sexo), gastos, produção, qualidade de vida, receita e comercialização, evidencia-se a ocorrência da diversificação na produção. Entre os fatores norteadores de tal diversificação cita-se primeiro a necessidade de liberação da mão de obra, principalmente masculina, para a realização de atividades em outros lotes e em empresas que se instalaram no Projeto. Em segundo lugar, pela experiência frustrante da maioria dos primeiros agricultores no cultivo da banana e, depois, pela falta de aporte financeiro e indisponibilidade de crédito. Dessa forma, nas condições de vida e de trabalho das mulheres, percebe-se como estratégia de sustento, ou seja, para a geração de renda, a busca de alternativas que dão garantia de continuidade das atividades produtivas da unidade agrícola e sobrevivência das famílias. Essas são expressas na criação principalmente de pequenos animais, na produção de plantios tradicionais conjuntamente com a fruticultura, pelo arrendamento do lote e pela disponibilização da mão de obra como diarista. Sendo assim, a análise possibilita a compreensão das dinâmicas de trabalho das mulheres e as relações de gênero na agricultura familiar no PJ. É notória a existência de uma transição de concepções no sentido de resignificação das relações de gênero que convive com paradoxos. Assim, se por um lado ainda que avanços tenham ocorrido, por outro, as representações no espaço rural ainda permanecem centradas na divisão sexual do trabalho tradicional, nas relações de gênero que perpetuam desigualdades de poder e nas condições de trabalho impossibilitam a autonomia e liberdade femininas. Portanto, vencer as relações assimétricas entre trabalho feminino e trabalho masculino é uma condição para a conquista da cidadanização das mulheres do PJ.

7 INCLUSÃO E EXCLUSÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL NO FEMININO

Neste capítulo, serão considerados alguns aspectos teóricos relativos ao empoderamento e ao desenvolvimento rural, na perspectiva de gênero, como suporte à análise dos fatores inclusão/exclusão, vinculados ao gênero no Jaíba. Essa perspectiva constitui-se em um olhar amplo sobre situações de vida e trabalho das mulheres nesse contexto, contemplando as questões referentes ao processo decisório, a unidade familiar e as relações comunitárias no âmbito do Projeto. Todos os itens abordados estão diretamente relacionados com as possibilidades de empoderamento das mulheres como estratégia de desenvolvimento.

Cabe salientar que o termo empoderamento das mulheres está sendo considerado na perspectiva de Sen (2000) que trata da condição de agente das mulheres na ideia de expansão das oportunidades para o exercício das liberdades e o aumento das oportunidades para o exercício das liberdades, implicando o aumento da qualidade de vida do indivíduo. Para o referido autor, o desenvolvimento é visto como um processo de expansão das liberdades em que as pessoas possam dele usufruir. Dessa forma, a expansão da liberdade é considerada *o fim primordial e o principal meio* do desenvolvimento, tidos respectivamente como o “*papel constitutivo*” e o “*papel instrumental*” da liberdade no desenvolvimento (SEN, 2000, p. 55).

Os principais constituintes da Abordagem das Capacitações, para o autor, são os funcionamentos e as capacitações, compreendendo funcionamentos como as várias coisas que a pessoa pode ser e fazer, desde as coisas elementares, uma boa alimentação, estar saudável, e até as situações como poder participar da sociedade civil.

Ainda, para esse autor, os aspectos relativos à condição de agente das mulheres estão começando a receber alguma atenção, em contraste com a exclusiva atenção que se dava anteriormente somente nos aspectos do bem-estar.

A concentração era mais sobre o bem-estar da mulher – um corretivo muitíssimo necessário. Mas os objetivos, partindo desse enfoque “Welfarista”, aos poucos evoluíram e se ampliaram para incorporar – e enfatizar – o papel ativo da condição de agente das mulheres. Já não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar, as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança:

promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens. (SEN, 2000, p. 220-221).

Em relação à condição de agente e bem-estar, ressalta-se que o papel da condição de agente tem de concentrar-se significativamente também no bem-estar feminino. E, por outro lado, aumentar o bem-estar feminino também não pode deixar de recorrer à condição de agente das próprias mulheres, para ocasionar mudança. (SEN, 2000, p. 221).

Segundo Sen (2000), existe uma necessidade urgente e básica, neste momento, de adotar uma abordagem voltada para a condição de agente na pauta feminina. E o argumento para que haja tal enfoque talvez possa ser o papel que essa condição de agente das mulheres pode ter na remoção das iniquidades que acabam por restringir o bem-estar feminino.

Trabalhos empíricos recentes evidenciaram o modo como o respeito e a consideração pelo bem-estar das mulheres são acentuadamente influenciados por variáveis como o potencial das mulheres para auferir uma renda independente, encontrar emprego fora de casa, ter direitos de propriedade, serem alfabetizadas e participarem como pessoas instruídas nas decisões dentro e fora da família. Nos países em desenvolvimento, mesmo a desvantagem feminina no quesito da sobrevivência em comparação com os homens parece diminuir drasticamente – podendo até mesmo ser eliminada – quando há progresso da condição de agente nesses aspectos. (SEN, 2000, p.222-223).

É importante ressaltar que todos os aspectos da situação feminina têm em comum a sua contribuição positiva capaz de fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres, seguramente pela independência e pelo ganho do poder, uma vez que o fato de trabalhar fora de casa e possuir uma renda independente produz um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher, tanto na sociedade quanto em casa. Assim, a contribuição da mulher para a prosperidade da família é mais visível e conseqüentemente ela ganha mais autonomia. Além disso, existe o efeito educativo do trabalho fora de casa, fato que aumenta a sua condição de agente e a mulher torna-se mais qualificada e informada. Outro fator a ser considerado é a propriedade de bens que também pode tornar a mulher mais poderosa nas suas decisões na família. (SEN, 2000, p. 223).

Para Sen (2000), existe uma influencia direta e um alcance relevante sobre o bem-estar feminino do enfoque sobre o papel da condição de agente das

mulheres. O alcance e poder da condição de agente da mulher podem ser identificados em duas áreas: melhora da sobrevivência das crianças e a contribuição para a redução das taxas de fecundidade. Muito além da busca do bem-estar das mulheres, tais aspectos têm um expressivo interesse para o desenvolvimento em geral. Dessa forma, o autor enfatiza:

O grande alcance da condição de agente das mulheres é umas das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento e requer correção urgente. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres, Esse é, de fato, um aspecto crucial do “desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2000, p. 235).

Esses elementos trazidos por Sen serão balizadores das discussões que se apresentam na sequência. Portanto, serão analisados os aspectos responsivos tanto pelo aumento das oportunidades das mulheres quanto pela dificuldade de adquirirem os papéis *constitutivos e instrumentais* capazes de gerar a sua “*condição de agente*”.

Analisam-se, nesta perspectiva, alguns elementos que estão presentes ou “deveriam estar” na vida e no trabalho das mulheres da agricultura familiar e que implicam situação favorável à inclusão social no PJ, vinculada ao gênero, tais como: participação, condições materiais (bens de consumo), assistência técnica, associativismo, lazer, valorização, acesso ao crédito, acesso à escola, acesso à saúde e segurança. Discutem-se, ainda, aspectos referentes à existência de fatores vinculados ao gênero que podem provocar a exclusão social no Projeto, como: falta de participação, poucas condições materiais (bens de consumo), falta de assistência técnica, ausência de associativismo, falta de lazer, não valorização (do trabalho) da mulher, falta de acesso ao crédito, analfabetismo, falta de acesso à saúde, ausência de interação e mediação.

7.1 Fatores de Inclusão Social e de Gênero no PJ – É Possível Pensar em Pedagogia de Empoderamento?

Em se tratando de elementos de inclusão, analisam-se os fatores que propulsionam inclusão social das mulheres no âmbito do PJ. Para tanto, tem-se a concepção de Deere e Leon (2002) sobre o empoderamento como ponto referencial

para essa análise, tomando-o como um processo que requer uma transformação no acesso da mulher no que se refere tanto aos bens quanto ao poder, sendo capaz de transformar relações de gênero, como uma pré-condição para se obter igualdade entre homens e mulheres. (DEERE; LEON, 2002, p.52).

Evidencia-se a compreensão que se tem de inclusão como centrada na liberdade, no bem-estar e na equidade, portanto, “empoderamento” como estratégia de desenvolvimento. Nesse sentido, desenvolvimento refere-se a uma expansão de liberdade e ter mais liberdade é melhorar o potencial das pessoas. Assim, para o processo de desenvolvimento são considerados cinco tipos de *liberdades instrumentais*, a saber: *as liberdades políticas* que estão relacionadas aos direitos civis, à liberdade de expressão e às possibilidades de escolhas; *as facilidades econômicas*, que remetem aos intitamentos econômicos, às oportunidades que os indivíduos têm para o uso dos recursos para o consumo, produção ou troca; *as oportunidades sociais* que se referem às disposições estabelecidas pela sociedade nas áreas como educação, saúde etc.; *as garantias de transparência* que são relativas às necessidades de se estabelecer confiança uns com os outros, e a *segurança protetora* que diz respeito à necessidade de propiciar uma rede de segurança social. (SEN, 2000, p. 58, 59, 60).

Assim, constatou-se que o acesso ao crédito no PJ ainda é incipiente e quando as mulheres ressaltaram a obtenção deste, foi caracterizado como de extrema relevância para a família e para si próprias. Nessa perspectiva têm-se *as facilidades econômicas*, uma vez que, de acordo com Sen (2000), a disponibilidade de financiamento e o seu acesso são tidos como determinantes sobre os intitamentos, que podem ser assegurados pelos agentes econômicos, conforme pode ser evidenciado nas entrevistas.

O crédito é concedido aos grupos de interesse, conforme suas atividades, dentro do planejamento agropecuário e não agropecuário. Em algumas situações, é concedido também às mulheres, quando estas são cônjuges de proponentes já em atividade com os agentes financeiros. A gente percebe que sempre há vantagens em relação à obtenção do crédito pelas mulheres devido à qualidade do projeto, quanto à previsão de rendas extras familiares e para ajudar o seu companheiro e demais membros da família. A mulher age sempre pensando no bem estar da família. (agente, entrevista 24).

Então, as *facilidades econômicas* relativas às *liberdades substantivas* ainda estão centradas na imagem da atuação da mulher, quando o agente expressa que “*em algumas situações, é concedido também o crédito às mulheres*” e acrescenta-se a presença de elementos simbólicos e das representações dos agentes e da família ao enfatizarem que “*a mulher age sempre pensando no bem-estar da família, ajudar o seu companheiro e demais membros da família*”.

Ademais, pode-se dizer que ainda é inexpressivo o acesso ao crédito agrícola pelas mulheres no Projeto. As poucas entrevistadas, que já conseguiram sua obtenção, demonstraram a importância para a consolidação de muitos fatores que contribuem com a melhoria da qualidade de vida das mulheres e, conseqüentemente, da família e, sobretudo, pela legitimidade do papel de agricultora que a mulher consegue potencializar. É sim uma valorização econômica, mas efetivamente e substancialmente uma “validação” social para o trabalho feminino.

Pra mim foi tudo bom no crédito, não tenho nada que reclamar, não. Todas as vezes que eu fiz, foi bom. Agora mesmo nós estamos tentando outro aí, com fé em Deus vai dar certo. Mas não é Pronaf-Mulher não. (mulher, entrevista 1).

Lá em casa já adquiriu financiamento no Banco do Nordeste. Não, não sei se era Pronaf, era empréstimo lá. Não sei como é que chama, dona. Acho que é empréstimo que fala, mas não é Pronaf, não. Uma vez meu esposo fez o Pronaf, mas coisa pequena que foi para feijão, colheu e pronto. (mulher, entrevista, 10).

A obtenção de crédito especial para as mulheres representa uma importante conquista dos movimentos de mulheres, mas ainda é limitada a participação dessas na efetivação do crédito, uma vez que é no âmbito da família que o papel feminino é visto pelos diversos agentes responsáveis pelo processo no PJ. Nesse sentido, essa condição atual corrobora com o que diz Osório Hernández (2009) que o Pronaf-Mulher ainda não conseguiu estabelecer e fortalecer mecanismos para desenvolver um empreendimento centrado nos reais interesses das próprias mulheres, mesmo que o programa tenha um relevante significado para as mulheres e também para os vários agentes envolvidos com o crédito.

Tem o Banco do Nordeste que trabalha com os produtores e tem a Emater que dá um suporte bom pra nós aqui, nós da associação. A Emater dá o suporte, elabora o projeto e aí cada agricultor entra, dá

a sua documentação individual e faz o seu, mas é pelo vínculo da associação. (mulher- presidente de associação, entrevista 17).

Para os agentes, as mulheres têm potencial desde que acessem o crédito

Então a gente percebe que ela (a mulher) consegue, quando acha um aporte financeiro. Nesse caso, lá houve uma injeção externa de recurso, né. Quando a mulher consegue o recurso ela consegue tecnificar, usar as tecnologias adequadas, consegue absorver as necessidades tecnológicas e melhorar a condução daquele empreendimento. Esse é um exemplo assim, que dá pra se medir, concreto. (agente, EM - entrevista 23).

O impedimento está em “como conseguir” esse acesso, como competir em igualdade com os homens disputando em linhas de crédito gerais, já que aquelas com especificidade de gênero não se instituem de forma pedagógica considerando as limitações dessa ordem.

A situação expressa nessas falas permite afirmar que há que se considerar que as políticas públicas no âmbito rural, capazes de promover a igualdade de gênero, ainda precisam ser consolidadas e fortalecidas. Nesse contexto, necessitam ser desenvolvidas políticas de crédito rural com perspectiva de gênero como mecanismo pedagógico para o empoderamento.

Nesse sentido, lentamente observa-se no âmbito do PJ um movimento identitário de mulher trabalhadora, sujeito político, com participação em espaços públicos. Tal fato vem sendo consolidado principalmente pela participação das mulheres nas associações. Assim, emergem relações de poder condizentes com as oportunidades sociais e dessa forma algumas barreiras vão sendo rompidas, mesmo que ainda muito limitadas.

É, eu vejo assim, que ela (a mulher) é reconhecida pela liderança na região, tanto é que a associação dela é bem ativa. Ela é bem conhecida. Então a participação dela, a gente entende que é uma participação de disponibilidade. Uma predisposição de ajudar, de inteirar. Ela tem a sua associação lá, né. É uma associação de certa forma bem sucedida, então eu vejo como uma participação bastante válida. (agente, D²⁸ - entrevista 30).

Eu era uma pessoa muito tímida. Não conversava quase e se chegasse uma pessoa igual você chegou aqui e eu visse que era uma pessoa de fora eu começava a tremer e não dava conta de falar

²⁸ Agente de mediação - Técnico do DIJ- (agente, DI)

era nada! Hoje não... O pessoal falou: ah, você tem que ser a presidente da associação... você, que vai ser! Aí eu peguei. Peguei. (mulher-presidente, entrevista 18).

Que a mulher está cada dia assumindo um papel mais importante né! Na família na sociedade, às vezes ela se torna até o, ali a cabeça da família né, às vezes o marido vai embora, ou qualquer coisa que ela se torna ali "o cabeça" né, o principal gestor mesmo da família né. (agente, COD²⁹ - entrevista 27).

Essa última fala do agente reflete que é mais "aceitável" mulher tornar-se "cabeça da família" quando o marido "foi embora". Pode-se admitir com isso que na presença do marido isso é mais difícil. Essa situação de subalternidade atesta a permanência das hierarquias calcadas no gênero e na dominação masculina como definidora das oportunidades para uns e outros, homens e mulheres.

Os fatores de inclusão social no PJ como participação, condições materiais, assistência técnica, associativismo, lazer, valorização, acesso ao crédito, acesso à escola, acesso à saúde e segurança pode-se dizer que estão inseridos no bojo da ampliação das possibilidades de escolha. De acordo com Eli da Veiga (2001), o desenvolvimento não se circunscreve apenas no modelo de automóvel ou canais de televisão, mas acima de tudo constitui-se das oportunidades de expansão das potencialidades humanas dependentes de fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade. Nesse caso trata-se de oportunizar a expressão criativa das mulheres no campo do trabalho gerador de renda, capaz de permitir o acesso aos demais bens, necessários ao desenvolvimento de suas plenas capacidades.

Assim, para Eli da Veiga (2001), a concepção de Sen a respeito do desenvolvimento apresenta contraste com visões mais restritas como aquelas baseadas no aumento do PIB, crescimento da renda *per capita*, industrialização, avanço da modernização e tecnológico. Nesse sentido, o autor ressalta que todos os elementos especificados acima são relevantes como meios de expandir as liberdades, mas o que essencialmente determina as liberdades são fatores como saúde, educação e direitos civis. Cumpre ressaltar que essas garantias poderiam ser melhores consolidadas no PJ. Elas existem, mas não conseguem atender as especificidades do meio rural, ainda são precárias em acesso e em acessibilidade. A acessibilidade de serviços, por exemplo, resultado da garantia da oferta em locais

²⁹ Agente de mediação da CODEVASF (agente, COD)

próximos e com facilidade de deslocamentos não se configura na prática. O rural, nesse sentido, permanece como espaço de vazio de serviços.

A assistência técnica foi referida pelas mulheres como um aspecto significativo para a atuação da família e, em especial, das mulheres na unidade produtiva. Nesse caso, obter assistência técnica implica *segurança protetora* e *oportunidades sociais*, pois influenciam nos melhores encaminhamentos da vida dos agricultores e das agricultoras, culminando no favorecimento de possibilidades, como, por exemplo, na implementação de projetos e na organização e melhor planejamento da unidade agrícola.

Cumprir destacar como fator favorável à inclusão social no Projeto a implantação do sistema de irrigação automatizada, que foi muito ressaltado pelas mulheres como um projeto de extremo benefício para os agricultores familiares. De acordo com a EMATER (2011), o objetivo do sistema de irrigação automatizada é estimular o uso racional da energia e da água, em uma iniciativa de parceria entre a EMATER, CEMIG, DIJ e CODEVASF.

As atividades para mulheres (no PJ) estão assim ligadas ai ao beneficiamento de produtos, né. No caso, as pequenas agroindústrias familiares assim têm o apoio da Emater, também com as atividades artesanais, mais especificamente para a mulher que está atuando diretamente com a produção. Esse é o apoio normal que se dá para o agricultor mais ou menos na parte da segurança alimentar que é trabalhada. Olha, assim, a área de bem-estar social, trabalha muito com as mulheres, né. É esse trabalho do dia a dia, da área de bem estar social, trabalha né, com a segurança alimentar, saúde e, assim, dentro, nas associações as mulheres têm uma participação também importante né, mas não sei se seria uma assistência que é específica para as mulheres né, acho que é a família. (agente, EM -entrevista 25).

Ao analisarmos essa fala na perspectiva de Sen (2000) observa-se a centralidade da ideologia do bem estar, partindo de uma perspectiva “welfarista” em particular sustentada na família, na prole, no entanto não considera o papel ativo da condição de agente das mulheres.

Pelo prisma das *liberdades substantivas*, constata-se que, apesar de ainda restritas, ocorrem possibilidades de escolhas das mulheres no PJ, citam-se fatores, como acesso à educação, à participação, valorização e conquistas de alguns direitos, que são descritos pelas entrevistadas.

É, é o direito da mulher e o homem hoje está se conscientizando que ela trabalha, ela precisa também de administrar o que ela está fazendo, não é? (marido, entrevista 20).

A fala do marido acima reflete que as mulheres apenas despontam com identidade de trabalhadora. A casa, o “não trabalho”, é que predominou na (in) definição dessa condição. Esse caminho de reconhecimento ainda está para ser conquistado.

Admite-se que os espaços associativos são aliados para o processo de empoderamento das mulheres, pois permitem gradativamente a sua atuação como ser político, mais atuante no espaço coletivo, fazendo emergir novas relações de poder. Então, pode-se dizer que, de alguma forma, o espaço rural no Jaíba passa por um processo de resignificação, rompendo algumas (poucas) barreiras quando se consideram as potencialidades das mulheres e o seu desempenho relevante na produção agrícola.

Portanto, a análise possibilitou a compreensão da atuação feminina no âmbito do PJ como mulheres que buscam inserção no processo produtivo e no espaço público. Pode-se falar em um despertar para a cidadania com “cara feminina”, que não descarta os clássicos papéis, mas não se sente em conformidade com a desvalorização de sua presença nos diferentes âmbitos, produtivo e reprodutivo. No entanto não se pode falar simplesmente de busca deliberada de poder pelas mulheres. Sua atuação tem muito de busca de bem estar e, nesse sentido, a família se coloca entre as prioridades e não singulariza o papel de trabalhadora, de agricultora. As mulheres têm nos fins coletivos (da família) o centro de suas buscas por recursos que, assim, podem ser socializadas com seu grupo de proximidade. Não se pode falar nos limites da busca pessoal e enquanto sujeito social apenas. A relação de serviço que caracteriza historicamente a posição das mulheres na família relativiza a busca estrita da identidade de trabalhadora como meta existencial em si. E, não raro, o reprodutivo conforma-se (mistura-se) como espaço produtivo “novo” quando a casa se transforma em oficina de artesanato e produtos alimentares, mas sem os recursos e as garantias sociais. A existência do poder de agência das mulheres em alguns aspectos vem despontando como transformações nas relações de gênero. Ainda assim, há de se ressaltar a necessidade de mais investimento pedagógico na perspectiva de gênero nas

estratégias de desenvolvimento rural materializadas em particular nas políticas públicas atuais em implementação.

7.1.2 Fatores de Exclusão Social e de Gênero no PJ

Observa-se que, quando as mulheres entrevistadas são de uma faixa etária mais jovem, o nível de escolaridade tende a aumentar por conta da atual expansão do ensino e pelas próprias possibilidades já conquistadas e que passam necessariamente pelo campo da educação. Nesse sentido, cumpre ressaltar que das 22 (vinte e duas) mulheres entrevistadas 4 (quatro) na faixa etária de 50 a 65 são analfabetas e somente 2 (duas) mulheres possuem o ensino médio completo. O que se evidenciou é que o fato de terem baixa escolaridade ou serem analfabetas por si só limita o processo de participação e a melhor interação na dinâmica da vida produtiva, levando em consideração a inserção com autonomia nos espaços administrativos e financeiros e em oportunidades de melhor atuação em associações, sindicatos e em outros movimentos sociais. Nesse sentido, cabe analisar que, conforme Sen(2000), a educação é uma condição de liberdade. Assim, a ausência de escolaridade é um condicionante no sentido de indicar necessidades para os processos de qualificação e inclusão em projetos de desenvolvimento e acesso ao crédito, por exemplo.

Nesse aspecto, nos relatos das entrevistadas, a educação aparece como um fator de extrema importância atualmente para as famílias como projeto de futuro para os filhos, que nem sempre passa pela expectativa e perspectiva de permanência desses na atividade agrícola.

Eu não estudei nada. Só meu nome, assim mesmo só depois de mais velha que eu aprendi a riscar o meu nome. Nunca fui à escola. Naquele tempo nós sempre moramos na roça, né. (mulher, entrevista 6).

Às vezes trabalha na roça mesmo por necessidade, por sobrevivência, por falta de escola. Não pude ter uma escolaridade melhor. (mulher, entrevista 17).

Igual, eu não estudei e eu quero que eles (os meus filhos) estudem. Eu vou fazer de tudo para eles estudarem pra não ficarem sem estudo e depois vir sofrer igual a gente sofre na roça, né. Porque estudo é uma coisa que ninguém toma de ninguém, né. Então a gente tem de fazer. Eu não consegui, mas eu quero que eles tenham

o estudo. Eu vou fazer de tudo pra eles estudarem. (mulher, entrevista 4).

Na opinião do agente de mediação, em se tratando de situações de mediação e de interação, existem ainda algumas “burocracias” que são entraves às políticas de acesso ao crédito, voltadas para as mulheres. Identificam-se algumas limitações relacionadas não somente pelo fato de serem aplicadas às mulheres, mas pelo próprio ambiente de descrédito ocorrido com investimentos anteriores no contexto do Jaíba. Devido a inúmeras dificuldades, a grande maioria dos produtores não consegue arcar com os pagamentos referentes aos créditos agrícolas.

Quase que em unanimidade, o investimento inicial, os recursos foram parados inicialmente, e eles não retornaram. Os agricultores quebraram e tiveram muita dificuldade, até de reestruturação, de resgate, de sobrevivência no Jaíba. Passou uma fase bastante delicada, que veio em torno de 2005 a começar o resgate do Jaiba no aumento do crédito, para que houvesse investimento novamente. (agente, EM - entrevista 23).

No que diz respeito ao envolvimento das mulheres nas questões relativas ao acesso ao crédito, na percepção do agente, as dificuldades encontradas não diferem dos entraves enfrentados geralmente pelos homens ou para a família obter o crédito. “Tudo se dá pela questão de o nome estar limpo para admitir o recurso”. No entanto, esse “nome limpo” quase sempre deve ser o do marido. E se ele tem nome limpo, - ele chega na frente!

Basicamente é por esse caso aí em relação à incipiência do acesso ao crédito: a inadimplência do marido. Pelo fato de os negócios, na verdade, em proporção do que está sendo admitido para a família, ainda é maior para o homem do que para a mulher, porque quando, digamos assim, o nome da pessoa está ok, para acessar crédito, o primeiro que chega na frente é o homem, e contempla uma certa faixa de recurso que já, pelo tamanho da atividade que ele desenvolve, é o limite de mais adesão de crédito pra aquela atividade. Assim, a capacidade de pagamento na percepção do banco, já oferece risco pra o retorno, então ele não investe mais aporte naquela família enquanto ele não tiver retorno daquele investimento que foi feito anteriormente, e isso, com os prazos do Pronaf são bastante longos, pode ter de um a três anos de carência, e até dez anos pra pagar, demanda um certo tempo para que aconteça aporte de novos recursos naquela família, naquela atividade, pela capacidade operacional dela. (agente, EM - entrevista 23).

Assim, as mulheres estão em desvantagem, sofrem as limitações de “serem mulheres”, portanto, de gênero, e dependem da situação dos maridos. Não se concedem dois créditos para a mesma família e a prioridade, “os que chegam na frente”, são os homens.

Na mesma perspectiva, o agente ressalta que, no geral, considera-se insignificante a capacidade de recurso disponibilizado nas linhas de crédito do Pronaf para o Jaíba: “*ou seja, não podemos dizer que o crédito foi o suficiente para os avanços que o Jaíba teve após o processo de inadimplência*”.

Assim, os agentes de mediação ressaltam a importância de se repensar a operacionalização da política de crédito rural – Pronaf, pois na prática a lógica da operacionalização inviabiliza o cumprimento dos objetivos e da função social do Programa, que é o atendimento à agricultura familiar, ou seja, o fortalecimento, uma vez que se verifica que normalmente este recurso não chega para a maioria das famílias da agricultura familiar no PJ, ou quando chega é de forma insuficiente. E, no caso especialmente do Pronaf-Mulher, esse nem foi acessado pelas mulheres do Projeto. Mas não basta ser política, tem que ser política de gênero. Nesse sentido, não pode assentar-se em bases lógicas tradicionais (masculinas) e simplesmente no bem-estar da família.

O recurso, nós não podemos considerar que o recurso bancário agregou muito avanço aqui. Ainda não. Houve investimento inicial, muito aporte de recurso foram colocados, foi investido no Jaíba, mas a inadimplência foi muito grande, né. Talvez esse crédito tenha trazido mais malefícios do que benefício, porque impediu que depois que esse público já tivesse adaptado ao ambiente, conseguisse acessar mais crédito, ou seja, obter mais crédito externo para tocar a atividade. (agente, EM - entrevista 23).

Dessa forma, destaca-se que o fator inadimplência inviabiliza novos acessos ao crédito, tanto para homens quanto para mulheres, ou seja, a mesma situação vale para o acesso ao Pronaf-Mulher.

Não obstante, e referenciando Wanderley (2009), sabe-se que a história do campesinato no Brasil é marcada por lutas que perpassam pela busca de um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e ainda pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família, ou seja, é a procura para que se alcance um espaço próprio na economia e na sociedade. Por esse

aspecto, o campesinato brasileiro é marcado pela instabilidade das situações vividas que pode ameaçar a autonomia. (WANDERLEY, 2009, p. 168,169). Tal concepção de mundo rural como um espaço de vida com as suas dificuldades, fica evidenciada nos relatos de homens e mulheres moradores no PJ.

Porque a gente não tem logística, não consegue unir o povo para fechar caminhão, para entregar direto no mercado, por isso tem que ter atravessador que faz toda essa logística. Nós ganhamos caixa, a caixa pronta, o cara vem buscar, traz o dinheiro e a gente fica acomodado, ganha menos, mas o transtorno é menor. Pela facilidade, porque aqui é muito difícil unir o povo, apesar de ter a Jaíba, que esta começando né. Mas tipo assim, a gente não, uma andorinha sozinha né, então um produtor não adianta porque não fecha uma carga, e daí você vai chamar quem se as pessoas não têm qualidade nos produtos e aí não dá. Faltam qualidade e espírito de cooperativismo, não tem aqui. Nem associativismo. Nós precisamos de estrada boa para escoar a produção. Precisamos do lote limpo. Aqui, invadiram lá no final, nossa! O Distrito não arruma a estrada e eles vão descendo no nosso lote. A estrada está dentro do nosso lote. Eu queria cercar, não podemos porque o Distrito não faz estrada. E daí aqui, é, tipo assim, agora o Incra tem um dinheiro para nós agricultores. Cada um de nós assentado, cada lote desses, é o dinheiro que esta ali no banco. Pra cada lote desses aqui, vinte mil reais pra cada um, só que não tem dez por cento que vai conseguir pegar. É tudo difícil. (mulher, entrevista 19).

A questão abordada na entrevista se relaciona à instabilidade vivida no espaço de produção que se insere em um cenário mais amplo. Nesse sentido, Kageyama (1986) salienta que:

[...] a raiz da pobreza rural no Brasil não está apenas na “falta de trabalho” ou no subemprego, mas para uma grande parcela, há um tipo mais “perverso” de pobreza: aquele em que se depende um longo esforço produtivo – muitas vezes acima dos limites considerados normais – que não é compensado por maior remuneração. (KAGEYAMA, 1986, p. 57).

É justamente pelo prisma da discussão do excesso do trabalho e da insuficiência de renda, corroborando com a autora mencionada, que passa a reflexão das mulheres entrevistadas quando essas apresentam a sua labuta frente aos obstáculos para a consolidação de um trabalho na agricultura familiar, que já traz em seu cerne as suas dificuldades, e ainda pela problemática da sua própria atuação considerando as especificidades de gênero.

A maioria dos agricultores também tem acesso ao crédito, apesar dos entraves porque o governo lança um programa, mas não fala das contrapartidas que precisa. Quando você chega ao banco você esbarra nessas contrapartidas que nem sempre estão ao nosso alcance, né, como por exemplo, as garantias legais, os avalistas, que são necessários em relação a recursos e às vezes até baixos, e que o banco faz uma exigência muito grande em relação a isso. Garantias reais. (marido, filho, entrevista 28).

[...]

Eu acho que se facilitasse mais as vezes a gente tentava fazer, mas as vezes a gente não tem tempo pra ir atrás da papelada para esse tanto de documento. Eu penso assim que se facilitasse mais pra gente fazer pra desenvolver aqui no lote e poder plantar e investir. (mulher, entrevista 4).

[...]

Porque eu quase que perdia a mandioca mesmo. Todo ano perdia, todo ano. Agora mesmo tem um bocado lá na terra que nós plantamos e não vendemos. Não acho comprador e aí perdeu muito. Pra mim não foi importante o empréstimo, não porque foi o de mil reais para comprar porco. Eu comprei o porco, comprei o milho e no fim o porco morreu tudo. Eu comprei os remédios, eu chamei para vir ver e eles não vieram, não veio o povo da Emater, não veio ninguém e aí eu perdi. Nós não podemos nem falar que aqui não tem essas coisas que ajudam os agricultores. Nessa parte aqui não tem. Não tem ajuda, para nós, não. (mulher, entrevista 13).

A partir das falas, pode-se considerar que a falta de informação e a “burocracia”, ou seja, a “papelada” e o esforço para se colocar em condição de disputa do crédito, constituem-se entraves para o agricultor acessar ao crédito e principalmente para as mulheres. Não ter a garantia de financiamento para a produção é fator de exclusão porque culmina na falta de melhores condições de comercialização, na falta de autonomia e, conseqüentemente, a produção recai na mão do atravessador que, muitas vezes, desmerece o produto com preço que não é suficiente para cobrir os custos das despesas da família com a produção no seu lote.

Pode melhorar isso aí em relação ao crédito, (tem que ter) menos burocracia porque tem muita gente que tem a terra e tem vontade de trabalhar, tem coragem de trabalhar, só que é muito difícil ainda para pegar o dinheiro. Falta de informação. Eles fazem os projetos e tudo, mas os bancos ainda são muito difíceis, muito difícil por parte do banco. Aí a associação que nós íamos entregar o leite teve um problema lá. Falta muita informação pra gente e quando a gente tem informação é assim pela metade e a gente vai procurar e aí chega lá é uma burocracia danada, muita burocracia. Então, tudo que você produz hoje você tem que vender para os atravessadores. E você

sabe, você sabe talvez que o preço está alto e coisa, mas eles oferecem só aquele ali e aí você tem que vender porque você tem que pagar água, energia...Muito mais , muito mesmo porque o Pronaf- Mulher a gente nem conhece. Nós não... não... eu mesmo nunca tinha ouvido falar desse Pronaf Mulher. Se melhorasse os comércios, os atravessadores... melhorava em tudo. (mulher, entrevista 5)

[...]

Então, não só o Pronaf aqui é complicado o acesso. Bom, para falar assim que Jaíba foi contado a dedo quem pegou e conseguiu o Pronaf, porque aqui ninguém tem crédito. É difícil. E daí agora o banco, eu vou falar de exemplo na Jaíba, tinha dez por cento de inadimplência, então cortou, e as exigências cresceram demais. Tem que dar garantia real pra fazer alguma coisa. O terreno não vale. Não serve porque não tem escritura. Você mora aqui, porém você não tem a escritura do terreno. Então você vai dar o que de garantia real? (mulher, entrevista 19).

Outra questão que se mostrou presente nos relatos como fator de entrave para o acesso ao crédito é a dificuldade na elaboração de um projeto que esteja em consonância com a perspectiva dos agentes de mediação, do agente financeiro do banco e que esteja dentro das possibilidades do produtor e, ainda, de acordo com a viabilidade da unidade familiar de produção. Nesse aspecto, o projeto técnico é um mecanismo de avaliação das condições de pagamento do financiamento, portanto, não significa somente a demonstração da capacidade produtiva da atividade financiada, o que constituem critérios referenciais para as agências bancárias. Osório Hernández (2009) ressalta que:

Mesmo quando havia informação prévia sobre as condições de acesso, ainda prevaleciam dúvidas sobre os procedimentos e a elaboração do projeto, de forma que o crédito geralmente foi assumido como um risco, acompanhado de incertezas e com sentimento de medo de se endividar. (OSÓRIO HERNANDEZ, 2009, p. 127).

Embora o contexto apresentado pela autora tenha sido em uma pesquisa com mulheres do município de Rodeio Bonito, na Região Alto Uruguai, Estado do Rio Grande do Sul, a realidade no PJ é a mesma em se tratando do sentimento das mulheres e das famílias em relação à obtenção do crédito pelo risco da inadimplência, ou seja, do temor das famílias em assumir o crédito. Apesar das mulheres sempre apresentarem em seus relatos estratégias de perspectivas para o

pagamento, tais como a utilização do salário do marido, o recurso adquirido como diarista, bem como a venda de animais como gado, porcos e aves. O risco está sempre presente.

Às vezes a falta de perspectiva e de credibilidade em relação à obtenção do financiamento para a produção é muito grande, o que impede as famílias até de procurarem os caminhos que poderiam viabilizar o acesso ao crédito.

Não, não, nunca usei não. Não sei nem explicar porque nunca fui lá pra fazer. Nem nunca procurei. Não, não vou nem dispor muito não. Em muitas coisas, às vezes, é até melhor a gente ficar quieta, né. (mulher, entrevista 8).

Não, eu tentei tirar o empréstimo uma vez, mas só que nós não conseguimos o Pronaf, não. O rapaz pegou os papéis aí e enrolaram... (mulher, entrevista 9).

Portanto, um fator que tem ocasionado receio nas famílias da unidade agrícola em relação ao crédito é assumir uma dívida e a própria instabilidade quanto a geração de renda da produção para arcar com os pagamentos ao banco.

Não, não foi importante não o financiamento, porque a gente ficou com a dívida nas costas e o que plantou não deu para cobrir. Aí ficou com a dívida nas costas e esse ano é que nós pagamos a dívida. Porque teve um abate, né, e aí a gente conseguiu pagar, aí não foi bom, não. (mulher, entrevista 10).

A despeito das evidências de muitos entraves, a melhoria do acesso ao crédito para as mulheres é percebida como o início de uma importante estratégia para a consolidação da diversificação das unidades produtivas e das economias locais. No entanto, a oferta de uma assistência técnica adequada e a implementação de políticas de acesso ao mercado são fatores determinantes e que faltam para a expansão e alcance da sustentabilidade destas atividades. (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2006).

Em uma análise das dinâmicas sociais de gênero, a partir da concessão do crédito pecuário às mulheres rurais no interior da agricultura familiar da comunidade do Posto Administrativo de Changalane em Maputo – Moçambique, Cândido (2009) evidenciou que a obtenção do crédito despertou a comunidade para novas formas de produção e de novos relacionamentos sociofamiliares, com possibilidades de se estabelecer mais igualitárias relações entre os sexos mais

igualitárias. Contudo, a autora ressalta que as mulheres continuam referenciadas sob o signo do universo doméstico e resignadas às atividades voltadas à reprodução biológica e social da descendência, mesmo considerando a sua efetiva participação em atividades produtivas que são fortalecidas pela manifestação do novo papel social que elas assumem na família e na comunidade. Pode-se, dessa forma, referendar e referenciar a mesma situação no contexto do PJ.

Frente a essa realidade, uma reivindicação das mulheres entrevistadas é em relação à obtenção de um crédito específico efetivo para as mulheres. Nesse sentido, cumpre destacar alguns dos aspectos que possibilitam o entendimento da lógica de efetivação do crédito e ainda permitem a identificação de alguns limites e possibilidades de empoderamento para as mulheres, tais como: o significado do crédito como um processo reivindicativo, a percepção construída pelos diversos agentes para a legitimação do direito das mulheres na obtenção do crédito e, ainda, as possibilidades de participação social das mulheres, (OSÓRIO HERNANDEZ, 2009).

Dessa forma, fica evidenciado que as mulheres do PJ, uma vez que não tiveram acesso ao Pronaf-Mulher e nem informações e conhecimento a respeito da sua operacionalização, não usufruem dos aspectos mencionados pela autora acima.

No caso assim, eu acho que no caso do crédito poderia sair pelo lado da mulher, porque tem muito projeto saindo mais é mais para o lado do homem, né. (mulher, entrevista 12).

Assim, a falta de conhecimento acerca do Pronaf-Mulher é um entrave para acesso ao crédito, conforme se vê nos relatos abaixo.

Não, ainda não. Não a gente não, assim, pretendemos procurar mas é... ainda não fizemos ainda não. Já ouvi falar do Pronaf Mulher, mas não tenho muito conhecimento. Se a gente tivesse o crédito a gente utilizaria para colocar irrigação lá para melhorar o plantio, é... colocar irrigação para melhorar o plantio. Diminui o trabalho, ou seja, né: não ficar carregando cano, trocando cano, trocando... trocando... trocando... (risos).. vai e vem e volta. (mulher, entrevista 3)

Não, eu nem sabia que existia esse...Pronaf- Mulher. Eu peguei parece... foi o Pronaf B. Eles fazem os projetos e tudo, mas os bancos ainda são muito difíceis, muito difícil por parte do banco. A gente chega lá é burocracia demais. Tem o recurso, mas não chega até nós aqui não. Muito mais, muito mesmo porque o pronaf mulher a gente nem conhece. Nós não... não... eu mesmo nunca tinha ouvido falar desse Pronaf-Mulher. (mulher, entrevista 5).

Destacam-se outros fatores que provocam exclusão das mulheres no PJ: pouca assistência técnica, reduzidas estratégias de mediação e interação e baixo associativismo. Apesar da assistência técnica da EMATER-MG ter sido apontada como um aspecto favorável à inclusão, ainda assim as estratégias de mediação e de interação não se efetivam no PJ, conforme a necessidade logística do empreendimento. Nesse prisma, tais estratégias são limitadas e tal fato é evidenciado como ponto desfavorável aos encaminhamentos necessários para a produção no âmbito da agricultura familiar, uma vez que se considera a comercialização como um grande desafio para os agricultores. Ou seja, a criação dos mercados, a falta de confiança e de estabelecimento de boas relações entre os produtores, as dificuldades referentes ao transporte e a atuação dos atravessadores são fatores que comprometem a atuação da agricultura familiar no PJ e que poderiam ser revertidos pelas estratégias de mediação e de interação. O associativismo também seria uma forma de melhor enfrentamento dessas dificuldades, no sentido de vencer desafios, fortalecer as práticas comerciais e criar melhores condições para a geração de renda. A entrevista a seguir demonstra a falta de preparação do agricultor para lidar com as tecnologias inerentes à irrigação e, mais ainda, o despreparo das famílias irrigantes para o gerenciamento dos recursos.

Aí deram o dinheiro, a pessoa plantou, mas não sabia como cuidar e não sabia vender e não tinha comércio. Plantava e tinha que dar conta da colheita para cobrir o dinheiro, no caso o cheque. Ainda correndo risco. Correndo risco de perder tudo que plantou. É muito difícil na agricultura, é difícil. Sindicato não (mulher, entrevista 16).

Cabe ressaltar que foram apontados como determinantes ao processo de exclusão social e de gênero no PJ fatores como a incipiência da participação feminina em sindicatos e, ainda, a situação da posse da terra. De acordo com as entrevistas, a posse dos lotes insere-se em um contexto complexo uma vez que para ser titular do lote o agricultor (ou a agricultora) obteve um prazo de vinte (20) anos para quitar tal aquisição, ou seja, a posse definitiva do lote ocorre após o pagamento total com o governo. Nesse caso, evidenciou-se que muitos ainda não conseguiram efetuar esse pagamento, fato que gera dificuldades em se tratando de necessidade

para alguns encaminhamentos como arrendamento, venda e como garantia para possíveis financiamentos.

Como forma de responder indagações acerca da falta de autonomia das mulheres e por consequência dos fatores que provocam exclusão social e de gênero no PJ, citam-se as reflexões provenientes do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012 sobre Igualdade de Gênero e Desenvolvimento (2012) evidenciando que acontecem maiores investimentos no capital humano de crianças no contexto em que as mulheres exercem maior controle sobre os recursos dos domicílios. Nessa dimensão, é notório que quando as mulheres participam da gestão do lote e da produção como um todo, com relações autônomas e de maior participação na renda, os benefícios para si e para a família são maiores, no sentido da qualidade de vida dos filhos, no investimento na educação, nas melhores condições de moradia, enfim, nas formas de pensar perspectivas de melhores projetos de vida para a família. É nesse teor que merece destaque a citação a seguir:

Evidências de uma série de países (tais como Bangladesh, Brasil, Costa do Marfim, México, África do Sul e Reino Unido) mostram que aumentar a parcela da renda familiar controlada por mulheres, seja por meio de seus próprios ganhos ou por transferências de renda, muda os gastos de uma forma que beneficia as crianças.

[...]

Melhorias na própria educação e saúde de mulheres também têm impactos positivos sobre estes e outros resultados de seus filhos. Uma melhor condição nutricional das mães foi associada a melhor saúde e sobrevivência infantil. E a educação das mulheres tem sido positivamente associada a uma série de benefícios de saúde para crianças — desde mais altas taxas de imunização a uma melhor nutrição e a uma redução da mortalidade infantil. A escolarização de mães (e pais) tem sido positivamente associada ao desempenho educacional das crianças em vários países. (Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012, 2012, p. 5).

Portanto, pode-se afirmar que a falta de participação social das mulheres propicia exclusão social e de gênero, uma vez que ainda são limitados o reconhecimento do papel das mulheres nos espaços de poder e a representação política no PJ, fruto de um sentimento de não pertencimento diante das ações que são tidas como masculinas.

A participação é um mecanismo capaz de ampliar a capacidade das pessoas no sentido de conseguir realizar as suas próprias reflexões, obter maior

confiança e poder ter autonomia para tomar suas próprias decisões, assumindo seu próprio processo. Tudo isso conduz a uma transformação das relações de poder. (ANTUNES, 2003). Nessa perspectiva, a falta de reconhecimento do trabalho da mulher tem ocasionado pouca transformação social e pela fala das mulheres do PJ é perceptível que o não reconhecimento, ou seja, a desvalorização do papel desempenhado pelas mulheres pela própria família é proveniente das relações de poder hegemônicas (masculinas) que permeiam os espaços já definidos no contexto rural e pela sociedade. Assim, as entrevistas apontam para as relações assimétricas presentes na família e a desvalorização da atuação das mulheres “*porque quem sempre leva o crédito é o homem*”, conforme ressaltado abaixo:

Só que o trabalho não é conhecido não, o trabalho dela. Porque sempre quem leva o crédito é o homem, né. E a mulher se mata e não leva nada. (mulher, entrevista 9).

[...]

Para mim está tudo do mesmo jeito em autonomia e em tudo... Não mudou nada. Ué... eu acho que assim...pra mim está do mesmo jeito, né. Num acho que tem diferença nenhuma, não mudou nada para a mulher. (mulher, entrevista 10).

[...]

Ah..., antigamente, os pais não deixavam os filhos estudar porque colocavam pra roça, né. Eu acho que a mulheres sofrem igual antes porque a mulher aqui pega no pesado também. (mulher, entrevista 11).

[...]

Eu acho que não, a mulher não tem essa ajuda e não é reconhecida. Acho que noventa por cento não alcançou essa meta ainda não, né (risos)...porque hoje se leva muito aquele machismo em casa pelos homens porque você trabalha, trabalha. Então eu acho assim, que deveria ter uma valorização melhor porque hoje nem toda esposa que trabalha na roça ela é valorizada pelo marido e pelos filhos o quanto ela merece... nem todas... e também tem aquelas que é privilegiada, né... (risos).. mas nem todas...mas no geral não é isso que acontece né (mulher, entrevista 17).

[...]

Um aspecto pontuado com frequência pelas mulheres é a forma como o marido exige a participação e o esforço do trabalho da mulher na roça e em casa, que é uma consequência da organização da unidade familiar agrícola e uma necessidade. Assim, se por um lado há todo o empenho e esforço da mulher, por outro, não ocorre a devida retribuição por parte do homem, é a cultura dominante e as práticas “naturalizadas” que se sobressaem.

*E a mulher tem que trabalhar também, mas é assim, não valoriza o trabalho da gente lá, né? Quer que a gente trabalhe lá pra roça, mas também não dá aquele valor necessário e quer a casa limpa, comida na hora, a água e café pronto. (mulher, entrevista 20).
[...]*

Falar de felicidade para as mulheres entrevistadas esteve sempre relacionado à consolidação dos pagamentos com despesas advindas da produção, à garantia de sobrevivência da família no lote, à obtenção na geração de renda e às possibilidades de uma vida sem tantos sacrifícios na labuta do meio rural. As dificuldades em relação ao lazer foi um ponto destacado pelas mulheres. O lazer para elas ainda é muito restrito, tanto por se considerar a sobrecarga proveniente da acumulação do trabalho produtivo e da casa, quanto pelas questões próprias do espaço rural. A sobrecarga de atividades das mulheres é um elemento que lhes priva de obterem tempo e dedicação ao auto-cuidado. Isso evidencia situações de desigualdades na esfera pública. Assim, pode-se inferir que a falta de lazer e a sobrecarga de atividades das mulheres constituem-se fatores de exclusão social com particularidades de gênero no PJ.

Assim, a gente trabalha porque precisa, né, então, não é muito fácil não, mas eu falo em questão de trabalhar, a mulher trabalha muito. Agora eu acho que feliz assim não é muito porque é muito sacrifício. (mulher, entrevista 22).

Em se tratando do aspecto relativo às condições materiais das mulheres entrevistadas, cumpre ressaltar que a grande maioria possui bens de consumo como celular, moto, tanquinho de lavar roupa, bem como outros que são básicos para uma família. Por outro lado, essas condições materiais estão condicionadas pela falta de possibilidades para dar continuidade aos estudos dos filhos após o ensino médio, e pela fragilidade de atendimento das políticas públicas de acesso ao crédito, acesso à saúde e à educação.

O entendimento que se tem, fruto das entrevistas em relação à capacidade das mulheres de decidirem e de fazerem escolhas, é ressaltado também no Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2012 sobre Igualdade de Gênero e Desenvolvimento. Esse relatório mostra que os melhores resultados, bem como melhores escolhas de políticas e instituições, estão de acordo com o aumento da capacidade de decidir de forma individual e coletiva de mulheres. A capacidade de

decidir das mulheres de forma coletiva pode ser transformadora para a sociedade uma vez que tal capacidade é capaz de moldar instituições, mercados e até as normas sociais limitadoras da capacidade de decidir individuais e das oportunidades das mulheres. Assim, o empoderamento das mulheres como atores políticos e sociais é determinante e substancial para possibilitar mudanças de escolhas políticas e tornar instituições mais representativas de uma série de vozes. Diz ele:

Capacidade de decidir diz respeito à capacidade de uma pessoa fazer escolhas — e de transformá-las em ações e resultados desejados. Em todos os países e culturas, há diferenças entre a capacidade de homens e mulheres fazerem escolhas, geralmente com desvantagem para as mulheres. Essas diferenças relacionadas ao gênero são importantes para o bem-estar das mulheres, e também para todo um conjunto de resultados para suas famílias e para a sociedade em geral. A capacidade de decidir das mulheres influencia sua capacidade de desenvolver seu capital humano e considerar oportunidades econômicas. (Relatório, 2012, p. 6).

Trazendo essas considerações para o cerne da discussão sobre os fatores de exclusão social, corrobora-se com estudos como o de Tedeschi (2012) que demonstra a existência de uma relação entre gênero e poder que precisa ser revelada e reescrita, uma vez que pela história universal e antropocêntrica, tem-se o mito do sexo frágil, impotente e do ser feminino dependente do masculino. Nesse sentido é que foram constatadas as funções sociais e papéis instituídos no âmbito do Projeto, como situações favoráveis à exclusão social. Considerando os vários aspectos analisados, é a partir da reflexão de Bourdieu (2009) que se tem uma justificativa para a inserção e permanência de fatores como os descritos. Assim, para esse autor, somente a partir de uma análise das transformações dos mecanismos e das instituições encarregadas de garantir a perpetuação da ordem dos gêneros é que se pode esperar uma verdadeira compreensão das mudanças sobrevindas das relações entre os sexos e na condição das mulheres.

Enfim, as próprias mudanças da condição feminina obedecem sempre à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino. Os homens continuam a dominar o espaço público e a área de poder (sobretudo econômico, sobre a produção), ao passo que as mulheres ficam destinadas (predominantemente) ao espaço privado (doméstico, lugar da reprodução) em que se perpetua a lógica da economia de bens simbólicos, ou a essas espécies de extensões deste espaço [...] (BOURDIEU, 2009, p. 112).

Parece que as estruturas antigas da divisão sexual ainda determinam a direção e a forma das mudanças, principalmente por intermédio da atuação de três princípios práticos colocados em ação pelas escolhas das mulheres e também pelo seu próprio ambiente. Para o primeiro princípio, as funções que são convenientes às mulheres se situam no prolongamento das funções domésticas como ensinar, cuidar e servir; o segundo princípio é descrito na situação de subordinação das mulheres em que essas não podem ter autoridade sobre homens, ou seja, mulher na função de auxiliar, e, no terceiro, ao homem é dado o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas. (BOURDIEU, 2009).

Mediante as análises apresentadas aqui, pode-se afirmar que a exclusão social no Projeto Jaíba em relação aos fatores vinculados ao gênero está fortemente referendada pelos valores culturais que definem a situação de vida e de trabalho feminino, que tomam como base a simbiose “mulher-terra-família”, (CARNEIRO, 1994, p.21) como parte da identidade feminina no campo, capaz de se impor perante o paradigma das relações de gênero e às mudanças na posição da mulher no contexto rural. Assim, o desafio que se tem é no sentido de repensar sobre a condição de agente das mulheres, como um dos principais mediadores substanciais da mudança econômica e social, portanto sua determinação e suas consequências vinculam-se a muitas das características centrais do processo de desenvolvimento. (SEN, 2000, p. 263).

Nesse sentido, apontam-se alguns aspectos que se destacaram como relevantes para a ocorrência de exclusão social das mulheres no referido Projeto: a limitada participação social das mulheres em diversos espaços é fator preponderante para a invisibilidade da atuação feminina e o reconhecimento do papel dessas com equidade; a falta de informação e de acesso a ela, bem como as dificuldades referentes aos mecanismos para a operacionalização do crédito rural e, especificamente, o Pronaf-Mulher.

Em se tratando dessa questão, constata-se que a superação das desigualdades no PJ encontra-se ainda em situação de “vulnerabilidade” quando se toma a situação de falta de implementação de políticas públicas com perspectiva de gênero. Acredita-se que o acesso ao Pronaf-Mulher é um dos aspectos preponderantes para a superação das desigualdades de gênero e, sobretudo, para a valorização da atuação feminina no meio rural. Portanto, as políticas de crédito rural, que deveriam ser instrumento de fundamental relevância para a agricultura familiar,

não são suficientes no PJ para provocar transformação nos modos de vida e situação de trabalho das agricultoras, uma vez que se constatou a incipiência do Pronaf-Mulher e ainda um reduzido acesso ao Pronaf B pelas mulheres. A disputa pelo crédito tradicional se dá em desigualdade de condições entre homens e mulheres.

Pode-se afirmar ainda que a falta de acesso ao Pronaf-Mulher contribui para a invisibilidade da capacidade produtiva e participação mais autônoma das mulheres ao mundo do trabalho na agricultura. Faltam muitas ações e implementações para que as políticas públicas destinadas à agricultura familiar sejam promotoras de transformações sociais e na vida pessoal (trabalho e família) no PJ. Há de se repensar sobre as condições de informação sobre o crédito, a falta de sensibilização das instituições e dos agentes de mediação para atender as “necessidades das mulheres” e as demandas das políticas públicas na perspectiva de gênero e, sobretudo, o que é reflexo da sociedade mais ampla, o não reconhecimento das próprias mulheres e das famílias acerca das potencialidades feminina no mundo do trabalho e no processo de gestão da unidade agrícola. Constatou-se que, em relação à política de crédito, não existem oportunidades de escolhas dessas mulheres e que as dificuldades ao acesso ao crédito ou o não acesso ao crédito, principalmente pelas mulheres, passa pela construção de uma imagem da realidade social feita pela própria mulher, pela família e pelos agentes de mediação que resultam na reprodução das assimetrias de gênero. Nesse sentido, é possível afirmar que os critérios de concessão de crédito agrícola ainda são sustentados nessas “assimetrias” de gênero dentro desse contexto e, portanto, reconhece-se que há de se pensar diferente no tocante às políticas públicas de crédito para as mulheres.

Em se tratando do contexto amplo dos fatores de exclusão social no Projeto, cabe referendar os argumentos de Sen (2000) a respeito da interdependência entre liberdade e responsabilidade.

as liberdades substantivas que desfrutamos para exercer nossas responsabilidades são extremamente dependentes das circunstâncias pessoais, sociais, e ambientais. Uma criança a quem é negada a oportunidade do aprendizado escolar básico não só é destituída na juventude, mas desfavorecida por toda a vida [...] O trabalhador adscritício nascido na semiescavidão, a menina submissa tolhida por uma sociedade repressora, o desamparado trabalhador sem terra, desprovido de meios substanciais para auferir

uma renda, todos esses indivíduos são privados não só de bem-estar, mas do potencial para levar uma vida responsável, pois esta depende do *gozo* de certas liberdades básicas. Responsabilidade *requer* liberdade. (SEN, 2000, p. 361).

Nesse entendimento, o autor afirma ser de mão dupla o caminho entre liberdade e responsabilidade, uma vez que a pessoa não pode ser responsável pela realização de algo se não tiver liberdade substantiva e capacidade. Ainda de acordo com Sen (2000) as oportunidades de emprego das mulheres, bem como medidas educacionais e direitos de propriedade, representam o ganho de poder das mulheres, capaz de conceder a elas mais liberdade para exercerem influência em muitas questões como nas relacionadas à divisão intrafamiliar dos cuidados com a saúde entre outras. E, nesse sentido, os fatores que provocam exclusão no PJ, em se tratando das relações de gênero, são analisados aqui como falta de “liberdade substantiva” das mulheres.

De fato, as liberdades substantivas (SEN, 2000) significam as capacidades das mulheres de terem melhores condições de vida e trabalho, com autonomia, equidade e conseqüentemente potencializando o seu *poder de agência*. Nesse sentido, considerando os aspectos de exclusão apresentados, constata-se que as capacidades elementares das mulheres como, por exemplo, ter acesso ao crédito e maior participação política, dentre outras, ainda estão no contexto do PJ, em condições muito desfavoráveis à expansão de liberdades básicas que encaminham para o processo de empoderamento e, conseqüentemente, para as transformações nas hierarquias de poder na sociedade.

Sabe-se que a implementação do crédito rural agrícola para mulheres é resultado de um processo próprio de muitas lutas, provenientes de reivindicações de movimentos sindicais e de trabalhadores rurais. Nesse sentido, ressalta-se a importância do acesso ao crédito agrícola Pronaf para os trabalhadores rurais e, em destaque, como aspecto estratégico pelos movimentos de mulheres rurais. Nesse aspecto, percebeu-se que é pouco efetiva a obtenção do crédito para as mulheres do PJ.

Em se tratando da criação em 2003 de um crédito especificamente para atender as mulheres rurais, o Pronaf-Mulher foi uma resposta às reivindicações dos movimentos de mulheres na Marcha das Margaridas em relação à ampliação do acesso das mesmas ao crédito. Assim, considerando que até 2003 o acesso ao

crédito se dava quase que exclusivamente para o homem, o Pronaf-Mulher consistiu em uma nova linha de crédito que representaria um significativo avanço para as mulheres rurais, uma vez que poderiam utilizá-la tanto para financiamentos envolvendo hortas, roçados e criação de animais, quanto para a produção de alimentos processados e tais situações seriam favorecedoras de geração de renda para as mulheres rurais. Nesse sentido, o acesso ao crédito e a incorporação do sexo no formulário de declaração solicitado pelo banco para a obtenção do crédito em tese são concebidos como valores que vão além do econômico e que representam o reconhecimento da participação das mulheres nas atividades econômicas agrícolas nas políticas públicas. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 19,20)

Corroborando com as autoras, há de se destacar a importância de abertura de espaços para o encaminhamento de políticas públicas que consideram o relevante papel das mulheres no meio rural. O Pronaf-Mulher é um exemplo disso. Nesse aspecto, vários direitos constitucionais foram sendo incorporados no contexto das trabalhadoras rurais, bem como o direito à aposentadoria, participação nos sindicatos e direito à documentação civil trabalhista; o reconhecimento da mulher como agricultoras e, sobretudo, ter na agenda pública a inclusão das questões relativas ao gênero.

Vale ressaltar que se considera que a implantação de políticas públicas que objetivam o fortalecimento da atuação econômica e social das mulheres, principalmente no contexto da agricultura familiar, constitui-se um fio condutor para a transformação nas relações de gênero e poder na unidade agrícola familiar. No entanto, conforme os dados descritos no Quadro 7, as possibilidades de ampliação das capacidades das mulheres do PJ por intermédio do crédito agrícola são bastante restritas.

De acordo com o Quadro 7 na microrregião de Janaúba, na qual Jaíba está inserida, foram no total 302 contratos do Pronaf-Mulher no período de 2005 a 2011, referente a 13 municípios. Considerando a área de abrangência e o quantitativo de municípios os números evidenciam um inexpressivo acesso ao crédito agrícola. No município de Jaíba foram efetuados somente 3 contratos pelo Banco do Nordeste.

Quadro 7- Financiamento do Pronaf-Mulher na microrregião de Janaúba – MG, período: 2005 a 2011

MUNICÍPIO	VALORES CONTRATADOS POR MUNICÍPIO DA MICRORREGIÃO DE JANAÚBA	
	Quantidade	Valor Contratado
Catuti	7	30.738,65
Espinosa	1	3.500,00
Gameleiras	0	0,00
Jaíba	3	20.232,90
Janaúba	0	0,00
Mamonas	0	0,00
Mato Verde	6	33.310,50
Monte Azul	38	130.423,22
Nova Porteirinha	3	14.040,00
Pai Pedro	27	107.764,17
Porteirinha	181	751.566,25
Riacho dos Machados	6	31.384,38
Serranópolis de Minas	30	141.882,51
TOTAL	302	1.264.842,58

Fonte: Superintendência do Banco do Nordeste (2011), Montes Claros-MG.

Os dados do Quadro 7 atestam a incipiência do quantitativo de operações do crédito agrícola Pronaf-Mulher realizadas no Norte de Minas e especificamente no município de Jaíba. Os dados do Banco do Nordeste (informação verbal) demonstram que em Jaíba foram 3 acessos ao Pronaf-Mulher e pelo Banco do Brasil foram 11 acessos no município de Jaíba. Se considerarmos o quantitativo de mulheres no PJ, sendo que a Etapa I do Projeto possui aproximadamente 1.800 famílias de agricultores e na Área A, *locus* desta tese, são aproximadamente 845 famílias de pequenos produtores, evidencia-se o baixo acesso ao crédito rural, e especificamente a pouca efetividade do Pronaf-Mulher na região.

A reflexão em torno de empoderamento e desenvolvimento rural traz à tona um debate mais incisivo acerca das políticas públicas com especificidades de gênero, uma vez que se observou a existência de muitos fatores dificultadores, em se tratando de acesso ao crédito para as mulheres do PJ. Um fator considerado entrave é justamente a lógica dominante da divisão sexual do trabalho na família e no espaço da produção, bem como se pode considerar a existência de uma perspectiva “implícita” nos critérios de oferta do crédito que é perpetuada pela dominação de gênero. Nesse sentido, cumpre ressaltar as questões relativas ao **acesso e à acessibilidade de gênero** aos bens e direitos de cidadania das mulheres.

Para uma análise desses conceitos tratados aqui é necessário recorrer à discussão de Costa (2012) que mostra, com base em princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), a discussão sobre as noções de acesso e acessibilidade contidas nas discussões da integralidade, da assistência principalmente nas áreas rurais. Para a autora, o debate sobre o acesso obteve outras nuances após a expansão e a estruturação da oferta de serviços durante o processo de construção do SUS brasileiro, principalmente o da rede de Atenção Básica. Dessa natureza, ressalta-se que mesmo apresentando ambiguidade nos termos acesso e acessibilidade, ainda assim, possuem significados complementares.

Considerando esse caminho de análise, evidenciou-se que as políticas públicas de gênero, incluindo nessa condução as políticas de crédito rural, passam pela questão específica de problemas relativos à garantia cidadã de acesso e acessibilidade como dispositivo facilitador.

Para melhor contextualização das questões referidas acima, também se faz necessário recorrer às discussões de Travassos e Martins (2004) em torno desses termos que podem ser considerados de forma diferenciada. Para os autores, já acessibilidade pode ser uma das dimensões do acesso e, sendo assim, se refere à distância geográfica, tempo e custo; ou se considerados conceitos relacionais, acesso ou acessibilidade dizem respeito ao grau de ajuste entre as características da população e dos recursos disponíveis. Para Jesus e Assis (2010) acesso e acessibilidade são entendidos em uma natureza multidimensional, identificando a presença das dimensões técnica, econômica, política e simbólica. A dimensão técnica diz respeito à forma de organização da oferta de serviços, a econômica está relacionada à acessibilidade, como a superação das barreiras financeiras; a política se refere à equidade no acesso e o acesso universal a todos os níveis de serviço. A dimensão simbólica diz respeito às percepções, às concepções e à atuação dos sujeitos, ou seja, às representações sociais sobre o processo e à forma como o sistema se organiza para o atendimento às necessidades.

Por essa lógica de entendimento, buscou-se nesta tese explicar os entraves encontrados pelas mulheres no PJ para a obtenção do crédito. E, nesse sentido, constatou-se que o acesso e a acessibilidade são aspectos que devem ser considerados como pontos cruciais para a consolidação do crédito com perspectiva de gênero. Portanto esses são conceitos que merecem destaque nesta análise quando se considera o Pronaf-Mulher.

Parte-se, então, do entendimento de que acesso é a capacidade de obter o crédito, ou seja, a liberdade de fazer o uso ao crédito; nesse sentido, as circunstâncias que viabilizam o crédito são consideradas acesso, relativas às facilidades ou às dificuldades quanto à oferta e à disponibilidade. Considera-se, então, que a partir do momento que passa a existir o Pronaf-Mulher e que ele está disponível para as agricultoras e tem-se a política viabilizada para atender as especificidades da agricultura familiar, tem-se, portanto, o acesso. A disponibilidade de recursos é entendida como acesso. Assim, pode-se dizer se entende que destinar os recursos a um programa que tenta corrigir uma distorção histórica e excludente concernente à política de crédito rural é capaz de fortalecer a agricultura familiar.

Em se tratando de acessibilidade, enfatiza-se sua complexidade, entendendo-a numa dimensão mais abrangente que corresponde não somente aos recursos disponibilizados para o Pronaf. Dessa forma, toma-se acessibilidade de gênero nesta tese como todos os dispositivos responsáveis pelas facilitações ou limitações para a obtenção do Pronaf-Mulher.

Nesses termos, considera-se que a viabilidade de promoção de políticas capazes de assessoramento e sustentação às mulheres para a participação social e a conjugação do exercício democrático e informações adequadas e suficientes à consolidação do crédito no PJ é uma questão de acessibilidade. Portanto, proposições mais concretas como a inserção das mulheres no espaço público para o exercício de cidadania plena e emancipada, políticas de assistência técnica que considerem as relações de gênero, ações de apoio para a obtenção de informações necessárias ao encaminhamento da documentação como a Declaração de Aptidão para o Pronaf- DAP, e a construção do fortalecimento das relações institucionais no sentido de entender as especificidades e necessidades de gênero são fatores relevantes à acessibilidade. Acessibilidade, nesse sentido, pode ser traduzida por “ambiente pedagógico” de possibilidades concretas de viabilização de práticas.

Conforme foi pontuado pelas entrevistas das mulheres, a relação dominante que ainda prevalece no sentido de o marido ser o chefe da família e portanto o detentor do poder econômico e quem pode obter o crédito; o endividamento familiar; o receio em buscar financiamento; dificuldades na elaboração do projeto técnico, a ausência de documentação civil das mulheres e a ausência de documentação sobre o lote, que muitas vezes é arrendado; a falta de credibilidade quanto ao crédito mediante endividamentos anteriores; as relações de

poder das instituições, principalmente das agências bancárias e no interior da família; as garantias exigidas, como a necessidade de avalista; as dificuldades de locomoção campo-cidade; as relações entre os agentes financeiros, as associações, a empresa de assistência técnica, os sindicatos rurais e a falta de capacitação dos agentes mediadores para o entendimento de políticas públicas de gênero, são fatores que provocam inacessibilidade ao crédito no PJ.

Assim, cabe ressaltar que ter o reconhecimento por parte do Estado da necessidade e da importância de se implementar políticas públicas com especificidades para atendimento à agricultura familiar e especialmente às questões de gênero, ou seja, prover o crédito agrícola a uma parcela da população que por muito tempo ficou marginalizada e excluída é, sem dúvida, um dos fatores mais substanciais para o meio rural. Mas falta mais que isso. Falta para as agricultoras do PJ mais que a disponibilidade do recurso, ou seja, o acesso. Falta a acessibilidade de gênero e, tal fator começa pela politização que favoreça a participação das mulheres, potencializando o seu poder de agência. Para tanto, as mulheres necessitam de saber, em se tratando de crédito, como obter as ferramentas adequadas para encontrar os caminhos viáveis para a condução de um processo eficaz e efetivo. Saber, “por alto”, da existência do crédito sem conhecer e dominar os mecanismos apropriados para a operacionalização é falta de acessibilidade.

Assim, enfatiza-se que, durante as entrevistas, quando se falava em crédito, as mulheres solicitavam sempre ações por parte do Estado no sentido de melhor entendimento das questões relativas ao crédito porque, para elas, tudo era muito obscuro e inalcançável. Muitas vezes elas querem obter o crédito, mas não têm coragem de enfrentar os obstáculos para a consolidação do processo.

Dessa forma, observou-se que, apesar de o Pronaf representar um instrumento relevante para o desenvolvimento rural e, conseqüentemente, um referencial para o empoderamento feminino, a obtenção do crédito ainda é restritiva para as mulheres do PJ.

É bastante perceptível que nas situações de vida e trabalho das mulheres no Jaíba a organização da unidade familiar, os processos decisórios e as relações comunitárias são aspectos significativos para os encaminhamentos do papel ativo da condição de agente das suas histórias. Assim, a partir das dimensões da vida rural da agricultora, do trabalho doméstico, da produção e da reprodução, dos contextos público e privado é que as relações de gênero se articulam nesse âmbito.

Pode-se inferir pelas entrevistas que, informalmente, as relações familiares já estão, mesmo que ainda em processo lento e um pouco restritas, sendo transformadas nos espaços de gestão da unidade de produção agrícola, o que pode vir a potencializar caminho de igualdade de gênero, conforme se observa nos relatos.

A gente percebe que a mulher, ela já detêm a responsabilidade da atividade. Ela é o ator que dá principal conversa, né, que envolve a família inteira, mas como a gente percebe que há mais habilidade de gestora nela, ao invés do esposo, a gente já potencializa pra ela aquele recurso e ela administra. Não é um Pronaf específico, Pronaf-Mulher, mas é uma política que vai dar condição pra ela tocar a atividade. Há alguns exemplos de pessoas que estão sendo hoje contempladas dessa forma (agente, EM- entrevista 23).

Normalmente se percebe que as mulheres têm maior senso de planejamento, estabilidade, compromisso, maturidade, paciência, etc. (agente, COD - entrevista 27).

Já se pode notar no contexto do PJ lotes (poucos) que são inteiramente de responsabilidade da mulher, ou seja, nesses lotes a mulher tem autonomia nas decisões relativas à unidade de produção agrícola e, nesses casos, o marido sempre tem uma atuação em outros espaços como em empresas ou em outras profissões como de motorista.

É tudo eu. Ele (o marido) nem importa assim com o que eu falar porque ele nem entende nada de roça. O que eu falar ele aceita. Mas se for para eu fazer um projeto assim, eu pego o dinheiro e trabalho. Ele só me entrega o dinheiro dele e fala assim para eu tirar aí o que precisa. Comprar adubo, veneno, tudo eu é que compro e providencio. Ele só tira assim 15 reais, dez reais e o restante é tudo comigo. É eu. Ele nem sabe assim que tipo de veneno que tem que comprar. Tudo é eu. E esse crédito que a gente está tentando vai dar certo e vai ser bom pra nós. Eu que tomei a iniciativa também e falei com meu marido que como ele é motorista então... nós estamos tentando um caminhão... (mulher, entrevista 1).

[...]

Quem faz mais é ela (a mulher) (que gerencia) que está, por exemplo, por dentro do que acontece com os funcionários. É ela que chega de manhã e diz, vocês vão fazer isso, fazer aquilo, porque às vezes eu me desloco, faço alguma coisa, então a gente planeja e ela executa. Nós dois planejamos junto, e a nível de campo é assim:, dia de colheita é sexta e sábado os produtos vão pra São Paulo. Bom, ela (a mulher) é que verifica: tem quantos funcionários? Vai precisar de quantos na colheita, vai precisar tanto aqui, pra embalagem, pra

classificação. Se sobrar alguma vai pra poda, então já, a gente decide aqui e ela passa o comando lá para as mulheres. Ela se entende mais com as mulheres (marido, entrevista 27).

Pelo árduo trabalho das mulheres no mundo rural vem-se reconfigurando a imagem que se faz da sua força e, por vez, da sua capacidade de atuação, de luta, de determinação e de transformações.

Tem mulher aí hoje que está bem pra frente, já não existe mais aquele negócio de sexo frágil, né. Eu acho que mulher hoje tem mais voz (mulher, entrevista 7).

[...]

Eu achei muito bom depois que eu peguei frente na roça porque lá em casa só funciona minha cabeça; porque se eu falar é hoje que é pra fazer, faz. É o que eu mando. É bom e ruim ao mesmo tempo. É uma cabeça pra pensar para os quatro, é ruim, né. É muita coisa para a mulher (mulher, entrevista 16).

[...]

E a dona deste lote ali ó. É uma dona, é uma senhora que bate em qualquer homem aí (no serviço). Ela também administra tudo, faz tudo, planta, já alugou lote, tudo. A mãe das meninas que trabalham aqui, ela também é a chefe da casa em tudo, né!. O marido dela está lá em Belo Horizonte construindo o mineirão lá, pra copa do mundo. Para a mulher hoje ficou melhor porque a gente tem mais autonomia, entendeu? Porque antigamente você trabalhava, você, a minha mãe, a minha sogra, assim, trabalhava, mas nunca decidia. Hoje pelo menos a gente ajuda a decidir (mulher, entrevista 19).

Na visão da família e, especificamente do marido, há de se considerar todo o talento de gestão da mulher na unidade de produção, mas se por um lado a participação nos processos decisórios traz avanços e benefícios nas relações de gêneros e fortalece a autonomia e atuação feminina, por outro lado foi ressaltado pelas próprias mulheres o excesso de trabalho e a dupla (ou tripla) jornada que vem se acumulando para a mulher. Enquanto há significativos ganhos, há também perdas em relação à disponibilidade de tempo, preocupações e responsabilidades, como encargos que ficam agora à mercê da mulher pela evidência do seu poder de determinação e de gerenciamento. Assim, há de se questionar em que sentido pode-se esperar uma participação política mais igualitária quando a atuação em diversos espaços e a gestão do lote representam aumento na carga de trabalho em atividades produtivas e reprodutivas.

A mulher tem mais autonomia, tem mais vez. Lá em casa mesmo eu falei acabou, ninguém volta minha palavra! Nem os homens e nem os filhos. Se eu não mandar vai todo mundo bestar. Quando eu não quero ir pra roça... eu não falo que não vou fazer nada hoje... também não mando ninguém...também ninguém vai. Eu é que determino. Se eu ficar calada, minha filha, todo mundo acomoda. O pior é que a mulher acaba trabalhando mais que todo mundo casa e ainda cansando a cabeça. A responsabilidade dela (da mulher) dobrou. Ainda tem que resolver problema de casa ainda, mulher hoje é tudo, e tem que ser bonita. (mulher, entrevista 16).

“Cansar a cabeça” é o novo e significa assumir responsabilidades na gestão, no “pensar como fazer”. Cansar o corpo e a manutenção das atividades da casa não são dessa natureza. Já o “ser bonita” é uma obrigação (de gênero), manter-se como objeto de desejo existe unir esforço adicional.

Evidencia-se também a percepção das mulheres no sentido de ter grandes expectativas nas possibilidades de sua independência, poder de decisão e autonomia que passa necessariamente pelas evidências dos “intitamentos”, consequências da geração de renda que já vem sendo instituída pelas mulheres no Jaíba. Nesse sentido, os intitamentos são responsáveis pela capacitação dos desiguais, uma vez que de acordo com Sen (2000) na Abordagem das Capacitações os intitamentos são meios determinantes para a realização de aspectos importantes, ou seja, os funcionamentos.

Não é o caso de todas, né, mas tem muitas mulheres que vivem independente e hoje em dia a mulherada quer ser independente. Caminhar com suas pernas, fazer seu projeto, ter seu dinheiro, ter seu serviço. Mas nem todas (as mulheres) têm o marido ali que vai dividir pra fazer um projeto, alguma coisa, né. Mas eu acho que o crédito é vantajoso sim, por isso para dar mais poder às mulheres (mulher-presidente de associação, entrevista 17).

[...]

Então a gente (mulher) está tendo um pouco mais de coragem. Eu mesma peguei essa associação e como diz... eu estou engatinhando ainda , estou aprendendo ainda a lidar com as coisas, com os sócios..é tudo novo (mulher-presidente de associação, entrevista 18).

[...]

Hoje a mulher decide mais, por exemplo, as meninas que são diaristas aqui, cada uma tem seu dinheiro, cada uma, então abriu muito espaço (mulher, entrevista 19).

Conforme as falas dos agentes de mediação, a percepção (nova) que se tem do poder de gerenciamento da mulher é bastante relevante e tem conseguido alguns avanços.

O esposo está com alguma atividade paralela, e ela ali com a atividade definida, e outra, até mesmo pelo fato delas assumirem o lote, assumirem a atividade da cultura de banana e dá conta do recado. A cultura da pimenta, a cultura do limão, e tem diversas senhoras, diversas mulheres que já tomam conta. Então às vezes a pessoa chega, se posiciona, eu quero produzir, é digamos assim, eu quero fazer uma agroindústria, uma mini agroindústria, fazer uma produção de doce, de queijos, de biscoitos, eu quero acessar, por exemplo, outras políticas públicas que vêm de amparo à agricultura familiar, Conab ou o Penai, que é comercialização para escola, comercialização para atender aos ambientes de risco, né, de pouca condição de sobrevivência. Então, com essas políticas de amparo, a gente procura estar organizando, no sentido de uma atenção maior pra ela, para que ela tenha aquele período de adaptação, para que ela consiga competir nesse ambiente em igualdade com os demais atores de produção, ou seja, o jovem ou esposo ou qualquer empreendedor. (agente, EM - entrevista 23).

[...]

Acho que aqui ainda a maioria dos lotes acho que é gerido principalmente pelos homens, mas naqueles que elas (as mulheres) são as gestoras não vejo diferença não (de homem para mulher). (agente, EM - entrevista 25).

Na realidade empírica, as evidências nas falas das próprias mulheres mostram que na agricultura o trabalho e a atuação feminina são extremamente substanciais, mas somente pelo fato de a mulher atuar também na roça, determinando na maioria das vezes a viabilidade na produção e na geração de renda para a família, isso por si só não significa poder de decisão, autonomia e consequentemente empoderamento. O significado ou valor social do trabalho feminino continua predominantemente o de outrora, o que mudou e de forma mais substantiva foi a trajetória no sentido de estar atuando em outros ambientes que não somente o doméstico e mudou também a quantidade de trabalho. Mas será que é bom? Isso não se dá sem ambigüidades.

Eu acho que a participação da mulher na roça é melhor que a participação do homem, porque hoje tudo que você vê trabalhando aqui, você trabalha só com as mulheres. Homem aqui hoje não quer trabalhar. Então só as mulheres mesmo que trabalham aqui. Então na participação desse negócio eu acho que é só dá mulher mesmo (mulher, entrevista 21).

[...]

A mulher na agricultura, ela trabalha muito, muito. A mulher trabalha, né. Então a mulher na agricultura ela é importante porque ela determina. Ela está acima, trabalha e trabalha muito. (mulher, entrevista 22).

[...]

A gente ainda percebe que lá dentro da unidade familiar, às vezes, algumas unidades, o esposo não aceita ainda aquela característica que a casa vai ser conduzida, dominada ou assessorada pela mulher. (agente, EM - entrevista 23).

Se por um lado a mulher vem se destacando nas atividades produtivas com a sua evidente e qualificada “naturalmente” força de trabalho, por outro lado a sobrecarga é um fator a ser analisado. Por esse aspecto, dificilmente pode-se falar da existência de uma “reorganização familiar” no âmbito do Jaíba e suas implicações na participação efetiva do trabalho feminino produtivo no sentido de propiciar empoderamento e transformações nas dinâmicas de gênero na família e comunidade, conforme demonstra a entrevista de um marido – filho, quando expressa que os resultados não são divididos entre homem e mulher na agricultura familiar, ou seja, não são compartilhados.

É, infelizmente, vamos falar primeiro da questão geral, né, a mulher entrou no mercado de trabalho com grande força e com grande capacidade que ela tem. Na agricultura familiar não foi diferente, só que infelizmente na agricultura familiar ela trabalha muito e decide muito pouco. O homem fica às vezes na retaguarda tomando mais decisões, e usando às vezes da capacidade dele e nem sempre destinando o que seria igualitário dividir, não dividi igualmente, né, os resultados. (marido-filho, entrevista 28).

Ainda bem que nós dois trabalhamos, que a gente é acostumado, a gente trabalha juntos toda vida. E tem aquele dizer que: Atrás de um grande homem, tem uma grande mulher, né? Se não ele não vai mesmo. Eu acho que aqui nós estamos precisando mesmo de ter esse apoio das mulheres. Não é que elas vão tomar a frente não. Um apoio. O homem, ele está precisando do apoio da mulher. Ela tem que estar lá dentro também, tem que estar ajudando. (marido, entrevista 26).

Na expressão do marido, [...] “atrás de um grande homem tem uma grande mulher” e “não é que elas (as mulheres) vão tomar a frente, não, é um apoio,” está explícito todo um conjunto de significados culturais que permeiam a sociedade e mais

ainda o mundo rural. Portanto, pode-se afirmar que a força simbólica (BOURDIEU, 2009) é uma forma de poder que persiste.

Eu vejo hoje a mulher com muita força, muita experiência. A mulher ajuda muito. É tanto que quando eu sempre falo isso: tem gente que fala que homem é mandado pela mulher. Mas eu falo olha, o homem que ele ouve, não vou dizer ele ser mandado pela mulher porque o homem é a cumeeira da casa, né? Mas o homem que aceita as ideias da mulher, os conselhos da mulher, sempre ele sai bem, sempre ele vai bem. Porque, às vezes, o homem está mais nervoso, está mais agitado, a mulher é mais calma. Ela está ali pra pensar direitinho. Eu acho que a mulher deveria... (eu aqui pra nós) eu acredito que tem muitas mulheres aqui dentro que deveriam estar lá dentro do Distrito, fazendo parte (da gestão do DIJ). A mulher está participando de tudo, todas essas reuniões com direitos de falar, com direito de falar mesmo, de buscar as coisas, com direito de ter cargos também, né? Porque tem muitas mulheres capazes, às vezes mais que muitos homens que estão aqui (marido, entrevista 27).

Na fala do marido nota-se a força da mulher sempre numa relação de “ajuda”, quando esse define que o homem continua sendo a “cumeeira” da casa, ou seja, o esteio, o provedor da família. Mas, por outro lado, percebe-se também o poder de gestão e de articulação que as mulheres possuem quando este deixa claro que na gestão do DIJ³⁰ poderia ter uma mulher pela forma de condução que as mulheres apresentam e pela sua capacidade.

Em relação aos processos de decisão algumas mulheres demonstraram estar à frente da gestão do lote principalmente pelo fato de o marido atuar em outra atividade ou mesmo trabalhar em outra região, em frentes de serviço fora do Projeto. Mas, na sua maioria, a concentração da unidade familiar gerenciada pelo marido ou pelo pai é ainda predominante. Mesmo que as decisões, os encaminhamentos sejam discutidos com a família e tenha o entendimento por parte da mulher, ainda assim a decisão final fica sob a responsabilidade do homem, conforme atestam as entrevistas.

Quem toma as decisões para a realização das atividades da agricultura lá em casa quando era mais pai sempre era o pai, sempre era o homem, mas sempre pedia opinião da mãe. Em casa é assim ele (o marido) que toma conta, mas sempre está pedindo minha opinião. Eu falo assim o que eu acho certo e aí ele vê o que ele

³⁰ Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ) – entidade privada formada pelos irrigantes assentados no Projeto, com a participação dos governos federal (Codevasf) e estadual (Ruralminas), cuja finalidade precípua seria administrar e operar o sistema de irrigação de Jaíba, em sua 1ª Etapa. (SEAPA-MG, 2010).

*decide. Mas é ele que decide. E em relação à distribuição dos recursos aqui ah, é ele... [risos] ... é meu marido. É ele que decide o que vai plantar. Sempre ele pede opinião, mas sempre é ele quem decide. Quando eu peguei o crédito Pronaf B foi em meu nome, foi nós dois, eu e meu marido que decidi. Aí ele (meu marido) pegou no meu nome porque o lote está no meu nome aí facilita mais a documentação porque é muito difícil, é muita burocracia mesmo para pegar o crédito. (mulher, entrevista 4).
[...]*

Se a mulher que fez esse programa da CONAB, então ela que tem que se virar pra trabalhar. Mas fica aquela questão que todo mundo tem que ir, porque o dinheiro é pra todo mundo, né? Então até que isso aí tem que ser bem balanceado. Em relação ao recurso, como é que se diz, hoje está mais junto um do outro. Porque o dinheiro de um só não dá, né? Então tem que juntar os dois pra poder fazer uma roça. Se tem o programa da CONAB e a CONAB vai demorar sair o dinheiro, mas se o marido tem (outro) dinheiro, e eu (a mulher) tenho também e dá pra gente (juntar) e plantar roça, que é: para pagar pra tratorar; plantar, gastar com o veneno, com o adubo e com a semente, né? Então tem que juntar os nossos dois dinheiros pra poder plantar. (mulher, entrevista 21).

Nesse contexto, recorrem-se ao argumento da dominação simbólica, Bourdieu (2009) ao admitir que, seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc. o efeito da dominação simbólica exerce-se através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que constituem o *habitus* e a dominação masculina reúne todas as condições de seu pleno exercício. Assim, a primazia universalmente concedida aos homens apoia-se na objetividade das estruturas sociais e em atividades produtivas e reprodutivas, centradas na divisão sexual do trabalho na perspectiva da produção e da reprodução biológica e social. Nesse sentido, aos homens é relegada a melhor parte.

E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. (BOURDIEU, 2009, p. 45).

Nessa perspectiva, considerando as representações simbólicas nas relações de gênero e este como elemento inserido nas relações com base nas diferenças perceptíveis entre os sexos (SCOTT, 1995; BOURDIEU, 2009; OSÓRIO HERNANDEZ, 2009) é que se apresentam alguns elementos simbólicos, constantes

nas representações dos maridos, dos agentes de mediação e das próprias mulheres, a respeito do papel feminino no PJ.

Quadro 8 - Elementos simbólicos referentes ao papel das mulheres na situação de vida e trabalho do PJ, que prevalecem nas representações dos maridos, dos agentes de mediação e das mulheres

Sujeitos	Representações	Elementos simbólicos
Maridos	Ela se entende mais com as mulheres. Só que infelizmente na agricultura familiar ela trabalha muito e decide muito pouco. O homem está precisando do apoio da mulher. Ela tem que estar lá dentro também, tem que estar ajudando. Porque, às vezes, o homem está mais nervoso, está mais agitado, a mulher é mais calma. Eu vejo hoje a mulher com muita força , muita experiência. A mulher ajuda muito e o homem que aceita as ideias da mulher, os conselhos da mulher, sempre ele sai bem, sempre ele vai bem.	Cuidadosa nas relações; trabalhadora; forte; ajudante; experiente; conselheira.
Agentes de Mediação	As mulheres têm maior senso de planejamento, estabilidade, compromisso, maturidade, paciência. O esposo não aceita ainda aquela característica que a casa vai ser conduzida, dominada ou assessorada pela mulher. Quanto à previsão de renda extra familiar, ajudar o seu companheiro e demais membros da família. A mulher age sempre pensando no bem-estar da família. A gente percebe que a mulher ela tem mais sensibilidade. A gente vê a expressão já de um certo número de mulheres que já faz sentido dela, na construção da renda. A gente percebe que a mulher, ela já detêm a responsabilidade da atividade. Ela é o ator que dá a principal conversa, né, que envolve a família inteira , mas como a gente percebe que há mais habilidade de gestora nela [...].	Comprometida; possui senso de planejamento; tem maturidade; é paciente; pensa no bem estar da família; responsável; tem habilidades de gestora; assessora da família.
Mulheres	Parece que as mulheres têm mais disposição pra trabalhar. Nós mulheres parece que somos mais fortes que os homens. Então a gente (mulher) está tendo um pouco mais de coragem. Eu mesma peguei essa associação e como diz... eu estou engatinhando ainda , estou aprendendo ainda a lidar com as coisas, com os sócios..é tudo novo. A mulher na agricultura, ela trabalha muito , muito. A mulher na agricultura ela é importante porque ela determina. A gente vai ajudando ele. É ele que decide o que vai plantar. Sempre ele pede opinião, mas sempre é ele quem decide. Só que o trabalho não é conhecido não, o trabalho dela. Porque sempre quem leva o crédito é o homem , né. E a mulher se mata e não leva nada. E a mulher não cansa não. Só eles que cansam. E, e a gente trabalha mais do que o homem.	Disposição; tem muita força para o trabalho; coragem; vontade de aprender; inovadora; ajudante; auxiliar; desvalorizada.

Fonte: Barbosa (2013) – Elaborado pela autora com base em algumas entrevistas selecionadas na pesquisa de campo. Montes Claros -MG

Considerando os elementos apresentados no Quadro 8 têm-se na concepção de Scott (1995) a referência para a análise das percepções/representações que são delineadas sobre o papel das mulheres no contexto do PJ. Para a autora, o gênero como um elemento constitutivo das relações

sociais, baseia-se nas diferenças construídas entre os sexos e implica, por sua vez, quatro elementos que são relacionados entre si, a saber: **símbolos** culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas; **conceitos normativos** que denotam interpretações dos significados e dos símbolos que são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, políticas e científicas; **a concepção da política** como referência às instituições e organizações sociais como o sistema de parentesco, a família, o mercado de trabalho, as instituições educativas e o sistema político e por último tem-se o quarto elemento que é a **identidade subjetiva**.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que a visão dos maridos entrevistados e dos agentes de mediação sobre situação de vida e trabalho das mulheres na unidade familiar, em se tratando dos processos decisórios, permite entender a forma como a mulher é percebida nas relações sociais. A tendência do marido é de qualificar a mulher como muito necessária para a unidade agrícola familiar, mas sempre com o estereótipo de “auxiliar e ajudante”. Para os agentes de mediação, por mais que as mulheres tenham adquirido um status de agricultora atuante, com os atributos de gestora comprometida e competente, ainda assim a sua *performance* simbólica se inscreve na dimensão da mulher que tem a força para o trabalho tanto produtivo quanto reprodutivo, mas ainda permanece na ordem de assessora, complementar.

Para as mulheres que participaram do grupo de discussão sobre **autonomia, poder de decisão e gestão da propriedade** os relatos evidenciaram que se veem muito fortes como trabalhadoras da roça e da casa, como mãe e esposa, mas não se sentem reconhecidas pela família, como também na dimensão da implementação de melhores condições de vida e trabalho e isso se refere também a políticas públicas, como se observa:

[...] é que nós somos fortes porque ao mesmo tempo que somos mães, temos também que correr e trabalhar pra ajudar nas despesas de casa, na correria. E muitas das vezes não somos reconhecidas principalmente num lugar desse aqui, principalmente aqui onde nós estamos. Nós somos mulheres que aqui não temos uma diversão, não temos nada de interessante aqui a não ser trabalhar e ajudar. É trabalhar e aquela rotina, assim direto e sempre fazemos as coisas com amor, com carinho, com dedicação e preocupamos sempre com os filhos, com o marido, com o bem-estar, né? Queremos cuidar tudo direitinho, né? Para ver se agrada e se as coisas caminham. Aquela força da mulher pelo fato de ser guerreira e muitas das vezes não ser

reconhecida como realmente deveria ser. (mulheres, grupo de discussão 1).

Outro grupo faz a seguinte reflexão sobre o tema:

O que mais me chamou atenção foi a jornada da mulher, que agora ela trabalha mais e com a evolução a mulher deixou de ser somente mãe e dona de casa e começou ir à luta, porque agora ela não fica só cuidando da casa e dos filhos Ela já procura se associar a alguém, procurar associações, procurar melhorias...e também a associação de homens e mulheres em conjunto na agricultura familiar também porque aí a mulher deixou de ser somente da casa e passou a ajudar o homem na renda familiar. (mulheres, grupo de discussão 2).

Fica, portanto, explícito a força determinante da concepção do público e do privado, sendo que na esfera pública a atuação feminina ganha relevância, projeção e potencial de conquista de autonomia e de independência. Tal situação é evidenciada na perspectiva do grupo de discussão, em que é nítida a expressiva vontade de obtenção de autonomia e independência das mulheres:

O que mais me chamou atenção é que a mulher trabalha o dia todo e quando chega na casa ela cuida do filho e de tudo e o homem tem que dar valor pra ela! A mulher que trabalha na roça e que faz isso é porque ela quer ser independente. Porque a mulher além dela trabalhar ela cuida da casa e de todos e tudo ao mesmo tempo. E é de uma responsabilidade muito grande e às vezes ela dá mais conta de que certos homens. (grupo de discussão 3).

A necessidade de participação política também foi constatada – é a necessidade de ter “novos sonhos, novos amores”:

O que mais me chamou atenção foi a participação política porque hoje a mulher tem novos sonhos, tem amores, né? E depois é a necessidade da mulher trabalhar na roça em comunidade, trabalhando numa questão assim no coletivo, é a união. (grupo de discussão 4).

O envolvimento das mulheres nas relações comunitárias e a sua representatividade na esfera pública se, por um lado, na visão dos agentes, ganha notoriedade e vem tendo uma significativa repercussão, por outro lado, para as mulheres entrevistadas ainda está aquém das expectativas. É fato que já existe uma acentuada participação feminina e um envolvimento em atividades antes destinadas

quase que exclusivamente aos homens. Ainda assim, observou-se a necessidade de maior motivação por parte das mulheres, de credibilidade nas ações das associações, uma vez que as mulheres apresentam expectativas e anseios mais imediatos em relação às instituições que implicam investimento das mesmas em politização, exercício de cidadania e melhor entendimento e conscientização da importância das relações comunitárias no âmbito do Projeto. Conforme atestam as entrevistas com os agentes mediadores:

*Elas (as mulheres) vêm apresentando uma melhoria sim na organização e na participação em sindicatos e associações tanto que faz a diferença assumindo cargos de direção e progenitoras da gestão em suas organizações. Podemos dizer que os movimentos sindicais (Margaridas) têm contribuído muito para melhorias nas condições de acesso ao crédito. As mulheres sempre levam propostas de condições de trabalho, bem como, propostas de valorização humana e cultural. A mulher tem se preocupado com o âmbito familiar sendo ela ou não chefe de família, trazer segurança à sociedade e fortalecer as associações de forma comunitária também é prazeroso para elas. Ela prioriza, por exemplo, doar seu tempo quanto agente local de desenvolvimento. Ela sempre busca estabelecer metas nas ações de forma voluntária também é uma característica da mulher. (agente, COD - entrevista 24).
[...]*

É, eu vejo assim, que ela (a mulher) é reconhecida pela liderança na região, tanto é que a associação dela é bem ativa. Ela é bem conhecida. Então a participação dela, a gente entende que é uma participação de disponibilidade. Uma predisposição de ajudar, de inteirar. Ela tem a sua associação lá, né. É uma associação de certa forma bem sucedida, então eu vejo como uma participação bastante válida. Olha, eu vejo que sim, porque a gente já teve até representante mulher aqui no conselho fiscal, então eu acho que isso é um sinal, né, então quando eu coloquei pra vocês aqui da formação do distrito. Falei de um conselho de administração, mas tem o conselho fiscal que nós já tivemos aqui, são três, e nós já tivemos mulher, que é presidente de associação, então isso é um sinal, né, e eu, particularmente, né, sem conhecer, até por questões conjunturais da estrutura do distrito, mas eu vejo algumas mulheres aí que destacam nas associações, buscando um pouco mais de espaço. Isso a gente percebe. Agora a particularidade, a evolução disso, precisa melhorar. (agente, DI - entrevista 30).

Já na visão de algumas mulheres entrevistadas, a participação feminina na relação comunitária e especificamente nas associações e sindicatos precisa ainda de maior autonomia e de ações mais substanciais. O ponto destacado pelas mulheres foi a necessidade de se estabelecerem laços de confiança com as associadas no sentido de possibilitarem um trabalho conjunto para a produção e

especialmente para a comercialização. A expressão “convívio familiar comunitário” entre as associadas foi apontada como suporte para dirimir muitos entraves no âmbito do PJ.

O que eu ia falar assim, tem uma questão aqui que a gente questiona muito e é sobre a mulher em si, ela (a mulher), a participação na associação. A associação de mulheres aqui, ela não tem autonomia (mulher, entrevista 20).

Não acho que participar da associação e importante assim não ou traz alguma coisa. Igual a associação mesmo que nós participamos além assim dos projetos que tem dentro da Conab... mas assim sabe, toda reunião sempre foi a mesma coisa, sempre para pagar a mensalidade...sempre aquela mesma coisa, sabe, não tem novidade, não (mulher, entrevista 10).

Mas para a maioria das entrevistadas, além da participação das mulheres no contexto da igreja, que é uma situação que propicia lideranças femininas nos grupos de oração, nas catequeses e organizações religiosas, também se observou que para algumas as associações ganham expressividade no tocante à visibilidade da autonomia das mulheres, bem como nos encaminhamentos de projetos.

Com a associação de mulher já está vindo projetos pra cá. Isso é muito bom para nós. Participar da associação é importante para as mulheres. (mulher, entrevista 12).

As análises permitem inferir que a situação de vida e trabalho das mulheres no PJ passa ainda por restritas mudanças nas dinâmicas de gênero familiares e na comunidade do Projeto. Constata-se também a falta de reconhecimento adequado da participação efetiva das mulheres rurais nos processos produtivos e na prevalência da estrutura social cujo foco está centrado numa perspectiva essencialmente masculina que delimita papéis sexuais e sociais. Apesar disso, emerge de forma ainda restrita um protagonismo das mulheres no espaço rural e a efetiva participação dessas nos processos produtivos na agricultura familiar é tida como condição para o seu empoderamento na perspectiva de gênero e de desenvolvimento rural como liberdade.

Em relação à família e renda, empreendedorismo, autonomia, construção individual/coletiva, decisões individuais/coletivas, encaminhamentos individuais/coletivos observou-se que ocorre sistematicamente a prevalência da situação das mulheres na unidade familiar com ênfase no seu papel de dona de

casa, esposa, mãe e ajudante do marido ou do pai, calcada na divisão sexual do trabalho tradicional. Assim, a família rural é entendida como um todo homogêneo a partir das relações patriarcais em que ao homem cabe o poder de decisão, representando os interesses do conjunto e passando a organizar posições hierárquicas em que se configuram gênero e geração centrados no poder dos homens sobre as mulheres e filhos, sobretudo filhas (BUTTO e DANTAS, 2011). Corroborando com as referidas autoras, tais relações partem de uma visão da economia e do trabalho específicas ao contexto de mercado, que reduz ao econômico as realizações da esfera produtiva, com valor de troca e valor mercantil, própria do espaço masculino. Por isso, cabe às mulheres a esfera privada, fruto do não reconhecimento da sua atuação no espaço da casa e do seu esforço na geração de renda para a unidade familiar agrícola.

Assim, trazer à reflexão a tradicional “condição feminina” no espaço rural significa propor-se a desconstruir paradigmas e barreiras implicados no contexto rural com base nas relações de poder e gênero. Representa, portanto, a possibilidade de construir reflexões identitárias e valorizadas da mulher trabalhadora-agricultora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo estruturou-se a partir da constituição do tema **Mulheres na Agricultura Familiar do Semiárido Norte-Mineiro: Divisão Social do Trabalho e Gênero no Projeto Jaíba**, definindo olhares teóricos e buscando promover uma análise que considerou a problemática de gênero e o desenvolvimento rural, numa compreensão dos fatores que vulnerabilizam a situação de vida e de trabalho das mulheres da agricultura familiar do Projeto Jaíba.

O Projeto Jaíba, proveniente de uma ação da União e do Governo de Minas Gerais, idealizado na perspectiva de construção de um grande projeto de irrigação que auxiliasse no desenvolvimento regional, pautado pela redução das desigualdades sociais e regionais do Brasil, é caracterizado como o maior projeto de irrigação em área contínua da América Latina.

Nesse contexto, elegeu-se no referido Projeto a Etapa I, na área A: NS1 e NS2 como *locus* desta tese. Para tanto, os objetivos que permearam a trajetória deste estudo foram: analisar dinâmicas de vida e de trabalho feminino e gênero na agricultura familiar no Projeto Jaíba; caracterizar e analisar a sociodemografia e o trabalho das mulheres do Perímetro do Projeto Jaíba; analisar trabalho e renda das mulheres na agricultura familiar do PJ, considerando os fatores de inclusão/exclusão vinculados ao gênero; analisar dinâmicas de gênero, divisão social e sexual do trabalho na família, na atividade agrícola e a situação de vida e trabalho das mulheres do PJ e, por fim; discutir políticas públicas e gênero na agricultura familiar do PJ, na perspectiva do empoderamento feminino e do desenvolvimento rural.

Assim, depois de definido o problema de pesquisa considerando o contexto do PJ e de desenvolver um estudo descritivo sociodemográfico do trabalho das mulheres, confrontam-se o empírico e o teórico nas análises. Para tanto, no capítulo 6 analisaram-se as dinâmicas de trabalho das mulheres e gênero na agricultura familiar no PJ, enfocando as concepções e condições de trabalho, a divisão sexual do trabalho e, ainda, trabalho e renda. No capítulo 7, no contexto do desenvolvimento rural, foram analisadas as perspectivas de empoderamento feminino e os fatores de inclusão e exclusão social e de gênero no PJ.

Ressalta-se que a perspectiva de desenvolvimento considerada nesta tese focaliza os aspectos da equidade, liberdade e bem-estar humano e particulariza

um olhar de gênero. Portanto, a discussão sobre desenvolvimento e relações de gênero refere-se a uma expansão das liberdades, a expansão das “capacidades”, conforme Sen (2000), uma vez que ter mais liberdade implica melhorar o potencial das pessoas e, no caso das mulheres, significa gerar a sua condição de agente. Nesse caminho, as análises foram centralizadas considerando as marcas de permanência (estabilidades) e as marcas de ruptura (instabilidades) nas relações de vida e trabalho das mulheres do PJ, considerando as relações e hierarquias de gênero.

Como marcas de permanência considerou-se tudo aquilo que, nos aspectos das relações de gênero no âmbito do PJ, está cristalizado, em conformidade com a família e a sociedade mais ampla e é considerado um modelo tácito nas dinâmicas sociofamiliares, um padrão já estabelecido e, portanto, uma situação “naturalizada”.

Como marcas de ruptura foram consideradas as mudanças, os avanços e a “quebra” de paradigmas evidenciados nas relações de gênero, concernente à situação de vida e trabalho na agricultura familiar no Projeto.

Considerando as dinâmicas de trabalho e gênero e na análise das categorias trabalho e renda, constataram-se evidências de concepções de trabalho que culminam nos clássicos papéis sociais que homens e mulheres assumem na sociedade, com base na divisão sexual do trabalho tradicional. Existe ainda fortemente a imagem social do trabalho das mulheres considerado como “relação de ajuda”, ora para ajudar o marido, ajudar o pai e ora para, substancialmente, ajudar toda a família. As mulheres são consideradas, na dinâmica da agricultura familiar, como coadjuvantes na roça, numa demonstração que o trabalho da roça é atribuição da família e o trabalho da casa (o não-trabalho) é destino de mulher. Mesmo considerando o enfrentamento histórico e social em relação à família e à sociedade no sentido das concepções da atuação das mulheres no âmbito da agricultura familiar, no PJ, ainda estão fortemente representadas as desigualdades entre os sexos. Então, afirma-se que no valor social atribuído ao trabalho das mulheres do PJ reproduzem-se as desigualdades de gênero, impossibilitando uma melhor distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família e reforça-se o paradigma da “naturalização” da divisão das tarefas nesse espaço. Nesses termos, afirma-se que em relação às concepções de trabalho as marcas estáveis são visíveis nas relações sociofamiliares e de gênero no sentido de mulher “ajudante” do

marido nas atividades produtivas e gestora “titular” da casa e do lar, ou seja, “nada mudou” na perspectiva da valorização e da visibilidade da atuação da mulher no meio rural no Projeto Jaíba.

Em se tratando das condições de trabalho, a configuração em dupla ou tripla jornada e a sobrecarga de atividades demonstram a persistência do desvalor da força de trabalho das mulheres no PJ. Pode-se falar em mais trabalho e diversidade de atividades. Assim, constatou-se que as condições de trabalho pouco sofreram modificações no concernente às possibilidades de ampliação e de empoderamento das mulheres uma vez que a atuação delas é bastante diversificada, numa perspectiva de trabalho ampliado, mas este trabalho permanece no centro das “miudezas” características da denominação do “trabalho de mulher”. Pode-se sim falar de “grandezas” do trabalho feminino que perpassa pela roça, pela casa, pelo novo espaço produtivo que é a horta, os afazeres dos doces, dos biscoitos, do queijo, do cuidar das aves, dos porcos, dentre outros. Pode-se falar também de desmontar a metáfora do trabalho “leve das mulheres” e do trabalho “pesado dos homens”. Reconhece-se que as condições de trabalho no PJ, nessa perspectiva, dificultam a divisão equitativa das atividades domésticas e favorecem a permanência do modelo hegemônico de dominação masculina.

Tendo em vista a divisão sexual do trabalho, na perspectiva da igualdade e da autonomia, evidenciou-se que, tal divisão tem sido concebida no PJ pela designação das mulheres ao trabalho doméstico, na esfera da reprodução e do privado, cuja base está inserida e sustenta um conjunto de relações sociais. A divisão social do trabalho se institui então no centro da representação social, simbólica e cultural condizente com a atuação esperada das mulheres e dos homens. Portanto, frente às evidências, verificou-se a existência de uma divisão do trabalho doméstico de forma bastante assimétrica, que tem repercussão nos âmbitos do trabalho da casa e da roça, favorecendo a naturalização invisibilizadora das “atividades” concebidas e valorizadas diferentemente nesses espaços. Assim, pode-se dizer que as marcas de permanência são fortes em se tratando dos aspectos concernentes à divisão social e sexual do trabalho, fato que reforça as assimetrias entre trabalho masculino e trabalho feminino, suas concepções e processos e desfavorece as possibilidades de poder de agência das mulheres.

Não obstante, ocorrem questionamentos por parte das mulheres referentes à falta de valorização do seu trabalho pelo fato de ser sempre

considerado como “ajuda”. Por esse prisma, pode-se falar da ainda incipiente desnaturalização dessas marcas. Outro fator que pode ser relevante para o encaminhamento de processos de mudança nas relações de gênero no PJ é o fato de que alguns filhos homens já atuam em atividades domésticas, apesar de ainda ser simbolicamente persistente que esse não é um espaço masculino e a ideia do homem como provedor.

Constatou-se que, em relação a trabalho e renda, a diversificação das atividades e da atuação das mulheres é uma estratégia para ampliar as possibilidades de fonte de renda da família e, conseqüentemente, podem indicar aquisição das facilidades econômicas relativas às liberdades substantivas. Nesse patamar, pode-se pensar em marcas de ruptura no sentido de perspectivas de um empoderamento econômico das mulheres.

Constatou-se que a diversificação pode contribuir como fator amenizador dos descompassos e intempéries próprios da produção agrícola, principalmente em se tratando da descapitalização dos produtores, conseqüentemente, da falta de crédito rural e das dificuldades no processo de comercialização. Citam-se como alternativas “femininas” os projetos como o da CONAB, o serviço de diarista, de doceira, de biscoiteira, dentre outros. Constatou-se que ainda é bastante restrito o acesso ao crédito agrícola para a imensa maioria das mulheres e que o principal fator restritivo é não se consubstanciar em uma verdadeira pedagogia de gênero que produza efeitos de saber facilitadores ao acesso e a essa política pública.

Para o estudo analítico que considerou as perspectivas de empoderamento e desenvolvimento rural, foram ressaltados os aspectos responsivos tanto pelo aumento das oportunidades das mulheres, quanto pela dificuldade de adquirirem os papéis *constitutivos e instrumentais* capazes de gerar a sua “*condição de agente*”. Assim, foram analisados alguns fatores favoráveis à inclusão/exclusão social e de gênero no PJ.

No tocante aos fatores de inclusão ressalta-se que, ainda que bastante limitados, vêm se reconfigurando algumas ações das mulheres que podem ser consideradas parte de um processo inicial de ruptura, portanto, situações que favorecem a inclusão social e de gênero no PJ. O acesso à educação, que, para as mulheres mais velhas não era possível, atualmente as famílias priorizam, na medida do possível, a educação dos filhos. E, mesmo as mulheres que não tiveram oportunidades de estudo, tentam conciliar o trabalho doméstico, o trabalho da roça e

a volta à escola. Os espaços associativos, a exemplo da existência de 3 (três) associações, estão permitindo aos poucos a atuação das mulheres no espaço coletivo e fazendo emergir novas representações das relações de poder. As condições materiais obtidas do trabalho como diarista ou do recurso proveniente da sua produção como doceira, biscoiteira, dentre outros, permite à mulher pensar em si e na família. Assim, ressalta-se que o espaço rural no Jaíba, de alguma forma e mesmo que ainda fragilmente, desestabiliza algumas barreiras e aos poucos ressignifica posturas e atitudes quando se consideram as relações assimétricas de gênero. Portanto, a busca de poder no processo produtivo e público e o despertar para a cidadania das mulheres despontam como fatores que podem provocar transformações nas relações de gênero.

No entanto, a percepção de aspectos favorecedores de exclusão social e de gênero no PJ foi mais acentuada. Assim, destacam-se como fatores que são relevantes na exclusão social das mulheres: a limitada participação social das mulheres em espaços públicos é fator de invisibilidade da atuação feminina e o reconhecimento do seu papel com equidade; a falta de acesso a informação, as dificuldades referentes aos mecanismos para a operacionalização do crédito rural e, especificamente, o Pronaf-Mulher, além da falta de espaço próprio das mulheres para comercialização dos seus produtos.

Em se tratando do crédito rural, constatou-se que a superação das desigualdades está em situação de “vulnerabilidade” referente à falta de implementação de políticas públicas com perspectiva de gênero. A obtenção do crédito, e em especial do Pronaf-Mulher, é, sem dúvida, um dos aspectos preponderantes para a superação das desigualdades de gênero e para a valorização da atuação feminina no rural. Nesse aspecto, as políticas de crédito rural como instrumento relevante para a agricultura familiar não são capazes no PJ de provocar transformação no modos de vida e situação de trabalho das agricultoras, já que se evidenciou a incipiência do Pronaf-Mulher e também um reduzido acesso ao Pronaf B pelas mulheres.

Conforme explicitado no capítulo 7, a não existência do Pronaf-Mulher no âmbito do PJ contribui para a invisibilidade da capacidade produtiva e participação mais autônoma das mulheres ao mundo do trabalho na agricultura. Inexistem ações e a implementação efetiva de políticas públicas destinadas à agricultura familiar que sejam promotoras de transformações sociais e na vida pessoal (trabalho e família)

no PJ. Portanto, faz necessário repensar as condições de informações sobre o crédito; a falta de sensibilização das instituições e dos agentes de mediação para atender as necessidades das mulheres e as demandas das políticas públicas na perspectiva de gênero; o não reconhecimento das próprias mulheres e das famílias acerca das potencialidades femininas no mundo do trabalho e no processo de gestão da unidade agrícola como fatores preponderantes e potencial de empoderamento feminino. Pode-se então afirmar que, em relação à política de crédito não existem oportunidades de escolha para as mulheres e que as dificuldades para a obtenção do crédito se dão pela persistência de uma imagem da realidade social reforçada pela própria mulher, pela família e pelos agentes de mediação, que resultam na reprodução das desigualdades de gênero. Nessa perspectiva, constatou-se que os critérios de concessão de crédito agrícola ainda são sustentados nas “assimetrias” de gênero dentro desse contexto. Reconhece-se que há que se pensar diferente em relação às políticas públicas de crédito para as mulheres. Tais reflexões conduzem à percepção de que os entraves relativos à obtenção do crédito rural passam necessariamente pelo acesso e pela acessibilidade aos meios, sustentados em pedagogia capazes de produzirem efeitos de saber-poder para as mulheres.

Por esse caminho de entendimento, conforme o capítulo 7, buscou-se compreender as dificuldades encontradas pelas mulheres no PJ para a obtenção do crédito. Dessa maneira, constatou-se que o acesso e a acessibilidade são considerados substanciais para a consolidação do crédito com perspectiva de gênero. Em se tratando do Pronaf-Mulher, compreende-se que acesso é a existência da disponibilidade do recurso para a obtenção do crédito rural. Por acessibilidade compreende-se não somente os recursos disponíveis, mas todo o conjunto de fatores que podem facilitar ou limitar a obtenção do recurso. Nessa perspectiva, vários aspectos foram evidenciados inerentes à falta de acessibilidade: a prevalência da relação dominante na perspectiva do homem como detentor do poder econômico e o principal responsável para e pela obtenção do crédito; o endividamento familiar; o receio das mulheres e da família em buscar financiamento; as dificuldades próprias da elaboração de um projeto financiável que seja condizente com a capacidade técnica e com a viabilidade de atuação das mulheres; a ausência de documentação civil das mulheres e também a ausência de documentação sobre o lote, que muitas vezes é arrendado; a falta de credibilidade e de perspectivas quanto

à obtenção do recurso mediante endividamentos anteriores; as relações de poder das instituições em especial das agências bancárias e no interior hierarquizado da família; as garantias exigidas, como a necessidade de avalista; as dificuldades de locomoção campo-cidade; as relações entre os agentes financeiros, as associações, a empresa de assistência técnica, os sindicatos rurais e a falta de capacitação dos agentes mediadores para o entendimento de políticas públicas de gênero. Assim, infere-se que, embora o Pronaf represente um importante instrumento para o empoderamento feminino e uma estratégia significativa para o desenvolvimento rural, no contexto de vida e trabalho das mulheres do PJ essa política pública é restritiva e insuficiente.

As evidências no PJ apontam para inquietudes e indagações relativas a uma participação política mais igualitária quando se considera a atuação feminina em diversos espaços, como, por exemplo, da casa, da roça, do quintal, do trabalho ampliado como os serviços de doceira, biscoiteira e da gestão do lote. Enfim, tudo isso pode representar um aumento da carga de trabalho das mulheres entre atividades produtivas e reprodutivas. Essas, por um lado implicam relações de gênero assimétricas e significam sobrecarga, indisponibilidade de tempo para si, falta de compartilhamento das tarefas, ou seja, reforçam as assimetrias da divisão social e sexual do trabalho. Mas, por outro lado, a diversidade na atuação das mulheres pode representar ganhos no tocante à ampliação de possibilidades para o empoderamento feminino. Nesse aspecto, observou-se que as mulheres depositam expectativas de independência, poder de decisão e autonomia que se constitui pelos modos “intitamentos”, consequência da geração de renda. Assim, constatou-se a importância e o impacto do trabalho e da atuação das mulheres no PJ, sem, no entanto entendê-los como significativos de empoderamento feminino. O fato de a mulher ter atuação nas atividades produtivas e determinar, muitas vezes, a viabilidade na produção e na geração de renda para a família não indica impacto substantivo no valor social do seu trabalho.

Nesse sentido, ficou evidenciado que as mulheres no contexto de vida e de trabalho do PJ são vistas predominantemente pelo prisma da sua atividade e responsabilidade doméstica e na unidade familiar. Tal fato é reflexo das representações persistentes na sociedade, na família e na unidade agrícola familiar. As análises desta tese permitiram inferir que a situação de vida e trabalho das mulheres passa ainda por restritas mudanças nas dinâmicas de gênero familiares e

no contexto amplo do PJ. Enfim, apesar da falta de reconhecimento da participação efetiva das mulheres rurais nos processos produtivos e na prevalência da estrutura social, cujo foco está centrado numa perspectiva essencialmente masculina que delimita papéis sexuais e sociais, emerge um “protagonismo prático”, no trabalho das mulheres no espaço rural. Este protagonismo efetiva sua participação nos processos produtivos na agricultura familiar e é condição para o seu empoderamento na perspectiva de gênero e no desenvolvimento rural como liberdade.

Assim, esta reflexão conduz à afirmação de que as mulheres do PJ, ainda, enfrentam grandes obstáculos para alcançar o papel ativo da condição de agentes de sua própria história como trabalhadoras e cidadãs. E no discurso “naturalizado” da comunidade e das políticas públicas, os papéis sociais de homens e mulheres persistem na perspectiva de separação e de hierarquia, ou seja, sustentando a “desqualificação” do trabalho feminino na agricultura na base da naturalização da divisão sexual do trabalho, que, por sua vez, reforça a opressão e as desigualdades no plano das oportunidades e poder na comunidade familiar e nas interações sociais e institucionais.

A inserção de gênero no semiárido brasileiro, permitindo que a mulher seja personagem prevalente, líder e direcionadora nos contextos socioeconômicos rurais, pelo que se depreende desta pesquisa, ainda tem percurso sinuoso e com obstáculos. Por outro lado, essa inserção é gradual graças ao associativismo feminino e aos exemplos de superação da mulher e da família, mesmo quando diante das intempéries naturais ou das imposições direcionadas pela tradição de o homem sempre ficar à frente de negócios e da gestão econômica. O peso histórico do papel secundário exercido pela mulher no campo ainda deixa amarras profundas para a plena valorização desse trabalho feminino, comprovadamente, conforme os depoimentos colhidos *in loco*, incisivo e cansativo, pois ultrapassa a faina no campo e é completado com as tarefas domésticas. No imaginário do sertanejo, entre buritis, veredas e cerrado bravo, a superação pertence naturalmente às personagens. O desejo, ao final, é ampliar a qualidade de vida. Mas, conforme os depoimentos das mulheres do Projeto Jaíba, o trabalho árduo faz parte desse procedimento de superação dia após dia, como o cerrado, de árvores retorcidas, permanece vivo diante do sol e na canícula, aguardando a chuva renovadora da próxima safra, reinventando-se também como agente central da história socioeconômica do sertão

norte-mineiro, terra em que está a mulher que ganha visibilidade a custa de muito suor.

Enfim, a trajetória percorrida no processo de construção desta tese produziu novos olhares e reflexões a cerca das especificidades do rural. Nessa perspectiva, acredita-se que a temática desenvolvida constitui um significativo aporte para debates substanciais em torno da ruralidade, do desenvolvimento rural e do desenvolvimento local, possibilitando reflexões na comunidade acadêmica, em movimentos e organizações sociais e principalmente entre os gestores de políticas públicas com foco na agricultura e no meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. G. Política de crédito do Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): Resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1. p.53-66. 2005.

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. Acesso, uso e sustentabilidade do Pronaf B. 2006. Disponível em: < [www .econ.fea.usp.br/abramovay](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay)>. Acesso em: 10 fev. 2012.

Academia Brasileira de Letras, Celso Furtado – Biografia. Disponível em: <www.academia.org.br>. Acesso em: 16 jan. 2012.

AGUIAR, V. V. P; ROSA, E. P. Sistemas de Produção e Gênero na Agricultura Familiar, NAF – UFSC, Fazendo Gênero 8 – **Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, 2008.

ANTUNES, M. **O caminho do empoderamento na superação da pobreza: O caso das quebradeiras de coco e trabalhadores (as) rurais da área de atuação da Assema**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Curso de Pós graduação em Desenvolvimento e Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2003.

ARAUJO, T. C. A; GODRIM, M. D; SOUZA, V. S. **A organização social da agricultura familiar do Projeto Jaíba-MG como desafio para o desenvolvimento local sustentável**. Londrina.Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural 22 a 25 de julho de 2007.. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/333.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2011.

BANCO MUNDIAL. **Série Água Brasil 5. Impactos e Externalidades Sociais da Irrigação no Semi-árido Brasileiro**. Brasília: Estação Gráfica, 2003.

BANCO MUNDIAL, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/ Washington, D.C. Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012. Igualdade de Gênero e Desenvolvimento - Visão Geral. 2011 The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2012.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, BNB. Crediamigo. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/o_que_e_objetivos.asp>. Acesso em: 11 dez. 2011.

BANDEIRA, L.; BITTENCOURT, F. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas brasileiras. In: SWAINT; GONTIJO, D. **Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas**. Florianópolis: Mulher, 2005.

BANDEIRA, L. Fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Convênio Secretaria Especial de Política para as Mulheres - SPM e Comissão

Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL. Quito, Ecuador, 25 de agosto de 2004. Disponível em: <www.eclac.org/mujer/reuniones/quito/Lourdes_Bandeira.pdf>. Acesso em: 26 maio 2011.

BARBOSA, A. A.N; MENDES, M. A. C; SANTOS, K. C. **Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários da Mata do Jaíba no Norte de Minas Gerais**, 2010. In: mimeo.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARSTED, L. **Gênero e legislação rural no Brasil**: a situação legal das mulheres face à Reforma Agrária. Brasília: MDA/INCRA/FAO, 2002.

BAPTISTELLA, C. S. L; FRANCISCO, V. L. F. S. **O trabalho feminino no rural paulista**. [2005] Disponível em: <www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1653 >. Acesso em: 12 maio 2010.

BIANCHINI, V. Políticas diferenciadas para a agricultura familiar: em busca do desenvolvimento rural sustentável. In: BOTELHO, F. (Org.) **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial, contribuições do debate**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, V. S, n.17, 2005, p. 81-89.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. **Lei n. 6.662, de 25 de junho de 1979**. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências. Brasília: DOU, 26 de junho de 1979,

BRASIL. **Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984**. Brasília: DOU, 30 de março de 1984.

BRASIL. **Lei n. 12.787, de 11 de janeiro de 2013**. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, altera o art. 25 da Lei n. 10.438, de 26 de abril de 2002, revoga as leis nºs. 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-lei nºs. 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências. Brasília: DOU, 14 de janeiro de 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **A irrigação no Brasil**: situação e diretrizes. Brasília: IICA, 2008.

BRASIL. Informe Brasileiro: XX Reunião Especializada da Mulher do Mercosul. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Brasília/Brasil, 29 a 31 de outubro de 2008. Disponível em: <www.sepm.gov.br/Articulacao/.../mercosul/xx-rem-informe-brasil.pdf>. Acesso em 13 jun. 2011.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Cirandas do Pronaf para Mulheres**. Brasília, 2005. 180 p.; 21 x 28 cm. -- (Nead Debate ; 6).

BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 260 p.; 21 x 28 cm. -- (nead, debate; 9).

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário/Incra. **Um novo Brasil rural**. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra de Agricultura Familiar** . 2010/2011. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2011.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional (2010) A PNDR em dois tempos: A experiência apreendida e o olhar pós 2010. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional (MI). Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural** / Andrea Butto, Isolda Dantas, orgs. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Notícias. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/noticias/conteudo/12648.asp>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BRUMER, A; FREIRE, N. M. S. “O trabalho da mulher na pequena produção agrícola”. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, ano XI/XI, p. 305322, 1983/1984.

BRUMER, A; PAULILO, M. I. As agricultoras do Sul do Brasil. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, V. 7, 2004, Nº. 12, p. 171 -174.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.**, Jan./Apr. 2004, vol.12, no.1, p.205-227.

BRUMER, Anita. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, p. 20-38, out. 1988.

BRUSCHINI, M. C. RICOLDI, A. M. Família e Trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.136, p.93-123, jan./abr. 2008.

BUTTO, A. A perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil: políticas públicas. In: **Seminário: “Gênero y Enfoque Territorial Del Desarrollo Rural”**. Natal, 14 a 17 de julho, 2003. Disponível em: <<http://www.metas2015.unb.br/Documentos/Genero>>. Acesso em: 22 set. 2012.

_____. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: MDA-PPIGRE- **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA-NEAD-2006, p. 87-116.

CADENGUE, H. M.; TEIXEIRA, M.; GEHLEN, V. Participação Feminina, Gestão de Recursos Naturais e Agricultura Familiar: um estudo no semi-árido. In: **VII Congresso**

Latinoamericano de Sociologia Rural - Asociacion Latinoamericana de Sociologia Rural. Alasru. Quito - Ecuador : FLACSO, 2006. v. 01.

CALDEIRA, B. M. S. Entre o princípio da universalidade e as ações afirmativas: quais os caminhos percorridos pela política nacional para as mulheres no Brasil? **Fazendo gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, agosto, 2010.

CÂNDIDO, M.H.; **Dinâmicas sociais de gênero a partir da concessão do crédito pecuário a mulheres rurais do Posto Administrativo de Changalane em Maputo-Moçambique**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas – PGDR, Porto Alegre, 2009.

CARNEIRO, G. V. F. B. **Pedagogia do trabalho**: produção da necessidade-desejo do trabalho assalariado. Belo Horizonte: UFMG, 1992 (Dissertação de Mestrado em Educação).

CARNEIRO, M. J. Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo. Friburgo, 21 a 23 de outubro de 1981, V Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Friburgo, 1981.

_____. Mulheres no Campo: Notas sobre sua participação política e a condição social de gênero. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.2, p, 11-22, jun. 1994.

CARNEIRO, M. J. e TEIXEIRA, V. L. Mulher rural nos discursos dos mediadores. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 05, novembro, 45-57, 2005.

CAVALCANTI, E. R. Gênero e Desertificação – uma abordagem necessária. In: MATALLO, Heitor (org.) **Desertificação**. Brasília: Caderno da UNESCO, 1999.

CHABAUD-RYCHTER D., FOUGEYROLLAS-SCWEBEL D, SONTOHONAX F., Espace te temps du travail domestique. Paris: Librairie des Meridiens, 1985

CITELI, M. T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p. 131-144, 2001.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARANAÍBA - CODEVASF. **Avaliação global e sistematização dos aspectos socioeconômicos e ambientais do projeto Jaíba: Etapa I**. Belo Horizonte: CODEVASF, 1994.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARANAÍBA - CODEVASF. **Cartilha do Irrigante**. Brasília: CODEVASF, 2000.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARANAÍBA - CODEVASF. **Projeto de Irrigação do Jaíba**. Montes Claros: 2008. (CD-ROM)

COPETTI, L. D. **Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares às políticas de crédito rural**: o caso do pronaf-crédito no município de Alegria-RS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

CORTES, S. M.V. Técnicas de Coleta e Análise Qualitativa de Dados. In: **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 9.p. 11-47.1998.

COSTA, M.C.; **Violência contra mulheres rurais, agendas públicas municipais e práticas profissionais de saúde**: o visível e o invisível na inconsciência do óbvio. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Porto Alegre, 2012.

COSTA, D. S. M.; PEREIRA, A. M.; RUAS, K. F. As Potencialidades da Região Semiárida do Norte de Minas: Análise do Centro de Estudos de Convivência com o Semiárido. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Espaço de Diálogos e Práticas. **Anais**. Porto Alegre, 2010.

DEERE, C.; LEÓN, M. **Empoderamento de mulher**: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DELGADO, G.; CARDOSO JR, J. C. (Orgs.). **A universalização de direitos sociais no Brasil**: a Previdência Rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000.

DELGADO, G.D; CONCEIÇÃO, J.C.P.R, OLIVEIRA, J.J; *Avaliação do programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)*. Brasília, IPEA, 2005.

DUARTE, S. V.; TAVARES, M. C. Sistema de produção de produtos agrícolas: facilidades e dificuldades de escoamento da produção – Um estudo de caso do Projeto Jaíba. Unimontes Científica. **Revista da Universidade Estadual de Montes Claros**, v. 2, n. 2. Montes Claros: UNIMONTES, 2001.

EMPRESA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RUAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG. **Proposta técnica para prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural no Projeto Jaíba**. Belo Horizonte, 2003. 66p.

EMPRESA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RUAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG. **Relatório de Atividades**: Projeto Jaíba Etapa I. Jaíba, MG, 2004.

EMPRESA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RUAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG. **PDS (Plano de Desenvolvimento Sustentável) para a agricultura familiar do projeto Jaíba**. Etapa I. Jaíba, MG, 2005. 21 p.

EMPRESA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RUAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG. **Relatório de Atividades 2010**. Jaíba: 2010. 44 p.

EMPRESA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RUAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG. **Relatório de Atividades 2011**. Jaíba: editora (impresso), 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA, Gado de Corte, CNPGC. Disponível em: <<http://www.cnpqc.embrapa.br>>. Acesso em: 29 maio 2012.

FARAH, M. F. S. **Gênero e Políticas Públicas**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, p.47-71, jan-abril. 2004.

_____. Políticas Públicas e Gênero. Trabalho preparado para a URBIS – Feira e Congresso Internacional de Cidades. Seminário Nacional de Coordenadorias da Mulher no Nível Municipal: o Governo da Cidade do ponto de vista das Mulheres – **Trabalho e Cidadania Ativa**. Mesa 1 – Estado e políticas públicas: a construção da igualdade. São Paulo, Anhembi, 22 e 23 de julho de 2003. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/...coordenadorias/coordenadoria_da_mulher>. Acesso em: 27 maio 2011.

FLEURY, L. C. **Cerrado para ser o quê?** : representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

FONTANELLA, B. J. B. et al. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Cadernos de Saúde Pública, v. 24, nº1 p. 17-27, Rio de Janeiro, jan. 2008

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GASSON, R. Goals and values of farmers. **Journal of Agricultural Economics**, 24(3):521-537. 1973.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo. Editora Atlas S.A, 1999. (1991).

GOMES, N. M. Estado, capital e colonização na fronteira agrícola mineira. 1983. 124fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNICAMP, Campinas, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. 153p. (Coleção Pesquisa, 1).

_____. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J, J. et al. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário, São Paulo em perspectivas, vol. 11, n.2, 1997, p. 50-64.

GUIZZO, B. et al. O *Software* QSR Nvivo 2.0. na análise qualitativa de dados: ferramenta para a pesquisa em ciências humanas e saúde. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v. 24, n.1, p. 53-60, 2003.

GUZMÁN, V. A equidade de gênero como tema de debate de políticas públicas. In: FARIA, N. *et al.* (Org.). **Gênero nas Políticas Públicas**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista (SOF), 2002, p. 67-68.

HEREDIA, B. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: Neuma Aguiar. (Org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Análises qualitativas. Rio de Janeiro: Vozes, 1984, p. 29-45.

HEREDIA, B.; CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, São Paulo, ano 9, n. 8, jan/jun. 2006.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Caderno de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609. set.-dez.2007.

HIRATA, H.; O universo do trabalho e da cidadania das mulheres - um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: Reconfiguração das relações de gênero no trabalho/Ana Alice Costa, Eleonora Menicucci de Oliveira, Maria Ednalva Bezerra de Lima, Vera Soares.[Org.] – São Paulo: CUT Brasil, 2004.144p.; 21cm.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Dados demográficos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/tabelas/territorio.htm>. Acesso em: 20 out. 2011.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Dados demográficos. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=313505>>. Acesso em: 20 maio 2012.

IDAF, Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do ES. Disponível em: <www.idaf.es.gov.br>./.../perguntas-e-resposta-frequentes-. Acesso em: 22 maio 2012.

JESUS, W. L. A.; ASSIS, M. M. A. Revisão sistemática sobre o conceito de acesso nos serviços de saúde: contribuições do planejamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(1):161-170. 2010.

KAGEYAMA, A. A pobreza rural: excesso de trabalho e insuficiência de renda. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 16, n.2 p. 56-61, 1986.

KERGOAT, D. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. **Dictionnaire critique du féminisme**, organizado por Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré, Danièle Senotier. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas/ EMÍLIO et al. (org.) São Paulo: Coordenadoria Especial para a Mulher, 2003.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KERGOAT D. A propos des rapports sociaux de sexe, **Revue M**, avril-mai 1992c, nº 53-54, p. 16-20.

KUHN, D. D. **Oportunidades, ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul**: as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2008.

LEAL, S. M. C. “Lugares de (não) ver? “- **As representações sociais da violência contra a mulher na atenção básica de saúde**. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem. Porto Alegre, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2007.

LIMA, M. E. B; A Dimensão do Trabalho e da Cidadania das Mulheres no Mercado Globalizado. In: Reconfiguração das relações de gênero no trabalho/Ana Alice Costa, Eleonora Menicucci de Oliveira, Maria Ednalva Bezerra de Lima, Vera Soares. [Org.] – São Paulo: CUT Brasil, 2004.144p.; 21cm

LOPES, M. J. M. ; Divisão do Trabalho e relações sociais de sexo: pensando a realidade das trabalhadoras do cuidado de saúde. In: **Gênero e Saúde**. LOPES, M. J. M. ; MEYER, D. E. ; WALDOW, V. R. (Org.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LOPES, M. J. M.; e LEAL, S. M. C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. DOSSIÊ: **GÊNERO & SAÚDE** Cad. Pagu n.24. Campinas jan./jun. 2005

MACHADO, L. M. **A incorporação de gênero nas políticas públicas**: perspectivas e desafios. São Paulo: Annablume, 1999.

MAIA, C. J. Trabalho, família e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no médio Jequitinhonha. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE, vol. 4, 2004, p. 89-103.

MATTEI, L. Pronaf 10 anos: mapa de produção acadêmica. Brasília. MDA, 2006b.

MATTOS, E. J. de. **Pobreza rural no Brasil**: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2006.

MARTINS, S. **Análise da implementação da política nacional de irrigação do Norte de Minas Gerais**: O caso do Projeto Jaíba. Dissertação de Mestrado. UFV, Viçosa, 2008.

MAZOYER, M. e ROUDART, L. Capítulo 2: Origem e expansão da agricultura no mundo In: **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**. MIGUEL, Lovois de A. (Org.). Porto Alegre, Editora da UFRGS, Série Educação a Distância SEAD, 2009. 147 p. Disponível em: < <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/727.pdf> >. Acesso em: 20 out. 2012.

MELO, H. P. de & DI SABBATO, A., “Mulheres Rurais – invisíveis e mal remuneradas” In: **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, Debate 9, 2006.

_____. “O feminino no mundo rural: um olhar pela PNAD/IBGE”, em **Anais do X World Congress of Rural Sociology e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, 2000.

_____. O trabalho rural numa perspectiva de gênero. NEAD – Gênero e Trabalho Rural 1993/2006. Disponível em: < www.iica.int/.../Alberto_Di_Sabbato_-_Hildete_P_de_Melo_-_NEAD_-_... >. Acesso em: 12 mar. 2012.

MELO, H. P. de, Gênero e Pobreza no Brasil. **Relatório final do projeto governabilidade democrática de gênero em América Latina y El Caribe**, CEPAL, SPM – Brasília, 2005.

MELO, H. P. de, “O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras”, em MELO, H.P.de & SABBATO, A., (Org.) **“Os Serviços no Brasil – Estudos de Casos”**, Rio de Janeiro, MICT, ANPEC, IPEA, 1998.

_____. **Os afazeres domésticos contam**. Texto para discussão. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, n. 177, p. 2-24, 2005.

MELO, H. et al. Agricultura Familiar nos Assentamentos rurais: nas relações entre as mulheres e os homens. O caso do Portal de Paranapanema. In: LOPEZ, A.; BUTTO, A. (org.). **Mulheres na Reforma Agrária**, Brasília: MDA, 2008, p.83-151.

MELO, L. **Relações de Gênero na Agricultura Familiar**. O caso do Pronaf em Afogados de Ingazeiro – Pe. 2003. Tese (doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2003.

MEYER, D. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 57, n. 1. p. 13-18, jan./fev. 2004.

MINAYO, M. C. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 9 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. Cap. 3 p. 89-111.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. M. C. S. Apresentação. In: **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde** / Iara Coelho Zito Guerriero, Maria Luisa Sandoval Schmidt, Fabio

Zicker, organizadores. – São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.308p. – (Saúde em debate; 188).

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**. Rio do Janeiro, v.9, n.3, p.239-262, 1993.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão, coord **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – 2007-2023: o Estado para Resultados**, Belo Horizonte, 2007.

MIRANDA, J.H. de, SANTOS, C.A.S., COELHO, R.D. **Aspersão Convencional: simulações de dimensionamento econômico em planilha eletrônica**. ESALQ-USP - Departamento de Engenharia Rural - Piracicaba SP, 2011.
Disponível em <http://www.lce.esalq.usp.br/jarbas/Artigos_do_Jarbas/aspersao.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2012.

MORIGI, V. J; CERUTTI, B. B.; COSTA, V. T. S. Mulher, meio ambiente e modo de vida sustentável: um estudo sobre as práticas artesanais na região do Vale do Taquari - RS. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos**. Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC -23 a 26 de agosto de 2010.

MOSCOVICI , S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 16 n. 44,2001. o Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.**, Jan./Apr. 2004, vol.12, no.1, p.205-227.

NEVES, M. A; In: **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**/Ana Alice Costa, Eleonora Menicucci de Oliveira, Maria Ednalva Bezerra de Lima, Vera Soares. (Org.). São Paulo: CUT Brasil, 2004.144p.; 21cm

OLIVEIRA, H. M. C. **Organização das mulheres e estratégia de sobrevivência no semi-árido**: o caso de Caraíbas – Arcoverde/PE. Recife: UFPE, 2001. (Dissertação de Mestrado).

OSÓRIO HERNÁNDEZ, C. **Movimentos de mulheres e políticas para a agricultura familiar**: políticas para mulheres rurais ou com perspectiva de gênero? Disponível em: <www.cnpq.br/cnpq/br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/67.pdf>, 2009. Acesso em: 28 maio 2011.

_____. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero**: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais? Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2009.

PAULILO, M. I. S; O Peso do Trabalho Leve - Departamento de Ciências Sociais - UFSC, **Revista Ciência Hoje**, n° 28/1987.

PEREIRA, A. M.; SOARES, B. R.. Cidade e região: Relações entre Montes Claros e as pequenas cidades do Norte de Minas Gerais (BR). In: XI Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2007, Bogotá. **XI Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2007.

PLANO DIRETOR PARA O DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO - PLANVASF. **Relatório Final**. Brasília: PLANVASF, 1989.

PLENA Consultoria de Engenharia Agrícola. **Plano básico de trabalho de assistência técnica e extensão rural** – 1997 – Projeto Jaíba – Etapa I. Belo Horizonte, 1997.

PROJETO JAÍBA. DIJ. Disponível em: <<http://www.projetojaiba.com.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. "Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re)pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar". **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 5, p. 121-148, 2009.

RELATÓRIO do Projeto Jaíba 2005 – 2010. Disponível em: <<http://www.agricultura.mg.gov>>. Acesso em: 20 maio. 2012.

RODRIGUES, L. **Investimento agrícola e o grande projeto Jaíba**: 1970-1996. São Paulo: FFLCH/USP, 1998. (tese de doutorado). P.302.

_____. Potencial da agricultura irrigada como indutora do desenvolvimento regional: o caso do Projeto Jaíba no Norte de Minas Gerais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 2, p. 206-232, abr-jun. 2001.

SANTOS, G. R.; SILVA, R. S. Os Irrigantes do Projeto Jaíba: da produção de subsistência à agricultura moderna. **Anais do seminário internacional sobre o desenvolvimento regional do nordeste**. CICEF – UFPE. Recife-PE, outubro, 2009.

SANTOS, G. R. **Da produção de subsistência à agricultura moderna - socialização e preparação para o trabalho no Projeto Jaíba**. São Paulo: PUC, 2003.

SANTOS, K. C. **Heterogeneidade nas estratégias de sustento**: a experiência da intervenção planejada na Etapa I do Projeto Jaíba, Minas Gerais. Pesquisa de doutorado, 2013, In: mimeo.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. *et al.* Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S. *et al.* (Org.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A. L. (ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jul-dez. 1995.

SCOTT, R. P.; CORDEIRO, R. (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO, AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E ABASTECIMENTO – SEAPA (Governo de Minas Gerais). Projeto Jaíba – Agricultura Irrigada no Norte de Minas: Histórico. Belo Horizonte, 2005, 5 p.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO – SEPLAN (Governo de Minas Gerais). Relatório sobre o Projeto Jaíba: 1995. Belo Horizonte, 1995, 4 p

SEN, A. **A idéia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 92

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, A. C. **Dilemas da Agricultura Familiar Irrigada no Projeto Jaíba**, MG.Dissertação de Mestrado. Viçosa: UFV, 2006.

SILVA, R. M. C. **Efeitos distributivos de projetos de irrigação: o caso do Projeto Jaíba**. Programa de Pós-graduação em economia Aplicada, Viçosa: UFV, 2001. (Tese de Doutorado).

SILVEIRA, M. L. Políticas Públicas de Gênero: Impasses e Desafios para Fortalecer a Agenda Política na Perspectiva da Igualdade. Trabalho preparado para a URBIS 2003- Congresso Internacional de Cidades. **Seminário Nacional de Coordenadorias da Mulher no Nível Municipal: o Governo da Cidade do ponto de vista das mulheres – Trabalho e Cidadania Ativa**. Mesa 1– Estado e Políticas Públicas: a construção da igualdade. São Paulo, Anhembi, 2003 realizado em parceria com o ILDES/ Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/...coordenadorias/coordenadoria_da_mulher/>. Acesso em: 27 maio 2011.

SOARES, C.C. **O caráter social e as perspectivas de adaptação da pequena produção inserida em projetos de concepção técnica: o caso do Projeto Jaíba**. 1999. 114p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

SOUZA, A.V.A.; MARTINS, A. C. S. Representações de Gênero: mulheres na agricultura familiar no semi-árido norte mineiro. **Anais do 1º Seminário de**

Inovação, Ciência e Tecnologia do IFNMG/Januária. [CD-ROM]. Januária – MG: IFNMG. 2009.

SOUZA, H.R. Agricultura irrigada no semi-árido nordestino. In: GOMES, G.M. **Desenvolvimento sustentável no nordeste.** Brasília: IPEA, 1995. 377 p.

STROPASOLAS, V. L. **O valor (do) casamento na agricultura familiar.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. As possibilidades das Metodologias Informacionais nas práticas sociológicas: por um novo padrão de trabalho para os sociólogos do século XXI. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 3, n. 5, p. 114-146, jan./jun. 2001.

_____. **Os colonos do vinho:** Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978, 182 p.

TEDESCHI, L. A. **Mulheres e a Sociedade Agrária:** representações sociais e relações de gênero. *SÆCULUM – Revista de História* [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família – racionalidade produtiva e ethos camponês.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TRAVASSOS, C. M.; MARTINS, M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. **Cad. Saúde Pública**, 20(supl.2): S190-S198.2004.

VEIGA, E. J. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**. 43, set-dez,2001, p. 101-119.

VEIGA, L. & GONDIM, S.M.G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**. 2(1), 2001. 1-15

VIEIRA, T. A.; ROSA, L. S. ; MODESTO, R. S.; SANTOS, M. M. **Gênero e sistemas agroflorestais:** o caso de Igarapé-Açu, Pará, Brasil. *Revista de Ciências Agrárias* (Belém), v. 50, p. 143-154, 2008

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentamentos de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, José de Souza. **Travessias:** estudo de caso sobre a vivência de reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 203-246.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WOORTMANN, E. & WOORTMANN, K. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UNB, 1997.

WOORTMANN, K. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA - MULHERES DO PROJETO JAÍBA

1. CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DA UNIDADE AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO

- 1.1 Sua família é proprietária da terra em que trabalha? () Sim () Não
- 1.2 Caso não seja proprietária, qual a forma de uso? () Arrendamento/Aluguel
() Assalariada () Posse () Cedida () Outra
- Valor: _____
- 1.3 Principais atividades econômicas _____
- 1.4 Renda mensal _____
- 1.5 Para que se destina essa renda?
- 1.6 Bens que possui:
- 1.7 Suas filhas permanecem na agricultura familiar? Por quê?

2. TRAJETÓRIA/MODOS DE VIDA E TRABALHO DAS MULHERES

- 2.1 Tipo de atividades (agrícolas e não agrícolas) que desenvolve? O que produz?
- 2.2 Como são distribuídas as atividades (divisão do trabalho e tempo) na família?
- 2.3 Quem toma as decisões para a realização das atividades?
- 2.4 Quem decide pelo uso e distribuição dos recursos?
- 2.5 Forma de exploração agrícola: manual ou mecânica? Máquinas e equipamentos que possui?
- 2.6 Mão-de-obra utilizada.
- 2.7 Presta serviço a terceiros?
- 2.8 Como faz para custear a produção?
- 2.9 O que você sabe do crédito rural e sobre o Pronaf?
- 2.10 Conhece as condições ou regras necessárias para acessar ao crédito?
- 2.11 Você já tentou alguma vez acessar ao crédito Pronaf ? De quem foi a decisão?
Alguém na família tem acessado crédito, que tipo?
- 2.12 Quais as dificuldades encontradas para acessar ao crédito Pronaf?
- 2.13 Para que você destinou (ou destinaria) ou usa/usaria o recurso do crédito?
- 2.14 A atividade para a qual você recebeu o dinheiro do Pronaf tem algum retorno financeiro?
- 2.15 Já solicitou outro tipo de empréstimo?

- 2.16 Tem alguma coisa a ser dita em relação ao crédito rural?
- 2.17 Que produto vende, quem faz a venda?
- 2.18 Quem decide sobre o uso do recurso e como é utilizado?
- 2.19 Você conta com algum apoio (Sindicato, Banco, Emater) para se informar sobre o tipo de projeto ou atividade que teria que desenvolver com os recursos do crédito?
- 2.20 Recebe assistência técnica?
- 2.21 Participa de alguma associação, sindicato, cooperativa ou conselho? De que forma?
- 2.22 Possui algum cargo administrativo? Qual o reconhecimento pela participação?
- 2.23 Como ocorre a divisão das tarefas nas atividades produtivas e domésticas?
- 2.24 Qual a participação do marido, dos filhos, do pai/mãe e outros nas tarefas? Você é auxiliada ou substituída por outra pessoa em alguma atividade?
- 2.25 Como você vê a participação das mulheres no DIJ? Para você, como o marido, filhos e a comunidade no geral vêem a participação das mulheres no DIJ?
- 2.26 Comentários sobre a sua experiência/trajetória no DIJ – modos de vida e trabalho no DIJ.

3. DADOS GERAIS

Identificação _____ Idade _____

Estado Civil _____ Escolaridade _____

Atividade/Ocupação _____

Número de filhos _____ Idade _____ Sexo _____

Número de filhos que residem na propriedade agrícola _____

Papel na família (mãe/ provedora) _____

Número de membros do estabelecimento familiar _____

DATA _____ LOCALIDADE _____ MUNICÍPIO _____

ENTREVISTADORA/ A _____ NÚMERO _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA - AGENTES MEDIADORES

1. - AGENTES EMATER-MG, DIJ, CODEVASF E LIDERANÇAS.

1.1 A instituição apoia atividades para as mulheres do DIJ? Quais?

1.2 Como é o trabalho da instituição em relação ao crédito rural no DIJ e especificamente à implantação de crédito para as mulheres?

1.3 Quais projetos são elaborados e quais os critérios?

1.4 Existe pessoal capacitado para atender as mulheres?

1.5 As políticas de crédito para as mulheres no DIJ apresentam alguma diferença em relação às políticas de crédito rural?

1.6 A instituição tem promovido ações específicas para as mulheres?

1.7 Existe alguma diferença em elaborar projetos para as mulheres? Por quê?

1.8 As mulheres apresentam necessidades diferentes dos homens em relação às atividades produtivas?

1.9 As mulheres do DIJ têm apresentado melhoria na organização, como em participação nos sindicatos, associações?

1.10 Existem vantagens /desvantagens em relação ao fato das mulheres terem acesso ao crédito rural?

1.11 Existem melhorias técnicas nas condições de acesso ao crédito para as mulheres.

1.12 Qual a importância de atender as demandas das mulheres?.

1.13 Por que no DIJ, o acesso ao Pronaf-Mulher é incipiente?

2. DADOS GERAIS

Identificação: _____ Sexo: _____

Instituição: _____ Localidade: _____

Data: _____ Profissão: _____ Idade: _____

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA - AGENTES MEDIADORES**1. AGENTES DO BANCO**

- 1.1- Existem políticas de crédito específicas para as mulheres do Jaíba?
- 1.2- Desde quando a Instituição financeira opera os recursos do Pronaf no DIJ?
- 1.3- Por que no DIJ, o acesso ao Pronaf-Mulher é incipiente?

2. DADOS GERAIS

Identificação: _____ Sexo: _____

Instituição: _____ Localidade: _____

Data: _____ Cargo: _____ Idade: _____

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA - MEMBRO DA FAMÍLIA

1. MEMBRO DA FAMÍLIA (MARIDO, FILHO, PAI)

- 1.1 Como são distribuídas as atividades (divisão do trabalho e tempo) na família?
- 1.2 Quem toma as decisões para a realização das atividades?
- 1.3 Quem decide pelo uso e distribuição dos recursos?
- 1.4 O que você sabe do crédito rural – Pronaf?
- 1.5 Como ocorre a divisão das tarefas nas atividades produtivas?
- 1.6 E nas atividades domésticas?
- 1.7 Qual a participação do marido, dos filhos, do pai/mãe e outros nas tarefas? Você é auxiliado ou substituído por outra pessoa em alguma atividade?
- 1.8 Como você vê a participação das mulheres no DIJ? Para você, como o marido, filhos e a comunidade no geral vêem a participação das mulheres no DIJ?
- 1.9 Comentários sobre a experiência/trajetória das mulheres no DIJ.

2. DADOS GERAIS

Identificação: _____ Sexo: _____

Idade _____ Localidade: _____

Data: _____ Grau de Parentesco: _____

**APÊNDICE E – ROTEIRO PARA A REUNIÃO DO GRUPO DE DISCUSSÃO –
MULHERES DA ASSOCIAÇÃO: AMA**

IDENTIFICAÇÃO:

TEMA EM FOCO

INSTITUIÇÃO: **AMA**

Número de Participantes: _____ Idade Média: _____

Tempo previsto para a atividade: _____

II TEMA EM FOCO

Tema: Autonomia, poder e gestão da propriedade

Recursos: filmadora, slides com imagens variadas sobre a participação das mulheres na agricultura familiar, guia orientador da dinâmica, papel ofício e caneta.

Técnica: em duplas as mulheres escolherão duas imagens mais marcantes, tendo que efetivar a seguinte análise: falar os critérios que elas utilizaram para a escolha, análise escrita ou através de desenhos da relação imagem/participação das mulheres na agricultura/autonomia e poder de decisão e gestão da propriedade.

Dê exemplos de situações de autonomia e poder de decisão das mulheres e gestão da propriedade agrícola no DIJ.

Apresentação para o grupo do exercício proposto.



APÊNDICE F – AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

Autorização

Como detentor dos direitos autorais, autorizo por meio deste instrumento particular, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a utilizar minha imagem e som de voz, fixados nesta data, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica, desenvolvidas através de cópias de vídeo, televisão em canal aberto, em canais por assinatura e via satélites e Internet, sem que isso implique qualquer ônus a mesma.

_____, de _____ de 2012.

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Identidade: _____

CPF: _____

APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: Mulheres na agricultura familiar no semiárido norte mineiro: divisão social do trabalho e gênero no Projeto Jaíba.

Equipe: Prof^a Dr^a. Marta Júlia Marques Lopes (pesquisadora responsável) Fone: (51) 3308-5251

Ana Alves Neta - Fone: (38) 3201-3050 aalvesneta@yahoo.com.br;
ana.neta@ifnmg.edu.br

Instituição de Origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Sr^a (o) Participante:

Com esta pesquisa pretende-se conhecer e analisar dinâmicas de trabalho e gênero na agricultura familiar no Projeto Jaíba.

Assim, conta-se com sua colaboração para responder a algumas perguntas, que serão gravadas em áudio. Salienta-se que depois de transcritas, as gravações serão destruídas, mantendo-se a guarda do material transcrito por cinco anos, a contar da publicação dos resultados da pesquisa.

A sua participação é livre e se mudar de ideia pode desistir a qualquer momento, mesmo sem ter respondido algumas ou a todas as perguntas. Assegura-se que sua privacidade será preservada, portanto não haverá associações nominais com o teor das informações que irão compor o relatório de pesquisa e neste somente constarão informações devidamente validadas por você. Além disso, todas as informações obtidas serão utilizadas somente para fins científicos e de acordo com os objetivos desse estudo.

A pesquisa tem procedência acadêmica e destina-se a elaboração de uma tese de doutorado, junto ao PGDR – Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Professora Doutora Marta Júlia Marques Lopes.

Coloca-se à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, mesmo após a entrevista e garante-se aos participantes o acesso aos resultados obtidos no final do estudo.

Nome da (o) Participante

Assinatura da (o) Participante

Nome da Entrevistadora

Assinatura da Entrevistadora

APÊNDICE H – FOLHA EXPLICATIVA

Pesquisa: Mulheres na agricultura familiar no semiárido norte mineiro: divisão social do trabalho e gênero no Projeto Jaíba

Equipe: Prof^a Dr^a. Marta Júlia Marques Lopes (pesquisadora responsável) Fone: (51) 3308-5251

Ana Alves Neta - Fone: (38) 3201-3050 aalvesneta@yahoo.com.br;
ana.neta@ifnmg.edu.br

Instituição de Origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prezada Agricultora:

Estamos convidando você para participar do Projeto de Pesquisa acima mencionado, mediante entrevista individual, em que serão registradas algumas informações.

O principal objetivo do estudo é conhecer e analisar dinâmicas de trabalho e gênero na agricultura familiar no Projeto Jaíba.

Sua identidade será mantida em caráter confidencial. Igualmente, fica assegurada a liberdade de optar pelo ingresso e continuidade no estudo, bem como a opção pela desistência, a qualquer momento, sem que sua tomada de decisão incorra em prejuízo a você.

Os resultados da pesquisa serão mencionados em publicações científicas, vinculadas à Área de conhecimento que deu origem ao projeto e/ou em outras modalidades de comunicação como em congressos e eventos, de forma a socializar a informação.

Ana Alves Neta - Pesquisadora

Nome da (o) Participante

Assinatura da (o) Participante

ANEXO 1 – Cronograma de atividades do DINTER e planilhas Orçamentárias

Quadro: Cronograma de atividades propostas para o DINTER

Atividade	2009		2010		2011		2012
	1	2	1	2	1	2	1
Processo de Seleção dos candidatos	X						
Videoconferência	X	X	X	X	X	X	X
Aprendizado a distância		X	X	X	X	X	X
Cumprimento de disciplinas		X	X	X	X		
Orientação a distância		X	X	X	X	X	X
Elaboração do projeto de pesquisa			X	X	X		
Encontro orientador/aluno		X	X	X	X	X	X
Visitas a Campo		X	X	X	X	X	X
Revisão Bibliográfica		X	X	X	X	X	X
Seminário de linhas de pesquisa						X	X
Exame de qualificação					X		
Sanduíche						X	X
Elaboração da tese						X	X
Defesa de tese (máximo julho de 2013)							

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM DE DESPESA	AÇÃO - ATIVIDADE	VALOR
Material de Consumo	Despesas de cópias, impressões e material de escritório. Escrita e elaboração da tese, impressão das cópias da tese.	800,00
Auxílio Transporte-discente Diárias	Visita ao Campo de Pesquisa Visita ao Campo de Pesquisa	1860,00 900,00
TOTAL		3.560,00

Os gastos descritos acima serão custeados pela – CAPES/SETEC, de acordo com o Projeto Dinter.